UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
INSTITUTO DE ESTUDOS SOCIAIS E POLÍTICOS

Tomás Coelho Garcia

Movimento sindical, industrialização e expansão de direitos (1945-1964)

Orientador: Prof. Dr. Adalberto Moreira Cardoso

Rio de Janeiro
2016

Tomás Coelho Garcia

Movimento sindical, industrialização e expansão de direitos (1945-1964)

Tese apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor, ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

Orientador: Prof. Dr. Adalberto Moreira Cardoso

Rio de Janeiro

2016

Tomás Coelho Garcia

MOVIMENTO SINDICAL, INDUSTRIALIZAÇÃO E EXPANSÃO DE DIREITOS (1945-1964)

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, para obtenção do título de Doutor.

Aprovado em 13 de maio de 2016.
Banca examinadora:

_____
Prof. Dr. Adalberto Moreira Cardoso (Orientador)
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

_____
Prof. Dr. Cesar Augusto Coelho Guimarães
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

_____
Prof. Dr. José Maurício Castro Domingues
Instituto de Estudos Sociais e Políticos - UERJ

_____
Prof. Dr. Marco Aurélio Santana
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais - UFRJ

_____
Prof. Dr. Alexandre Fortes
Instituto Multidisciplinar - UFRRJ

Rio de Janeiro
2016

AGRADECIMENTOS

No percurso de minha carreira profissional – e, por que não dizer, da minha vida – venho descobrindo sempre novos modos de encarar as adversidades que surgem. Conto como inspiração três grandes exemplos de garra e superação: Maria Célia Coelho, Marizete Costa e Vilma Pastana. Além disso, nutro-me de uma fonte de alegria representada por uma família enorme a qual me limitarei a destacar o núcleo mais próximo: meu pai, Raymundo Cota; e meus irmãos Marcos Garcia e Ângela Jamakovic.

Tenho em Sheila Castro a imagem de uma lutadora que muito admiro. Ela insere-me numa das famílias mais animadas que já vi. Foi uma amiga fiel mesmo nos anos que não nos vimos. É uma companheira, agora que nos reencontramos. Alegra mesmo os meus dias mais tensos. Por tudo isso – e muito mais – é o amor que domina meu coração.

Acho que meu real talento é fazer amigos. Felizmente, eles impossibilitarão a tarefa de fazer um agradecimento conciso.

Com muita felicidade carrego alguns amigos desde a infância e que sofrem e vibram comigo. Começo por Cristina Almeida, uma nova irmã que a vida me ofereceu. Sigo pela conexão Belém-Rio de Janeiro de amizades: Heloisa Brito, Rodrigo Rosal, Monica Castro, Marina Moura, Fábio Estumano, Ângelo Bessa, Renata Paya, Eduardo Vieira, Rodrigo Britto, Rafael Gois, Monica Freire, Mel Azeredo Thiago Mattos, Elis Miranda, Érico Miranda, Nemézio Amaral, Rafael Straforini, Patrícia Feitosa, Roberta Figueiredo, Evaristo de Lima e Ana Clara Figueiredo.

Em nenhum momento, admiti o trabalho acadêmico como um trabalho solitário, nem mesmo na tão temida fase de escrita da tese. Nas diferentes bibliotecas da cidade, contei com a companhia de Luna Campos. Um arrastava outro para trabalhar, impedindo que o desânimo nos tomasse conta. Em outra fase, pude desfrutar da mente ponderada de Felipe Maia. Já no final da tese, montei junto com Maria Isabel Couto, Raquel Lima e Jorge Chaloub uma espécie de “Associação de Acadêmicos Anônimos”. Sem esta última fonte de fofocas, desabafos, consultas, histeria coletiva e, especialmente, carinho, não poderia ter concluído essa tese.

No entanto, outros sujeitos me agraciaram de semelhante tratamento holístico, porém fora das bibliotecas do Rio. A lista agora será grande e ainda serei acusado de omissões: Rachel Barros, Rodrigo Cantu, Bianca Pires, Marcia Menezes, Paula Menezes, Caroline Carvalho, Juliana Candian, Flávio Carvalhaes, Palloma Menezes, Alexis Cartes Lula

Wanderley, João Grand, Igor Peres, Eleandro Cavalcante, Alexandre Marques, Alexandre Pimenta e Julien Pallotta.

Agora parto para meus companheiros conquistados na luta pela educação, pelos direitos dos trabalhadores ou para revolucionar essa “merda toda” – o que vier primeiro. Pedro Cazes, Carol Santos e Juliana Athayde, Marcelo Amaral, Ariane Larentis, Rodrigo Volcan, Gustavo Ribeiro e Marcelo Herbst. Estaremos juntos para o que der e vier. Nos últimos anos formei o Partido do Sorvete Yumi (antigo Partido do Seu Mazinho) com os companheiros Eduardo Nazareth, Priscila Araújo, Lúcia Moreira, Daniel Mano, Natália Veloso, Alessandra Lima e Felipe Machado. Nossa força abalará as estruturas da FAETEC e da moralidade conservadora.

Agradeço ao meu orientador e amigo Adalberto Cardoso por ter acreditado nesta tese desde o início, sem nunca deixar de insistir no esforço que o empreendimento exigia. Ao longo do doutorado, integrei-me ao Núcleo de Pesquisas do Trabalho (NUPET) cujas discussões e questionamentos em muito contribuíram para as retificações realizadas ao longo da pesquisa. Agradeço especialmente aos membros Julian Gindin, André Carvalho, Jana Leal, Míriam Starosky, Thiago Brandão, Alex Englander e Jefferson Aguiar. Não posso deixar de atentar a importância fundamental de todas as edições do “Aconteceu no NUPET”.

Com os membros da banca José Domingues e Marco Santana, pude receber contribuições durante a qualificação da tese e ao longo da escrita do texto. Aos membros Paulo Fontes e Cesar Guimarães agradeço a oportunidade de poder construir novos diálogos.

A pesquisa em acervos de memória operária permitiu que eu estabelecesse contato com diversos pesquisadores aos quais devo importantes informações. Da pesquisa realizada no acervo do Arquivo de Memória Operária do Rio de Janeiro, gostaria de reconhecer a interlocução com a professora Elina Pessanha e com os pesquisadores Marco Rodrigues e Juliana Marques. Em Campinas, durante a pesquisa no Arquivo Edgard Louenroth, contei não só com o apoio do conjunto de seus funcionários, como também com a hospedagem e companhia dos meus amigos Bruno Leal, Diego Lanciote e Juliana Miraldi e Márcio Naves. Thiago Matiolli e Marcelo Ribeiro “quebram o maior galho” trazendo livros que se encontravam disponíveis apenas nas bibliotecas da USP e da Unicamp.

Agradeço, por fim, à comunidade do Instituto de Estudos Sociais e Políticos e ao apoio financeiro da CAPES para a realização do Doutorado.

RESUMO

GARCIA, Tomás Coelho. *Movimento sindical, industrialização e expansão de direitos (1945-1964)*. 2016. 238f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2016.

A presente tese pretendeu analisar uma etapa da formação do Estado Capitalista brasileiro, que corresponde ao fim do regime do Estado Novo e à vigência do regime democrático instituído pela Constituição de 1946. Nesse período, ocorreu uma crescente centralização de diferentes aparelhos econômicos, os quais contribuíam para a formação de um padrão de acumulação de cunho industrializante. Encontrava-se em jogo, neste momento, um conjunto de "questões da Revolução Burguesa", segundo a conceituação elaborada por Sônia Draibe (1985). Dentre as diversas formas de intervenção estatal que vinham sendo formadas, estabeleceu-se uma regulamentação do mercado de trabalho, que abria a possibilidade formal de manifestação política dos trabalhadores em sindicatos. A presente tese analisa como durante a abertura que se iniciou em 1945, os trabalhadores vieram a explorar as possibilidades de intervenção política, de modo a oferecer um novo equacionamento às questões da Revolução Burguesa. Para isso, lançaremos mão do conceito de eficácia política para entender como militantes políticos – em especial os pertencentes ao Partido Comunista Brasileiro – articularam diferentes pautas reivindicatórias ao mesmo tempo em que coordenaram seu ativismo sindical. Em um processo que só viria a ser interrompido pelo golpe civil-militar de 1964, o movimento sindical reivindicou um certo direcionamento da industrialização, que oferecesse condições para ampliar e implantar seus direitos.

Palavras chave: Estado capitalista. Desenvolvimento. Direitos trabalhistas.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD	Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento
BNDE	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
CACEX	Carteira de Comercio Exterior
CEXIM	Carteira de Exportação do Banco do Brasil
CGT	Comando Geral de Trabalhadores
CTOS	Comissão de Técnica de Orientação Sindical
COFAP	Comissão Federal de Abastecimentos e Preços
CISCAI	Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral
CISPAN	Comissão Intersindical pelo Abono de Natal e da Comissão Intersindical Pró-Salário Mínimo
CMBEU	Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico
CPOS-BA	Comissão Permanente das Organizações Sindicais
COAPs	Comissões de Abastecimento e Preços
CIS	Comissões de Imposto Sindical
CTP	Companhia Têxtil Paulista
CTB	Confederação dos Trabalhadores do Brasil
CFCE	Conselho Federal do Comércio Exterior
CNPIC	Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial
CPOS	Conselho Permanente das Organizações Sindicais da Guanabara
CONSINTRA	Conselho Sindical dos Trabalhadores
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CME	Coordenação de Mobilização Econômica
DESPS	Delegacia de Especial de Segurança Política e Social
DOPS-SP	Departamento de Ordem Política e Social
DFSP	Departamento Federal de Segurança Pública
DIEESE	Departamento Intersindical e de Estatística e Estudos Socioeconômicos
DPS	Divisão de Polícia Social
FIESP	Federação de Indústrias de São Paulo
FETAESP	Federação de Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo
FECOESP	Federação dos Círculos Operários
FNT	Frente Nacional do Trabalho
GEIA	Grupo de Estudos da Indústria Automobilística
MTPS	Ministério do Trabalho e da Previdência Social

MTIC	Ministério do Trabalho Indústria e Comércio
MNPT	Movimento Nacional Popular Trabalhista
MUT	Movimento Unificado dos Trabalhadores
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PUA	Pacto de Unidade e Ação
PUI	Pacto de Unidade Intersindical
SUMOC	Superintendência da Moeda e do Crédito
SUPRA	Superintendência de Reforma Agrária
STF	Supremo Tribunal Federal
STIMMMERJ/ STIMERJ	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Rio de Janeiro
STIMMMESP/ STIMESP	Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo
TRT	Tribunal Regional de Trabalho
TST	Tribunal Superior do Trabalho
ULTAB	União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil
UST	União Sindical dos Trabalhadores

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO 11

1. O processo de industrialização 11
2. O Estado capitalista 20
3. Movimento sindical e abertura política 27
4. A articulação entre industrialização e ampliação de direitos 31

CAPÍTULO 1 37

A APLICAÇÃO DA LEI 37

1. A economia de guerra para os trabalhadores 38
2. As greves dos anos 1945-6 43
3. O PCB e o processo de generalização das lutas 47
4. A retomada das greves do início dos anos 1950 57
5. Considerações finais 74

CAPÍTULO 2 78

A INDUSTRIALIZAÇÃO 78

1. O processo de industrialização na teoria da Revolução Brasileira 78
2. Eleições democráticas nos Sindicatos: o caso dos Metalúrgicos 84
3. O avanço do aparato de intervenção econômica do Estado 90
4. As condições de intervenção política do movimento sindical na virada dos anos 1950 99
5. Os congressos sindicais 105
6. Considerações finais 121

CAPÍTULO 3 124

DA CARESTIA À REFORMA AGRÁRIA 124

1. As políticas de alimentação no Brasil 126
2. A luta contra a carestia 132

3. A organização política dos trabalhadores agrícolas 143

4. Considerações finais 154

CAPÍTULO 4 156

A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA LUTA PELAS REFORMAS DE BASE 156

1. A ampliação dos direitos 195

2. A política econômica 200

3. A questão agrária 205

4. Considerações finais 217

CONCLUSÃO 222

REFERÊNCIAS 227

INTRODUÇÃO

Para entender a relação mantida entre o sindicalismo brasileiro do pós-II Guerra Mundial e o processo de industrialização, relacionaremos estes dois elementos com a constituição de um Estado Capitalista no Brasil. Para tanto, buscaremos, nesta introdução, sumarizar as principais mudanças econômicas e políticas que ocasionaram uma mudança do padrão de acumulação no Brasil após a crise de 1929. Assim, será possível entender melhor as mudanças no conjunto dos aparelhos de Estado e seus efeitos sobre as relações de produção. O que nos interessará, de início, é a atuação que este Estado realiza no âmbito da reprodução da força de trabalho e como diferentes revoluções jurídicas generalizam a forma social "sujeito de direito" para os indivíduos que vendem da sua força de trabalho.

Em uma primeira aproximação do objeto de pesquisa, bastante abstrata, investigaremos as possibilidades concretas de sujeitos de direitos, reconhecidos pelo Estado em um momento de modificação de sua intervenção no processo produtivo, questionarem esta intervenção. Estaremos, portanto, particularmente interessados nos momentos em que os trabalhadores questionaram a intervenção do Estado tomando o processo produtivo no seu conjunto, ou seja, relacionando a reprodução da força de trabalho com outros aspectos da reprodução do capital.

1. O processo de industrialização

O Estado Novo pode ser considerado uma fase crucial na intervenção do Estado no processo de acumulação, no sentido de impulsionar a industrialização. Foi a culminância de transformações que vinham ocorrendo desde a crise mundial de 1929. O país então vivia a transição de um padrão de acumulação agrário-exportadora para uma acumulação voltada para o mercado interno no qual a indústria, aos poucos, assumia o papel dinâmico. No entanto, em termos quantitativos, a década de 1920 teve uma taxa baixa de crescimento do produto industrial, 2,3% a.a. Com a queda das receitas por parte do declínio das exportações agrícolas e a consequente redução da capacidade de importar, ocorreu uma oportunidade histórica para o setor secundário. A partir do ano de 1932, a produção industrial passou para 11,3 a.a., com destaque para a indústria de tecidos, metalúrgica e de papel. Se contrastarmos com o baixo crescimento da produção da agricultura, de 2,8% a.a., não resta dúvida acerca do

dinamismo que a indústria tomava na economia do período. Contudo, foi um crescimento que ocorreu em certa carência de bens de capital que ainda necessitavam ser importados. Apenas em 1937, atingiu-se o pico de importação de bens de capital da década anterior (BAER; VILLELA, 1972, p. 119–23). A conclusão amplamente aceita entre os historiadores econômicos é que tal crescimento foi condicionado pela capacidade ociosa preexistente. Embora houvesse o crescimento da indústria de bens de produção, não houve o suficiente para modificar, ou melhor, para promover uma diversificação industrial que pudesse realizar uma alteração do patamar da estrutura industrial. É o que sustenta a teoria do Capitalismo Tardio, tal qual formulada na obra de Maria da Conceição Tavares (1975) e na obra João Cardoso de Mello (1982). Desta escola de pensamento, utilizaremos a distinção teórica entre crescimento industrial e industrialização. A diferença diz respeito à industrialização não só como um processo de crescimento industrial, mas também, como um processo de interiorização – endogenização – de uma indústria de bens de produção, base técnica para a reprodução das relações de produção capitalista no seio de uma formação social. A economia exportadora no Brasil, ainda que importante para a constituição de relações sociais capitalistas, é fortemente dependente de uma economia mundial. Isto porque a produção de bens de produção tem como pressuposto um domínio tecnológico e financeiro apenas disponível externamente.

Qualquer padrão de acumulação necessita da intervenção estatal para garantir a reprodução capitalista; no entanto, em alguns padrões, a intervenção da regulação estatal será mais ampliada do que em outros. No caso de um processo de industrialização, a exigência de atuação Estatal é bastante ampliada pelo conjunto de contradições que pode ser resumido por aquilo que Mello (1982, p. 97–8) teorizou como a dupla especificidade do capitalismo latino-americano. A primeira especificidade refere-se ao ponto de partida do processo: são economias exportadoras já baseadas na relação de produção capitalista em que o crescimento industrial se insere de modo subordinado. A economia exportadora permitiu uma concentração de capitais e a formação de um mercado de trabalho livre, além de um mercado consumidor seja de insumos a produção primária, seja pelo abastecimento da força de trabalho. A segunda especificidade se relaciona à formação do capitalismo, a qual ocorre inserida em uma economia mundial dominada por capitais monopolistas. Esses capitais se faziam presentes pelo financiamento de atividades Estatais como as políticas de imigração e crédito ao comércio exterior. Também cabe assinalar os investimentos diretos que permitiram a interiorização da produção cafeeira – as ferrovias – e as atividades exportadoras intensivas em capital como mineração, frigoríficos, etc.

A dupla especificidade indica a ampliação da intervenção do Estado como condição para industrialização por conta da necessidade de garantir a canalização de recursos do setor exportador para indústrias voltadas ao mercado interno. Da mesma forma, fazia-se necessário uma rearticulação com o capital internacional de maneira que a prioridade não seria mais a garantia de uma infraestrutura para as exportações, mas para o financiamento e aquisição tecnológica de uma indústria de base. Logo os aparelhos estatais que se formassem ou se transformassem, tendo como objetivo a industrialização, precisariam ter uma grande permeabilidade no processo produtivo de modo a reorganizar setores de produção, seja pela regulação de setores, seja pela alocação de recursos. Em outras palavras, o conjunto de aparelhos econômicos teria de ser capaz de realizar um planejamento econômico.

À medida que ocorria o crescimento industrial, o Estado tomava a frente do processo, impulsionando-o e investigando eventuais problemas. Contudo, se atentarmo-nos para o início da década de 1930, quanto às principais orientações do governo recém- instaurado após a "Revolução de 30", as medidas econômicas encaminharam-se para dinamizar uma produção para o mercado interno. Embora estivessem também incluídas pretensões de diversificação da produção agrícola nesta mudança, a cada ano ficava mais evidente para os diferentes atores políticos o papel predominante da indústria nesta alteração. Assim, no início da década de 1930, a crise estimulou, como reações dos governos do início da década de 1930, tentativas de estabelecer formas de racionalizar a despesa com divisas. O controle cambial e o disciplinamento da dívida externa foram alguns exemplos dessas medidas. Portanto, esta fase caracterizou-se como um período de austeridade financeira por parte do governo com tendências à contenção orçamentária. Com respeito a este último ponto, buscou-se atingir saldos nos orçamentos ao longo de toda a década. Porém, a partir de 1937, houve um crescimento do acentuado déficit público, mesmo com o crescimento da arrecadação que teve início no ano anterior (Villela ; Suzigan, 2001, pp. 180–1).

É possível afirmar que a preocupação principal era a proteção da Balança de Pagamentos. Em outubro de 1930, o governo instituiu o monopólio das operações cambiais pelo Banco do Brasil com o objetivo de proteger a balança de pagamentos, contra a deterioração dos termos de troca, além de permitir o pagamento dos serviços da dívida externa. Apenas em 1934, restabeleceu-se gradualmente o mercado livre. Porém, com a contínua deterioração da balança de pagamentos, em 1937, retomou-se a política cambial, além da suspensão do pagamento do serviço da dívida externa por dois anos. Esta ênfase na questão da balança de pagamentos pôde, por vezes, prejudicar a industrialização. Como

evidência, podemos mencionar a limitação por parte do governo na importação para inúmeras indústrias, que vigorou entre 1931 e 1937. Por mais que dentre as indústrias autorizadas para a compra de equipamento constassem as indústrias básicas (como metalúrgicas e de cimento), isso significou obsolescência e deterioração de maquinário para indústrias relevantes da época, em especial a indústria têxtil (*Ibidem*, p. 210-7).

Partilhamos da sugestão de Octavio Ianni (1971), segundo a qual foi no Estado Novo que se iniciou o recurso estatal do planejamento econômico. O debate em torno de práticas do planejamento passou a mobilizar os poucos segmentos que tinham possibilidade de expressar-se publicamente em um regime político ditatorial: a burocracia estatal e o empresariado. Este debate esteve centrado no entendimento da industrialização como um "interesse geral", de forma a constituir um problema público a ser solucionado pelo Estado.

> Um exemplo de legitimação de ampla atuação do Estado na economia pode ser encontrado na própria Carta Constitucional de 1937 que, se comparada com suas antecessoras, é bastante explícita neste quesito. Vejamos: A intervenção do Estado no domínio econômico só se legitima para suprir as deficiências da iniciativa individual e coordenar os fatores de produção, de maneira a evitar ou resolver os seus conflitos e introduzir no jogo das competições individuais o pensamento do interesse da Nação, representados pelo Estado.
> A intervenção no domínio econômico poderá ser mediata e imediata, revestindo a forma do controle, do estimulo ou da gestão direta (BRASIL.*Constituição de 1937*, art.135, Citado em IANNI, 1971, p. 46).

Que o pensamento do interesse da Nação é representado pelo Estado não é novidade, sendo característico de todo Estado Capitalista. A novidade da Carta de 1937 foi abarcar todas as formas de intervenção – "controle, estímulo e gestão direta" – e deixar aberto para o debate político o que seriam as "deficiências da iniciativa individual" e quais eram os "fatores de produção" a serem coordenados. Uma sugestão da abrangência da intervenção pode ser inferida na criação do *Conselho de Economia Nacional*, previsto nos artigos 57 a 63 do mesmo documento:

> "Organizar, por iniciativa própria ou proposta do governo, inquérito sobre as condições do trabalho, da agricultura, da indústria, do comércio, dos transportes e do crédito, com o fim de incrementar, coordenar e aperfeiçoar a produção nacional" (BRASIL. *Constituição* de 1937, art. 61).

O Conselho nunca foi implantado, o que não impede de poder ser considerado um indício de o governo ditatorial de Vargas ter tido por intento a construção de um órgão central de planejamento, que reuniria diferentes órgãos setoriais e um conjunto de suas respectivas instâncias corporativas. Na terminologia proposta por Sônia Draibe, tratava-se de uma busca estatal pela construção de um "órgão-vértice de ação centralizadora" (1985, p. 92). O caminho encontrado não teria sido a fundação de um novo órgão estatal, mas a reformulação de uma anterior, criado quando a preocupação principal do governo ainda se concentrava no problema da balança de pagamentos: o Conselho Federal do Comércio Exterior (CFCE). Criado em 1934, o órgão tinha por objetivo realizar estudos e recomendar medidas para a ampliação e diversificação das exportações e, aos poucos, foi alterando seus objetivos para a diversificação do parque produtivo como um todo. Um ano antes de dar o golpe que instauraria o Estado Novo, o presidente já havia determinado que o Conselho realizasse um Inquérito Industrial (1936-1937), com objetivo de construir propostas para dar continuidade ao surto industrial. Tratava-se, assim, de uma tentativa ainda incipiente de construir uma base de informação para o planejamento econômico, por meio da qual seus parcos dados pudessem servir para a confecção de um dos primeiros planos industriais do país, o Plano Especial de Obras Públicas e Defesa Nacional, de 1939 (HILTON, 1977, p. 109–111).

Segundo Ianni (1971, p. 28), no período do Estado Novo, o CFCE "pode ser considerado o primeiro órgão brasileiro de planejamento governamental", pois, à medida que reunia um corpo técnico para investigar pontos de "estrangulamento" do crescimento industrial, propunha políticas específicas para a proteção da indústria e indicava investimento em indústrias de base para permitir uma mudança estrutural, ou seja, a industrialização. Em consonância com outros órgãos estatais de menor escopo, o CFCE teve um papel decisivo na elaboração de política para setores como: siderurgia, carvão mineral, combustíveis líquidos, eletricidade, soda cáustica, vidro plano, quartzo, etc. É importante notar que, em vários destes setores, este Conselho foi responsável pela articulação de políticas específicas realizadas por diversas instituições setoriais[1], o que dá um sinal da capilaridade da intervenção econômica.

Esta reorientação também teve repercussão na oferta de crédito por parte do principal banco estatal, o Banco do Brasil. Em 1937, foi criado no banco a Carteira de Crédito Agrícola

[1] A listagem de instituições setoriais era extensa e abrangia setores exportadores como Departamento Nacional do Café (1933) e o Instituto Nacional do Açúcar e do Álcool (1933); setores voltados para o desenvolvimento de recursos naturais como o Conselho Nacional do Petróleo (1938), o de Águas e Energia Elétrica (1939) e o de Minas e Energia (1940); por fim, comissões dedicadas à diversificação industrial a exemplo da Comissão Executiva do Plano Siderúrgico Nacional (1940), Comissão Executiva Têxtil (1942), Comissão Nacional de Combustíveis e Lubrificantes (1941), etc. (DRAIBE, 1985, p. 89–90)

e Industrial, que destinava crédito de médio e longo prazos (5 e 10 anos) às indústrias. Esses financiamentos, entretanto, só se tornaram importantes a partir de 1941. O intuito era de permitir às empresas a aquisição de máquinas e equipamentos— uma espécie de embrião de banco de desenvolvimento industrial (VILLELA; SUZIGAN, 2001, p. 221, 356 e 363)

Em 8 de maio de 1939, na ocasião de nomeação de novos membros do CFCE, Vargas expandiu o entendimento de como deve ser a política econômica do país:

> A atenção dos conselheiros deve ser reclamada para todos os fenômenos que interessem à produção, ao comércio, à indústria, às tarifas, às comunicações e os transportes. Por quê? Porque todos estes fatos estão diretamente ligados à nossa exportação, que deve constituir a preocupação precípua de vossa atividade (VARGAS, 2011, p. 390).

Num primeiro momento, podemos observar que, apesar de colocar a prioridade na exportação, a preocupação deste momento é de integrá-la ao conjunto da economia e ao mesmo tempo admiti-la como um interesse nacional. Em segundo momento do discurso, o ditador apresentou uma reorientação de longo prazo:

> Não podemos nos conformar (...) em sermos apenas um país exportador de matérias-primas, porquanto essa condição é a própria de países semicoloniais. Temos que tratar das nossas indústrias de transformação, da exportação dos produtos manufaturados e da sua colocação nos mercados externos (*Ibidem*).

As discussões de maior repercussão que ocorreram em torno das indústrias de base foram em torno da implantação da indústria siderúrgica. Aqui também o Conselho Federal de Comércio Exterior teve um papel central. Foi ele que estabeleceu os estudos de diversas propostas para a implantação de uma indústria exigente de grande monta de capital inicial e tecnologia. É nessa discussão que se conforma o consenso da necessidade de o Estado tomar a dianteira do processo, vinculando esta indústria ao "interesse nacional" de possibilitar a base para a expansão de vias férreas caras à expansão do mercado interno e externo. Além da necessidade de diminuir o déficit de uma balança comercial onde o ferro é exportado e o aço importado, assim como possibilitar a criação de uma indústria de defesa nacional imprescindível em uma conjuntura de guerra. É possível observar que esta tripla vinculação já se fazia presente desde o discurso inaugural do Estado Novo, no dia 10 de novembro de 1937:

> Precisamos equipar as vias férreas do país de modo a oferecerem transporte econômico aos produtos de diversas regiões (...) particularmente no que se refere à penetração do *hinterland* e à articulação de consumo interno com os escoadouros de exportação.

> Por outro lado, essas realizações exigem que se instale a grande siderurgia, aproveitando a abundância de minério, num vasto plano de colaboração do governo com os capitais estrangeiros que pretendam emprego remunerativo, e fundando, de maneira definitiva, as nossas indústrias de base, em cuja dependência se acha o magno problema da defesa nacional (VARGAS, 2011, p. 365).

O importante de observar na questão siderúrgica é que seu grau bastante elevado de investimento gerou a necessidade de uma articulação do corpo burocrático estatal com grupos privados. Tratava-se de gerar um ponto de consenso que permitisse o Estado canalizar recursos privados – seja internos, seja externos – com objetivo de criar uma indústria imprescindível para promover uma industrialização. A discussão foi característica da limitação do debate público do Estado novo: estava restrito a setores privados reunidos no Conselho Técnico de Economia e Financias[2]. A decisão final ficou a cargo do Presidente, reunido em segredo com uma Comissão Especial do CFCE, formada em 1938. O resultado foi a formação de uma empresa estatal, Companhia Siderúrgica Nacional, em abril de 1941, pela negociação de um empréstimo com o governo estadunidense. A despeito do autoritarismo no que diz respeito ao "sistema de decisões" sobre a economia, o debate lançou as bases para as possibilidades da época quanto à formação de grandes empresas no setor de indústrias de base. Por meio da investigação de discursos e entrevistas de Getúlio Vargas, Luciano Martins resume as alternativas de formação de capital da época: a) diretamente pelo Estado, pelo recurso ao financiamento internacional ou pelos recursos disponíveis pela exportação de minerais; b) pela associação de Estado com capitais privados brasileiros; c) pela iniciativa privada nacional, associada ou não a capitais estrangeiros, mas sem o controle do Estado (MARTINS, 1976, p. 204).

O período da II Guerra Mundial representou a continuidade da dinâmica de crescimento econômico e de aumento do produto industrial com taxa média de 5,4% a.a. (BAER; VILLELA, 1972, p. 122). Em comparação com a fase anterior, houve um aumento relevante das exportações com a inédita exportação de produtos industriais, sobretudo de produtos têxteis. No entanto, isto não se traduziu em aumento das importações por conta do comprometimento do suprimento internacional com o esforço bélico. O consequente saldo da balança comercial foi uma das principais causas da inflação que caracterizou a economia de

[2] Este conselho foi criado em 1937. Esteve subordinado ao Ministério da Fazenda e era responsável pela elaboração de estudos de diferentes áreas, dentre elas: sistema monetário, organização bancária, política cambial, transferência de valores para o exterior e dívida pública (DRAIBE, 1985, p. 91).

guerra no Brasil: a emissão monetária já elevada para saldar o déficit das contas públicas se somava aos estímulos creditícios para o financiamento da guerra e a emissão para a compra de cambiais de exportação. A conjugação desses fatores resultou em uma inflação de 110% entre 1940 e 1945. Este problema foi um dos principais estímulos para a criação da Superintendência da Moeda e do Crédito (Sumoc), para controlar o aumento do meio circulante, e viabilizar a criação de um Banco Central (VILLELA; SUZIGAN, 2001, p. 225).

A guerra também significou a agudizarão do problema da falta de bens de capital para a ampliação da capacidade produtiva. Embora o governo já estabelecesse o livre comércio mundial, com baixo controle cambial, as importações de bens de capital estavam quase que inviabilizadas devido ao comprometimento do suprimento internacional com o esforço bélico. Este quadro estimulou a formação de uma "economia de guerra" em semelhança à economia do conjunto de países envolvidos mais diretamente no conflito. Em 1942, criou-se a Coordenação de Mobilização Econômica (CME), espécie de superministério que tinha como função investigar as deficiências na produção criadas pela escassez de bens de produção. Para tanto, esta coordenação absorvia parte das atribuições do CFCE, porém tinha uma capacidade de intervenção ampliada pelo controle do comércio exterior, subordinando à Carteira de Exportação do Banco do Brasil (CEXIM). Também tinha a capacidade de fixar preços e a quantidade de mercadorias e serviços.

Durante o período de vigência do CME, que terminou com o fim da guerra, todos os órgãos de regulação foram hierarquicamente ordenados a fim de canalizar as necessidades nacionais de "defesa" e "segurança". Segundo Draibe (1985) seus efeitos maiores sobre a economia se deram nos âmbitos do controle das importações, e na planificação do funcionamento do parque industrial. Neste último aspecto, criou-se o Setor de Produção Industrial, que levantou estudos de condições de produção e produtividade, o que permitiu a regulação de estoques, ritmos de produção e graus de utilização da capacidade instalada.

> 2 — Ao S.P.I. cabe: a) elaborar a planificação industrial do país, de modo a atender às suas necessidades militares e civis e possibilitar a sua colaboração no esforço de guerra dos países aliados; b) orientar, dirigir e controlar o programa de produção industrial do país, para isso determinando, quando necessário, a instalação, mobilização, transformação e adaptação de fábricas; c) estudar e fixar as prioridades na distribuição para a indústria, de combustíveis, energia elétrica, matérias primas, transportes e mão de obra; d) estudar e organizar a produção em série de produtos, e bem assim a sua simplificação e padronização quando forem julgadas necessárias; e) realizar pesquisas e estudos técnicos e económicos que forem julgados

> necessários; I) promover a formação de técnicos especializados para a indústria; g) dar assistência técnica à indústria e realizar o controle de sua eficiência quando julgar necessário (*Portaria nº 21 da Coordenação da Mobilização Econômica*. *apud* Ianni (1971, p. 51).

A Comissão de Mobilização Econômica foi extinta após a queda do Estado Novo, em dezembro de 1945. No entanto, bem antes do final da guerra se pensava em órgãos centralizados que pudessem avançar no esforço de planejamento econômico. Em 1943, o Ministro do Trabalho Indústria e Comércio, propõe a Criação do Conselho de Política Industrial e Comercial, que passa a funcionar no ano seguinte contando com a participação de representantes dos outros ministérios, associações da indústria e do comercio, e de técnicos de diversos outros órgãos econômicos. Pelo debate dos envolvidos, a ideia era que o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) fundisse os mais diversos órgãos de planejamento, em especial o CFCE, ou revigorasse a proposta constitucional de formar o Conselho da Economia Nacional. No entanto, como uma demonstração de clivagens políticas no interior na burocracia estatal, impediu-se a continuação destas discussões. Dessa maneira se frustraram as ambições de criação de um órgão que centralizasse a contento a ação do Estado em prol do processo de industrialização.

Aos poucos se ampliava a consciência da necessidade de criar uma infraestrutura e uma indústria de base para a continuação do processo. A existência desse esforço de formação estatal foi o que permitiu a caracterização deste processo como de industrialização "restringida", segundo a terminologia da Maria da Conceição Tavares (1975, Cap. 3), pois a industrialização era levada aos limites impostos pela ausência de bens de capital. Com novas tentativas melhor sucedidas em períodos posteriores da formação estatal, o processo passaria a ser caracterizado por uma industrialização pesada, ou seja, o Estado canalizaria recursos para a produção interna deste tipo de bens.

Fica evidente que diversos aparelhos foram criados para que se interviesse nas diferentes áreas da economia para articulá-las em um projeto industrializante. Estava-se criando a possibilidade de formar uma complementaridade na intervenção estatal, pressupondo a prática do planejamento. Os diversos setores econômicos estiveram sob o objeto de investigação e intervenção como vimos do CFCE e da Comissão de Mobilização Econômica. Enquanto a moeda e o câmbio foram centralizados pelo Banco do Brasil e, posteriormente, pela Sumoc. Conseguiu-se criar alternativas para direcionar o crédito para a

novos setores dinâmicos por meio da Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil.

Por fim, a fundação da CSN apontava para formas mais avançadas de financiamento para o setor de bens de capital. Logo, neste contexto, não é de se admirar que neste mesmo processo o Estado passava também a tentar controlar o mercado de trabalho, pois também tinha seu papel nesta constituição de aparelhos econômicos. Nas palavras de Sônia Draibe:

> Ao término do Estado Novo, estava sob a órbita estatal de atuação e relativo controle a moeda e o crédito, o comércio externo, a gestão da força de trabalho e os salários, além de uma estrutura tributária em transformação, o que conferia ao Estado a possibilidade de afetar todos os preços fundamentais da economia. Como proprietário e empresário, o Estado já havia avançado nas áreas de transporte, ferro e aço, álcalis, encaminhando-se para a produção de energia elétrica e caminhões (DRAIBE, 1985, p. 131–2).

Em suma, pela a formação de diversos aparelhos econômicos é possível notar que, em um período relativamente curto do tempo, houve uma grande alteração na forma do Estado capitalista brasileiro. Foi nesta formação que o Estado aos poucos reuniu condições de atuar em prol da organização de um processo de industrialização pesada. Portanto, neste trabalho, indicaremos que a regulação do mercado de trabalho fazia parte deste processo, embora daremos um destaque particular para este tópico. Nossa pretensão consiste em apontar para o fato de que a questão social se encontrava estreitamente relacionada na época com as questões suscitadas como o processo de industrialização. Para tanto, faremos uma digressão teórica do que entendemos por questões da formação do Estado Capitalista.

2. O Estado capitalista

A constituição do Estado capitalista consiste na formação ou transformação de um conjunto de aparelhos que interferem em diferentes “momentos” da reprodução do capital. Das diferentes partes que compõem o Estado, as quais entendemos especificamente por aparelhos econômicos, destacaremos o sistema de instituições que promove a regulação da produção e da comercialização de determinada mercadoria ou serviço; ou que permite o próprio exercício da produção ou da comercialização de uma mercadoria ou serviço na forma de empresa estatal.

O capitalismo, enquanto uma economia baseada na produção e na comercialização de mercadorias, tem como base do ordenamento jurídico a figura dos sujeitos de direito, livres proprietários que realizam trocas no mercado. No entanto, o estabelecimento de sujeitos de direito implica a formulação do próprio Estado como um ordenamento jurídico. Este processo é a face mais visível das revoluções burguesas que, por diferentes caminhos, defendem a unificação de um território por meio de uma Carta Constitucional, em que o Estado passa a ser considerado o representante do interesse geral de um povo (sujeitos agrupados pelo próprio Estado).

Com isto não se quer dizer que o direito esgota a complexidade dos diversos aparelhos de Estado, mas que cada aparelho econômico intervém na reprodução das relações de produção legitimadas por alguma noção de "interesse geral". Esta legitimação resulta de um processo conflituoso no qual está sempre aberta à possibilidade de o funcionamento dos aparelhos de Estado ser questionado por parte dos cidadãos, na medida em que estes podem questionar tanto se o "interesse geral" foi formulado de modo devido quanto se foi efetivado nas relações sociais de modo devido.

O que é conhecido como revolução burguesa pode ser entendido como o conjunto de transformações de uma formação social pela difusão do modo de produção capitalista e pela formação dos aparelhos de Estado. A constituição do modo de produção implica sua dominação sobre relações de produção mais antigas. Também podem ser mudanças advindas de contradições que surgem no processo de acumulação em que o capitalismo já se encontra consolidado. O estudo da formação social brasileira obteve um grande avanço com a publicação da obra *A Revolução Burguesa no Brasil*, de Florestan Fernandes (1976). Sua contribuição está na exposição de diferentes "etapas" dessa revolução, cada uma representando as transformações estatais que constituíam o "poder burguês", ao mesmo tempo em que se interiorizavam (dentro de limites da divisão internacional do trabalho) as relações sociais capitalistas. Em um desdobramento deste campo de estudos, Sônia Draibe (1985) analisa o que significaram as últimas etapas da revolução no que diz respeito à formação do Estado capitalista. Segundo a autora, a formação deste tipo de Estado envolve a execução de diferentes políticas e medidas de governo – alterações regulatórias, criação de instituições, de empresas estatais, etc – em que o que se encontra em jogo são as diversas "questões da Revolução Burguesa". Dito de outro modo, cada "questão" corresponde as possiblidades de atuação do Estado nas contradições da reprodução do capitalismo em uma sociedade. Seguiremos, portanto, sua proposta de distinção das diversas questões.

Dentre as contradições, podemos destacar a disputa pela dominação das diferentes frações de capital que se aglutinam segundo o momento da reprodução do capital (financeiro, produtivo, comercial), do setor produtivo (agricultura, indústria de bens de produção, indústria de bens de consumo, etc.) ou da nacionalidade (interno público, interno privado ou externo). Deste modo, grande parte do que chamamos de "questão nacional" significou uma disputa política de como o Estado permitiu a vinculação de um padrão de acumulação baseado na produção de bens de consumo duráveis com o capital financeiro estrangeiro. Envolveu também a natureza das relações de produção no campo brasileiro (questão agrária) e o modo como se regularia a força de trabalho (questão social, grande parte da questão urbana, dentre outras). Draibe ainda identifica que o próprio Estado pode ser colocado em questão como uma totalidade. Seria o caso de investigar o financiamento da máquina pública (questão fiscal). E de modo bastante sugestivo, porém pouco detalhado pela autora, o modo como o Estado coordena suas diferentes instituições — questão institucional (DRAIBE, 1985, p. 15–16).

Nesta demarcação teórica, o problema de investigação na formação do Estado é o movimento de criação e transformação de aparelhos de Estados em consonância com articulação e hierarquização de questões da revolução burguesa. Deste modo, podemos complexificar a análise do capitalismo brasileiro não apenas como mudanças de padrões de acumulação (uma restrição à dimensão econômica), mas também como um processo de disputa política. As questões da Revolução burguesa constituem então simultaneamente as contradições que modificam o padrão de acumulação e a forma do Estado (*Idem*, p. 27). Portanto, em um mesmo processo, embora analiticamente diferenciado, a luta de classes constitui certo padrão de acumulação e conforma o Estado. Bastante elucidativa é a metáfora que dá título ao livro de Draibe (1985), *Rumos e Metamorfoses*: para cada mudança de *rumo* da produção ocorre uma *metamorfose* do Estado capitalista.

Se ressaltamos a disputa política, é para mostrar que em uma determinada conjuntura há diferentes modos de equacionar as questões da revolução burguesa. A que se torna dominante é aquela em que o discurso consegue interferir na coordenação das principais instituições estatais. É um pressuposto da disputa política que o processo histórico seja sempre aberto, no sentido de que a história do Brasil pudesse ter se dado de outras formas. Isto permite ao pesquisador construir hipoteticamente diferentes vias[3] para o capitalismo

[3] O termo utilizado por Draibe é "vias de desenvolvimento": "É nesse sentido que nos propomos pensar as vias de desenvolvimento, que devem ser entendidas como possiblidades estruturais, como formas de equacionar de

brasileiro. Trata-se de um exercício teórico que permite entender que a dominação de diferentes frações de capital no processo de acumulação poderia dar uma direção alternativa à formação econômica brasileira. Assim, no caso do processo de industrialização, esta pode ser deduzida abstratamente da crise da economia agrário-exportadora. Uma crise econômica, enquanto tal, abre a possibilidade de diversas vias para o capitalismo. Para isto, se faz necessário investigar as questões levantadas na sua articulação simultaneamente ao sentido da ação estatal.

Se observarmos as instituições criadas, o sentido da ação estatal já era, em fins do Estado Novo, o de garantir o avanço da industrialização. Porém, este sentido tem de ser identificado pelo conjunto de medidas implementadas pelo governo, pois, quando notamos que tais medidas surgiram em diferentes datas de modo pouco organizado, somos levados a concluir que não houve um planejamento que orientasse as diferentes instituições. A própria primazia presidencial – exacerbada pelo regime ditatorial – era em si um sintoma da falta de coordenação do Estado para atingir suas tarefas a contento. Como parte do sentido da ação estatal, desenvolveram-se diversos aparelhos econômicos ampliando a capacidade de regulação e intervenção em uma pluralidade de setores econômicos. Por fim, não podemos deixar de assinalar que as diferentes instituições revelaram um caso de condensação de questões no tempo, o que permitiu que a industrialização se revelasse uma via para o processo de acumulação perseguida pelo Estado mesmo com as alterações Constitucionais que adviriam com a República de 1946 (*Idem*, p. 44-5).

Durante a vigência do Estado Novo, a discussão das questões da formação do Estado capitalista ficou restrita aos círculos burocráticos civis e militares. Apenas grupos empresariais puderam mobilizar sua participação política de modo a influir na formulação da política econômica do governo. Para isto, o regime assegurou a representação setorial – antigas organizações corporativas, associadas com as novas previstas pela Constituição de 1937 – nos conselhos econômicos, como o CFCE. Desta forma, intervenções políticas de industriais se fizeram presentes desde o início da década de 1930 como a campanha pelo protecionismo econômico, liderada por Roberto Simonsen, presidente da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP)[4]. Já durante os anos 1940, por meio de diferentes

modo distinto as questões da revolução burguesa" (1985, p. 33–4). Como se verá mais adiante, a presente tese tem uma concepção mais estrita de "desenvolvimento" que a da autora.

[4] Um apanhado dos benefícios tarifários concedidos à indústria entre 1931-1937, assim como os entusiasmo de diferente organizações de industriais, pode ser encontrado no estudo de Stanley Hilton (HILTON, 1977, p. 99–102).

encontros que transbordaram o âmbito estritamente governamental, ocorreu uma espécie de amadurecimento da discussão sobre as necessidades da industrialização. Foram os casos dos seguintes encontros: Congresso Brasileiro de Economia, de 1943 e 1944; Congresso Brasileiro da indústria, de 1944, e Conferência Nacional das Classes Produtoras, de 1945 (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 258; DINIZ, 1978, p. 94–109).

Este período, marcado pelo início da industrialização e pela criação de aparelhos econômicos, possibilitou um rico debate no qual a intervenção Estatal se conformou ideologicamente como desenvolvimentista. Com isto, queremos dizer que a industrialização passou a ser elaborada discursivamente como um "interesse geral", elemento de legitimação da ação do Estado na acumulação. Por concordarmos quanto ao papel central da noção de desenvolvimento, seguiremos a formulação de Ricardo Bielschowsky: "O pensamento econômico que relatamos estava politicamente engajado na discussão do processo de industrialização brasileira. O conceito-chave que organiza o relato e que lhe concede unidade é o 'desenvolvimentismo'" (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 7). Esta definição geral do autor sobre o conceito será incorporada nesta pesquisa e é dotada de quatro temas principais do debate público. São eles:

> 1. A industrialização integral é a via de superação da pobreza e do subdesenvolvimento brasileiro;
> 2. Não há meios de alcançar uma industrialização eficiente e racional no Brasil através das forças espontâneas de mercado; por isso, é necessário que o Estado a planeje;
> 3. O planejamento deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos de promoção; e
> 4. O Estado deve ordenar também a execução da expansão, captando e orientando recursos financeiros, e promovendo investimentos diretos naqueles setores em que a iniciativa privada seja insuficiente. (*Idem*, p. 7)

Sem o compromisso de estabelecer a gênese precisa dos temas que envolvem o conceito de desenvolvimento, o autor periodiza a história em torno do debate da industrialização por períodos em que houve mudanças significativas nas articulações que esta noção permitia. Assim, o período que vai da crise econômica e política no Brasil, em 1930, ao fim do Estado Novo, em 1945, é considerado como a "origem do desenvolvimentismo". Por origem, o autor pretende designar uma mudança de qualidade no debate econômico. Antes de 1930, já havia, no Brasil, a defesa da industrialização que associava este fenômeno ao

progresso e advogava medidas estatais protecionistas para preservar “indústrias nascentes”. Este protecionismo, por sua vez, já indicava críticas contra o liberalismo dominante na primeira República, crítica esta que foi acrescida pela defesa de subsídios fiscais e creditícios à indústria brasileira. No entanto, de acordo com Bielschowsky, esses elementos ganharam novas articulações quando foram inseridos em um quadro de centralização Estatal e de reorientação da acumulação para o mercado interno.

Realizando uma livre interpretação do autor, consideramos que no período do Estado Novo estabeleceu-se um ideário de que os problemas da nação decorriam de uma situação de subdesenvolvimento. Por subdesenvolvimento, entendia-se uma situação histórica de limitação do sistema produtivo à produção de bens primários e limitação da atuação do Estado a princípios liberais, sobretudo o livre-cambismo. Em um discurso em comemoração aos 10 anos de governo[5], eis como o Estado Novo era interpretado por Vargas:

> A atividade deste decênio, depreende-se, claramente, dos algarismos enunciados, revela um fato de importância transcendente: o valor da produção industrial mostrou- se superior ao da produção agrícola. Isto quer dizer que o país atingiu sua fase de crescimento equilibrado, forrando-se, pouco a pouco, à dependência econômica, que é característica dos produtos exclusivos de matérias primas e gêneros de alimentação.
> Já atingimos o grau de adiantamento suficiente nas indústrias de transformação, e, por felicidade, vimos O' nosso esforço coroado de êxito, no preparo das bases de uma etapa superior do seu desenvolvimento. O Estado Novo venceu os arraigados preconceitos que vigoraram, em matéria econômica, durante cincoenta anos e que nos chumbavam à situação de país semi-colonial, voltado, fatalmente, a vender produtos da terra e comprar manufaturas. Os especiosos argumentos que alimentavam o tema dos agraristas sistemáticos eram, em resumo, assim concebidos: Não temos combustíveis minerais — carvão e petróleo —, e, consequentemente, apesar da abundância de ferro, não podemos ser um país industrializado; resta-nos exportar os minérios como matéria prima e comprar as máquinas; o nosso parque fabril deve reduzir-se a pequenas indústrias do consumo, concentradas nas zonas de maior densidade demográfica,, sob a proteção das barreiras alfandegárias (VARGAS, 2011, p. 424).

Em seguida, o presidente demonstrou realizações de superação do desenvolvimento por meio da implantação de indústrias de base. Estas indústrias estavam inseridas no ideário de que os problemas nacionais, enquanto problemas de subdesenvolvimento (de países

[5] Discurso pronunciado em banquete oferecido por empresários e trabalhadores no Aeroporto Santos Dumont, Rio de Janeiro, no dia 11 de novembro de 1940 (VARGAS, 2011, p. 424).

“semicoloniais”), só poderiam ser superados pela industrialização integral destas sociedades. Portanto, a industrialização passou a se tornar um interesse geral que legitimaria todo um leque de políticas econômicas para criar as “novas bases da economia nacional”:

> [após apresentar resultados alcançados em setores como mineração, ferrovias, combustíveis, etc.] Com tais premissas, não pode haver dúvida sobre o êxito das nossas indústrias básicas, que permitirão ao país agrário, preso aos azares do mercado mundial, bastar- se a si mesmo. Isto quer dizer, noutros termos: — capacidade 'para fabricar máquinas em geral, de modo que a própria agricultura, de extensiva e rotineira, possa passar a intensiva; possibilidade de forjarmos os instrumentos da nossa defesa, motores para os nossos aviões, navios para a frota, trilhos, locomotivas e automóveis para as estradas.
> Falando, neste momento, aos homens que vivem, precisamente, voltados ao labor industrial, não lhes falamos, apenas, ao raciocínio, mas, também, ao seu sentimento de brasileiros. Ferro e carvão para produzir o aço das nossas máquinas, petróleo para movimentá-las: são as aquisições fundamentais desta fase da vida nacional (VARGAS, 2011, p. 424).

Conjugar esses processos em um mesmo discurso foi possível porque, desde o primeiro governo de Vargas, o grupo político a ele associado vinculou a industrialização a um tema consagrado na discussão da formação do Estado Capitalista: a ideia de “soberania nacional”. Esta ideia permeia a constituição de todos os aparelhos de Estado. No entanto, o desenvolvimentismo confere primazia aos aparelhos econômicos, quando estipula ao Estado a necessidade de, além de promover uma “independência política”, promover uma “independência econômica”. No caso do Brasil, o desenvolvimentismo significou considerar a intervenção do Estado na industrialização a principal condição do próprio Estado se formar. Isto quer dizer que os aparelhos econômicos passaram a ser uma condição de existência e crescimento de outros aparelhos. Em outros termos, a questão da industrialização seria o caminho para a solução de outras questões.

Com o fim do Estado Novo, foi possível observar uma abertura política em que as estruturas de representação política de caráter técnico-corporativo passariam a coexistir com as de caráter democrático-liberal. Isto abriu a possibilidade de novas camadas da população participarem do debate político, seja como público-alvo da disputa eleitoral para composição de cargos dos poderes Legislativo e Executivo, seja pela ressignificação das instituições corporativas dedicadas à classe trabalhadora que se encontravam sob rígido controle Estatal – como veremos mais adiante. No entanto, os trabalhadores ingressaram, após anos de

repressão, em um debate já político. Isso não impedia que eles tomassem para si a tarefa de oferecer novos equacionamentos para as questões da Revolução Burguesa. Quais foram as questões abordadas pelo movimento sindical e como essas mesmas questões foram articuladas será o objeto da presente tese.

3. Movimento sindical e abertura política

Para os grupos sociais que vendiam sua força de trabalho, consequentemente inseridos nas relações sociais capitalistas em formação, a atuação política não foi garantida pelo reconhecimento de direitos civis (igualdade formal) e políticos (sufrágio, formação de partidos) presentes na Constituição de 1889; tampouco, foi garantida pelo reconhecimento do direito de associação de junho de 1907 (Decreto nº 6.532). São muitos os fatores que explicam as dificuldades da organização política dos trabalhadores. Para os fins da argumentação do presente capítulo, nos restringiremos ao descompasso entre o tardio reconhecimento jurídico de direitos para os trabalhadores e a crescente intervenção Estatal no processo de acumulação.

A Constituição de 1889 representou um ordenamento jurídico de cunho liberal que limitava a regulação do mercado ao reconhecimento de direitos individuais e a defesa da propriedade privada (SANTOS, 1987, p. 15–6). Regulando uma formação social capitalista baseada na agricultura para exportação, esta legislação significou que a gestão da força de trabalho ficasse sob âmbito privado. Deste modo, mesmo nas lavouras de café, o polo mais dinâmico da economia, ocorreu uma lenta transição de regimes de trabalho compulsório para regimes de trabalho livre, com a continuidade de relações pessoalizadas entre patrões e empregados. Se o Estado não intervinha na gestão da força de trabalho, isto não quer dizer que não tinha um papel importante no conjunto de sua reprodução. Grandes disputas são travadas nos parlamentos nacionais e do estado São Paulo desde a década de 1870 sobre o "problema da mão de obra", portanto bem anterior à referida Constituição. Tratava-se de discutir o papel do Estado para garantir um fornecimento abundante de força de trabalho capaz de compensar o iminente fim da escravidão. Esse problema dizia respeito tanto ao financiamento da imigração quanto a diferentes formas de repressão que perseguiam a "vadiagem", ambas medidas para garantir internamente a disponibilidade de trabalhadores para o processo produtivo (Cardoso, 2010, p. 61–7).

Setores urbanos – comércio, indústria e serviços de utilidade pública – que cresciam pelo abastecimento interno da economia exportadora, também se beneficiavam dos marcos jurídicos de 1989. Por mais que estes setores desenvolvessem formas de assalariamento mais típicas de relações capitalistas, impediam que se generalizassem direitos a todos que formalizassem a condição de assalariado. Ou seja, por mais que estivesse regulada a criação de sindicatos a partir do decreto de junho 1907, , suas reivindicações pela universalização de direitos encontravam ecos limitados no parlamento. A regulação da jornada de trabalho, por exemplo, ficou limitada a categorias que tinham maior poder de mobilização. O escopo dos direitos[6] era limitado ao regular poucos aspectos do processo de trabalho: acidentes de trabalho, trabalho de menores, etc. Outrossim, era restrito ao atingir poucas categorias como a lei que instituía a Caixa de Previdência e Pensão (lei Eloy Chagas, de 1923), a qual teve início com a categoria dos ferroviários, para depois, rapidamente, se estender a outras categorias de considerável poder mobilizatório. Em 1930, somavam-se 47 Caixas em funcionamento (SANTOS, 1987, p. 21–6).

O ordenamento jurídico mudou substancialmente acompanhando o conjunto de transformações econômicas e políticas dos anos 1930-40. Em três anos (1931-34), diversas reivindicações promovidas pelo sindicalismo dos anos anteriores se tornaram objeto de uma espetacular proliferação de decretos: instituição do Ministério do Trabalho Indústria e Comércio (MTIC); carteira de trabalho; nova lei de sindicalização; cobertura de sistema previdenciário para funcionários públicos, trabalhadores da orla marítima e comerciários; jornada de oito horas de trabalho; proteção ao trabalho das mulheres e dos menores; reforma da lei de acidentes no trabalho e da lei de férias; regulamentação do trabalho de determinadas categorias como portuários bancários, telegrafistas, etc. Além do aumento do escopo dos direitos, o governo também decretava o início de uma "Justiça do Trabalho" por meio da possibilidade de empregados e empregadores regularizarem os contratos de trabalho na forma de convenções coletivas; pela formação de comissões mistas de conciliação e juntas de conciliação e julgamento (RODRIGUES, 1968, p. 71). No entanto, estes últimos decretos levaram anos para serem implantados. O mesmo pode ser dito com relação à montagem das

[6] Entenderemos o aumento do escopo dos direitos pela definição dada por Wanderley Guilherme dos Santos: "Distinguem-se países, entretanto, no que diz respeito ao início da ação estatal, à *ordem* e ao *ritmo* em que os regulamentos sociais vão sendo estabelecidos e ao *escopo* da legislação, tanto em termos dos grupos sociais "legislados", quanto em termos do número de dimensões sociais cobertas pela legislação." (SANTOS, 1987, p. 13).

primeiras cortes de justiça do trabalho, em 1941 – previstas na Constituição de 1937 e no decreto-lei nº 1.237, de 1939 (JORDAN, 2000a, p. 54; OLIVEIRA; LOBO, 1992, p. 105).

Com a promulgação da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, estas leis passaram a ganhar sistematicidade e configurou-se o "trabalho" ou o "social" como um ramo do direito, em tensão com o direito civil. Isso marcou uma mudança na intervenção estatal na reprodução da força de trabalho. Ao mesmo tempo, criava-se uma expectativa de efetivação de um direito político, no sentido estabelecido por lei: o sindicato como "órgão de colaboração com os poderes públicos e as demais associações no sentido da solidariedade social e da subordinação dos interesses econômicos ou profissionais ao interesse nacional" (art.518).

Quando discutimos o sindicalismo do pós-guerra, estamos recortando um período de um longo processo de uma forma de constituição de sujeitos de direitos, em que se observa graus variados de efetivação e questionamento de um marco legislativo criado no Estado Novo. Ou seja, de um lado, no início dos anos 1940, consolidou-se um aumento substancial do direito para profissionais empregados reconhecidos pela legislação e criaram-se novos aparelhos econômicos para a constituição de um padrão de acumulação urbano-industrial. Por outro lado, com a abertura política em meado da mesma década, abriu-se a possibilidade de os trabalhadores participarem da gestão do Estado, ao menos nas instituições que interferiam diretamente no mercado de trabalho.

Um campo especial de investigação das ciências sociais tem versado sobre as condições pelas quais os trabalhadores pudessem ingressar nos sindicatos, disputar a direção destes e fazer valer seus direitos ou mesmo criar novos. Em suma, este campo de pesquisa verifica se os sindicatos puderam se efetivar como formas de organização política operária. No período histórico em consideração, um condicionante importante foi o fato de a legislação em vigor ter conferido ao MTIC um número considerável de prerrogativas na fiscalização dos sindicatos. Criou-se um aparente paradoxo que pode ser enunciado da seguinte forma: para que a efetivação da legislação social fosse reivindicada pelos sindicatos, uma parcela das leis teria de ser descumprida ou, ao menos, relaxada por parte do Estado. Isto ocorria porque o conjunto de critérios legais para um sindicato ser criado e mantido era, em grande parte, impeditivo, revelando um grande controle administrativo por parte do Ministério.

Só poderia ser considerado sindicato a associação profissional que obtivesse uma *carta de reconhecimento* (art. 7º e 8º) do MTIC, depois de ter cumprido uma série de formalidades burocráticas. A principal formalidade era de abarcar pelo menos um terço dos

trabalhadores de seu território (em geral, município). O sindicato poderia ser alvo de intervenção direta do Estado para a nomeação de dirigente e, até mesmo, ter seu reconhecimento cassado, uma vez que o Ministério tinha prerrogativas de fiscalizar o balanço financeiro e as eleições sindicais. Quanto a este último aspecto, os diretores deveriam obter um "atestado de ideologia", uma garantia de que não professavam "ideologias incompatíveis com as instituições ou os interesses da Nação" (art. 530) – este artigo durou até 1952. Em lei posterior, também foi vedada a participação de membros de partidos políticos na constituição de chapas de eleição sindical (decreto lei nº 9.502 de julho de 1946).

Como a legislação era bastante extensa e incluía diversos itens de organização interna que, de certa forma, substituíam estatutos sindicais, era bastante fácil aos representantes ministeriais encontrarem motivos para intervir nos sindicatos, bastando haver vontade política para tal. Foi o que ocorreu durante os anos de 1947-8 quando se interveio ao longo de todo o Governo Dutra, por exemplo, englobando mais de 200 sindicatos (ERICKSON, 1979, p. 66–7). Porém, este controle tão rígido não foi uma constante no período democrático de 1945-64, pois era bastante sensível a variabilidade de coalizões governamentais de nível nacional e estadual do período.

Outro condicionante importante da participação sindical tem sido o reconhecimento da legislação pelo conjunto dos aparatos repressivos federais e estaduais. Neste ponto, há uma linha de continuidade significativa nos poderes discricionários das instituições repressivas. Desde o início do século, a repressão ao movimento sindical estava garantida por um conjunto de decretos que permitia o enquadramento das manifestações políticas em legislações de defesa da propriedade privada, e pela condenação de doutrinas políticas como o anarquismo e o comunismo[7].

Um dos principais indicadores da repressão estatal à organização dos trabalhadores pode ser encontrado na perseguição ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), uma vez que entidade sempre buscou – com sucessos variados – elaborar teórica e ideologicamente os problemas vividos pelas classes populares. Como é bem sabido, a chamada "Intentona Comunista" foi um dos pretextos para o Golpe de Estado que daria origem ao Estado Novo. Foi também a culminância de uma série de prisões e deportações de militantes. Dentre outras consequências, isso os impediu de participarem de forma orgânica no movimento sindical, desde sua criação, no início dos anos 20, até meados dos anos 1940. Logo, este partido

[7] Uma listagem das leis repressivas pré-1930 pode ser encontrada, dentre outros, em Rodrigues (1968, p. 57–8)

assistiu a decretação da legislação trabalhista sob intensa repressão policial e só pode levar em conta a existência desta ordem jurídica em sua atuação política quando, no final do Estado Novo, os presos políticos foram anistiados pelo Decreto-Lei 7474, de 18 de abril de 1945 (ALMEIDA, 1978, p. 135).

Cerca dez anos após a promulgação da CLT, iniciou-se um processo um tanto quanto descontínuo de relaxamento da intervenção ministerial sobre os sindicatos. O marco deste processo foi o já citado fim do "atestado de ideologia", no governo democraticamente eleito de Vargas, acrescido pela anuência em relação a formações de entidades intersindicais não previstas pela legislação. Também é bastante simbólico o envio de uma carta-circular enviada por parte do Ministro João Goulart convocando os sindicatos a assumirem seus papéis de colaboradores do Ministério para fiscalizarem a conformidade das empresas com a lei e denunciarem as infrações às Delegacias Regionais do Trabalho.

4. A articulação entre industrialização e ampliação de direitos

Em um dos livros pioneiros dedicados ao movimento sindical, *Sindicato e Desenvolvimento no Brasil*, o sociólogo José Albertino Rodrigues singulariza o período de 1952-1962[8] como a "fase áurea do sindicalismo brasileiro" (1968, p. 131). Esta fase foi de um expressivo crescimento de 55% no número de sindicatos. Entretanto, não é somente por esse índice que o autor singulariza o período, uma vez que no anterior, de 1941-1947, o número de sindicatos mais que dobrou e se formaram as principais federações e confederações. O destaque recai mesmo para a "atuação sindical" que, esta sim, evoluiu, sobretudo nos anos 1950. A atuação sindical, nas palavras do autor, "consiste na condução de uma categoria profissional a obter vantagens e conquistar reivindicações, levada a efeito mediante uma combatividade e um vigor que tornem aquela categoria respeitada por suas ações" (*Ibidem*, p. 141).

No balanço realizado na obra em questão, dados os condicionantes da manifestação política dos sindicatos – mencionados na seção anterior –, a representatividade dos sindicatos deve ser vista de acordo com suas "potencialidades demonstradas". Na virada dos anos 1940 para os anos 1950, assistiu-se a um isolamento de dirigentes sindicais instituídos por meio de

[8] O ano de 1962 é o fim do subperíodo, de acordo com a disponibilidade de dados estatísticos referentes aos índices de sindicalização. Segundo a argumentação autor, é possível inferir que a fase se estende até o Golpe de 1964.

Ministério do Trabalho (os famosos pelegos), que foram perdendo as eleições dos principais sindicatos e se concentraram em sindicatos com índices de sindicalização ínfimos[9]. Grandes sindicatos, dos principais setores da economia (excetuando a agricultura), puderam então se dedicar ao que o autor lista como "campos de atuação", dos quais destacaremos os dois principais, de acordo com a visão do autor.

O principal campo são as conquistas trabalhistas que incluem a luta pela melhoria do salário real e a conquista de direitos sociais. Neste ponto, o autor registra uma correlação de uma intensa atividade sindical, nos anos 1950, e o aumento do salário real dos trabalhadores da indústria. Também identifica a extensão de direitos em relação à formulação inicial da CLT, como o salário-família, salário-educação, 13º salário e os salários profissionais em algumas categorias. Na presente tese, avaliamos este processo como um aumento do escopo dos direitos em relação ao número de áreas do processo de acumulação. Os exemplos dados pelo autor referem-se à evolução da interferência dos trabalhadores na política salarial; logo, poderíamos achar que se trata apenas de um aperfeiçoamento de um só direito, a saber o contrato de trabalho. Porém, como veremos ao longo da tese, os trabalhadores buscaram a criação de outros direitos concernentes às condições de trabalho e à extensão de direitos previdenciários.

Ainda quanto às conquistas trabalhistas, os sindicatos operavam uma defesa dos direitos e garantias legais, prestando assessoria jurídica à quantidade crescente de reclamações individuais. Albertino Rodrigues registra o crescimento do número de departamentos jurídicos nos sindicatos. Faz-se necessário assinalar que, de um modo um tanto quanto contraditório à ênfase na conquista dos direitos, o autor vê na denúncia das infrações um efeito de burocratização e conformismo dos sindicatos. Neste ponto, Rodrigues estabelece contato com uma tradição de estudos que é mais conhecida como estudos do sindicalismo populista[10]. Em poucas palavras, esta tradição pressupõe que, ao se enquadrar na estrutura sindical prevista pela CLT, os sindicalistas estariam aderindo a uma tutela estatal com parcas possibilidades de mobilização política.

Estudos posteriores vieram a contestar esta hipótese de que a utilização dos recursos previstos pela CLT significava uma desmobilização política ou uma burocratização dos

[9] No entanto, estes pequenos sindicatos, no conjunto, permitiam muitas vezes que os pelegos se mantivessem em federações e confederações. Trataremos desta questão no capítulo 2.

[10] A noção de sindicalismo populista é parte de uma teoria mais geral do populismo que, por sua vez, tem como objeto a constituição do Estado na periferia do capitalismo, particularmente na América Latina. O processo de construção dessa teoria pode ser encontrado em Maia (2001). Para um balanço das limitações do conceito de sindicalismo populismo (o "consenso corporativista"), conferir French (1995).

sindicatos[11]. Serão relatados em diferentes momentos desta tese os achados destes historiadores para demonstrar como a legislação social se tornou um processo de disputa entre as classes. Para isso, consideramos importante o entendimento da CLT como um momento em que "o Estado capitalista construiu uma utopia irresistível num ambiente de grande vulnerabilidade socioeconômica das massas: a utopia da proteção estatal representada pela legislação social e trabalhista" tal como analisado por Adalberto Cardoso (2010, p. 207). O argumento do autor é de que esta legislação possibilitava aos trabalhadores criarem a expectativa de uma proteção social baseada em uma promessa de incorporação social e, acrescentamos nós, uma intervenção industrializante. O uso do termo "utopia" é importante por estar relacionado à incorporação das expectativas dos trabalhadores que podem ser identificadas no engajamento dos mesmos como "artífices do processo de construção estatal" ao buscarem, por meio de sua organização política, dar facticidade ao ordenamento jurídico – a utopia sendo entendida então como um "horizonte da luta de classes" (*Ibidem*, p. 223).

Voltando as contribuições de Albertino Rodrigues quanto aos sindicatos, de um lado, eles lutavam por conquistas trabalhistas, por outro lado, abriam um campo composto por "temas de mobilização política". É desse modo que autor identifica um conjunto de temas que correspondem a uma periodização de três fases. A primeira fase, do início dos anos 1950, caracterizou-se pelo incremento da industrialização e foi simbolizada pela campanha do petróleo. A greve de 1953 marcou o início de uma segunda fase em que, mesmo que as atenções ainda estivessem voltadas para o incremento da industrialização, o movimento operário passou a tratar de dois problemas de caráter redistributivo: a questão agrária – que foi sendo aos poucos entendida como uma necessidade de formação de mercado interno – e a questão da inflação. A terceira fase foi a " convergência de questões de ordem estrutural para questões de caráter conjuntural" (*Idem*, p. 161), em um período de recessão econômica, quando o movimento operário passou a ter que lidar tanto com o aumento do custo de vida quanto com o problema do desemprego.

Rodrigues apresenta dois campos de atuação sindical sem apresentar sua articulação. De que modo os sindicalistas entendiam que o incremento da industrialização, o controle da inflação, a questão agrária e outros temas se vinculavam às questões trabalhistas? De modo abstrato podemos estabelecer relações. Por exemplo, observemos que, quanto aos grupos

[11] Trata-se do campo de estudos mais conhecido como Historiografia Social do Trabalho. Como marco de inicial deste campo indicamos o trabalho de Paoli (1988). Para um balanço das principais obras, conferir Silva e Costa (2001).

sociais abrangidos pela legislação social, a variação do escopo da legislação social no período dependia da oferta de ocupações reconhecidas por lei[12]. Como estas ocupações reconhecidas eram eminentemente urbanas, não é difícil concluir que, se os trabalhadores acreditavam na "utopia" da legislação social, se realmente desejavam uma universalização de direitos, necessitavam lutar pelo incremento da industrialização. Com o mesmo procedimento teórico, é possível pensar que o controle da inflação era uma forma de garantir o poder de compra dos salários; ou que era necessário um aumento da arrecadação estatal para garantir os direitos previdenciários, e assim por diante. Em qualquer uma dessas hipóteses, estamos tratando de um novo grupo de condicionantes para o aumento do escopo dos direitos, os condicionantes econômicos.

Como vimos em seções anteriores, o processo produtivo como um todo vinha crescentemente se tornando alvo de intervenções estatais. Deste modo, se havia condicionamentos econômicos para as aspirações de direitos da classe operária, era possível intervir nestes condicionamentos por meio do mesmo Estado que realizava uma promessa de incorporação. Em outras palavras, o reconhecimento, por parte do Estado, de reivindicações dos cidadãos-trabalhadores abriu também a possibilidade de esses trabalhadores se sentirem no direito de atuar em outros ramos do aparelho estatal que interferiam nas suas condições de vida por mais que estes mesmos ramos fossem além do ordenamento jurídico atribuído ao trabalho. Para isto, seria necessário que os trabalhadores construíssem pautas políticas para a intervenção nos condicionamentos econômicos da aquisição de seus direitos.

O objetivo dos capítulos que se seguem será o de mostrar como, na construção de pautas de reivindicações sindicais, os trabalhadores abriram o campo dos "temas de mobilização política" de maneira a relacioná-lo com suas expectativas de aquisição de direitos. Ao fazê-lo, o movimento sindical construiu novas propostas para alterar o processo de industrialização e, de modo mais geral, equacionou, de modo inusitado, as questões da Revolução Burguesa no Brasil. Assim, a esta pesquisa contribuirá para as investigações em torno da luta pela efetivação da legislação trabalhista, na medida que esta luta incorria em questionar seus condicionantes econômicos.

No capítulo que se seguirá, intitulado *A Aplicação da Lei*, exploraremos o fenômeno social de os trabalhadores terem de lutar pela implantação da CLT forçando o fim da Economia de Guerra que previa a suspensão de diversos direitos. Veremos que aumentar o

[12] Trata-se do princípio que dá forma à legislação (porém não expresso textualmente) de "cidadania regulada", tal qual conceituada por Santos (1987).

escopo da inclusão não foi uma tarefa fácil para o movimento sindical. Envolveria um processo complexo em que a CLT passou aos poucos a se tornar, mais do que um objeto de aspiração, uma pauta de luta ferrenha dos trabalhadores. Neste capítulo, apresentaremos um conceito que, ao longo de nossa pesquisa, veio se apresentando como de suma importância para a análise da organização dos trabalhadores: o conceito de eficácia política, elaborado por Maria Célia Paoli (1987). A generalização das reinvindicações dos trabalhadores construídas nos seus locais de trabalho foi mediada por formulações teóricas do Partido Comunista do Brasil (PCB). Da mesma forma, esse partido foi importante para a coordenação das várias organizações que se formavam. Essa tarefa assumida pelo partido não esteve desprovida de dificuldades, as quais só foram superados na década seguinte.

No segundo capítulo, *A Industrialização*, narraremos o processo de retomada dos sindicatos por meio de eleições, no início da década de 1950, tomando por base o estudo de caso da categoria dos trabalhadores metalúrgicos do Distrito Federal e da cidade de São Paulo. Investigaremos como, nesta categoria, ocorre a coincidência histórica de um ciclo de mobilização política com a consolidação de uma estrutura de intervenção estatal na economia. No período que se estende do governo eleito de Getúlio Vargas ao de Juscelino Kubistchek, os trabalhadores estabeleceram o desafio de articular a luta pela da implantação e ampliação da CLT com propostas para um certo direcionamento da industrialização do país. No terceiro capítulo, *Da Carestia à Reforma Agrária*, busca-se entender as mudanças no discurso sindical no que diz respeito ao abastecimento urbano, alvo da intervenção estatal com impacto direto no poder aquisitivo dos trabalhadores. Esta questão foi, ao longo da década de 1950, articulada à questão agrária. Acompanhar a evolução discursiva destes dois pontos nos permitirá analisar um processo complexo de articulação entre temas econômicos. A proposta sindical de reforma agrária que emergiu no final da década em questão terminou por aglutinar esforços de aumento do escopo de categorias ocupacionais abrangidas pela CLT, como o barateamento do custo de vida e a democratização do acesso à terra.

Todas as lutas por nós estudadas passaram por um período de convergências na luta pelas reformas de base, no início da década de 1960. Foram, na verdade, duas grandes convergências de naturezas distintas, porém imbrincadas: a coordenação das campanhas das diversas categorias e localidades de trabalhadores, e a elaboração de uma pauta política unificada para os trabalhadores do Brasil. Trataremos de aproveitar o esforço de unificação política para avaliarmos a articulação dos temas da mobilização política ao longo de mais de

duas décadas de movimento sindical, abrindo caminho, desse modo, para o registro de algumas conclusões da presente tese.

CAPÍTULO 1
A APLICAÇÃO DA LEI

O imediato pós-guerra pode ser caracterizado como um período de fortes expectativas. A entrada do Brasil no conflito mundial significou uma tomada de posição do governo contra o Bloco do Eixo, consensualmente identificado aos regimes fascistas europeus. O fato de o governo assumir a luta antifascista contribuiu para que diferentes setores políticos desenvolvessem interpretações que tendiam a convergir para a defesa da democracia, em que pesem as divergências quanto ao grau de ruptura com o Estado Novo. Para os trabalhadores, o fim da guerra significaria o fim da "batalha da produção", ou seja, do conjunto de legislações de exceção que suspendia diversos direitos instituídos pela CLT e o fim do discurso governamental acerca da necessidade de realizar "sacrifícios" para a continuidade do crescimento industrial.

Portanto, investigaremos de início, neste capítulo, como diversos efeitos da economia de guerra se relacionaram com as reivindicações operárias no processo de constituição dos indivíduos desta classe em sujeitos de direitos. A economia de guerra foi "desmobilizada" em 1945, e a legislação de emergência acabou ao longo do ano de 1946. Acontece que esta política beneficiou de sobremaneira a classe patronal dos setores econômicos atingidos. Somente com a pressão do movimento operário na reivindicação do fim das exceções, a aplicação das leis trabalhistas pode de fato modificar este ponto da intervenção estatal.

Seguindo os diversos condicionantes da efetivação dos direitos sociais que apresentamos no capítulo anterior, pretendemos demonstrar que o período do imediato pós-guerra, segunda metade dos anos 1940, foi um período de construção de pautas sindicais, que ocorreu diante de uma intervenção econômica do Estado largamente desfavorável aos trabalhadores. De acordo com nossa proposta de pesquisa de seguir o "campo de mobilização", nosso intento é demonstrar a importância dos condicionantes do pós-guerra, pois é nele que um conjunto de categorias de trabalhadores vai levantando pautas que remetem a itens a serem incluídos na legislação ou, se já presentes, a serem implantados em uma dinâmica de luta que aos poucos foi sendo revelada pela atual historiografia social do trabalho.

Do ponto de vista da coordenação do processo geral de acumulação, o período foi de manutenção dos instrumentos criados no Estado Novo, sem significativa ampliação da intervenção da economia. Será apenas nos anos 1950 que serão construídos projetos de

industrialização propriamente ditos. Porém, quando estes projetos passam a ser formulados, já tinham que lidar com um movimento operário que já conseguia estabelecer pautas gerais relacionadas à implantação de direitos. Melhor dizendo, o fato de o operariado ter conseguido a duras penas estabelecer algumas pautas gerais nos anos de 1940 dará um lastro para reagir às transformações das estruturas estatais e formular visões próprias do desenvolvimento, o que será o tema dos capítulos seguintes.

1. A economia de guerra para os trabalhadores

A legislação de emergência consistiu em um conjunto de Decretos-leis que elevavam a jornada trabalho e a intensificavam – ou seja, estabeleciam o aumento de produção sem a promover modificações significativas no processo de trabalho. O crescimento industrial dos anos 1930-40 teve como característica marcante o aproveitamento da capacidade ociosa e uso de maquinário defasado, sendo o período da II Guerra Mundial considerado o ápice deste processo. Atribui-se, em geral, a principal causa à restrição ao comércio exterior por conta da falta de divisas provindas das exportações. Posteriormente, durante a guerra, houve um declínio da oferta mundial de insumos industriais. Este conjunto de decretos permite observarmos uma das formas de atuação do Estado em prol do crescimento industrial, especificamente na promoção de uma exploração "extensiva" da força de trabalho. Se analisarmos o processo apenas pela mais conhecida deterioração do salário real, é possível reter uma falsa impressão de que o Estado foi apenas conivente com a agressão patronal do período, escamoteando seu papel ativo como promotor. Listaremos a seguir os decretos, iniciando pelos que contribuíram mais diretamente para o acirramento da deterioração salarial e das condições de vida operária para, em seguida, apresentar aqueles que impediam a organização política para dar fim a esta situação[13].

O primeiro Decreto-lei justificado pela guerra, de número 4.789, promulgado em outubro de 1942, estabeleceu um desconto nos salários de até 3% destinado à subscrição de guerra, e outro de 0,5% em prol da Legião Brasileira de Assistência. Isto quase dobrou os descontos existentes, uma vez que os trabalhadores formais tinham 4% de seus vencimentos deduzidos para os IAP's — com a diferença de que este último se revertia em benefícios

[13] Para a listagem dos Decretos-leis baseamo-nos nas obras de Silvio Frank Alem (1981) e Maria Célia Paoli (1988).

como aposentadoria e, em tese, assistência social. Contudo, a maior investida seria contra a jornada de trabalho no caso das indústrias que interessavam à "Defesa" ou à "Soberania Nacional". A este grupo de indústrias, o Decreto-lei 4.839, do mesmo mês, "facultava" a prorrogação da jornada de trabalho para até 10h horas diárias. "[O]correndo necessidade imperiosa", horas adicionais ainda poderiam ser aplicadas (art. 12, §32). Permitia-se o trabalho contínuo desde que o descanso semanal fosse mantido (art. 32). Enquanto durasse a guerra, as férias podiam ser adiadas ou convertidas em indenização.

Em julho de 1944, com o Decreto-lei 6.688, essas medidas passaram a ganhar maior impacto no operariado com a inclusão da indústria têxtil como "interesse nacional". O mesmo decreto também objetivava atender aos reclames do empresariado contra o absenteísmo do operariado. Cada empresa têxtil passava a ter exclusividade na indicação de médicos para o fornecimento de licenças de saúde. A ocorrência de mais de oito faltas era considerada crime de "deserção". Criou-se uma Comissão Executiva Têxtil, que se divida em subcomissões regionais. Em cada região, esta instituição decidia o posicionamento dos empregados têxteis, com poderes para manter um empregado em determinada fábrica (vetando pedidos de demissão) ou transferi-lo para outra empresa à sua revelia.

O setor Têxtil pode ser considerado o caso mais emblemático desta política, pois, seguindo a análise de Stanley Stein (1979), este setor se caracterizou até 1950 por ser minimamente inovativo. Suas principais formas de contenção de custos era a restrição salarial e a luta contra as leis trabalhistas. Vale destacar que este setor sempre dependeu de uma intervenção estatal. Até a II Guerra Mundial, a classe patronal aliava uma luta por medidas protecionistas com o relaxamento da legislação trabalhistas, baseada no argumento de que havia um "problema da superprodução". Com a mudança na conjuntura mundial, rapidamente o patronato muda de estratégia política. Passa então a defender a necessidade de operar com a utilização total da capacidade produtiva existente para atender a demanda externa, com a campanha pela extensão da jornada para 12h. A demanda seria atendida no ano seguinte – coincidentemente, dez anos após a regularização da jornada de trabalho[14]. Uma vez incorporado às indústrias de defesa nacional, o patronato têxtil passa do desrespeito para a fiel defesa da lei em uma luta patriótica pela jornada estendida[15].

[14] As declarações de industriais a favor da extensão em jornada assim como a satisfação pela promulgação das leis de emergência podem ser encontradas em Paoli (1988, p. 301).

[15]"Ultimately, what the entrepreneurs had achieved by the early 1940, was the reduction of worker's conditions to the pure models of privatization and enslavement found at the turn of the century (...) – the difference being

Quanto aos sindicatos, estes viram-se obrigados a dedicar-se à campanha pelo "trabalho assíduo[...] em defesa da nacionalidade" (D.L. 4.637, agosto de 1942). A intervenção do MTIC sobre os sindicatos também foi ampliada. Agora, tornava-se possível desautorizar assembleias, reuniões de conselhos de representantes e a filiação "a qualquer movimento, mesmo de caráter cívico". Em setembro do ano seguinte, pelo decreto-lei 5.921, o Ministério passou também a decidir sobre a instauração ou não de dissídios coletivos. Este decreto teve o efeito de praticamente de eliminar este dispositivo pelo número de cláusulas exigidas, assim como de impossibilitar os sindicatos de recorrerem das decisões do MTIC (art. 10). As greves, já proibidas pela Constituição de 1937, passaram a ter o estatuto de crime militar, passível de reclusão de dois a seis anos, quando realizada por trabalhadores das indústrias enquadradas na "defesa nacional" (D.L. 4.766, outubro de 1942). Somando-se a isto o número insignificante de autuações por parte das Delegacias do Trabalho (ALEM, 1981, p. 29), é possível afirmar que todas as condições estavam dadas para os industriais simplesmente ignorarem a legislação trabalhista. O único caminho deixado aberto para os trabalhadores durante a guerra foi o dissídio individual[16].

Embora seja possível registrar algumas greves no período da segunda guerra[17], a luta operária assumiu predominantemente feições de resistência individual intrafabril. É o que se depreende do grande volume de reclamações industriais contra "sabotagens" (termo que admitia significados tão amplos como diminuição do ritmo de produção, da qualidade do produto, boicotes e operação padrão). É interessante notar o clamor dos industriais contra a falta de aplicação das leis referentes à jornada de trabalho, em casos de trabalhadores que faltavam ao trabalho para procurarem melhores empregos (PAOLI, 1988, p. 304). O ano de 1944 foi o pico desta luta patronal encapada pelo MTIC, sob gestão de Marcondes Filho. No programa de rádio *Hora do Brasil*, o ministro, até então divulgador semanal da legislação

---

that they could now resort to a sophisticated State apparatus which intervened in social issues through legal means, hence reducing even further the chances of a possible reaction by workers" (PAOLI, 1988, p. 309).

[16] Em 1939, foi decretada a instalação da Justiça do Trabalho, que só veio a ocorrer, de fato, em maio do ano seguinte. A partir de então, o número de reclamações é pouco representativo do universo da mão de obra, de 19 mil em 1941 para 39 mil, praticamente o dobro, segundo os dados do MTIC coligidos por Sílvio Alem. A despeito da falta de informações sobre os resultados imediatos destas reclamações, é possível atestar o fato de que, se o número é pequeno, ao menos foi crescente, o que indica um processo de legitimação deste espaço de conflito entre capital e trabalho (ALEM, 1981, p. 25).

[17] Dada a intensa exploração da força de trabalho, greves locais e esporádicas na indústria têxtil foram uma constante ao longo de décadas e ocorreram mesmo em fases bastante repressivas com acirramento da repressão Estatal – foi o caso, por exemplo, da greve de cinco mil trabalhadores da Votorantim (Sorocaba-SP) envolvendo cinco mil trabalhadores em plena vigência do Estado Novo (PAOLI, 1988, p. 292).

trabalhista[18], passava a denunciar o "absenteísmo", a "deserção" e a "sabotagem", que resultavam em baixos índices de produção, apesar de todos os avanços trabalhistas do governo. Em certas declarações o Ministro chegou mesmo a inferir que, por "ignorância", os trabalhadores não buscavam seus direitos e se entregavam ao "individualismo", à "preguiça" e à "má-fé". Ironicamente, estas declarações surgiram no mesmo contexto em que o Ministério indeferia requisições por parte de sindicatos, dentre eles o dos trabalhadores têxteis, para que disputas trabalhistas fossem submetidas a cortes trabalhistas, ao invés de cortes militares (*Ibidem*, p. 306–7; Oliveira; Lobo, 1992, p. 176).

Contudo, a contradição entre a vida nas fábricas impostas pela classe patronal, apoiadas pelo Estado, de um lado, e a legislação trabalhista, de outro, era evidente demais para que pudesse apelar para a "ignorância" dos trabalhadores. Por conta disso, não havia condições para Vargas prolongar por muito tempo a legislação de emergência, caso pretendesse conquistar apoio popular para suas pretensões no regime político vindouro. Destarte, à medida que o Estado Novo entrava em crise, Vargas tomou medidas de liberalização, ao menos formal, dos sindicatos. Em fins de 1944, reconstituem-se as eleições sindicais – ainda sem anistia de sindicalistas acusados de comunistas. Quanto à formalização do fim das leis de emergência, em janeiro de 1945, alguns dispositivos de tais leis foram atenuados, liberando-se a demissão de operárias que se dedicassem ao lar e permitindo-se aos operários a transferência para indústrias que pagassem maiores salários, contanto que permanecessem no mesmo setor.

No entanto, o Decreto-lei 8.363, que retirava a indústria têxtil da "defesa nacional", só foi emitido em dezembro de 1945, no governo provisório de José Linhares. Em março do ano seguinte, o governo federal assinou o Ato de Chapultepec, em que constava, dentre os itens, a promessa de assegurar o direito à greve[19].

Essas medidas de distensão tiveram efeito imediato de ressurgimento das reivindicações coletivas. Porém, como sintoma do grau ainda bastante elevado de repressão imposto pelos aparatos estatais e patronais, algumas greves ocorreram sem organização claramente definida. As pautas de reivindicações e os comitês de negociação se constituíram depois que o movimento paredista já estava em pleno curso. Ocorreram também "greves brancas" – trabalhadores presentes na fábrica, porém de braços cruzados, o que pode indicar

[18] Marcondes Filho palestrou semanalmente no rádio durante todo o seu mandato, 1942-5. Para a análise do conteúdo destas palestras, conferir a pesquisa de Ângela de Castro Gomes (2005, cap. VI).

[19] A listagem destas medidas foram baseadas nas obras de Sílvio Frank Alem (1981, p. 39) e Thomas Jordan (2000a, p. 113).

grande incerteza quanto às formas de sansão (prisão, demissão, etc.). O movimento paredista começou na Cia Ferroviária Paulista, em março, alastrando-se por outras companhias de transporte do mesmo estado, afetando o abastecimento de várias cidades. Dois meses depois ocorreram greves de têxteis e metalúrgicos, químicos/farmacêuticos e frigoríficos. Outras categorias entraram em greve, porém sem a mesma abrangência: gráficos, ceramistas, transportes, etc. Neste período, começaram a se formar os piquetes, estratégia de luta que caracterizará os anos seguintes[20].

Os primeiros sinais de movimento paredista já demonstravam o descontentamento dos trabalhadores com o não cumprimento da promessa de que o Estado atuaria nas condições de vida das massas, o que, sem dúvida, gerava um clima disseminado de decepção. Contudo, isto não impedia a expectativa de que a promessa de regulação do trabalho ainda pudesse ser cumprida, ainda mais se a abertura política abrisse espaço de pressão sobre o Estado. Nesta questão, foi marcante o encontro da insatisfação popular e a sagacidade política do círculo mais próximo de Vargas em explorar o desejo popular de ver esses direitos aplicados. O grupo de políticos que vieram a constituir o Partido Trabalhista Brasileiro, em maio de 1945, tinham livres condições para apresentar Vargas como o único que ainda seria capaz de implementar esses direitos, uma vez que nenhuma outra elite política ou econômica estaria comprometida a fazê-lo.

É conhecido o movimento da alta burocracia e interventores sindicais no movimento queremista[21]. Com o declínio do número de greves a partir de junho de 1945, grupos políticos que ascenderam politicamente durante o Estado Novo, entreviram, na defesa da legislação social, uma forma de sua perpetuação política no novo regime. Sem deixar de ressaltar a sagacidade deste círculo político, a grande questão para a historiografia foi a adesão popular ao movimento. É incontestável, que essa adesão tenha ocorrido, pois mesmo os jornais oposicionistas ao governo retrataram "milhares" de trabalhadores na série de comícios realizados entre 15 e 18 de agosto de 1945, que, por sua vez, desembocaram em um "comício monstro", seguido de passeata, no dia 20 do mesmo mês. Outro "comício monstro" estava planejado para o dia 30, porém, diante de acusações de incitação de atividades "subversivas" por parte da UDN, os organizadores ministerialistas recuaram. Do mesmo modo, quando o movimento mostrava sinais de que voltaria a tomar fôlego em outubro, outro comício foi

[20] Não há relatos minimamente detalhados na historiografia destes movimentos do início de 1945. Para a listagem das greves, conferir. Paoli (1988), Alem (1981) e Oliveira e Lobo (1992, p. 178)
[21] Conferir, dentre outros, (2005b) e Gomes (2005).

agendado para o dia 26 de outubro, e posteriormente, foi adiado. Vargas foi deposto no dia seguinte ao que seria o comício e passou a emitir discursos a favor da candidatura do Ex-Ministro da Defesa Eurico Gaspar Dutra.

Por maior que fosse o sucesso político da estratégia de associação da sua figura de Vargas com a defesa da legislação social, canalizar o "monstro" presente nos comícios para implantação dos direitos estava longe das pretensões do círculo político varguista. A ascensão popular, que já estava se iniciando nas greves do início de 1945, tomou continuidade organizada por uma tradição de associativismo intrafabril e dentro de um contexto de rearticulação do Partido Comunista Brasileiro.

2. As greves dos anos 1945-6

O surto grevista teve início em dezembro de 1945 e se estendeu até março do ano seguinte, concentrando-se no eixo Rio-São Paulo, mas atingindo também as cidades de Santos, Campinas, Juiz de Fora, Belo Horizonte e Porto Alegre (JORDAN, 2000a, p. 106). Não há consenso historiográfico acerca do número de greves que ocorreram, pois esta informação aumenta à medida em que os historiadores tomam mais jornais como fontes. No eixo Rio-São Paulo, onde se dispõe de mais dados, sabemos que nos quatro meses ocorreram mais de 120 greves, atingindo diversas categorias, dentre elas: metalúrgicos, ferroviários, bancários, gráficos e têxteis.

A maior parte dos estudos sobre o movimento sindical do período tem se dedicado ao tensionamento que sofreu a estrutura sindical. No processo de construção destas greves, é possível indicar como característica geral o papel predominante de comissões de trabalhadores organizados por empresa com grau variável de duração, desde comissões formadas para a organização pontual de reivindicações diante de patrões, até comissões permanentes. A realização destas organizações locais revelou uma relação complexa da massa de trabalhadores com a estrutura de representação sindical herdada do Estado Novo e mantida pela constituição de 1946.

Em um trabalho pioneiro de análise da construção das greves do período, a pesquisa de Ricardo Maranhão (1979) revelou a considerável ausência de participação nas greves dos dirigentes sindicais remanescentes do Estado Novo — por vezes chamados de "pelegos", por vezes de "ministerialistas" pelos seus detratores. O autor distingue três tipos de greves,

segundo a relação dos sindicatos com comissões locais: a) categorias em que a antiga tradição de organização política permitiu uma integração entre comissões e diretorias na condução da greve — greve nacional dos bancários, portuários de Santos e algumas greves dos portuários; b) adesão pontual dos sindicatos diante da pressão da massa dos trabalhadores — o caso da greve dos metalúrgicos de São Paulo; c) a grande maioria das greves em que os sindicatos não atuaram ou foram contra as greves.

Tendo em vista a importância da dinâmica de organização destas greves, no nosso estudo queremos destacar outras dimensões da disputa em torno do ordenamento jurídico herdado do Estado Novo. Em cada greve, esteve em disputa a regulação do mercado de trabalho, seja na forma com que a CLT seria implantada pelo conjunto de instituições responsáveis, seja pelas possibilidades abertas em um regime democrático de modificação do texto legal. Por mais que esses meses tenham sido caracterizados nas greves por empresa — poucas greves por categoria e nenhuma de múltiplas categorias – construiu-se uma solidariedade no movimento e a percepção de que a luta de uma categoria reforçava a de outra na conquista da efetivação de direitos.

Um dos principais itens de reivindicações dos trabalhadores era o abono de natal. Hoje em dia, este benefício é conhecido como o 13º salário, reconhecido por lei desde 1961. Nos anos 1940, esta forma de aumento do rendimento era tida como um "favor" ou uma "gratificação" a ser paga em espécie — cesta de alimentos, corte de tecidos, lata de marmelada, etc. – ou em dinheiro, a critério do patronato. Em levantamento realizado por Murilo Pereira Neto, há registro de greves pelo pagamento do abono de natal desde 1921 (WOLFE, 1993, p. 32 *apud*. LEAL, 2011, p. 291). No Estado Novo, o benefício foi tornado compulsório pelos metalúrgicos da Pirelli, em Santo André, no final de 1942. A vitória destes trabalhadores inspirou uma greve geral na cidade, em 1944, para a extensão do benefício a todas as categorias. Bem condizente com o regime político daquele momento, foram presos 430 manifestantes (COSTA, H. DA, 1995, p. 14–5).

Foi justamente no período natalino que se iniciou propriamente o ciclo de greves, quando o abono de natal foi a principal reivindicação dos trabalhadores da Light, na capital paulista, e em três outras cidades do interior. No primeiro trimestre do ano seguinte, foram registradas, na imprensa comunista, paralisações em pelo menos 76 empresas de São Paulo. A pauta do abono de natal esteve presente em grandes greves, como a greve geral dos têxteis da capital — mais de 50 mil envolvidos — e a dos químicos da capital e de Santo André (*Ibidem*, p. 64 e 92). No Distrito Federal, esta pauta foi tirada pelos operários da Seção de

Fiação e Tecelagem do Moinho Inglês — maior greve do Distrito, no ciclo. No entanto, a grande maioria das greves que ocorreram em 31 empresas tiveram como pauta o reajuste salarial (KOCHER, 1992, p. 214–19).

Embora também envolvesse a questão do abono de natal, a greve dos bancários, de fevereiro de 1946, tinha como principal bandeira o "salário profissional" da categoria. Esta greve foi considerada paradigmática pela historiografia do período[22] por ter sido a greve em que, por pressão da categoria, os sindicatos assumiram a direção do movimento, coordenados pelo Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT) — sobre o qual discutiremos mais adiante. Além do mais, foi uma das primeiras mobilizações nacionais de uma categoria de trabalhadores. O movimento teve como principais eixos os estados de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul — estes, juntos, concentravam 80% dos 40 mil trabalhadores da categoria (ALEM, 1981, p. 141).

Segundo a análise de Silvio Frank Alem, nos quatro estados, o movimento buscou "o caminho traçado pela CLT" (1981, p. 127). Desde o ano anterior, 1945, realizavam dissídios coletivos — com greves locais onde e quando o reajuste conquistado não era implantado — e lutavam para que o "salário profissional" fosse legalmente estabelecido, chegando a compor uma comissão tripartite (patrões, empregados e o MTIC) para a elaboração de projeto de lei. No início de 1946, finalizada a proposta a ser encaminhada ao presidente da República, esta foi bastante criticada pelos banqueiros como uma intervenção do Estado em sua gestão, o que levou à protelação do envio do projeto e, finalmente, ao seu arquivamento pelo Ministério. Em janeiro de 1946, em quase todas as capitais, realizaram-se assembleias gerais da categoria. No dia 23, os bancários do Distrito Federal deram início à parede que se estendeu pelo país, paralisando totalmente o sistema financeiro.

Em contraste com a política anterior de conciliação do Ministério do Trabalho, o recém-empossado ministro Negrão de Lima tomou o partido da classe patronal, declarando-se contrário ao movimento grevista. A presidência do Banco do Brasil — autarquia de onde provinha o núcleo mais sólido dos grevistas — ameaçou sancionar os grevistas. Com isto, a luta pelo "salário profissional" passou, estrategicamente, a perder destaque, e os sindicatos passaram concentrar seus esforços no reajuste salarial. Contudo, para o conjunto do movimento do período, o próprio direito à greve passou a ser, de fato, de maior relevância,

[22] Conferir os trabalhos de Maria Célia Paoli (1988), Sílvio Frank Alem (1981) e Hélio da Costa (1995).

pois os bancários foram obrigados a lutar para impedir que houvesse demissões e para garantir o pagamento dos dias parados[23].

O direito à greve nunca havia sido explicitamente formulado aos trabalhadores em nenhuma legislação. A Constituição de 1937 decretava a greve um ato "antissocial". O pressuposto jurídico era de que, uma vez que os benefícios aos trabalhadores se encontravam legislados, cabia aos trabalhadores levarem suas demandas à justiça comum[24]. Na Constituição de 1946, especificamente no artigo 158, "é reconhecido o direito de greve, cujo exercício a lei regulará". Desde o estudo clássico de Luis Werneck Vianna (1978, cap. VI), é sabido que tal formulação tão sucinta deixava ao poder do judiciário decidir sobre que aspectos do conflito trabalhista competia a sua atuação e quando cabia aos trabalhadores entrarem em greve. Isso, na prática, resultou na manutenção dos postulados de 1937.

De volta à luta dos bancários, é diante de seu alcance político e simbólico que melhor entendemos a solidariedade manifestada nas campanhas de arrecadação para o fundo de greve. Em São Paulo, houve manifestações de estudantes; no Rio de Janeiro, envolveram-se cantores e comediantes; em Pernambuco, realizou-se o clássico do futebol Náutico *vs.* Sport. No estado de São Paulo, por meio da pesquisa de Hélio Costa, podemos observar o estímulo que a greve dos bancários ofereceu para que outras categorias entrassem em greve, como os motoristas de ônibus e cobradores, ou retomassem o movimento, como os têxteis e metalúrgicos (1995, p. 53–4 e 62).

Outras reivindicações também mostravam a extensão da luta por direitos. No fim do esforço de guerra, a efetivação da jornada de trabalho de 8 horas e do pagamento das horas extraordinárias foram as principais pautas dos ferroviários (COSTA, 1995, p. 140). Também houve luta contra o despotismo fabril ao longo do ano de 1946. Esses são os casos em que o estopim do movimento foi a demissão de lideranças, como o exemplo dos operários das indústrias Matarazzo, em fevereiro, e da Indústria de Tapetes Atlântida, em junho. A construção de um corredor com armações de barras de ferro para a revista de operários na

[23] "A greve servira, como disse um dirigente sindical carioca, para 'rasgar o artigo 723 da CLT'. Este artigo não será aplicado, por que, para aplicá-lo, seria necessário demitir (no D.F.) mais de seis mil grevistas'" (ALEM, 1881, p. 141). O referido artigo 723 trata das penalidades por "abandono de serviço" e foi revogado apenas em 1999.

[24]"**Art. 139.** Para dirimir os conflitos oriundos das relações entre empregadores e empregados, reguladas na legislação social, é instituída a justiça do Trabalho, que será regulada em lei e á qual não se aplicam as disposições desta Constituição relativas à competência, ao recrutamento e ás prerrogativas da justiça comum. Greve e o *lock-out* são declarados recursos antissociais, nocivos ao trabalho e ao capital e incompatíveis com os superiores interesses da produção nacional" (BRASIL. *Constituição*, 1946).

saída de fábrica — apelidado de "passa burro" — foi o ultraje que motivou a revolta na Tecelagem Labor em outubro (*Ibidem*, p. 107-9).

3. O PCB e o processo de generalização das lutas

Na criação e na ampliação do trabalho das comissões locais, um papel destacado se deu na atuação de militantes comunistas. A busca do partido pelo apoio popular e a construção de uma linha política do proletariado brasileiro teve como reflexo no movimento operário um espraiamento de sua atuação nas diferentes categorias ocupacionais e a tentativa de sistematização de ações políticas conjuntas. Foi o único partido a apoiar abertamente as greves da segunda metade dos anos 1940. Consequentemente, a imprensa comunista é a maior fonte de registros históricos das manifestações populares do período.

Na medida em que a conjuntura permitia que se abrissem espaços, estes militantes partiam para a conquista dos sindicatos. Isto foi possível pelo fato de muitos militantes provirem de uma clandestinidade que permitiu a eles conquistarem a direção logo nas primeiras eleições sindicais que ocorreram após o Estado Novo, em notáveis exemplos como o Sindicato dos Metalúrgicos de Santo André; dos Mineiros de Morro Velho; dos Bancários e dos Químicos de São Paulo; dos Estivadores de Santos; dentre outros. Em categorias de antiga militância comunista e hegemonia "de fato" nas organizações de massa, como é o caso da categoria dos metalúrgicos, as tentativas de conquista dos sindicatos se viram atrasadas pela impossibilidade de eleições sindicais. O exemplo paradigmático foi o Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro em que certa aliança de uma direção ministerialista com a Delegacia Regional do Trabalho impediu a prática democrática (por vezes, mesmo a realização de assembleias) até o ano de 1952. Diante de tudo isso, o partido constituiu o centro da análise das principais obras que se debruçam sobre o período. Naquele momento, a atuação do PCB teve grande dificuldade para coordenar a atuação política e inúmeras experiências locais com uma política geral, construída pelo partido, ou, nos termos de Ricardo Maranhão, "canalizar"[25] as reivindicações do movimento operário em uma linha política geral.

[25] " [...] me parece que a história crítica do período, e do proletariado dentro dele, só pode avançar se for além dos horizontes da análise das alianças que o partido mais atuante no movimento sindical de então realizou ou tentou realizar. Em outras palavras, trata-se de verificar se a organização que se assume como partido do proletariado consegue, na conjuntura em questão, incorporar a pratica dos setores da classe organizados ou em

Os três primeiros anos de redemocratização foram o curto período de legalidade do PCB, possibilitada no ano de 1945 pela anistia de abril, pelo novo código eleitoral de maio do mesmo ano e pelo registro oficial do partido, em novembro. Este período é caracterizado por uma tentativa do partido de estimular a transição democrática, evitando o fortalecimento de grupos políticos de orientação autoritária. Neste sentido, o partido defendeu o adiamento das eleições presidenciais e a manutenção do governo de Vargas durante a eleição da constituinte — campanha que ficou conhecida como queremismo — assim como o lançamento de candidatos comunistas para as eleições nos diferentes níveis. As eleições foram consideravelmente satisfatórias para o partido, recebendo 9% do total de votos para o Congresso, elegendo 14 deputados e um senador (Luís Carlos Prestes). Seu candidato à presidência, Yeddo Fiuza, apesar de só ter sido registrado um mês antes da eleição, recebeu 10% dos votos. O partido iniciou o período democrático como o 4º maior peso eleitoral do país, posto que se manteve nas eleições estaduais e suplementares ao Congresso de janeiro de 1947 (CHILCOTE, 1982, p. 97 e 99).

A principal frente para a reorganização do movimento sindical formada pelo PCB foi o Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT). O manifesto de fundação do Movimento é de abril de 1945, e foi assinado por 300 dirigentes sindicais de 13 estados. Desses estados, em pelo menos nos do Sudeste a intersindical possuía sedes, quais sejam, DF, RJ, SP, MG e ES (JORDAN, 2000, p. 108). Desde o texto de lançamento, já é possível identificar a ênfase no processo de redemocratização – o que, do ponto de vista sindical, traduzia-se na defesa da liberdade sindical, na participação em campanhas de sindicalização e de eleições sindicais. Contudo, logo de início, é possível observar a principal contradição que marcou a atuação comunista do período, pois, na visão do partido, essa liberdade sindical não poderia significar a agudização de conflitos sociais que colocassem em risco a "tranquilidade" da passagem do regime político.

> [...] Lutar, imediatamente, pela mais completa liberdade sindical, rompendo com a as injustificáveis restrições e interferências na vida dos órgãos de classe. Devemos lutar pela melhoria das leis sindicais e da previdência social, conseguindo que sejam expurgadas de todos os dispositivos antidemocráticos. [...] Em união com as forças democráticas e progressistas, pela extinção de órgãos, dispositivos e decretos estranhos e hostis aos anseios do povo e comprometedores da segurança e da tranquilidade interna. (*Manifesto lançado pelo MUT*, 30 de abril de 1945, *apud* Santana, 2001, p.41)

---

processo de organização, canalizando a sua 'espontaneidade'. No caso das lutas repercutem e mantem uma relação de sentido com movimento operário concreto" (MARANHÃO, 1979, p. 64).

A linha sindical do PCB no processo de redemocratização ficou marcada por esta ambivalência que ficou conhecida na literatura pela política de "ordem e tranquilidade" ou "apertar os cintos". Tratou-se de uma interpretação por parte de membros do partido de que a eclosão de greves no seio do movimento operário deveria ser impedida para evitar que grupos reacionários tivessem pretextos para impedir a consolidação da democracia. Esta interpretação pode ser extraída de discursos de Prestes como um proferido o período eleitoral de novembro de 1945:

> Partido do proletariado, partido ligado à classe operária, o Partido Comunista não deixou de apontar ao povo o caminho da ordem e da tranquilidade. Mostrava e dizia aos operários: – é preferível, companheiros, apertar a barriga, passar fome do que fazer greve e criar agitações e desordens na etapa histórica que estamos atravessando só interessa o fascismo. (Discurso de Prestes em Recife em 1945, *ibidem*, p. 44)

A contradição entre a defesa da "liberdade sindical completa", "ordem e tranquilidade" manifestou-se na atuação dos militantes do partido diante das greves da segunda metade dos anos 40: embora alertassem que a conjuntura era desfavorável para as greves, de acordo com a linha geral do partido, não negavam a justeza das manifestações. Em maio, logo em seguida à fundação do MUT, esta organização se viu obrigada a se posicionar diante da explosão de greves de maio de 1945 em que se manifestou publicamente por meio da imprensa e por meio de manifestos em defesa do direito de greve, porém como "último recurso". Também, em alguns casos, assumiu a direção das negociações como no caso dos Têxteis em que se reuniu no Palácio do Governo com o sindicato Patronal e o interventor estadual Fernando Costa. Contudo, por mais que o movimento fizesse apelo à negociação com o Estado e o patronato e muitas vezes pedisse expressamente para que os trabalhadores voltassem ao trabalho, ainda assim o PCB foi alvo da repressão ao movimento paredista quando sua sede foi invadida e diversos líderes comunistas foram presos.

Na historiografia do período, tem se tornado cada vez mais um lugar comum analisar a ambivalência do posicionamento do PCB no período como a existência de dois PC's: um pertencente à cúpula, "linha oficial" do partido, interessado em realizar alianças com forças políticas progressistas no quadro democrático; outro ligado às bases, "frente de massa", interessado em organizar demandas da massa dos trabalhadores. O primeiro teria como principal representante o Luis Carlos Prestes; já o segundo seria um quadro "sindical" do

partido, Hércules Corrêa. A nosso ver, longe da pretensão de fazer uma história do partido[26], os depoimentos de Corrêa — parada obrigatória para os pesquisadores do período — foram de suma importância para observar o cotidiano de um partido intrinsecamente envolvido nas lutas populares. A partir de seu depoimento, diversos historiadores puderam seguir suas pistas na busca por dilemas da atuação comunista no seio de diferentes categorias de trabalhadores sindicalizados ou não. Contudo, julgamos necessário fazer a ressalva de não trocar a mítica do partido como um "todo monolítico" por outra imagem, sem dúvida mais profícua, da "luta de duas linhas"[27]. Na presente tese, o que nos interessa é, independente do dirigente comunista que se encontra sob estudo[28], acompanhar aquilo que Maria Célia Paoli (1987) conceitua como "eficácia política".

A quantidade de greves de 1946 indica as condições de repressão e de suspensão das leis trabalhistas. Destarte, uma linha política que invocava a ampliação das leis encontrava eco no movimento operário com a vinculação Vargas/CLT realizada na campanha queremista. Já qualquer linha que suspendesse greves que visavam a redução da jornada e o reajuste dos salários há muito contido não tinha condições de encontrar eco na população. Na prática, constituiria uma linha política de exigir conjunturalmente uma defesa da democracia formal, que estipulasse, para um segundo momento, a defesa de direitos sociais. É desta forma que entendemos a avaliação feita por Maria Célia Paoli da "experiência operária" incompreendida pela esquerda do período em questão:

> A movimentação social pela democratização das formas políticas institucionais, nesta conjuntura, não separava as relações de dominação e arbítrio nos espaços produtivos, dos níveis comprimidos da reprodução social. Em outros termos, havia a expressão simultânea das várias indignações coletivas a respeito das condições de desvalorização da força de trabalho, as taxas salariais baixíssimas e do alto nível do custo de vida, relacionadas pelas pessoas, movimentos e jornais as formas políticas autoritárias e ditatoriais do governo que caíra. (PAOLI, 1987, p. 93)

---

[26] Pelo caráter sintético em relação à proliferação de estudos do Partido, levamos em conta a tese de Santana, (2001).

[27] Nossa ressalva vai ao encontro das observações de Antonio Luigi Negro (2004, p. 73)(2004)(2004).

[28] Observe-se como mesmo Prestes, avaliando a greve da Light de dezembro de 1945, oferece outra visão sobre o que significava a "ordem e a tranquilidade": "Houve da parte de nossos militantes uma grave incompreensão de nossa linha política, porque lutar por ordem e tranquilidade é principalmente lutar contra tudo aquilo que venha agravar a situação econômica das massas? É lutar contra a carestia de vida, contra a inflação e portanto, por aumento de salários e melhores condições de trabalho" (PRESTES, Luiz Carlos. *O PCB na Luta pela Paz e pela Democracia*. Informe ao Pleno Ampliado do Comitê Nacional do PCB. Hoje, 15/01/1946, *apud*, ALEM, Sílvio, 1981, p. 213).

Eficácia política é aqui entendida como a "capacidade de mobilização da experiência dos trabalhadores". A autora argumenta em favor do entendimento da relação fabril, assim como do conjunto da reprodução dos trabalhadores, como um campo de produção simbólica, uma "prática interpretada" (*Idem*, p. 93), em oposição a qualquer noção que indique alguma transparência das relações de trabalho. O tema do debate no qual a autora se insere é tradicional, a saber, o problema da representação dos sindicatos e de sua base. No entanto, a autora está interessada em saber como os partidos e sindicatos entraram no universo da experiência de sua base.

A eficácia política colocada nestes termos manifesta-se em termos organizativos, na relação entre sindicato, comitês e base. Paoli (1979, p. 109-13) se refere, neste ponto, na avaliação de Ricardo Maranhão, que elege a greve dos ferroviários da virada do ano de 1948 para 1949 como o maior exemplo das dificuldades do PCB em canalizar as lutas. Greves surgiram em diversas cidades do estado de São Paulo, porém sem uma direção capaz de coordenar suas lutas diante de um quadro de repressão do governo Dutra. Como já observado por esse autor, esta dificuldade era tão maior quanto maior fosse a repressão ao movimento sindical diante do despotismo fabril aliado ou não com a repressão policial. No caso, a greve dos ferroviários foi a principal manifestação durante o Governo Dutra, com o partido e suas tentativas de intersindicais já postos na ilegalidade. Acrescentamos ainda a nem sempre bem ressaltada dificuldade de reconstrução do partido depois de cada período repressivo, o que dava uma autonomia excessiva aos seus quadros. “Em cada canto surgia uma linha política”, diria Leôncio Basbawn sobre a atuação paulista do partido nos fins do Estado Novo (ALEM, 1981, p.91).

Entretanto, é propriamente uma dimensão ideológica que mais nos interessa no conceito de “eficácia política”. Esta dimensão trata da tradução da realidade vivida dos trabalhadores e da construção de pautas gerais, seja na forma de plataformas políticas de dirigentes, seja na formulação de teorias abstratas. Quanto a estas plataformas, a historiografia evidencia o trabalho dos comunistas em demonstrar a importância das lutas em cada fábrica e demais categorias para o conjunto do movimento. A luta dos bancários, já apresentada, ocorreu a reunião da Comissão Permanente do I Congresso Sindical do Estado de São Paulo, no dia 2 de fevereiro de 1946. Em entrevista ao pesquisador Hélio Costa, o dirigente comunista Armando Mazzo, resgata a percepção que se estava construindo na Comissão Permanente do Congresso no meio da greve (2 de fevereiro).

> [...] numerosos foram os representantes que fizeram uso da palavra. Todos foram unânimes quando afirmaram que do bom êxito da greve dos bancários depende o das demais e que todos os sindicatos deveriam dar o apoio, não só moral como também material, aos companheiros bancários para que estes conseguissem obter a vitória final, pois desta forma estavam fortalecendo a classe trabalhadora do Brasil (COSTA, 1995, p. 61).

No caso do abono de Natal, os comunistas defendiam que não se tratava apenas de transformar um benefício em direito, algo que, por si só, já seria bastante relevante. Os militantes "traduziram" a principal reivindicação das fábricas dentro de sua construção teórica sobre o quadro político do pós-guerra, operação esta que passava por inverter o discurso varguista da "batalha da produção". É o que identificou Thomas Jordan por meio da leitura da imprensa comunista carioca. As fontes utilizadas pelo autor remontam a um subperíodo seguinte, iniciado em 1950, com o governo eleito de Vargas. No entanto, a luta pelo abono de natal não teve interrupção, alternando entre formas paredistas e não paredistas (abaixo assinados, por exemplo) — nos períodos menos e mais repressivos respectivamente.

Em 1952, quando 19 metalúrgicas do estado de São Paulo entraram em greve pelo abono, o partido realizou uma matéria intitulada, *Abono, tradição e combate: 1945, derrota do nazismo, marca as primeiras lutas pelo abono*[29]. O texto afirmava uma suposta origem comum desta reivindicação e das condições de produção durante a guerra. Embora saibamos que se trata de uma imprecisão histórica, não deixa de ser uma demonstração do trabalho que os militantes tiveram para vincular os dois fenômenos:

> Nessa guerra, os patrões tiraram lucros fabulosos, imensas fortunas forma construídas enquanto os operários trabalhando 10, 12 e mais horas diárias tendo os seus salários congelados, não podiam protestar porque estavam sujeitos às leis de guerra, e poderiam ser submetidos a tribunais militares.
> Com o fim da guerra, a luta pelo abono foi o meio que os operários acharam para aumentar os seus míseros salários que vinham recebendo há vários anos (VOZ OPERÁRIA, 1952, p. 10).

Esse trabalho de generalizar as pautas específicas dos trabalhadores poderia ter avançado com a consolidação de uma intersindical. Foi o que o PCB tentou ao participar do Congresso Sindical dos Trabalhadores do Brasil, em setembro de 1946. Com a participação de 2.000 delegados, o temário girou em torno do fim do controle do MTIC sobre os

[29] Encontramos a Referência a esta matéria no estudo de Thomas Jordan (2000b, p. 206).

sindicatos, da aplicação da legislação trabalhista e da criação de novos direitos. Dentre os novos direitos, os principais eram a regularização do direito à greve e a formalização de uma intersindical[30]. Esta última questão foi alvo de uma polêmica entre comunistas e dirigentes sindicais ligados ao Ministério do Trabalho. Os "ministerialistas – ou "pelegos", como eram mais conhecidos pelos seus detratores — eram contrários à formação de uma central sindical, tanto que decidiram evadir-se do encontro quando tudo indicava que a intersindical entraria nas resoluções. Todavia, como resultado deste congresso, foi aprovada a Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB) que, em sua curta duração legal de seis meses, chegou a envolver 200 sindicatos.

Tal desdobramento do Congresso de 1946 pode ser bem entendido como uma derrota do MTIC que, na gestão de Octacílio Negrão de Lima, buscava aliar medidas repressivas de intervenções em sindicatos locais com tentativas de coordenar a ação sindical por meio das entidades de cúpula do sindicalismo (ALEM, 1981, p. 252). Um mês após a realização do Congresso, Lima foi substituído por Morvan Dias Figueiredo. O fato de o ministro ser um ex-presidente da FIESP, já era um grande sinal da preocupação de Dutra em atender demandas provenientes dos industriais.

Em dezembro de 1946, o Embaixador Britânico no Brasil escreveu um relatório no qual abordou inaplicabilidade das leis trabalhistas: "the establishment of a modern system of factory Law legislations in Brazil is unquestionably surrounded with difficulties, since Brazil industry is new, growing fast and scattered mostly in small units over a vast territory" (PAOLI, 1988, p. 411–3). O relatório não foi inovador pela caracterização das condições de subdesenvolvimento como uma dificuldade de implantação da lei. O mais interessante é verificar a teorização do embaixador corroborada por uma entrevista do então Ministro do Trabalho, o empresário Morvan Figueiredo. Este revela ao embaixador as dificuldades de sua pasta:

[30] De acordo com Jover Telles, eis o temário do congresso: "I Liberdade e autonomia sindicais; II Unidade sindical; III Delegado sindical e suas garantias; IV Atividades político-partidárias no seio do sindicato ; V Contrato coletivo de trabalho; VI Direito de greve; VII Estabilidade no emprego; VIII Participação nos lucros; IX Jornada máxima de 8 horas, reduzível em casos especiais ; X Acidentes do trabalho - serviços concernentes; XI Caixa de acidentes; XII Higiene e segurança — trabalho da mulher e do menor doenças ; profissionais; XIII Cooperativas de consumo e crédito; XIV Faltas ao serviço — suas causas — meios de evitá-las; XV Férias; XVI Direito à assistência gratuita sanitária, médica e hospitalar pelos órgãos de seguro social; XVII Instituto de aposentadoria e pensões — administração com ; o conselho paritário.; XVIII Manutenção da justiça do trabalho em base paritária; XIX Justiça do Trabalho paritária em todas as instâncias - Conselho ; Nacional do Trabalho e Conselho Nacional de Previdência Social; — organização e intensificação da fiscalização do Ministério ; do Trabalho; e XX Confederação Nacional do Trabalho" (1981, p. 250).

> […] problems of moment are the proposals, in the new Constitution, promising the right to all workers payments of wages for Sundays and holidays. (...) Workers unions under Communist leaderships are now agitation strongly for this right to be exercised at once and, in several cases, labor courts have awarded payment for Sundays at particular undertakings. The cost of this provision, if fully applied, would amount to near 20% of the national wages bill of industry…
> […] Brazil finds itself with a social legislation, which is too advanced for the reality of the present economical and financial structure of society (PAOLI, 1988, p. 413).

Em direta consonância com sua preocupação em não deixar que a "aplicação integral" da lei pesasse sobre a folha de pagamento dos industriais, foi promulgada a lei nº 605, em janeiro de 1949. A pretexto de regulamentar "o descanso remunerado", essa lei continha uma cláusula que condicionava o pagamento dos domingos à incorporação de reajustes salariais fossem pagos apenas aos trabalhadores que não faltassem ao trabalho nenhum dia do mês. Abria-se assim, uma brecha bastante interessante para a classe patronal: os pagamentos dos reajustes salariais também ficavam condicionados à ausência de faltas não justificadas. Esta cláusula ficou conhecida como a "assiduidade integral" e foi uma dos principais dispositivos dos industriais para evitar a aplicação das campanhas operárias pelo reajuste salarial e a implantação de seu descanso semanal; além de ser uma medida concreta do governo em apoio à luta patronal pela assiduidade (LEITE LOPES, 1988, p. 285);TELLES, 1981, p. 51).

Porém, mais famosa do que qualquer medida desta gestão foi a intensificação da repressão ao movimento sindical com o Decreto-lei nº 9.070 que praticamente proibia a realização de greves. Em seguida, ocorreu a cassação do registro eleitoral, por parte do Supremo Tribunal Eleitoral. Com o Decreto-lei nº 23.046, de 7 de maio de 1947, o CTB foi declarado ilegal, e no mesmo dia, começou um período de intervenção nos sindicatos.

A cassação do PCB e a intervenção nos sindicatos marcaram um período repressivo no sindicalismo brasileiro que em muito impediu suas manifestações públicas. De modo mais ou menos explícito, a historiografia, quando trata da gestão do Ministério do Trabalho no governo Dutra, pressupõe uma espécie de interregno de intervenção ministerial em que é utilizado um conjunto de medidas repressivas da CLT – com o adendo importante do Decreto-lei que restringia as greves. Decerto, no governo Vargas, mais precisamente a partir de 1953, a intervenção do MTIC sobre os sindicatos e a própria aplicação do Decreto-lei foram relaxados. Porém, a centralidade no comportamento repressivo possibilitado pela CLT pode fazer com que se perca de vista o conjunto dos aparatos de repressão ao movimento sindical

que se encontrava em processo de evolução e ao qual o MTIC podia conjunturalmente se integrar ou não.

Seguiremos aqui a definição de polícia política proporcionada pelo estudo de Luis Reznik, em livro fundamental sobre o tema, *Democracia e Segurança Nacional*: "A polícia política é uma especialização das atividades da polícia para a prevenção (...) e a repressão de indivíduos, grupos, associações e movimentos que possam exercer atividades não toleradas pelo regime político vigente" (2004, p. 24). Seu estudo é dotado de três dimensões: o processo de especialização de uma polícia política; a definição legal de suas atribuições e a normalização das atividades de polícia no âmbito da federação. Guiados por estas dimensões, apresentaremos sumariamente a evolução da polícia política na democracia de 1945, pois acreditamos que ela seja essencial para o entendimento da dinâmica das organizações políticas operárias.

A função de polícia política surge de um processo de especialização das polícias civis de âmbito estadual. Até o momento, não encontramos nenhum estudo que busque reunir e sistematizar a experiência dos diferentes entes federativos. Por conta disso, daremos prioridade ao caso do Distrito Federal, por ter historicamente servido de parâmetro aos outros estados e, secundariamente, ao estado de São Paulo.

No Distrito Federal, a existência da polícia política remonta ao surgimento, no interior da Inspetoria de Investigação e Segurança Pública, de uma Seção de Ordem Social e Segurança Pública. Esta seção tinha como objetivo "desenvolver a máxima vigilância contra quaisquer manifestações ou modalidades de anarquismo violento e agir com solicitude para os fins da medida de expulsão de estrangeiros perigosos" (Decreto-lei nº 14.079, de fevereiro de 1920). Como é possível observar na breve citação, o inimigo interno do período era o anarquismo, porém esta definição poderia se estender a qualquer ameaça considerada "estrangeira" pela elite política da época. No quadro das amplas reformas da máquina estatal dos anos 1930, a Polícia Civil ganhou um novo regulamento e uma nova organização, passando a ser subordinada ao Ministério da Justiça. Em 1933, consolidou-se a autonomia da polícia política, quando se constitui uma Delegacia de Especial de Segurança Política e Social (DESPS). Neste quadro surgiu a primeira lei de Segurança Nacional, contribuindo para dar especificidade no entendimento das noções de crimes à ordem política e à social[31]. Os crimes

[31] "A definição dos crimes contra a ordem política e social não se inaugurou com a primeira lei específica, haja vista que tanto a Desps como as Dops estaduais já vinham trabalhando com essa noções" (REZNIK, 2004, p. 109).

à ordem política eram definidos por meio de uma listagem de ameaças à administração e ao monopólio da violência estatal. No entanto, interessa-nos observar mais de perto a definição de crimes à ordem social.

> Crimes à ordem social – incitar o ódio entre as classes sociais; incitar ou preparar atentado contra pessoa ou bens, por motivos doutrinários, políticos ou religiosos; instigar ou preparar a paralisação de serviços públicos ou de abastecimento da população; induzir empregadores ou empregados à cessação do trabalho; promover, organizar ou dirigir sociedade no sentido de subverter ou modificar a ordem política e social; tentar por meios fraudulentos promover a alta ou baixa dos preços de gênero de primeira necessidade (*Lei nº 38*, de maio de 1935).

Esta definição de crime à ordem social manteve-se nas legislações de segurança nacional subsequentes, a saber, as promulgadas nos anos de 1938 e de 1953. Deste modo, ficava clara a preocupação estatal de reprimir as greves nos 10 anos que se estendem desde a promulgação da primeira a lei até o fim do Estado Novo. Embora os comunistas não se encontrassem claramente denominados nesses crimes, foram os principais alvos da polícia política com a repressão da frente de massas do PCB, a Aliança Libertadora Nacional. Não obstante, as atenções da polícia política também se voltavam para o movimento integralista, caçado a partir da vigência do Estado Novo.

Em 1944, a Polícia Civil do Distrito Federal foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). Naquela altura, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social já possuía mais de uma centena de funcionários e estava subdividida em diversas seções dedicadas a infrações específicas. Esta Delegacia passou a ser denominada de Divisão de Polícia Social (DPS), denominação que permaneceu até que o Distrito Federal fosse transferido para Brasília, em 1960, quando, enfim, recebeu a sigla de DOPS-GB.

Em 1944, a Polícia Civil do Distrito Federal foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP). Naquela altura, a Delegacia Especial de Segurança Política e Social já possuía mais de uma centena de funcionários e estava subdividida em diversas seções dedicadas a infrações específicas. Esta Delegacia passou a ser denominada de Divisão de Polícia Social (DPS), denominação que permaneceu até que o Distrito Federal fosse transferido para Brasília, em 1960; quando, enfim, recebeu a sigla de DOPS-GB. No caso de São Paulo, a polícia política remonta ao ano de 1924, quando foi criada a Delegacia de Ordem Política e Social, a qual passou por sucessivas reformas, sempre alternando o início do nome de “Delegacia” para “Delegacia Especial” ou “Superintendência”. No ano de 1945,

ganhou uma nova inicial, passando a se chamar Departamento de Ordem Política e Social (DOPS-SP), nome que se preservou até 1975[32]. Trajetórias institucionais semelhantes podem ser identificados nos outros estados[33].

Durante o Estado Novo, houve uma proposta não concretizada de centralizar as polícias políticas de cada estado no Departamento Federal de Segurança Pública. Contudo, não houve tendência no regime democrático para centralização, pois desde a carta constitucional de 1946, a atividade policial era de responsabilidade de cada ente federativo. Isto não impediu que se lograsse a consolidação de um intercâmbio das polícias políticas de duas formas: pelo protagonismo do DPS em solicitar periodicamente relatórios dos congêneres dos outros estados e em enviar agentes para reforço de contingente ou treinamento, pela realização de Conferências Nacionais da Polícia (nos anos de 1951 e 1958) com o sentido de normalizar procedimentos de repressão no país (REZNIK, 2004, pp. 134–45).

4. A retomada das greves do início dos anos 1950

É possível afirmar que a campanha de Vargas para a presidência começou anos antes da campanha oficial. Desde 1947, a deposição de Negrão de Lima do MTIC, simbolizara uma ruptura do governo com o PTB, e Vargas aproveitou a conjuntura para criticar abertamente o Governo Dutra. No primeiro de maio de 1947, em discurso no rádio, o então senador criticou a crescente inflação e a necessidade de um reajuste do salário mínimo. Este foi o início de uma série de discursos que criticavam a política econômica do governo em tópicos como: liberalismo comercial, a consequentes fugas de divisas e ausência de política industrial. Em 1949, ele chegou mesmo a tocar em assuntos mais polêmicos para as classes proprietárias, ao defender, ainda que de modo vago, a efetivação de uma reforma agrária (HARDING, 1973, p. 232–3).

Durante sua campanha oficial, não só o aumento do salário mínimo entrou na pauta, como também constava o relaxamento do controle sobre o movimento sindical. Em uma tentativa de dar coerência aos seus discursos, o candidato justificava o antigo controle sindical

[32] A cronologia das denominações pode ser encontrada em (DE AQUINO; DE MATTOS; SWENSSON, 2001, p. 19).
[33] Contudo, os estados de urbanização mais recente passaram a contar com o auxílio e a experiência do DPS para criar suas primeiras polícias políticas (REZNIK, 2004, p. 145 e 148).

exercido no Estado Novo como uma necessidade, dada a antiga "imaturidade" dos trabalhadores (*idem*, p. 235). Os anos 1950 constituíram, então, outro momento histórico, permitindo ao candidato se comprometer com a realização de eleições livres nos sindicatos. O posterior sucesso eleitoral de Vargas foi uma demonstração de que, em um país que já se tornara predominantemente urbano, o tópico trabalhista dificilmente poderia ser contornado por um partido com pretensões presidenciais.

Após a vitória de Vargas, a defesa da fase de "maturidade" dos trabalhadores foi apropriada pelo novo Ministro do trabalho, o líder do PTB, Danton Coelho, quando este assumiu sua pasta em março de 1951 (HARDING, p. 243). O ministro então se comprometia com o fim do "atestado de ideologia", dispositivo que permitira tantas intervenções sindicais no governo Dutra. No entanto, a promessa do relaxamento do controle mais conhecida viria no do próprio presidente que retomou sua prática de realizar grandes eventos no 1º de maio. Nesta ocasião, Vargas também anunciou uma campanha de "sindicalização em massa". Contudo, naquela ocasião, apenas baixou-se uma portaria que desautorizava as polícias políticas estaduais a emitir o "atestado"; permitia a requisição de novas eleições em sindicatos que se encontravam sob intervenção do MTIC e dava a possibilidade de sindicalistas anularem eleições em que haviam sido impedidos de participar por conta de perseguição ideológica (DELGADO, 1989, p. 110).

Ao que tudo indica, foi bastante difícil para a burocracia do MTIC desapegar-se de alguns de seus instrumentos de controle. Independentemente das mudanças de intenção de políticos tão eminentes, no dia a dia dos sindicatos, a exigência do "atestado" permitia manutenção de quadros provenientes do Estado Novo. Para poder implantar a plataforma do presidente, Coelho teve que promover um grande número de quadros do ministério[34]. Segundo um funcionário da época, Hugo Faria, foi uma "caça às bruxas no estilo McCarthy. Todo aquele que tinha servido ao Governo Dutra, ou todo aquele que não havia se integrado de corpo e alma ao PTB e à campanha de Getúlio, passou a ser suspeito"[35]. Contudo, essas mudanças não evitaram críticas por parte dos comunistas da continuidade de perseguição ideológica (HARDING, 1973, p. 244).

O próprio Presidente também receava entrar em confronto com a burocracia do ministério e com a classe empresarial. A despeito de suas promessas, o decreto-lei nº 1.667,

[34]"As Delegacias Regionais do Trabalho sofreram uma renovação de quase 70% de seus quadros" (DELGADO, 1989, p. 108).

[35] Depoimento de Hugo Faria ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC-FGV), em 1983. Citado em Delgado (1989, p. 108).

que pôs fim ao atestado de ideologia, só foi assinado em setembro de 1951. Este decreto ainda mantinha formas importantes de controle, como o "atestado de boa conduta, prova de nacionalidade (brasileiros, os membros da Diretoria e brasileiro nato e o Presidente) e prova do exercício efetivo da profissão, há pelo menos dois anos, na base territorial (RODRIGUES, 1968, p. 107). Outro expediente que demorou a acabar foi o simples adiamento de eleições — como veremos no próximo capítulo. Também a promessa de aumentar o salário mínimo foi sucessivamente adiada. Por fim, dificuldades semelhantes se apresentaram para o cumprimento da revisão do salário mínimo. A última revisão datava de 1943, apesar de a lei do salário mínimo obrigar uma correção a cada três anos de acordo com a inflação. Nas estimativas da época, o poder de compra dos trabalhadores havia se deteriorado cerca de 100% entre 1943 e 1951. A modificação do salário mínimo foi anunciada pelo presidente em julho, porém decretada apenas em dezembro. Esses meses foram tempo o bastante para as indústrias transferirem a revisão salarial para os preços. Estima-se que o poder de compra dos trabalhadores que recebiam o salário mínimo melhorou em apenas 14% (HARDING, 1973, p. 247).

Se levarmos em conta todos os fatores, torna-se fácil entender a "confissão" realizada pelo próprio Vargas no seu discurso de 1º de maio de 1952.

> Outras classes se acham organizadas, têm os seus dirigentes em contato próximo com a máquina governamental tomando a iniciativa de projetos de lei no Congresso ou reivindicando medidas acauteladoras dos seus interesses junto aos vários órgãos da administração. O comércio, a indústria, o funcionalismo público, vários grupos de produtores, as classes militares. [...] Desse jogo de forças, de interesses, desse concurso de sugestões e de iniciativas é que vive e se alimenta a grande máquina da administração, em qualquer país civilizado.
>
> Sem dúvida, o proletariado já tem os seus líderes, e a estes o governo tem recorrido em várias ocasiões – hoje muito mais do que em épocas passadas. Mas esses líderes ainda são poucos, proporcionalmente à quantidade de problemas e de interesses que lhes incumbe defender. Por essa razão, suas vozes nem sempre conseguem sobrepor-se ao coro das muitas outras, que defendem outros interesses e que dispõem de instrumentos mais eficazes, mais imediatos e mais poderosos de ação e de expressão.
>
> Quando falo em líderes dos trabalhadores, não me refiro a representantes políticos, mas aos que defendem interesses reais, aspirações, necessidades das classes, reclamando salário, habitação, assistência, bem-estar. As organizações operárias devem ser representadas pelos seus sindicatos...

> Sei que, muitas vezes, os vossos esforços têm sido entorpecidos pela máquina burocrática. Verdadeiros líderes das classes trabalhadoras, dedicados e cheios de abnegação, foram, não raro, injustamente acusados e perseguidos como extremistas, a fim de serem afastados das competições eleitorais nos sindicatos. Tenho recebido vossas queixas e hoje compreendo que muitas dessas acusações são infundadas. A culpa recai, nesses casos, sobre o próprio Ministério do Trabalho, que, em não poucas ocasiões, dificultou a sindicalização, afastando dos sindicatos os dirigentes sinceros, para prestigiar os que lhe servem de instrumento, mas que nunca representaram a opinião da classe. Esse mal deve ser corrigido. Assim como confio nos trabalhadores, estes podem confiar em mim (VARGAS, 2011, p. 712–4).

Em grande parte, devido à pressão por esta abertura da cena política, ocorreu uma série de movimentações relevantes na virada do governo Dutra para o governo Vargas. Mostraremos, a seguir, como o movimento operário conseguiu estabelecer uma maior unidade em torno de pautas comuns. Construiremos nossa narrativa de modo a apresentar um processo evolutivo, mesmo que, com isso, incorramos no risco de forçar elos de causalidade mais fortes do que se apresentaram nos fatos históricos. Primeiramente, apresentaremos a continuidade no esforço de criar intersindicais, desta vez, em torno de uma questão jurídica que afetava o conjunto da classe operária: a cláusula de assiduidade integral. Este esforço de integração contribuiu para uma luta nacional da categoria têxtil, uma das principais prejudicadas pela depreciação dos salários. A luta dos têxteis de São Paulo ocorreu em conjunto com diversas outras categorias, permitindo acordos conjuntos e a formação de uma poderosa organização intersindical, o Pacto de Unidade Intersindical.

Estabelecida na maior parte dos contratos de trabalho, a cláusula de assiduidade integral era um dispositivo que permitia aos patrões condicionarem o pagamento dos domingos, das férias e dos reajustes salariais ao pleno comparecimento do trabalhador ao trabalho. Podemos remontar tal medida instituída no governo Dutra à campanha contra o absenteísmo do trabalho no período de guerra, quando abstenção era enquadrada como deserção militar. Já em tempos de paz, a punição era mais estritamente econômica, afetando as aquisições salariais do trabalhador. Porém, esta medida acompanhou e combateu mais de perto os direitos que os trabalhadores iam garantindo pouco a pouco: férias, fins de semana (lutas pela semana inglesa) e as campanhas salariais que ganhavam regularidade anual. Assim, esta cláusula combatia a resistência individual dos trabalhadores que faltavam e atrasavam no serviço e a resistência coletiva da luta pelos seus direitos. Não bastasse tudo

isso, ainda punia os trabalhadores pelas condições de expansão das cidades, desprovidas de correspondentes políticas de habitação e transporte populares. Esse processo vinha se intensificando desde os anos 1940, tempo de composição da música *O Trem Atrasou*, de Roberto Paiva:

> Patrão, o trem atrasou
> Por isso estou chegando agora
> Trago aqui um memorando da Central
> O trem atrasou, meia hora
> O senhor não tem razão
> Pra me mandar embora!
> O senhor tem paciência
> É preciso compreender
> Sempre fui obediente
> Reconheço o meu dever
> Um atraso é muito justo
> Quando há explicação
> Sou um chefe de família
> Preciso ganhar meu pão
> E eu tenho razão.

Muito embora, infelizmente, a música guarde atualidade até os dias de hoje, além de contar a história não só de São Paulo, mas de qualquer capital, havia uma boa diferença entre os anos 1940 e as décadas seguintes. O operário não precisava apelar mais à "razão" e ao sentimento de "justiça" ou ao reconhecimento do seu zelo e da "obediência". Podia instaurar um dissídio individual. É por isso que o patronato precisava de uma cláusula que autorizasse sanções aos seus empregados.

A anulação da cláusula de assiduidade integral esteve presente na pauta de reivindicação de quase todas as greves e dissídios coletivos dos trabalhadores dos anos 1950. Em junho de 1952, os trabalhadores aeroviários[36] do Distrito Federal deram início à construção de uma organização, formando uma reunião com parlamentares e representantes de 17 sindicatos. Formou-se assim a Comissão Intersindical Contra a Assiduidade Integral (CISCAI), sob a presidência de Orival Carvalho, liderança aeroviária. Acompanhando os documentos colhidos pelo DPS — em uma pasta específica dedicada ao "movimento pela assiduidade integral" — Thomas Jordan chega à constatação de dois padrões interessantes acerca da legitimação da luta dos trabalhadores. O primeiro padrão dela é a denúncia das condições de transporte das grandes cidades, particularmente do Rio de Janeiro. O segundo é

[36] Aeronautas e aeroviários haviam entrado em greve nacional no anterior durante 5 dias (TELLES, 1981, p. 43).

a justificativa das ausências que partia do fato de os operários serem "chefes de famílias" com compromissos domésticos (aniversário, saúde, burocracia, etc.) e cidadãos, "construtores da nação", ao invés de "escravos". Tratava-se de uma linguagem que visivelmente buscava relembrar a retórica que o presidente em exercício evocava ao longo de sua carreira política.

A CISCAI também foi formada em outros Estados. No Rio de Janeiro contava inicialmente com 11 sindicatos; São Paulo, 60; Paraíba, 10; Ceará; 17; Pernambuco, 8; e Rio Grande do Sul, 16 (TELLES, 1981, p. 51)[37]. Esses números são uma boa indicação de como essa pauta foi um dos motes para a as tentativas de horizontalização do movimento sindical na década. Contudo, a reunião nacional do CISCAI, realizada no Rio de Janeiro, em 15 de novembro de 1952, contando com representantes de 107 sindicatos, já nasceu dividida justamente sobre a questão da natureza do esforço intersindical. Os trabalhadores tinham por consenso defender o projeto de lei do deputado federal Lucio Bittencourt (PTB/MG), para o fim da cláusula. Entretanto, estava longe de ser um consenso se a organização deveria se limitar a uma pauta única ou desenvolver-se, tendo em vista formar uma central. Parece que os interessados na evolução de intersindicais acabaram por optar pela continuidade dessa última meta sob o auspício de outras organizações (JORDAN, 2000, p. 210–4; LOPES, 1992, p. 38). A cláusula foi se extinguindo, fábrica por fábrica, até ser anulada pela lei nº 2.510 em 1955 (governo Café Filho).

Como exemplo de integração nacional de uma categoria, reuniremos a seguir a historiografia da luta dos têxteis em três estados: Rio de Janeiro, Pernambuco e São Paulo. Poderíamos dar continuidade à trajetória bem sucedida de articulação dos bancários que entraram novamente em greve nacional em 1951, envolvendo mais de 15 mil trabalhadores (TELLES, 1981, p. 42). No entanto, consideramos os têxteis mais emblemáticos nesse início de década em um movimento triplo: organização de um movimento grevista; articulação com outras categorias e acionamento de dispositivos da CLT. Iniciaremos com a narrativa do movimento têxtil carioca[38]. Diante do congelamento salarial e da repressão vivida pelos têxteis cariocas, na campanha salarial de 1952, estes trabalhadores conquistaram uma decisão inédita do Tribunal Regional de Trabalho (TRT): um reajuste de 60% nos salários referentes a janeiro de 1949. O sindicato patronal prontamente recorreu à instância superiora, o Tribunal Superior do Trabalho (TST), que reduziu para 42% de reajuste referente a novembro de 1948.

[37] O autor ainda indica a formação da CISCAI em outros estados, como Rio Grande do Norte, Espírito Santo, Santa Catarina, Minas Gerais e Paraná. Porém não apresenta o número de sindicatos envolvidos.
[38] A descrição que se seguirá está baseada na obra de Thomas Jordan (2000, p. 248-258).

As diferenças de meses de referência têm relevância, pois, no intervalo das datas, os têxteis haviam conquistado um reajuste de 15%. Tal reviravolta na batalha judicial fez com que os trabalhadores entrassem em greve no dia da decisão do TST, em 04 de dezembro. Como de praxe, uma greve marcada nessa época também levantou a bandeira do abono de Natal. Além disso, foi uma ocasião importante para testar a capacidade organizacional da recém-criada CISCAI.

No quadro ainda repressivo do início do governo Vargas, a greve demorou a emplacar. Trabalhadores ainda permaneciam nas fábricas, muitos ainda desconhecendo a resolução do TST. Muito relevante foi a atuação dos piquetes, para informar os operários, e da imprensa comunista (jornal *Imprensa Popular*) para a divulgação do movimento nas diversas fábricas distribuídas pelo DF. Nos primeiros confrontos dos piquetes com a polícia, entre tiros e pedras, o operário Altair de Paula Rosa tornou-se um mártir do movimento. Também há notícias de aprisionamentos realizados pela polícia política.

No quadro da greve, comitês foram construídos ou retomados em 23 fábricas, com destaque para as fábricas Bangu, Cotonifício Gávea, Carioca, Cruzeiro, Moinho Inglês e Mavalis. Condizente com o esforço de horizontalização, esta greve teve bastante apoio de outros sindicatos cariocas e alguns paulistas, recebendo apoio financeiro de bancários, eletricitários, portuários, hoteleiros, dentre outros. Frutas e verduras foram enviadas por pequenos produtores da baixada fluminense. Jogadores do Flamengo também se declararam publicamente favoráveis à greve e realizaram doações. Por fim, esta greve conseguiu arrecadar bastante apoio da população em geral com a nova tática de angariar fundos pedindo diretamente aos transeuntes da cidade.

A despeito dos esforços do Ministro do Trabalho de realizar rodadas de negociação, o sindicato patronal estava relativamente coeso na defesa da decisão do TST, inclusive punindo fábricas que tentavam realizar acordos locais com os trabalhadores. O apego à legitimidade das instâncias do Judiciário deve ser entendido como meramente conjuntural, uma vez que foram muitas as denúncias dos trabalhadores de que os empresários recusavam a realizar reajustes anteriormente firmados pelo TRT, como a pequena correção de 15% (tendo em vista a inflação do período de 1948), o que foi ignorado em empresas relevantes como a Bangu.

Quanto aos trabalhadores, estes decidiram diversificar as frentes. Em 02 de janeiro de 1953, realizaram 1.200 dissídios individuais pela falta de pagamento do mês de novembro (o mês anterior à greve). Por questões “técnicas”, apenas 400 foram aceitas pelas Juntas de Conciliação. Em 13 de agosto, foi determinado que os grevistas recebessem os salários

referentes ao mês de novembro, dando um novo ânimo ao movimento. No mesmo período, o advogado dos grevistas, Luiz Cunha Neves, apelava à decisão do TST, tentando levar a questão para o Supremo Tribunal Federal. Os trabalhadores também enviaram uma petição para Vargas solicitando a mediação no conflito, que enviou Maciel Filho, presidente do BNDE. A greve terminou em 24 de janeiro com uma "vitória mínima", segundo o sindicato da categoria.

Processo similar, com diferentes dimensões, estava ocorrendo entre os têxteis de Pernambuco. Para entender a luta deste estado, dispomos da obra, nunca enaltecida o bastante, de José Sérgio Leite Lopes: *A tecelagem dos conflitos de classe*, de 1988. Dotada de um riquíssimo trabalho empírico, que conjuga um levantamento documental e memorialístico, a obra se concentra na Companhia Têxtil Paulista (CTP), localizada numa cidade vizinha da capital de Pernambuco, que recebeu o nome de Paulista por conta do papel geográfico central desta indústria. A relevância do estudo desta companhia está no fato de que, diante da "política sistemática de desrespeitos às leis trabalhistas...", "a CTP encarna como caso-limite de uma prática disseminada entre as fábricas brasileiras" (LEITE LOPES, 1988, p. 378). Do mesmo modo emblemático para o autor, "as grandes lutas dos operários de Paulista, unificadas ou não com os têxteis de Pernambuco, sempre envolveram a aplicação da lei" (*Ibidem*, p. 379).

Leite Lopes remonta a luta pela "aplicação da lei" ao período da formação do primeiro sindicato operário de Paulista, em 1932, e de sua luta pela aplicação da jornada de trabalho de 8 horas. Esta época era dotada de uma mística especial na memória dos operários pela figura combativa da liderança sindical que, por sua tenacidade, recebeu a alcunha de "Roberto do Diabo". Durante o período do Estado Novo, foi possível notar, mediante os documentos pesquisados pelo autor, uma presença mais forte dos comunistas e a continuidade da luta pela implementação da jornada. Como foi dito, Paulista foi um caso extremo de "sonegação de direitos", que se tornou evidente com enquadramento da indústria têxtil nas leis de emergência do período de guerra: a Companhia não pagava o salário mínimo determinado pela Coordenação de Mobilização Econômica, e os trabalhadores já estendiam sua jornada de trabalho por 12 horas, sem que diversas seções da fábrica recebessem os adicionais que mesmo uma lei tão espartana previa. Com tudo isso, os trabalhadores entraram com um dissídio coletivo, em 1944, assim que esse dispositivo foi liberado.

Como a nossa pretensão é trazer o quadro da luta têxtil em diferentes pontos do país, há uma limitação para descrever em detalhes o processo de trabalho na fábrica Paulista.

Bastará dizer que, no momento em que a luta estadual dos têxteis se unificou, os trabalhadores estavam combatendo internamente — na forma de largadas pontuais de serviço — as arbitrariedades dos gerentes na manipulação dos valores do salário por produção, na sonegação de horas extras, nos atrasos de pagamento salariais e nas demissões desprovidas de indenização. O ano anterior havia sido bastante dramático, pois houve o caso do operário mal afortunado que, no mesmo período em que fora demitido sem indenização, perdera um filho. Desesperado e revoltado com a impossibilidade de poder pagar o enterro, acabou por assassinar seu ex-gerente, provocando grande comoção por parte de seus colegas e na cidade como um todo.

A pauta comum dos têxteis dos operários, inicialmente de Recife e depois das outras cidades do estado durante o mês de julho, tinha como eixo principal o reajuste de 50% dos salários, o fim da cláusula de assiduidade integral, a fixação dos preços de insumos para a contabilidade do salário por produção, pagamento de horas extras e seu limite de acréscimo à jornada normal de no máximo 2 horas, dentre outros. Os trabalhadores também incluíram reivindicações que, na avaliação de Leite Lopes, denotavam certa "nostalgia idealizada de garantias materiais de existência do passado assumidas pelas fábricas" (LEITE LOPES, 1988, p. 395), como: preferência na abertura de vagas para filhos dos operários empregados nas empresas, além de construção de casas nas vizinhanças das empresas. No final do mês, uma reunião de delegações sindicais dos municípios de Recife, Moreno e Escada formou um "Pacto de Honra", espécie de comissão de salários intersindical.

No mês seguinte, diante da negativa de negociações patronais, o sindicato de Recife buscou realizar uma "greve legal", obedecendo aos trâmites e aos prazos do Decreto-lei 9.070[39]. Este encaminhamento jurídico passou pelo estabelecimento de um dissídio coletivo cuja decisão do TRT, em setembro, foi de um aumento de 30% e o condicionamento de gratificações e benefícios (principalmente o abono de natal) à cláusula de assiduidade integral. Os trabalhadores aceitaram a decisão do tribunal e aguardaram para ver seu cumprimento pela classe patronal. Esta defendia, por meio de suas associações, a insustentabilidade jurídica da decisão e, assim como o que ocorre no estado do Rio de Janeiro, apelava para o TST. Em outubro, ocorreu uma grande assembleia, com a presença de 10 mil pessoas e inicia-se a greve na capital, organizada por cerca de mil trabalhadores participantes das diferentes comissões. Nos dias seguintes, as outras cidades aderiram ao movimento, parando quase a totalidade do

[39] Timothy Harding descreve assim o processo grevista: "This was one of the rare cases which a strike was completely legal, according to Law 9070" (1973, p. 256).

setor têxtil do estado, abarcando 37 mil trabalhadores. No caso dos trabalhadores da CTP, havia um clima de vitória por terem retirado da principal fábrica o Gerente Kenan, um dos principais ícones da arbitrariedade da empresa, e entraram em greve sem esperar a realização de assembleia.

Diante do movimento, os patrões propuseram pagar 20% de aumento e prometeram pagar o restante caso o TRT fosse respaldado pela instância superiora. Os trabalhadores recusaram a proposta e iniciou-se uma mediação do senador Etelvino Galvão. Político tradicional do estado, inclusive responsável pela "Segurança Pública" de Pernambuco no Estado Novo, Galvão era o principal nome após o falecimento de Agamenon Magalhães[40] (24 de agosto de 1952). Sua capacidade de convencimento sobre a classe patronal a respeito dos 30% de aumento e do pagamento dos dias de greve dependeu de promessas a serem cumpridas na sua futura gestão como governador.

O fim desta greve marca o fim de nossa narrativa dos acontecimentos em Pernambuco, embora tenhamos que reconhecer que era o início de um ciclo de lutas que só teve declínio a partir de 1957. Mesmo nos meses que sucederam a greve, os trabalhadores tiveram que lutar para que a promessa abarcasse a totalidade da categoria. No mês de dezembro, o TST ratificou a decisão do TRT, diferentemente do caso do Distrito Federal. Comparando o movimento desses dois estados, podemos perceber a associação de um percurso legal com um movimento grevista que em muito extrapola estes marcos. Deste modo, a avaliação de Thomas Jordan, tendo como referência o Distrito Federal, cabe perfeitamente para o movimento de Pernambuco. As duas greves foram uma demonstração de um aumento de "sofisticação" dos sindicalistas, de modo a atuar em diferentes frentes, utilizando os expedientes jurídicos, negociando com o governo, e demonstrando as novas possibilidades abertas com a presidência de Getúlio Vargas às demais categorias (JORDAN, 2000a, p. 257). Também podemos ver a dinâmica eleitoral novamente interferindo nos rumos da greve, como a interferência do futuro candidato a governador nas negociações. Fato não comentado foi a questão da repressão do movimento, que foi relativamente limitada, muito provavelmente pelo fato de o então governador provisório ser o ex-sindicalista de Paulista, Torres Galvão, na qualidade de presidente da Assembleia Legislativa, no momento do falecimento de Agamenon Magalhães.

[40] Conferir o quadro sintético da disputa partidária de Pernambuco feito por Lopes (1988, p.403, nota 242)

Retornemos agora ao Sudeste. No dia 13 de janeiro de 1953, cerca de mil trabalhadores têxteis reuniram-se em São Paulo em assembleia extraordinária. Os participantes deliberaram por criar uma Comissão Central de Salários que encampasse a demanda carioca por 60% de reajuste salarial desprovida da cláusula de assiduidade integral. Também decidiram pelo envio de dez mil cruzeiros para o fundo de greve dos têxteis do Rio de Janeiro. Dando continuidade à luta dos demais estados[41], em São Paulo ficou evidente a vanguarda que esta categoria possuía, na época, para a classe operária brasileira, pois esta greve seria o estopim para uma série de outras no movimento que ficou largamente conhecido como a greve dos 300 mil.

Esse movimento grevista de São Paulo desde cedo despertou interesse na historiografia pelo seu caráter massivo e dramático. Pelo seu amplo registro na literatura acadêmica, limitaremos ao máximo a descrição factual da greve, mesmo que isto incorra no risco de parecer que reduzimos sua relevância política: seja pela influência nos rumos do movimento sindical brasileiro, seja pela inflexão que o movimento provocou nas gestões políticas estaduais e federais. Seguiremos a narrativa realizada por Hélio Costa[42], a nosso ver, o historiador que melhor compreendeu a continuidade do surto grevista no processo de organização do movimento sindical.

A resistência patronal têxtil estava baseada no antigo argumento da concorrência inter-regional do custo da mão de obra. Reunidos também em assembleia extraordinária, no dia 27 de janeiro, os empresários têxteis convocaram os operários para pleitear ao governo um reajuste do salário mínimo. A esta altura já eram cerca de 360 mil operários reivindicando aumento salarial, com a incorporação de metalúrgicos, marceneiros, gráficos papeleiros, etc.; todos reivindicando reajustes entre 50 e 60%. No dia 11 de fevereiro, houve reunião entre empregadores e empregados na Delegacia Regional do Trabalho, sem a autorização da

[41] Nosso trabalho segue as sugestões de Jover Telles (1981) e de José Leite Lopes (1988). Quanto a este último, o autor realiza uma relação do movimento de Pernambuco com os movimentos do Sudeste em algumas notas de rodapé como a que segue: "A greve dos têxteis de Pernambuco de 1956 é um marco importante para o estudo dos momentos concretos em que se manifestam grupos da classe trabalhadores em movimento reivindicatórios coletivos (...). Do período anterior a 1964 foi mais estudada a "greve dos 300 mil" de 1953, dos operários de São Paulo, envolvendo varia categorias profissionais, onde é destacada a importância da formação de comissões de empresas associadas ao trabalho sindical (cf. Weffort, 1972 e Moisés, 1978). O estudo de Barsted também apresenta importante análise (...) [d]a constituição da organização sindicato de base de importantes grupos da classe trabalhadora deste período, através do estudo da greve, em 1953, dos marítimos (em escala nacional)" (LOPES, 1988, p. 508 nota 246; cf. também notas 233 e 238).

[42] O Estudo de Hélio da Costa concentra-se no Estado de São Paulo e trata da relação do PCB com os sindicatos nos anos 1945-53. Eis como o autor introduz ao leitor o capítulo IV que aqui nos interessa: "A greve dos 300 mil da qual nos ocuparemos a seguir, deve ser entendida como um amplo movimento de massas cujo fio de continuidade foi claramente construído nas lutas dos anos anteriores" (COSTA, 1995, p. 162). Antes desse livro, a principal referência sobre esta conjuntura era o trabalho de José Álvaro Moises (1978).

presença da Comissão Central de Salários. Por conta desta decisão, os trabalhadores não reconheceram a legitimidade da reunião, propondo outra, inclusive convidando o Presidente da República. Recebendo a negativa patronal e governamental, a campanha muda de rumo, tomando as ruas. Cerca de oito mil trabalhadores abandonaram o trabalho na tarde do dia 10 de março e caminharam do sindicato da categoria ao sindicato patronal, onde entregaram um memorial de reivindicações. O presidente do sindicato da indústria têxtil apenas reiterou o argumento do baixo salário dos outros estados. No dia 18, foi realizada nova tomada das ruas, a "Passeata da Panela Vazia"[43], que partiu do sindicato dos Marceneiros para o Palácio dos Campos Elíseos. Como a manifestação também tinha como mote os temas do custo de vida e do congelamento de preços, recebeu bastante adesão de outras categorias — que também largavam o serviço — e da população em geral.

Oficialmente a greve dos tecelões foi decretada no dia 25, muito embora a direção do movimento tivesse encontrado grandes dificuldades de obter uma ação coordenada diante do ímpeto grevista de algumas fábricas. Outra categoria bastante relevante, a dos metalúrgicos, já havia paralisado 19 fábricas, no ano de 1952, reivindicando o abono de natal. Nessa conjuntura despontada pelos seus companheiros têxteis, os metalúrgicos aguardavam a contraproposta patronal para suas próprias reivindicações salariais. Ainda assim, resolveram antecipar a greve em solidariedade. Nos dias seguintes, a greve se alastrou pelos bairros do Brás, Mooca, Belém, Ipiranga, entre outros. As dificuldades iniciais na coordenação eram, em grande parte, superadas diante da necessidade de contornar a repressão ao movimento. Realizaram-se piquetes-surpresas em diversas fábricas (rapidamente se iniciavam e se dissolviam tão logo a empresa parasse), embora tivesse ainda ocorrido dispersão violenta, como no caso do piquete no Moinho Paulista.

A greve também teve um encaminhamento jurídico. Só que, no caso de São Paulo, a decisão do dia 31 de março referia-se a todas as categorias em greve, atribuindo um aumento conjunto de 23%. A classe patronal rejeitou a proposta, apresentando uma escala de aumentos que variava de 10 a 15%. Esta, por sua vez, foi rejeitada pelos trabalhadores no dia 1º de abril. No mesmo dia, o governador Lucas Nogueira Garcez se propôs como mediador do conflito. Defendendo o reajuste do TRT, este governador não teve o mesmo sucesso do seu congênere pernambucano.

[43] As "Passeatas da Panela Vazia" já estavam ocorrendo no ano anterior em outros estados e faziam parte da luta contra a carestia do custo de vida, assunto que será abordado no capítulo 4.

Naquela fase, a totalidade dos trabalhadores têxteis estava em greve e a eles se somavam operários de 120 fábricas metalúrgicas e diversos estabelecimentos de carpintaria, vidraria, malharia, fabricação de cristais e alimentos de todo o estado. No dia 14 de abril foi a vez dos gráficos encamparem a greve enquanto categoria. Dentro deste clima crescente de solidariedade, os comitês de greve de categoria se unificaram no dia 13 de abril, formando a Comissão Intersindical de Greve. Ainda no decorrer da greve, esta Comissão ensejou o Pacto dos Quatro Sindicatos (têxteis, metalúrgicos, madeireiros e vidreiros) "pelo qual cada categoria se comprometia a só terminar a greve quando tivesse condições gerais que atingissem a todos..." (MOISÉS, 1978, p. 147). Desse processo de centralização surgiu o Pacto de Unidade Intersindical no ano seguinte.

Nos dois dias seguintes, o TRT concedeu o reajuste de 32%, aceito pelos têxteis em assembleia. Entretanto, três condições importantes impediam o fim da greve: os trabalhadores não voltariam ao trabalho sem que os detidos pela polícia fossem soltos, os dispensados fossem readmitidos e os dias parados fossem pagos. Dois dias depois, por meio de reunião com industriais, a FIESP estende o reajuste para vidreiros e marceneiros. Novamente, entrava em causa o próprio direito à greve, diante da repressão estatal e patronal. Um exemplo dramático de repressão é o da passeata do dia 09 de abril, quando trabalhadores, após assembleia, reivindicavam a libertação de 18 presos políticos. O conflito com as forças públicas resultou em dezenas de feridos e cinco hospitalizados. Desde então, os trabalhadores se viram impossibilitados de realizar assembleias, uma vez que eram dispersadas pela polícia. Apesar da intensa repressão, os operários detidos foram soltos, o que fez com que a greve dos tecelões e metalúrgicos acabasse no dia 23 de abril — com exceção da greve dos trabalhadores de Sorocaba, que durou mais quatro dias, por conta de operários ainda presos — e a dos gráficos, no dia 27.

A importância central do trabalho das comissões, e dentro delas dos ativistas do PCB, é inconteste. Qualquer um que se interesse pelo tema terá que passar pela consulta do jornal comunista *Notícias de Hoje* e pelo depoimento dos militantes dos mais diferentes escalões do PCB[44]. Há mesmo a confissão por parte do Sindicato dos Têxteis de São Paulo de que desempenhou um "papel de coadjuvante" no movimento[45]. Portanto, não nos deteremos nesta

[44] A polêmica está no fato de que, em geral, adeptos da teoria do populismo costumam singularizar a conjuntura do ano de 1953, defendendo que o trabalho do PCB nas comissões locais não se prolongaria nos anos seguintes.
[45] "O movimento ficou inteiramente confiado a uma comissão eleita em assembleia e pelo departamento jurídico. A diretoria propriamente dita só tinha o papel decorativo, isto é, só assinava papéis..." (*O Dia*, 21/10/1953 *apud*. COSTA, 1995, p. 188).

questão. Apenas salientaremos o papel das comissões no processo de participação política feminina no sindicalismo têxtil. Se, no imediato pós-guerra, as mulheres viam como única forma de participação o ingresso na comissão de fábrica e no Partido Comunista (WOLFE, 1993, p. 134), na greve dos 300 mil puderam participar da liderança do movimento. A mencionada Comissão Central Salarial contava com 7 trabalhadores de cada gênero. Como setor de maior presença de trabalhadoras mulheres – ou simplesmente "as têxteis" – vanguardearam em muitos momentos a luta nos piquetes.

A complexidade das relações de gênero da época (assim como as atuais) era grande. Ao mesmo tempo em que as têxteis assumiam a cozinha comunitária que abastecia os trabalhadores das diversas categorias, elas assumiam os piquetes fora de sua categoria. Caso emblemático foi o caso dos operários (homens) das indústrias químicas que não quiseram aderir à greve e foram apedrejados pelas mulheres e instigados a usar saias — que neste caso era um símbolo de covardia (COSTA, H. DA, 1995, p. 183). São exemplos de participação feminina em um movimento ainda bastante machista, que marcam alguns avanços históricos. Estamos aqui pensando no fato de que, no Estado Novo, os Departamentos Femininos dos Sindicatos ensinavam economia doméstica (WOLFE, 1993, p. 134) e, nos anos 1950, o sindicato dos metalúrgicos ainda assegurava a participação feminina por meio de concursos de *miss* (JORDAN, 2000, p. 157). Por fim, a participação feminina resultou em pautas mais avançadas, como a isonomia salarial e o direito à licença maternidade (LEAL, 2011, pp. 142–5).

Terminaremos nossa narrativa dos anos 1950 com a descrição da greve dos marítimos que se apresentou como uma espécie de síntese não só do aprendizado alcançado pelas organizações operárias, mas como uma resposta estatal às pautas construídas. Embora, se tratasse de um movimento nacional[46], só possuímos informações sobre o estado do Rio de Janeiro (não confundir com o Distrito Federal). Na época, os estaleiros de Niterói eram basicamente caracterizados pelo serviço de reparo: a construção de navios ganharia impulso apenas nos anos 1950, em muito influenciado pela luta dos operários. Numa fase ainda manufatureira deste setor, o termo "operário naval" era semanticamente bastante instável, pois abarcava um conjunto de subcategorias de trabalhadores de estaleiros. Estas subcategorias sofriam sucessivos reenquadramentos sindicais por parte do MTIC, oscilando entre categorias ainda mais abrangentes como marítimos ou metalúrgicos. Por vezes os patrões se

[46] Jover Telles atesta a participação de 100 mil marítimos do país (1981, p. 55).

aproveitavam dessa indefinição para classificá-los circunstancialmente segundo a categoria com menor piso salarial (BARSTED, 1982, p. 61).

A grande contribuição do trabalho de Dennis Barsted — talvez nunca reconhecida pelo o que hoje chamamos de sociologia das profissões — foi demonstrar o processo de construção de uma identidade profissional na luta por direitos trabalhistas gerais e específicos (segundo a linguagem nativa registrada pelo pesquisador, "direitos" e "reivindicações", respectivamente). Os acontecimentos de 1950 assumiram um papel quase de mito de origem da categoria de operário naval[47]:

> Foi no movimento de 1953 que os trabalhadores em estaleiros navais se fizeram operários navais, criaram o seu sindicato, o inesquecível sindicato dos operários navais, e fizeram um poder próprio que resistiu a insistentes assaltos de seus opositores até ser destruído em 1964 (*Ibidem*, 1982, p. 28-9).

Como em quase todos os outros sindicatos aqui relatados, os operários navais também sofreram intervenção estatal e, quando puderam realizar suas eleições (1951), a chapa de oposição foi impedida de concorrer. No caso deste sindicato, os operários promoveram uma eleição e, em seguida, uma direção paralela[48]. Semelhante aos têxteis e a algumas subcategorias dos metalúrgicos, este setor também foi atingido pelas leis de emergência e sofria com o que hoje chamaríamos de assédio moral — prolongamento da jornada por escusa de "serviço inadiável". No início da década de 1950, havia inclusive o temor de que o possível envolvimento na Guerra da Coréia repercutisse em uma retomada da legislação repressiva[49]. Por fim, os marítimos de Niterói e de São Gonçalo realizaram um Pacto de Ação Comum contra a cláusula de assiduidade integral e enviaram representantes para prestar solidariedade aos feridos das manifestações dos 300 mil em São Paulo.

A eleição da direção sindical paralela, no início de 1953, já havia se dado em um contexto de campanha salarial e no levantamento de diversas questões. Isso fez com que a pauta de reivindicações da greve fosse bastante abrangente. Neste capítulo, trataremos do eixo

---

[47] Há, no entanto, registros de trabalho sindical desde a década de 1930, quando inclusive tiveram uma atuação importante, realizando uma greve em 1934 e participando da campanha pela declaração de guerra ao Eixo no início dos anos 1940.

[48] Não sabemos a respeito da influência da linha sindical do PCB de construção de sindicatos paralelos nesta categoria. Pelo relato de Barsted, ficamos sem saber se os comunistas não tinham penetração nessa categoria ou se, no contexto de sua pesquisa (feita anos 1970), a presença comunista não poderia ser registrada pelo pesquisador.

[49] Outro indício da possível presença comunista.

que girava em torno das condições de trabalho[50]: regularização da jornada, contratação de mais funcionários, promoção de ajudantes para funções superioras, melhoria do ambiente de trabalho e gratificação por insalubridade.

Em conjunto com o Pacto de Ação Comum, formou-se a Comissão Central de Greve, que se articulava com as diversas comissões dos estaleiros que estavam sendo resgatadas dos anos 1940 ou sendo criadas[51]. A Comissão Central também deixava aberta a porta para todos os "sindicatos da orla marítima", por estes entendendo os sindicatos oficiais que "representavam" os trabalhadores dos estaleiros[52] e também outras categorias que quisessem entrar no movimento — como portuários e estivadores. Diante da recusa patronal às suas reivindicações, em 16 de junho, o então Comando Central de Greve lança um manifesto. Sem detalhar o conteúdo, ressaltaremos a análise de Barsted:

> No momento, cabe observar que os marítimos estão exigindo o respeito e o acatamento à lei e ao Judiciário. Estão acionando as bases de legitimidade do Estado. Reapropriam-se criativamente de um instrumento de hegemonia da classe dominante, a lei, para usá-la como um meio de avançar as suas posições no embate com os seus patrões. O argumento de legalidade passa a ser um instrumento de coesão dos grevistas inclusive legitimando suas pretensões perante os demais setores sociais (1982, p. 73).

Todos os navios da Marinha Mercante Brasileira estavam parados, assim como os diques, carreiras e oficinas dos estaleiros. Os trabalhadores realizaram uma passeata do cais do porto do Rio de Janeiro até o Palácio Tiradentes (Câmara dos Deputados). Embora houvesse presença das forças armadas protegendo áreas "militarmente estratégicas", não houve repressão ao movimento. Para uma explicação deste fenômeno é importante notar que a greve aconteceu dias após a troca de ministros da Guerra, da Aeronáutica e da Marinha, além do fato que João Goulart já estava, nessa altura, incumbido de negociar com os sindicalistas. Nas escadarias da Câmara, as lideranças discursaram para um grupo de deputados e, ao fim,

---

[50] Recomendamos fortemente a leitura da descrição de Barsted sobre as insalubres condições trabalho nos estaleiros na década de 1950, seguida pelo relato das arbitrariedades patronais (1982, p. 40–8).

[51] A greve dos marítimos também foi um caso em que um Sindicato oficial confessa não dirigir o movimento "A propalada greve — diz Jerônimo Cardoso, delegado do sindicato dos maquinistas — não está sendo discutida pelos sindicatos mas sim por comissões". Trecho retirado de "Coluna Operária: Desaprovam a greve na Marinha a Federação e os Sindicatos Marítimos. Correio da Manhã. 7 de junho 1953. Citado em Stotz (1992, p. 248).

[52] Dentre as categorias ou subcategorias da orla marítima que ingressaram em comissões ou em delegados sindicais, listamos: oficiais de náutica, operários navais, carpinteiros navais, marinheiros, taifeiros e foguistas. Participação mais tardia e relutante veio dos dirigentes sindicais de oficiais de máquinas, foguista e práticos, arraiais e mestres de cabotagem (BARSTED, 1982, pp. 83–4).

foi solicitado ao Comando de Greve que realizasse um Memorial com as reivindicações do movimento.

O Memorial de 25 itens foi redigido no dia seguinte e serviu de base para as negociações realizadas por uma comissão tripartite montada pelo MTIC e presidida pelo presidente do Departamento Nacional de Trabalho. A grande maioria dos 25 itens visava a regulamentação do trabalho dos marítimos, segundo os princípios de duas legislações: a CLT e o estatuto do funcionalismo público (no caso dos trabalhadores de autarquias). Constavam as seguintes demandas: melhoria da alimentação segundo uma tabela de alimentos proposta pelo Comando; jornada de 8 horas e semana inglesa para trabalhadores em mar e em terra, com o pagamento de horas extras e o dobro do salário em domingos e feriados; fiscalização das condições do ambiente de trabalho e o pagamento de gratificações por insalubridade; posse da diretoria eleita do Sindicato dos Operários Navais; dentre outras reivindicações, direcionadas a categorias específicas.

As negociações resultaram em um documento final chamado de Acordo de Cessação da Greve, no qual todos os itens, mesmo que muitas vezes de modo parcial, foram atendidos. A tabela de alimentação foi encaminhada para o Ministro da Marinha examiná-la. Foram criadas comissões tripartites para a questão da insalubridade e da regulamentação da jornada. É interessante notar que, do trabalho destas comissões, resultou no mês seguinte, já terminada a greve, em um "Contrato Coletivo de Trabalho", assinado pelos sindicatos de empregadores e empregados. Segundo Barsted:

> "Na verdade, esse contrato não fez mais do que dar forma às diretrizes gerais prescritas na legislação trabalhista sobre a limitação do 'trabalho normal' de tripulantes a oito horas. Estabeleceu que o tempo de serviço excedente fosse compensado, segundo as conveniências de serviço, por descanso em período equivalente, dentro das horas normais de trabalho..." (1982, p. 114).

Consideramos este elemento da luta dos marítimos bastante emblemático, pois os trabalhadores tiveram que forçar, por meio de uma pressão grevista, a realização de um "contrato" cujo o conteúdo era justamente a obediência a uma codificação jurídica já existente. Visto deste aspecto, podemos considerar esse movimento como o ponto de culminância no processo de defesa de um ordenamento jurídico pela classe trabalhadora[53].

[53] "[...] a fórmula adotada significou um avanço para os marítimos, pois suas reivindicações foram legitimadas, mesmo que de uma forma relativamente provisória. Doravante, não se tratava mais de uma reivindicação, mas,

5. Considerações finais

As greves que ocorreram no país no início dos anos 1950 tiveram grande repercussão no Governo Vargas. Demonstraram para as elites políticas que os trabalhadores estavam dispostos a conter a deterioração salarial que sofriam e assegurar a implantação das leis que tanto eram propagandeadas. Os efeitos de tal insurgência popular são conhecidos: permitiram a ascensão no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e, no Governo, de uma nova geração de parlamentares comprometidos com a defesa da legislação trabalhista, cujo maior expoente era o deputado federal João Goulart. Eleito por influência de Vargas para a presidência do PTB, Jango tinha duas grandes tarefas: unificar seu partido, tendo em vista os conflitos internos, e "aproximar-se do movimento sindical, indicando a disposição do governo em abrir canais de negociação" (FERREIRA, 2005a, p. 102). Suas tarefas implicaram o confronto com o então ministro do Trabalho, Segadas Vianna, na defesa de um ministério mais próximo das demandas sindicais e avesso à simples repressão do movimento grevista. Portanto, como expressão da disposição de conquistar a simpatia do movimento sindical, em meio à greve dos marítimos de junho, Jango tomou posse do MTIC.

Ao menos no discurso, o MTIC deu diversas sinalizações de que a instituição compartilharia com os sindicatos a iniciativa fiscalizar o cumprimento da CLT. É este o sentido da carta "convocando os sindicatos articular-se com o Ministério do Trabalho e demonstrarem coragem e decisão na defesa de seus direitos sem temerem injustificáveis vindictas dos empregadores"[54]. Nessa convocação, ficavam claras as limitações do Ministério do Trabalho para fiscalização[55] e a necessidade de os trabalhadores compartilharem esse papel, caso quisessem seus direitos efetivados.

> [...] A legislação do trabalho foi um imperativo de justiça para os trabalhadores. Só a sua fiel execução, todavia, traduzira esse princípio

sim, de um direito reconhecido. A questão passava então para uma nova fase, correspondente à luta para obrigar os patrões a cumprirem o estatuído" (BARSTED, 1982, p. 115).

[54] *Diário Carioca*, 13 de outubro de 1953, pp. 2 e 12, referência encontra-se em ERICKSON, 1979, p. 95).

[55] Há alguns registros na literatura sobre a ação fiscalizadora dos sindicatos em conjunto com o MTIC. No DF, a pesquisa de Eduardo Stotz identificou que, pelo menos, dois sindicatos atenderam à convocação de Jango: alimento e bebidas; e metalúrgicos – particularmente o delegados sindical da Fábrica Nacional de Motores (STOTZ, 1992, p. 254). Em sua pesquisa no jornal *O Metalúrgico*, Murilo Leal também identificou duas iniciativas conjuntas de ação fiscalizadora entre o sindicato dos metalúrgicos de São Paulo e órgãos do Ministério do Trabalho; com a Divisão de Fiscalização, em abril de 1952; a formação "comandos de fiscalização mistos" com o DRT e entidades patronais, em outubro de 1953. Quanto a esta última experiência, sabe-se que não foi para frente devido à resistência patronal (LEAL, 2011, p. 140).

> de justiça; por isso assume a mais alta importância a cooperação que as autoridades recebam dos trabalhadores de todas as categorias.
> Os trabalhadores precisam articular-se com o Ministério do Trabalho e demonstrar coragem e decisão na defesa de seus direitos sem temerem injustificáveis vindictas dos empregadores, pois o Ministério tudo envidará para defender aqueles cujas atitudes se enquadrem nos princípios estabelecidos pela legislação social[56].

A ideia da formalização da ação fiscalizadora dos sindicatos ainda teve repercussões no MTIC no ano seguinte. Em julho de 1954, elaborou-se um anteprojeto de lei, que permitiria os presidentes de sindicatos se equipararem em atribuições com os fiscais da Delegacia Regional do Trabalho. Esta proposta não chegou a se tornar projeto de lei. De forma similar, ainda seria prometida pelo mesmo ministério em 1963, na gestão de Amauri Silva, com Jango na Presidência da República (LEAL, 2011, p. 140).

Outra grande convocação do movimento sindical foi a realização do I Congresso da Previdência Social, em janeiro de 1953, no Distrito Federal. Este congresso foi uma oportunidade para 1.200 dirigentes sindicais de todo o país reunirem-se. O apoio do Ministério ao congresso não teve grande contrapartida financeira, e os delegados de outros estados tiveram que autofinanciar sua visita à capital. Ao menos, o ministério não interviu tanto na estrutura do congresso que favorecia uma participação horizontal para os sindicatos construírem pautas conjuntas, como a extensão do direito previdenciário a categorias não abrangidas pela CLT. Delegações do Nordeste tomaram a frente neste ponto, reivindicando que a previdência contemplasse trabalhadores rurais, pescadores e autônomos. A questão que tomou maior parte do evento foi a do financiamento da previdência. Os sindicalistas defendiam que a arrecadação da previdência se destinasse apenas para políticas de favorecimento direto aos trabalhadores (e não servisse para empréstimos aos entes federativos, por exemplo). Discutiu-se a concessão de empréstimo dos IAP's para a habitação. Também se cogitou a realização de empréstimos para trabalhadores recém-desempregados. Por fim, datam deste congresso as primeiras propostas sindicais para a instituição do seguro-desemprego (2005, p. 93–101).

De acordo com o clima de abertura política, uma das grandes reivindicações dos sindicatos era de participar da administração dos institutos de previdência. Cabe ressaltar que

[56] *Diário Carioca*, 13 de outubro de 1953, pp. 2 e 12, referência encontra-se em ERICKSON, 1979, p. 95).

esta era uma das promessas de Vargas, apresentada nos discursos de 1º de maio de 1952[57] e na mesma data, em 1954. O Congresso ainda teria servido de base logística para o PTB criar a Frente dos Trabalhadores Brasileiros que congregaria sindicalistas do partido e aliados — independentes e membros do PSB (STOTZ, 1992, p. 224–5). Seria a "largada para o reformismo" no partido, seguindo a análise clássica de Lucíola Delgado (DELGADO, 1989, cap. 2) em que o partido começaria a propor lista de leis a serem aprovadas no legislativo[58], no sentido de ampliariam o escopo da CLT.

Das propostas realizadas por Goulart, ficou menos conhecida a sugestão para o reconhecimento legal das comissões de fábrica. De fato, esta proposta só ficou registrada na história pela reação advinda do Departamento de Polícia Social do estado da Guanabara. Por meio de um memorando, em outubro de 1953, o DPS criou hipóteses alarmistas de que, se os comitês de fábrica fossem legalizados, não só os trabalhadores tomariam o controle das fábricas como promoveriam a "sovietização do país" (JORDAN, 2000a, p. 261).

Este incidente é bastante esclarecedor do conflito que se apresentava tanto na sociedade como entre os órgãos do Estado. Na medida em que o Ministério do Trabalho reduzia o seu caráter repressivo[59], abria-se espaço para as demandas em crescente processo de generalização do movimento sindical. Ao mesmo tempo, deu um apoio institucional à organização dos militantes comprometidos com a implantação da CLT nos sindicatos. Com isto, queremos afirmar que, quando Jango convoca os trabalhadores para fiscalizar as leis, não seria mais do que uma armadura estatal para o que os trabalhadores já vinham fazendo. Mas esta armadura é importante, pois, a partir daí, a democracia de 1945-64 passou a ter de fato uma questão social a ser debatida publicamente. Por outro lado, a estratégias operárias para ver suas leis asseguradas, especificamente a montagem de comitês e as greves, foram vigiadas por uma rede policial e criticadas por uma rede midiática alinhada com a construção discursiva da Guerra Fria.

---

[57] "Sempre foi meu desejo entregar a direção dos institutos de previdência aos próprios trabalhadores, que para eles contribuem e deles se beneficiam" (VARGAS, 2011).

[58] Conferir igualmente a lista de leis propostas por Vargas em seu último discurso de 1º de maio, o de 1954 (VARGAS, 2011, pp. 757–63).

[59] Para o historiador Jorge Ferreira, a gestão de Jango no MTIC teria feito "valer, na prática, uma medida inaugurada por Segadas Viana, abolindo, definitivamente, o 'atestado ideológico'" (2005a, p. 107). Para nós, a pesquisa de Ferreira equivoca-se tanto no início quanto no fim da fase de distensão do controle sobre os sindicatos. Como pudemos ver, o fim do atestado de ideologia iniciou-se com uma portaria lançada na gestão Danton Coelho. Quanto à questão de sua abolição "prática", há indícios de que Jango ainda manteve interventores no sindicato dos alfaiates no Rio de Janeiro e dificultou a entrada de comunistas em sindicatos importantes como a Federação dos Marítimos (STOTZ, 1992, p. 253).

O processo de generalização da pauta de reivindicação do movimento sindical apresentado neste capítulo revelou-se bastante dinâmico: iniciou-se com a resistência à continuidade de uma política de guerra, baseada na intensificação do trabalho e na defasagem salarial. Algumas pautas tinham grande poder de unificação: como o abono de Natal, o salário profissional e, posteriormente, o fim da cláusula de assiduidade integral. Do ponto de vista organizacional, a luta é retomada fábrica por fábrica, depois categoria por categoria, para, enfim, atingir múltiplas categorias em uma dada metrópole.

Deste modo, a reafirmação da questão social no final do governo Vargas, fez com que esse governo tivesse que lidar com pautas estruturadas por novas tentativas intersindicais em torno de eixos mais gerais. Isto ficou claro na luta pelo reajuste do salário mínimo. As negociações no MTIC se deram com a formação da Comissão Intersindical do Movimento Pró-Salário Mínimo CR$2.400,00 (o dobro do vigente), coordenando manifestações nos primeiros anos de 1954. O encaminhamento desta demanda e a reação por parte do meio empresarial e midiático fez com que Goulart viesse a renunciar ao cargo de ministro — embora o aumento tivesse sido promulgado no 1º de maio daquele ano.

No entanto, desde o início dos anos 1950, já se revelavam pautas que complexificavam ainda mais as negociações com o governo. Quando Goulart assumiu a pasta do trabalho, os marítimos estavam demandando algo bem maior do que a implementação de seus direitos. O primeiro ponto do "Memorial dos 25 itens" referia-se à "defesa da Marinha Mercante Nacional", ou seja, que a navegação de cabotagem fosse exclusiva de navios mercantes nacionais e que a indústria nacional passasse de uma fase de reparo, para a própria construção de navios. Com respeito ao salário mínimo, a intersindical que se formou queria que o reajuste fosse associado a um eficiente controle dos preços dos itens que compunham os gastos dos trabalhadores. Nos dois casos, eram demandas que traduziam as mudanças do Estado e da economia brasileira nos anos 1950, ultrapassando os limites de atuação do MTIC. Estes temas serão os objetos de estudo dos dois capítulos a seguir.

CAPÍTULO 2
A INDUSTRIALIZAÇÃO

No capítulo precedente, tratamos da evolução política dos militantes sindicais, tendo em vista as possibilidades abertas com o fim da II Guerra Mundial (1945) e a redemocratização do país (1946). Cabe agora, analisarmos como o movimento sindical se posicionava diante da industrialização em curso no país. Esta percepção foi fundamentalmente orientada pelas formulações teóricas do partido comunista que, por sua vez, seguiam em ritmo mais lento do que o crescimento do trabalho nas bases sindicais. A diferença dos ritmos obrigará nossa narrativa a recuar um pouco na cronologia e investigar as discussões do início da Guerra Fria, em 1948, até o Congresso Nacional do PCB, de 1954. Buscaremos, portanto, apresentar as contribuições e as limitações desta teoria no que tange às modificações da economia e ao avanço do movimento sindical.

Daremos, em seguida, continuidade a narrativa histórica do movimento operário, partindo do ponto em que paramos no capítulo anterior. Aí, teremos a oportunidade de analisar concretamente como a industrialização se relacionou com a ampliação do escopo dos direitos nos 1950, na medida em que a generalização da luta operária levou a discussão da política econômica exercida pelos sucessivos governos. Assim sendo, investigaremos como o movimento sindical, ao mesmo tempo, reinterpretou a linha política comunista e propôs alternativas às políticas econômicas governamentais.

1. O processo de industrialização na teoria da Revolução Brasileira

De acordo com a cronologia dos documentos e declarações públicas dos dirigentes do PCB, o partido só recomeçou a tratar intensamente da industrialização quando teorizou acerca da inserção do Brasil no contexto global da Guerra Fria. Antes disso, o partido seguia uma linha anti-imperialista que remontava ao posicionamento dos anos 1920, sem grandes ajustes a conjunturas específicas (CHILCOTE, 1982; SAES; DE CAMPOS, 2007). Ao que tudo indica, no subperíodo do pós-guerra imediato, os dirigentes comunistas encontravam-se demasiadamente ocupados com os problemas da retomada organizacional. Além disso, pairava sobre o movimento comunista internacional um otimismo decorrente da derrota dos nazistas — primeiramente pelos soviéticos e, posteriormente, pelo conjunto dos países

Aliados. Nas poucas declarações sobre a economia mundial realizadas por Prestes é possível encontrar expectativas favoráveis em relação ao capital internacional. Isto talvez explica porque o partido se omitiu de temas econômicos presentes durante a redemocratização, como a Lei Malaia[60] proposta no final do Estado Novo, ocasião que não despertou nenhuma intervenção por parte do partido (ALEM, 1981, p. 176–7).

A cassação do partido e a perseguição de seus quadros sindicais, em 1947, veio mudar a percepção do partido sobre a conjuntura nacional e internacional. Seguiu-se um período de autocríticas por parte dos dirigentes do partido, avaliando erros da política anterior de "União Nacional", erros, em grande parte, atribuídos pelos dirigentes à incompreensão da conjuntura internacional e à sua relação com a formação econômica e social brasileira. É a partir desta autocrítica que podemos observar as novas considerações sobre a industrialização, presentes no partido.

Segundo as concepções do PCB, que remontam ao II Congresso do partido de 1925, o desenvolvimento capitalista do Brasil encontrava-se retardado pela ausência de uma Revolução Burguesa. O país possuía um caráter semifeudal, semiescravista e semicolonial. Apesar dessas formas de dominação externa e interna, teria sido possível, na primeira metade do o século XX, desenvolver uma indústria nacional e, consequentemente, uma burguesia. A expansão dessa indústria ficava limitada pelo fato de o capitalismo não ter atingido o campo que permanecia feudal; depender de financiamento externo; e não conseguir atingir "postos chaves" da economia sob domínio de monopólios internacionais. Para superar as limitações da formação social brasileira, o partido propunha a construção de frentes de luta democrática popular/burguesa/nacional (os termos permutavam-se) para, deste modo, consolidar uma das etapas da Revolução Brasileira. Em tese, essas frentes seriam compostas pela aliança de três classes: proletariado, campesinato e burguesia nacional.

Ao longo da primeira metade do século XX, algumas frentes foram propostas pelo partido. O grande debate teórico e político dos comunistas girou em torno da questão de como construir esta aliança entre as classes distintas. Concentrando-nos na aliança entre proletários e burguesia, um dos principais problemas era como estimular reivindicações operárias dentro de um programa que tinha como prioridade o desenvolvimento da indústria nacional. Sem a pretensão de historicizar o conjunto dos posicionamentos, partiremos para as considerações

[6060] Tratava-se de uma um projeto de lei antitruste, apelidada de "Malaia" por Assis Chateaubriand em seu periódico *Diretrizes*. Este decreto foi alvo de críticas do conjunto da classe empresarial, influenciando na queda do Estado Novo.

do Manifesto de Janeiro de 1948, documento que insere essa discussão no contexto da Guerra-Fria. Do nosso ponto de vista, nesse documento já apareciam os termos em que a possibilidade de revolução burguesa no país seria debatida nos anos 1950. São dois os critérios para avaliar a aliança entre a burguesia nacional e o proletariado: 1) abertura do regime à atuação operária organizada pelo PCB e 2) o avanço da industrialização e a implantação de políticas que a favorecessem.

A conjuntura na qual o país vivia no ano de 1948 foi analisada pelo partido em seu manifesto como um "processo reacionário crescente", que se traduzia em uma lista de exemplos de como a Constituição de 1946 estava sendo "sistematicamente violada" (PCB, 1982b, p. 72), ou seja, acumulavam-se "golpes contra as conquistas democráticas" (p. 73). O quadro era de "todos os partidos a serviço do imperialismo" (p. 78). Portanto, era hora de abandonar as "ilusões reformistas" nutridas na constituinte de 1945. Com respeito à industrialização, o país não estava apresentando nenhum avanço para superar sua condição semicolonial e semifeudal. Pelo contrário, o reacionarismo do governo tinha como função justamente promover "um governo de traição nacional que, a serviço do imperialismo norte-americano, esfomeia nosso povo, liquida a indústria nacional, impede o progresso do país e entrega a Nação à exploração total dos grandes bancos, trustes e monopólios norte-americanos" (*Idem*, p. 73).

Influenciados por documentos soviéticos[61], a orientação do PCB já estava inserida na geopolítica que dispunha os países em dois blocos: um com a liderança estadunidense; outro com a soviética. Assim, diferentemente de documentos anteriores, não se lutava contra qualquer imperialismo, a prioridade era o confronto com o imperialismo dos EUA. Mas essa não era a única novidade, pois este imperialismo específico possuía uma "máscara": uma "suposta 'ajuda' apresentada como necessária ou, mesmo, indispensável do capital americano ao desenvolvimento de nossa vida econômica". Essa "ajuda" silenciaria "as condições exigidas pelos banqueiros estrangeiros, condições que significa[va]m, cada vez mais, a completa renúncia à independência econômica do país" (PCB, 1982b, p. 74). O partido então havia de enfrentar uma

> Nova forma de penetração que vem sendo cada vez mais utilizada pelo capital financeiro dos Estados Unidos nos países coloniais e semicoloniais, de empresas mistas ou de 'investimento conjunto' de capitais locais e norte-americanos. Visa com isto o imperialismo, (...)

[61] Sobretudo as discussões internacionais daquele ano em torno do *Informe Zhdanov*. Conferir Beatriz Loner (1985, p. 21 e seg.).

> encobrir o caráter estrangeiro da exploração, nela envolver a própria burguesia local e conseguir sua proteção [...] (PCB, 1982b, p. 75)

O manifesto de 1948 possuía um tópico de autocrítica dedicado à "ilusão reformista e à decorrente "passividade" que tomaram conta do partido no imediato pós-guerra (*Idem*, pp. 73-5). Na edição da revista *Problemas*, na qual o manifesto foi originalmente publicado, havia ainda um texto integralmente dedicado a este tema assinado por Prestes. No ano seguinte, o líder comunista lançaria outro documento, consolidando a virada política na direção do partido[62]. Os três textos seguem uma tradição de autocrítica do PCB em que a direção do partido assumiu os erros para imediatamente propor soluções, escusando-se de promover um debate interno. Lembremo-nos do fato de não ter havido nenhum congresso do partido entres os anos 1929 e 1954. Segundo análise de Beatriz Loner, em todas as autocríticas, os erros foram originários de "desvios direitistas" e "esquerdistas" sem abrangerem a linha política em si ou explicitar o funcionamento da estrutura partidária (LONER, 1985).

Essa forma de explicar erros, muito cara ao movimento comunista dá época, dividia o mundo em condições subjetivas e objetivas. As classes são sujeitos, cuja psicologia passa pela oposição ou infiltração de outras classes/sujeitos. No caso da classe operária, esta sofreu infiltrações da "burguesia", pela propaganda do conjunto dos aparelhos estatais; pelos indivíduos "pequeno-burgueses" que participavam da vida do partido operário; e pelo "campesinato", classe da qual muitos operários advinham. Todas essas influências provocaram desvios na linha política do partido. Quanto às condições objetivas, estas diziam respeito ao desenvolvimento das forças produtivas que podiam ter o efeito de mudar a disposição subjetiva das classes.

Desse esquema podemos inferir o fato de que, se o diálogo entre dirigentes partidários e militantes de base do partido durante a tática anterior de "União Nacional" já havia apresentado grandes dificuldades, estas condições não apresentariam melhoria alguma durante a nova linha. Dentre os três textos que possuem elementos de autocrítica, o mais importante para os fins da presente pesquisa é o que se propõe a "Forjar a mais ampla". Em consonância com a análise de Loner, este documento é mais "sofisticado que o anterior" (1985), pois se propõe a analisar os equívocos que levaram o PCB a ser cassado. A proposta de colaboração com os governos burgueses prevista na política de "União Nacional" — e por extensão a de

[62] São os textos: *Como enfrentar os problemas da revolução agrária e anti-imperialista*, publicado na edição da revista Problemas em abril de 1948; e *Forjar a mais ampla Frente Nacional em defesa da Paz e contra o imperialismo*, publicado na mesma revista, em maio de 1949.

“Ordem e Tranquilidade” — não era equivocada *de per si*, no entanto, foi acompanhada de uma crença no “desenvolvimento progressivo da democracia”. Esta crença impedia o partido de avaliar nacional e internacionalmente a eclosão da Guerra-Fria[63].

> Após o golpe de 29 de outubro [de 1945, que deu fim ao Estado Novo] fomos cedendo cada vez mais diante da reação em crescimento, alimentando ilusões cada vez maiores nas eleições e na solução parlamentar dos problemas que mais interessavam as massas trabalhadoras e acabamos por perder de vista os objetivos fundamentais da revolução brasileira, sobre os quais silenciávamos... (PRESTES, 1949, p. 71).

É neste documento que se observa uma maior atenção para o movimento sindical e pela defesa da prática grevista que, aliás, já estava sendo defendida no Manifesto de Janeiro de 1948[64]. Críticas pesadas foram feitas à estrutura sindical oficial, como reflexo da posição de parte dos dirigentes do PCB que, por meio de uma interpretação dos textos de autocrítica, orientaram as bases a sair dos sindicatos oficiais, construir sindicatos paralelos e incitar greves nas fábricas sob qualquer pretexto. Esta tática — por vezes chamada de “insurrecional” — não chegou a se traduzir explicitamente em documento algum[65]. No entanto, na memória registrada por dirigentes e militantes de base, é recorrente a referência a uma linha política de sindicalismo paralelo e fortemente grevista. Nestes tipos de depoimentos, só varia o grau de concordância do então membro do partido em relação às orientações da direção, porém há pouco espaço para duvidar de que esta linha sindical existiu[66].

A participação dos comunistas em greves ocorridas em 1951 e 1952 — algumas relatadas no capítulo anterior — levou o partido a corrigir novamente sua linha política. Em julho de 1952, ocorreu uma reunião do Comitê Nacional do PCB que teve como resultado a publicação de uma Resolução na edição nº 42 da revista *Problemas*. No texto da Resolução, o partido atestou a existência de um desvio “esquerdista” e “sectário” de abandono dos

---

[63] Obviamente, estamos realizando um anacronismo, pois o termo “Guerra Fria” só foi cunhado posteriormente.

[64] “É claro que essa preocupação de ordem e tranquilidade, as grandes ilusões reformistas em conquistas parlamentares ou dentro dos estreitos limites da democracia burguesa (...) levaram o Partido a se ver privado na prática do uso das grandes armas de luta do proletariado, particularmente a greve... Insistimos, já sem nenhuma razão de ser em formas de luta ‘rigorosamente dentro da lei’, da mesma lei que as classes dominantes há muito haviam deixado de respeita e reconhecer” (PCB, 1982b, p. 82).

[65] Com respeito à relação do partido com a estrutura sindical oficial, é preciso salientar que os documentos do partido eram excessivamente ambíguos. Isso levou o historiador Augusto C. Buonicore (1996) a até mesmo questionar se a criação de sindicatos paralelos poderia ser considerada uma linha política.

[66] Um levantamento das fontes históricas primárias e secundárias sobre a repercussão da linha dos manifestos de 1948 e 1950 no movimento sindical pode ser encontrado em Santana (2001, p. 72–9).

sindicatos oficiais[67]. O governo de Vargas ainda era considerado "fascista" e subordinado à política de guerra de Truman. Porém, as "experiências" das greves do início dos anos 1950[68] tinham indicado que sindicatos, comissões de greve e conselhos de fábrica eram instrumentos eficazes para a implantação de leis anteriormente "conquistadas". Nas palavras do comitê nacional: "A experiência mostra [...] que atuando dentro dos sindicatos, lutando dentro deles com firmeza pelas suas reivindicações e pelos seus direitos, contra qualquer subordinação ao Ministério do Trabalho, têm os operários conseguido algumas vitórias..." (PCB, 1952, p. 11). Em consonância com essa avaliação, a direção comunista deu aval para a generalização das experiências, demarcando nitidamente oposição a qualquer linha política de sindicalismo paralelo:

> Nos sindicatos, é dever dos comunistas defender as conquistas do proletariado e seus direitos já assegurados em lei. [Listagem de leis trabalhistas "conquistadas" presentes na CLT] conquistas todas que vêm sendo reduzidas a nada pela política de guerra do governo e, particularmente, pela falta de unidade e pela debilidade da organização da classe operária é possível garantir e conseguir que sejam postas em prática as conquistas sociais do proletariado (PCB, 1952, p. 17).

[67] A identificação da linha política de sindicalismo paralelo ocorre várias vezes no texto, sendo a passagem mais citada a que segue: "apesar dessa considerável e crescente influência de nosso partido no seio da classe operária, muito pouco temos avançado no sentido de sua organização e unidade. E isto constitui séria debilidade, cuja causa reside, em boa parte, na falsa orientação que vínhamos seguindo em nossa atividade sindical, em que, ao combatermos as manifestações do oportunismo de direita, não soubemos fazer o justo combate em duas frentes, adotando uma orientação que apresentava elementos de sectarismo – outra forma de oportunismo, não menos perigosa e prejudicial". (PCB, 1952, p. 13)

[68] As greves citadas no documento foram realizadas pelas seguintes categorias no ano de 1951 e 1952: nacionais – aeroviários; Pernambuco – têxteis; minas gerais – motoristas; São Paulo – metalúrgicos, têxteis, bancários e marceneiros. O documento ainda retrata experiências de eventos intersindicais nos estados do Rio Grande do Sul, Paraíba e Rio de Janeiro (CISCAI).

2. Eleições democráticas nos Sindicatos: o caso dos Metalúrgicos

Um grande desafio de todos que se incursionam na historiografia do movimento sindical brasileiro consiste em superar a concepção do partido enquanto consciência e sujeito da história. Como já afirmamos, nos documentos de autocrítica da direção do PCB encontra-se quase sempre como pressuposto um poder de manipulação sobre os militantes de base, seja para conduzir para uma "linha justa", seja para resvalar em um "desvio". Porém, cabe ressaltar que nossa análise parte do conceito de eficácia política o qual, por sua vez, não prevê a possibilidade de um partido ter tal poder, nem mesmo hipoteticamente. Ou seja, um partido que "manipula" a base só é analisável do ponto de vista do imaginário e do desejo de certos dirigentes — cabe fazer aqui a ressalva que a presença de tal desejo está longe de ser um privilégio de militantes comunistas.

Deste modo, quando analisamos um partido que tinha de modo mais ou menos explícito uma política de construir comitês ou sindicatos paralelos e, com isto, "arrancar greves", não nos interessa tanto investigar se foi um erro ou acerto tático. A eficácia política diz respeito à capacidade do partido de construir as aspirações mais gerais dos operários durante esses movimentos. Esta capacidade ainda não se viu realizada, pois a linha do Manifesto de 1948 não conseguia criar vínculos com a luta pela implantação de direitos que os militantes comunistas já realizavam nos comitês e sindicatos, antes e depois. Como sabemos, essa luta vinha sofrendo uma repressão mais acirrada, decorrente da maior organização do aparato policial e da exigência de "atestados de ideologia" por parte do MTIC.

Em consonância com os trabalhos historiográficos mais atuais, podemos também encontrar novamente indícios da existência de dois (ou mais) PC's. Reunindo diversos destes estudos, Marcos Aurélio Santana expõe com mais clareza o que representam para a reorientação da investigação sociológica: "O que se deve buscar [...] é o espaço de ação da militância comunista. Se a linha política como orientação falhou, de que maneira avaliar a prática concreta dos militantes de base que, como sabemos, não se adequaram a ela" (SANTANA, 2001, p. 72). A linha política a qual este sociólogo se refere, é a construção de sindicalismo paralelo e tentativa de "arrancar greve", desconhecendo a trajetória das lutas nos locais de trabalho. Nosso objeto, diferentemente, será a linha política no que diz respeito aos projetos de industrialização. Nossa hipótese será de que "o espaço de ação da militância comunista" permitiu a construção de pautas políticas industrializantes nos sindicatos.

Para melhor entender a dinâmica da inserção do debate da industrialização num processo de rearticulação do movimento sindical nos anos 1950, o presente capítulo tomará como base o estudo de caso da categoria dos metalúrgicos do Distrito Federal e de São Paulo. Concentrar-nos-emos nessa categoria basicamente por três motivos, a explicitados a seguir. Primeiramente, pela natureza da industrialização da época, a categoria estava em franco crescimento, e evidentemente, estava interessada na continuidade desse processo. Logo, não constitui nenhum achado empírico revelar sua luta pela continuidade da industrialização, porém, é de grande relevância investigar como era concretizado essa defesa e como a categoria compreendia a ação estatal. Segundo, o enquadramento sindical concentrava subcategorias hoje dispersas — trabalhadores de indústrias, metalúrgicas, mecânicas e de material elétrico —, o que permitia um volume significativo de filiados ao sindicato, apesar de todas as dificuldades de sindicalização no Brasil[69]. Por fim, foi uma categoria que participou das principais lutas de seu tempo, concentrando um grande e contínuo registro da conjuntura do sindicalismo e da especificidade de sua atuação.

Estas três características do sindicalismo metalúrgico fizeram com que a categoria obtivesse destaque nos estudos mais atuais do período[70]. Pelo fato de ter sido também um exemplo de atuação dos comunistas nos sindicatos, o estudo desta categoria ajudou a desmontar uma hipótese relevante da teoria do sindicalismo populista. A hipótese versava sobre a suposta tendência de a militância comunista concentrar-se nos setores mais "tradicionais da economia" ou no funcionalismo público, em detrimento dos setores mais "modernos"[71]. Porém, os avanços da historiografia mais recente não permitem mais a sustentação de tal hipótese. Há até indicações de que a categoria dos metalúrgicos possuía,

[69] O sindicato dos metalúrgicos de São Paulo contava com um pouco mais de 71 mil sócios em 1961 e era o maior sindicato do Brasil em número de filiados. Os metalúrgicos do então estado da Guanabara somavam um número entre 20 e 30 mil sócios (não identificamos o número exato); não era o maior sindicato de seu estado, este era o sindicato dos empregados do comércio com cerca de 53 mil. O tamanho médio dos sindicatos do Brasil era de 1.100 sócios, 1.745 no Sudeste (RODRIGUES, 1968, p. 137–9).

[70] Os metalúrgicos juntamente com bancários e ferroviários constituíram objetos de investigação de Marcelo Badaró Mattos (1996) para traçar o perfil do sindicalismo do DF. No mesmo estado, os metalúrgicos foram comparados aos têxteis por Thomas Jordan (2000a). Procedimento semelhante a este último foi utilizado por Murilo Leal (2011), Renato Colistete (2001) e Joel Wolf (1993) para o estado de São Paulo. O trabalho de Rafael Ioris (2009) é o que guarda maiores similaridade com o presente exercício por ter comparado a atuação dos metalúrgicos das duas unidades da federação. No entanto, seu objetivo era traçar um perfil da atuação do sindicalismo no governo JK.

[71] Uma primeira formulação desta hipótese pode ser encontrada no artigo *Origens do Sindicalismo Populista no Brasil*, de Francisco Weffort (1973). Para sua contestação no período considerado, recomendamos os trabalhos de Rafael Ioris (2009, cap. 5). Por investigar especificamente os trabalhadores das indústrias automobilísticas do ABC paulista (setor "moderno" por excelência), é importante também recorrer à leitura da obra de Antônio Negro (2004).

pelo contrário, um papel de vanguarda no movimento operário. Este ponto ainda merece maiores investigações; portanto, nos absteremos a investigar um caso paradigmático.

O avanço do sindicalismo metalúrgico nas duas unidades da federação obedeceu à lenta distensão do controle do MTIC e dos aparatos policiais, promovida no governo Vargas. O primeiro sindicato a passar por um processo eleitoral foi o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo (STIMMMESP, abreviaremos para Stimesp), logo no mesmo mês da posse do próprio Presidente de República, em janeiro 1951. Não podemos nos deixar enganar pela rapidez desta eleição. Ainda vigorava o atestado ideológico, instrumento de controle que, como já vimos, impedia a candidatura de operários suspeitos de filiação ao PCB. De todo modo, o presidente eleito pela categoria, Joaquim Ferreira, tomou posse estabelecendo para sua chapa o desafio de restabelecer o patamar salarial de uma categoria cujos rendimentos percebidos encontravam-se estagnados desde de 1945 — lembremo-nos que o salário mínimo estava congelado desde 1943 (LOPES, 1992, pp. 34–6). Como vimos no capítulo anterior, de fato, os metalúrgicos paulistas tiveram bastante protagonismo nas lutas de aprovação do abono de natal em 1951 — no entanto, não temos como avaliar o quanto esta chapa eleita apoiou a atuação, essa sim intensa, das comissões locais.

Eleições livres, ou seja, desprovidas do controle exercido pelo atestado ideológico só foram possíveis a partir de janeiro de 1953. Na ocasião, foram lançadas quatro chapas, dentre elas as mais votadas foram as encabeçadas por José Maria Ribeiro — secretário geral da gestão anterior — e a chapa “Independente”, encabeçada por Remo Forli. A vitória deste último parece ter caracterizado um resultado de esforços anteriores de militância inter e intrassindical. A prova disso é que o discurso de posse já tomava com base resoluções de assembleias que envolviam a consolidação de comissões pró-salário e de luta contra a carestia de vida, integradas com outras categorias (LOPES, 1992, pp. 41–2). Destas comissões surgiu o engajamento para o que ficaria então conhecido como a greve dos 300 mil, pela integração dos metalúrgicos inicialmente com os têxteis e, posteriormente, com marceneiros e vidreiros; estes, no decorrer do movimento, formaram o Comitê Central de Greve e, após, o Pacto de Unidade Intersindical (PUI).

No caso dos metalúrgicos do Distrito Federal, organizados pelo Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico do Rio de

Janeiro[72] (STIMMMERJ, abreviaremos para STIMERJ), estes estavam sob a liderança do interventor Manuel Cordeiro. A gestão de Cordeiro durou seis anos (1947-53), devido a recusas por parte do Ministério do Trabalho em permitir eleições sindicais. Desde o início de seu mandato, foram enviadas diversas listas de nomes de sindicalizados para o DPS para sucessivas cassações, retirando qualquer possibilidade de atuação comunista no âmbito do sindicato. As comissões locais, prática antiga do sindicato mesmo nos períodos repressivos do Estado Novo[73], se encontravam, portanto, reduzidas a correias de transmissão da diretoria (SANTANA, 1992, pp. 80–1).

Ao que tudo parece, não houve condições para uma resistência aberta contra a gestão de Cordeiro antes de 1950. Porém, mesmo que de modo não documentado, algum trabalho clandestino existiu, pois, com a eleição de Vargas, iniciou-se uma luta encabeçada pelo eletricista Eurypedes Aires de Castro pela a retomada do sindicato. Membro do PTB, ele mantinha relações amistosas com militantes comunistas, algo que já era comum no sindicato de metalúrgicos antes de 1947. O novo ministro do Trabalho, Danton Coelho, liberou uma portaria em março de 1950, anunciando eleições para o STIMERJ para outubro. Com o "atestado de ideologia" ainda valendo, apenas a chapa de Cordeiro recebeu o aval do DPS e do MTIC. No entanto, devido a sua impopularidade, e à campanha dos comunistas pela abstenção, sua chapa não recebeu votos suficientes para vencer, o que ocasionou a presidência provisória de Vaz Coelho. Uma nova eleição teria de ser feita um mês depois, porém, após sucessivos adiamentos por parte do MTIC, além de tentativas da facção ligada a Cordeiro de cassar membros de outras chapas, só houve eleições em 1953.

No período da presidência de Vaz Coelho, já era possível identificar efeitos da atuação de comunistas, anistiados e em franco trabalho de base. A comissão de salário, que durante a gestão de Cordeiro tinha funções meramente alegóricas, passava no ano de 1952 por debates acalorados em conselhos de fábricas e, secundariamente, nas assembleias – nestas últimas, o nível de participação ainda demoraria a subir. Data daí a formulação de três linhas para a condução das campanhas salariais. O ex-interventor Cordeiro defendia o recurso imediato ao dissídio coletivo. Trabalhistas,[74] como Eurypedes Ayres, Benedito Cerqueira e Antonio

[72] Apesar de constar "Rio de Janeiro" no nome do Sindicato, no período analisado ele cobria municípios da Baixada Fluminense que possuíam fábricas: Rio de Janeiro, Duque de Caxias, Nilópolis, Nova Iguaçu, São João De Miriti e Itaguaí.

[73] Para o estudo da organização política dos metalúrgicos no período entre 1930-45, conferir a pesquisa pioneira de Eduardo Stotz (1986).

[74] Na classificação de Marco Santana, trabalhista seria o militante petebista cuja atuação independia da estrutura do MTIC. Seguindo outras classificações correntes na literatura, seriam "não ministerialistas".

Almeida, defendiam o recurso a mesas-redondas com os sindicatos patronais, sob a mediação da Delegacia Nacional do Trabalho. Já comunistas defendiam a negociação direta "via ofícios com prazos, ao fim dos quais se deveria agir energicamente" (SANTANA, 1992, p. 110). Neste ano, a estratégia que inicialmente prevaleceu foi a dos trabalhistas, de construir a mesa-redonda. Porém, em um dos indicativos da persistência do quadro de repressão, os membros da comissão salarial foram presos. Impossibilitada, portanto, a via antes escolhida, decidiu-se pelo dissídio coletivo.

A análise de Santana (1992) das atas dos STIMERJ identificou diferentes formas de integração do sindicato com entidades intersindicais orientados para direitos específicos. Em 1952, ainda sobre a gestão provisória de Vaz Coelho, o sindicato participou da constituição da CISCAI que foi tratada no capítulo precedente. Tão logo terminam as eleições sindicais de 1953, a nova direção empossada se integra na constituição da Comissão Intersindical pelo Abono de Natal e da Comissão Intersindical Pró-Salário Mínimo (CISPAN).

Se compararmos a atuação das campanhas salariais dos dois sindicatos, STIMERJ e STIMESP, podemos observar que o segundo sindicato tinha o seu maior ativismo baseado na integração mais profunda com outras categorias — vide o seu maior sucesso em unificação da luta salarial e na formação de negociações conjuntas intercategorias.

No Rio de Janeiro, em que pese o apoio por parte dos metalúrgicos à luta de outros trabalhadores e às tentativas de centralização em torno de pautas específicas — CISCAI e CISPAN —, o seu ativismo dependia fundamentalmente do trabalho de base em sua própria categoria. Ano a ano apresentaram-se, nas assembleias do STIMERJ e nas discussões dos conselhos de fábrica, defensores de negociações mediadas pela DRT e defensores do recurso mais imediato da greve. Dentre os defensores da greve estavam, em geral, os comunistas, os quais só tiveram a presidência do sindicato no ano de 1963. A retórica mais enérgica, por seu turno, esbarrava no risco de romper a aliança com os trabalhistas, que se fortalecia após o suicídio de Vargas. Não obstante, as possibilidades de deflagração de greves aumentavam com o lento e crescente trabalho intrassindical.

Se, para os dois sindicatos, o ano 1953 significou um fortalecimento da campanha salarial para a categoria metalúrgica, o ano seguinte foi de luta para o reajuste geral do salário mínimo. Cabe ressaltar que a média salarial dos metalúrgicos sempre esteve acima do patamar do governo. No entanto, não é difícil compreender que a luta de toda a hierarquia salarial dependia de uma política de fortalecimento do salário mínimo. Ao participar desta campanha geral, os metalúrgicos mostraram, portanto, um pleno entendimento deste preceito. Já em

janeiro de 1954, o STIMERJ participou, em 28 de janeiro, da concentração de trabalhadores na Esplanada do Castelo, ato que reuniu entre 15 a 20 mil pessoas, segundo informações de imprensa. Os metalúrgicos também realizaram concentrações em diversos bairros da capital e decidiram entrar em assembleia permanente até o reajuste do mínimo. Já os sindicatos integrantes do PUI realizaram uma caravana para o Rio de Janeiro, em fevereiro, defendendo o congelamento dos preços, além do reajuste (LOPES, 1992, p. 54).

A proposta de reajuste anunciada pelo MTIC, sob a liderança de João Goulart, era de 100%, fato este que alimentava a crise política da segunda metade da presidência de Getúlio Vargas. Tanto é que, frente ao descontentamento manifestado pela classe empresarial, Vargas exonerou Jango no mesmo mês. Para apaziguar os empresários, assumiu como ministro interino Hugo Faria, com poderes de intervenção nos sindicatos em caso de "infiltração comunista" (HARDING, 1973, p. 270). Em março, o presidente convocou o Ministério das Finanças a fazer uma nova proposta de reajuste. Contudo, numa característica oscilação de Vargas desta fase do seu mandato, este reiterou a proposta de reajuste de 100% no seu pronunciamento de 1º de maio, ocasião em que o presidente recordou as diversas medidas tomadas em prol dos trabalhadores. A classe empresarial imediatamente acusou o reajuste de ser inconstitucional. Deste modo, a efetivação, que ocorreria no dia 1º de julho, foi postergada para julgamento do Supremo Tribunal Federal. Oito federações e o PUI convocaram uma frente única contra a medida do STF. No Rio Grande do Sul, ocorreu uma greve geral em 6 de julho. Tudo isso forçou a implantação do reajuste no final do mês.

Ao longo do primeiro semestre de 1954, o PUI pressionava a classe empresarial representada pela Federação de Indústrias de São Paulo (FIESP) a realizar a revisão salarial negociada no ano anterior, no decorrer da greve dos 300 mil. A categoria tinha estabelecido um prazo final de 31 de agosto. Caso sua demanda não fosse atendida, iniciaria uma greve geral de 24 horas. O suicídio de Vargas precipitou uma comoção dos trabalhadores em um conjunto de manifestações por todo país. Os dois processos em conjunto explicam o sucesso na paralisação geral da capital e de diversas cidades do interior do estado de São Paulo no dia 02 de setembro. No caso do Distrito Federal, há notícias de ter existido uma articulação de uma greve geral pelo aumento do salário mínimo, marcada para dias antes, 24 de agosto. No entanto, suspeitando da movimentação sindical, a polícia política realizou uma onda de aprisionamentos. Logo, dirigentes sindicais relevantes do Estado, como o deputado federal Roberto Morena, receberam a notícia do suicídio na cadeia (STOTZ, 1992, p. 257).

Diferentemente dos metalúrgicos de São Paulo, para os do Distrito Federal, a luta nacional do salário mínimo não teve efeito tão pronunciado nas lutas específicas pelo reajuste da categoria, caso nos limitemos à análise do ano de 1954. Nesse ano, a luta ainda se seguiu nos limites do seu encaminhamento legal. Os efeitos das lutas nacionais e do trabalho de base na categoria só se tornaram visíveis no ano seguinte. No mês de maio de 1955, uma vez esgotada as tentativas de negociação salarial, realizou-se uma greve simultaneamente ao julgamento do dissídio coletivo. Foi grande o aumento da participação operária nos conselhos sindicais e nas assembleias, incentivando mecanismos mais fortes de pressão ao caminho legal proposto pela direção do sindicato. Essa greve foi importante também para o reconhecimento da própria categoria de sua força, uma vez que participaram cerca de 45 mil operários e realizaram-se 25 piquetes. Tudo foi comandado pelo Comando Geral de Greve, que tinha como função coordenar as negociações da Comissão de Salários com a agitação política de um número expressivo de comissões locais (SANTANA, 1992, pp. 157–62; TELLES, 1981, p. 55).

3. O avanço do aparato de intervenção econômica do Estado

Para compreender as pautas sindicais que foram construídas neste período de articulação do movimento sindical será necessário abordar de maneira geral a retomada das políticas industriais realizadas por Vargas e aprofundadas por Kubistchek. Ainda no final dos anos 1940 – especificamente em 1947–, após a retirada de Negrão de Lima (PTB) do Ministério do Trabalho, Vargas interveio na arena política criticando a política econômica de seu predecessor. Exercendo seu mandato de senador, Vargas concentra seus discursos nas conquistas realizadas no período de 1930 e 1945. Com isso o senador ressaltava os índices de produção industrial atingidos ao longo de 15 anos. Também buscou legitimar a política de protecionismo econômico e de emissão monetária, comparando com outros países que empregaram medidas semelhantes durante a Guerra Mundial. Isso demonstrava o caráter "moderado" de sua política econômica. Nos discursos dessa fase, já estavam presentes dois temas que marcaram suas intervenções do período de campanhas de governadores estaduais de 1947: a defesa da continuidade do crescimento industrial e a crítica à política econômica exercida por Dutra. Um terceiro tema, já abordado por nós, ainda encontrava-se de fora de sua

agenda política, a legislação trabalhista, talvez pelo caráter "oligárquico" que Vargas[75] atribuía ao Senado (FONSECA, 1989, p. 329 e segs.).

A campanha presidencial propriamente dita (anos 1949 e 1950) seguiu com os três temas mencionados. Vargas atacou o mau uso dos gastos públicos do governo Dutra, não pelo seu volume, mas por não estarem inseridos em um projeto de crescimento industrial. Da mesma forma, criticou ainda o crescimento das importações "improdutivas" ocasionados pelo liberalismo cambial e a interrupção das linhas de crédito produtivo. Do ponto de vista propositivo, defendeu a necessidade de planejamento estatal da economia brasileira, principalmente para estimular os setores de infraestrutura e de "indústrias de base".

> Em última análise, o que todos visamos é a elevação do padrão de vida do povo brasileiro, só possível se precedida da solução harmônica e corajosa dos nossos problemas econômicos, urge retomar o programa de amparar à industrialização progressiva do país, dando-se prioridade às indústrias de base que ofereçam melhores perspectivas de êxito entre nós. [Após a listagem dos subsetores considerados mais relevantes]. Cumpre cuidar seriamente (...) da concentração de recursos financeiros e humanos na solução coordenadora das nossas questões fundamentais. (VARGAS 2011, p. 650-1)[76]

Nessa fase, sua proposta era a criação de um "Ministério da Economia" que tivesse como meta central um crescimento econômico "harmônico". Para isto, reuniria os esforços das pastas de Trabalho, Indústria e Comércio, da Fazenda e da Agricultura. Deste modo, as demandas setoriais seriam canalizadas e compatibilizadas de acordo com os "interesses da nação" (*Idem*, 352). Por fim, cabe ressaltar que a campanha de Vargas para presidência ficou marcada pela sua extensão geográfica. Em cada Estado o candidato procurou ressaltar a importância dos investimentos produtivos segundo características regionais, esforço retórico já iniciado nas campanhas do PTB de 1947 (FONSECA, p. 341;(IORIS, 2009, p. 42).

Após o sucesso eleitoral, o documento que melhor sintetiza as pretensões de Vargas para uma intervenção Estatal de cunho industrializante foi sua primeira *Mensagem Programática ao Congresso*, por ocasião da abertura da sessão legislativa de 1951. Esse documento foi posteriormente usado como diretriz para os trabalhos de sua Assessoria Econômica, assim como para a atuação das mais diferentes instituições estatais. Portanto, a

[75] Pedro Fonseca, o principal autor no qual nos baseamos para a interpretação do discurso de Vargas, ainda identifica dois temas que não incluímos por se estender além do nosso objetivo: a tentativa de construir uma representação direta das "massas" ao invés de uma identificação a um partido; tentativa de construir uma aliança entre interesses de setores industriais e agrários (FONSECA, 1989, pp. 353–4).

[76] Discurso proferido em São Borja, em 16 de junho de 1950.

despeito de ser um discurso, pode ser equiparado aos planos formalizados como o SALTE do governo Dutra e aos planos elaborados por comissões técnicas do Estado Novo (energia, transporte, etc.), como o faz Sônia Draibe (1985, cap. 3). Para esta autora, a *Mensagem* segue uma linha de continuidade com aqueles planos ao buscar, na estrutura produtiva brasileira, setores que entravavam a continuidade do crescimento industrial. Pela primeira vez se traçava "de forma abrangente e incisiva, uma alternativa global de desenvolvimento do capitalismo no Brasil" (*Ibidem*, p. 182).

Em outras palavras, o documento em questão conformava um todo orgânico abrangendo de forma concentrada o conjunto das questões da Revolução Burguesa. À primeira vista, esta afirmação poderia nos deixar cair em redundância, pois, na introdução desta tese, tratamos do período do Estado Novo como um momento em que diversas questões foram abrangidas pelo Estado em um momento concentrado do tempo. A diferença entre os dois períodos é que já não se tratava de incentivar o crescimento industrial a ponto dele se tornar o elemento dinâmico da economia, objetivo já conquistado nos anos de 1940. A questão central era construir um conjunto de cadeias industriais, que permitisse internalizar o processo produtivo no país, com a instalação de um departamento de bens de produção. Como também vimos na introdução, esta é a caracterização de um processo de industrialização pesada, tal qual formulada por Maria da Conceição Tavares (1975). Na conceituação de Tavares, o grande pré-requisito da intervenção Estatal, caso se atinja uma correlação de forças industrializante, é a conformação que, de um conjunto de investimentos produtivos, pelo seu volume e pela escala da produção a ser realizada, antecipe a demanda previamente existente na economia.

A avaliação de Vargas era de que o crescimento industrial ocorrera até então devido a fatores acidentais como a Grande Depressão e a Guerra Mundial, porém a continuidade do processo vinha sendo dificultada pela existência de "obstáculos" e "estrangulamentos". Logo, para dar continuidade ao processo, urgia uma "política industrial" — que formulasse um "plano orgânico e sistemático de reaparelhamento econômico". O que estava sendo previsto era nada menos que um bloco solidário de inversões, intervindo no processo produtivo enquanto uma estrutura de setores integrada.

> [...] a Nação terá de fazer um esforço decisivo e criar as indústrias de base que a estrutura econômica nacional comporte e para os quais a mobilização de recursos financeiro e humanos esteja ao seu alcance; terá de expandir a indústria manufatureira de bens de consumo

> produzidos no país. Em quantidades insuficientes a atender as necessidades atuais e iniciar a produção de outros que se tornam imprescindíveis à elevação do nível de vida da população; terá, ainda, que fortalecer e ampliar a produção de bens primários, para seu consumo e exportação... [77]

O volume de investimentos a ser realizado trazia consigo a questão da natureza das fontes financiadoras. Em abril de 1950, por ocasião de um encontro de embaixadores do continente americano, o governo brasileiro propôs a criação de uma Comissão Mista Brasil-Estados Unidos de Desenvolvimento Econômico (CMBEU), instalada oficialmente um ano depois. A elaboração desta comissão foi um ponto alto da história da teoria e da técnica do planejamento no Brasil. No mesmo sentido que a *Mensagem*, o objetivo era a elaboração de projetos específicos de infraestrutura. Uma das grandes novidades do relatório final da comissão foi o acionamento do conceito de "ponto de estrangulamento". Entende-se, por esse conceito, qualquer deficiência de infraestrutura e de indústrias de base que provocam "desequilíbrios da produção" com o progresso da industrialização. Os setores que melhor encaixavam na definição deste conceito eram os setores de energia e transporte. Posteriormente, estes seriam os mesmos setores que viriam a receber a maior parte (73%) da dotação inicial de investimentos previstos no Plano de Metas, do governo de Juscelino Kubistchek (LAFER, 2002, pp. 55–6).

Ainda no governo Vargas, a Comissão viria a responder justamente o problema do financiamento, pois daria o suporte técnico para um empréstimo do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e do Eximbank. Também indicava a criação de fundos públicos por meio de fontes internas de financiamento — tributos especiais e captação de depósitos compulsórios. O total dos investimentos somavam 21,9 bilhões de cruzeiros (500 milhões de dólares) — dos quais 60% foram destinados a projetos de transporte e 33% a projetos de energia elétrica. A notícia da oferta internacional de empréstimo serviu para que o Executivo encaminhasse e aprovasse no Congresso, em 1951, o Programa de Reaparelhamento Econômico — Lei nº 1.474 (DRAIBE, 1985, p. 196).

As negociações que envolveram a criação e o funcionamento de CMBEU, assim como seu resultado institucional, indicam o modo como o Governo de Vargas concebia o esforço de mobilização de capitais para o alargamento do Estado e da industrialização no país. Aqui, se

[77] Getúlio Vargas, *O governo trabalhista do Brasil*, Rio de Janeiro: José Olímpio, 1952. Citado em Fonseca (1989, p. 348).

encontra em jogo o que Luciano Coutinho e Luiz Belluzo (1980) conceituam como a montagem de um sistema financeiro para a industrialização e o consequente modo de articulação entre a empresa estatal, a empresa privada nacional e a estrangeira. Acreditava-se, na época, que a construção de fundos públicos e o financiamento externo dos EUA dariam ao Estado brasileiro capacidade de direcionar os capitais necessários para a industrialização[78]. Assim sendo, o Estado brasileiro assumiria o papel dinamizador nos novos setores. As multinacionais assumiriam um papel complementar, com a abertura de possibilidades de participação nos novos setores — pela composição de empresas mistas. Quanto ao capital nacional, sem condições de assumir tal volume de investimentos, seria o um grande beneficiário, teria custos de fornecimento de bens de produção internalizados além do corte de custos de infraestrutura.

Como seria financiada a iniciativa estatal e como ele articularia o capital privado nacional e internacional de cada setor da produção foi a matéria de intensos debates. O capital produtivo de cada setor era dividido em uma cadeia produtiva na qual se formulavam as formas de financiamento e controle de cada elo da cadeia. Tendo como base as diretrizes de 1951, o governo de Vargas montou uma estrutura política de intervenção, baseada em uma divisão de tarefas entre órgãos governamentais centralizados em torno do gabinete presidencial. Um pouco depois da mensagem, foi formada uma a Assessoria Econômica da Presidência, ou seja, diretamente ligada a Vargas e desvinculada de qualquer ministério. Tratava-se de um conjunto de técnicos e funcionários de larga experiência na administração pública[79]. Em relação de tensão com o CMBEU, pois suas propostas de investimentos estatais eram mais ousadas em termos orçamentários e de controle estatal, tal órgão foi responsável pelo embasamento técnico dos projetos presidenciais relativos a diversos setores como petróleo e energia elétrica.

Apesar do protagonismo de um órgão de assessoria dar um caráter um tanto quanto oficioso, faz-se necessário relacioná-lo com o avanço institucional organizado no âmbito de um conjunto de comissões interministeriais incumbidas de planejar a estrutura econômica de modo mais ou menos integrado. A lista de organismos criados no segundo governo Vargas é

[78] "Em face da experiência do pós-guerra na finança mundial, devemos esperar mais da cooperação técnica e financeira de caráter público, até porque a maior aplicação de capitais privados pressupõe a existência de condições que só podem ser criadas mediante inversões públicas em setores básicos, tais como energia e transporte. (...)[investimentos privados] não se encaminham, em regra, para aqueles setores de atividade de que mais carecem os países em fase de desenvolvimento". Getúlio Vargas, *O governo trabalhista do Brasil.*, Rio de Janeiro: José Olímpio, 1952. Citado em Draibe (1985, p. 200).

[79] Rômulo de Almeida (chefe), Jesus Soares Pereira, Inácio Rangel, João Neiva de Figueiredo, Tomás Pompeu Acioli Borges e Cleanto de Paiva Leite (FONSECA, 1989, p. 414).

extensa e, para os fins desta pesquisa, cabe destacarmos a Comissão de Desenvolvimento Industrial, responsável pelo Plano Geral de Industrialização, a qual classificou e tipificou as formas de subsídios estatais e classificou os diferentes setores da indústria[80]. Pelas suas repercussões no problema de abastecimento urbano, é importante assinalar a formação de duas instituições que serão abordas no capítulo seguinte, quais sejam: a Comissão Nacional de Política Agrária e a Comissão Federal de Abastecimento e Preços.

No mesmo período, foi retomado o processo de centralização da política creditícia, monetária e cambial dos primeiros 15 anos de governo Vargas. Com objetivos de administrar os investimentos nos setores estratégicos definidos pelo CMBEU, foi instituído o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), em junho de 1952. Este banco de investimento foi um dos principais legados institucionais de Vargas para a intervenção econômica do Estado. A estrutura interna de seu financiamento provinha da constituição de novas formas de tributação criadas e vinculadas a obras de infraestrutura, dentre elas, o Fundo de Reaparelhamento Econômico. De forma complementar, o Banco tinha recurso de uma nova fonte de emissões de títulos públicos do Tesouro Nacional, as "Obrigações do Reaparelhamento Econômico". O financiamento externo veio dos empréstimos acima citados. Tudo somado, resultava num montante de um bilhão de dólares (DRAIBE, 1985, p. 197). Na prática, ao controlar o fluxo dos investimentos de programas que atingiam a economia em termos nacionais, esta agência pode ser entendida como a que estabeleceu efetivamente uma ação planificadora do Estado no governo Vargas. Extrairemos do trabalho de Sônia Draibe as principais funções do banco para salientar sua importância:

> Em primeiro lugar, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico se estabeleceu como provedor de recursos a longo prazo (...). Em segundo lugar, fixou-se como órgão centralizador dos recursos públicos exigidos pelos novos investimentos em infraestrutura e indústria de base. Finalmente desdobrou-se , a partir dessa sua atuação, na função de articulador do investimento global da economia, atrelando o investimento privado interno e externo às metas prioritárias definidas pelo Estado. (DRAIBE, 1985, p. 212)

A questão do direcionamento estatal dos investimentos é central para o entendimento do que será entendido como o nacionalismo de Vargas. O capital externo deveria ser disciplinado para ter como fim a industrialização do país. O nacionalismo de Vargas nunca foi contra o capital externo, apenas contra o capital que não atendesse os interesses do Estado,

[80] A precisão do estudo foi tal que veio a ser utilizado pelo BNDE em 1956 para definição do Plano de Metas (DRAIBE, 1985, p. 215)

este entendido como interesse da nação. Isso fica evidente a partir da análise realizada por Pedro Fonseca da presença dos termos "nacionalismo", "independência econômica" e "imperialismo" nos discursos de Vargas dos anos 1950. O autor destaca que a necessidade de atrair capitais externos esteve presente em todas as mensagens presidenciais ao congresso de 1951 a 1954. Investimentos estrangeiros eram importantes para a industrialização, portanto para construção da nação.

> São os países exportadores de capitais que podem tomar as medidas mais eficazes para facilitar as inversões em países como o Brasil. Contudo, é o intento do meu Governo facilitar o investimento de capitais privados estrangeiros, sobretudo em associação com os nacionais, uma vez não firam interesses políticos fundamentais do nosso País. O capital dos imigrantes deve, em particular, ser objeto de facilidades especiais. O esforço enérgico e sistemático de desenvolvimento econômico será um fator de confiança para o capital privado alienígena. (VARGAS, 1952, *apud* Fonseca, 1989, p.409)

Os termos em questão podem ser entendidos nas questões específicas que envolvem as articulações entre capitais em cada setor econômico. Ser nacionalista ou lutar pela "independência econômica", para Vargas, seria precisamente internalizar a cadeia produtiva. Em contraposição, não é difícil de entender que era pouco atraente para investidores internacionais ingressarem no país, dada a necessidade de investir em projetos de longo prazo, conjugados com a interdição de ingresso em setores exportadores e de bens de consumo. Além do mais, Vargas ratificava a limitação da remessa de lucro promulgada no governo anterior (Decreto lei nº 9.025, de fevereiro de 1946). Portanto, contrários ao "interesse nacional", em suma, "imperialistas", seriam os capitais externos arraigados à "antiga" divisão internacional do trabalho que vigorara plenamente até a crise de 1929.

Para o governo estadunidense, a América Latina não representava ameaça de avanço do bloco soviético, o que tornava difícil um patrocínio ao desenvolvimento aos moldes do Plano Marshall. Portanto, o apelo pela independência aparecia como uma relutância do governo brasileiro ao "alinhamento automático" da América Latina, forçando a realização de políticas específicas para países subdesenvolvidos. Os desdobramentos da segunda metade do governo de Vargas, principalmente com respeito à questão da Petrobras[81], tiveram como

[81] Até o momento, nossa pesquisa ainda não identificou nenhuma obra acadêmica que trate da particularidade da atuação comunista na questão do petróleo e da eletricidade na virada dos anos 1940 e 1950; tampouco sobre a influência desta luta no meio sindical. Pretendemos nos dedicar a esta questão em estudos futuros. A campanha do petróleo iniciou-se no governo anterior, podendo ser datado, em 1947, com as discussões e publicações no âmbito do Clube Militar, estendendo-se até a aprovação da Petrobrás em 1953. O ponto em questão era a

efeito o rompimento do governo estadunidense à política de empréstimos anteriormente combinada, frustrando, em muito, os investimentos do Segundo Governo Vargas.

Embora o partido comunista fosse formalmente contrário ao governo Vargas, até os acontecimentos imediatos do suicídio do presidente, é possível identificar um desenvolvimento na teoria econômica do partido durante o início dos anos 1950. Na história do pensamento comunista brasileiro do século XX, o IV Congresso do PCB ficou conhecido pela formalização de sua teoria da Revolução Brasileira, que constituiria o principal ponto de ataque dos seus críticos[82]. O documento explicita, de modo mais claro que qualquer outro, as teses mais gerais que já expusemos quando apresentamos os dois critérios de avaliação de conjuntura do manifesto de 1948. Além da maior clareza, o programa em questão singulariza-se por desenvolver um projeto econômico mais abrangente, oferecendo uma melhor visão para o partido da industrialização e do papel da intervenção estatal.

Comecemos por uma das aquisições teóricas do documento que é a definição de uma burguesia nacional:

> No que concerne às relações com a burguesia nacional, o programa do partido não só não ameaça seus interesses como defesa de suas reivindicações de caráter progressista, em particular o desenvolvimento da indústria nacional...
> A burguesia brasileira encontra-se hoje dividida em dois grupos distintos. Um deles é formado pelos grandes capitalistas estritamente ligados aos latifundiários e que servem diretamente aos interesses de um ou de outro grupo de monopolistas estrangeiros, particularmente norte-americanos... O Segundo grupo é constituído pela parte restante da burguesia brasileira, denominada pelo Programa com acerto de burguesia nacional, e que reflete principalmente os interesses da indústria nacional. Esta parte da burguesia brasileira necessita evidentemente da ampliação do mercado interno, da proteção contra a concorrência dos produtos importados, tem seus interesses afetados pela opressão imperialista, disputa com os monopólios imperialista por uma maior parcela na exploração das riquezas naturais do Brasil e da força de trabalho barata existente no país. (PCB, 1982a, p. 132)

---

formação de uma cadeia produtiva — pesquisa, prospecção, produção e distribuição — capaz de suprir uma economia em processo de industrialização. Com respeito à presença do capital estrangeiro, diversos grupos políticos tiveram bastante tempo para oscilar suas posições quanto ao grau de participação e controle. A principal referência para diferenciação e a evolução dos diversos posicionamentos ainda continua sendo a obra de Gabriel Cohn (1968).

[82] O marco das análises da evolução do pensamento comunista que toma como base os escritos do IV Congresso é representado pela análise de Prado Jr, *A Revolução Brasileira*, publicado em 1966. A periodização deste autor serviu de base para outros pesquisadores traçarem a evolução do pensamento econômico do partido como Chilcote (1982), Mantega (MANTEGA, 1991) e Bielschowsky (2000). Embora não seja tão próximo ao objeto desta tese, cabe também fazer referência aos trabalhos que historiocizam as concepções comunistas do regime político brasileiro. Inserimos neste segundo grupo os trabalhos de Vianna (1989) e Brandão (1997).

Cabe salientar aqui, que a concepção das classes-sujeitos, característica da tradição do pensamento comunista da época — já apresentada quando tratamos das autocríticas do partido — tinha como um dos principais objetivos identificar os interesses da burguesia de forma mais precisa que a própria classe em questão poderia almejar. A burguesia nacional era "impotente", "incapaz" e "vacilante".

> "Se bem que não seja capaz de romper por completo de suas ligações econômicas com o imperialismo e os latifundiários, sente-se oprimida por ambos, opõe-se a ambos e, deste ponto de vista, pode participar do movimento revolucionário anti-imperialista e antifeudal" (PCB, 1982a, p. 132).

Sendo assim, restava ao partido "explicar" às massas a importância de transformar a "estrutura econômica atrasada", obstáculo do progresso nacional. Quando lemos as "necessidades" da burguesia presentes na citação, notamos diversos itens de temário desenvolvimentista. A lista de itens torna-se mais extensa quando o documento apresenta as áreas de intervenção do Estado. Como se sabe, o Estado no pensamento comunista possui uma "natureza de classe" e, numa teoria da Revolução Burguesa, era necessário imaginar uma Estado que aliasse interesses da burguesia nacional e, ao mesmo tempo, preparasse uma etapa seguinte de revolução propriamente socialista[83]. Apresentaremos a seguir o que os comunistas da época propunham para intervenção econômica do Estado:

> As atuais empresas estatais, juntamente com os capitais e empresas confiscadas ao imperialismo norte-americano e aos elementos traidores da burguesia brasileira, constituirão a base econômica para o novo regime. Se bem que no regime... a revolução agrária, com o confisco e distribuição da terra aos camponeses, dará grande impulso à pequena produção capitalista no campo, o setor estatal da produção de caráter socialista, ajudado pelo setor do capitalismo de Estado, será suficientemente poderoso para garantir o desenvolvimento do país de acordo com os interesses e aspirações das grandes massas populares. Com semelhante base econômica o regime democrático popular poderá atrair o capital privado nacional e estrangeiro, a fim de dar mais rápido desenvolvimento a economia nacional e acelerar no país o preparo das condições para a industrialização intensiva. (PCB, 1982a, p. 134)

[83] "Graças à atual correlação de forças de classes no mundo e ao papel dirigente da classe operária na revolução brasileira, ira ela (sic) adiante da revolução democrático-burguesa, criará um poder de transição para o Desenvolvimento não capitalista do Brasil" (PCB, 1982a, p. 134).

Observa-se que, em semelhança com o governo Vargas — que terminara tragicamente meses antes[84] —, o partido via um papel central na coordenação do Estado para o "rápido desenvolvimento da economia nacional". No entanto, fazia uma opção bem mais explícita e intransigente pela constituição de estatais. Também é possível entrever uma aceitação de investimentos estrangeiros para permitir esse mesmo desenvolvimento. Porém, em nenhuma parte do documento é explicado, de modo preciso, quais seriam os critérios para o ingresso do capital estrangeiro, com exceção de uma explícita rejeição ao capital estadunidense. Contudo, tampouco ficamos sabendo o porquê do capital deste país ter sido considerado pior do que o de qualquer outro — europeu, por exemplo. Nem fica claro como o regime democrático permitiria a construção de uma política de orientação de investimentos que incluísse os "interesses e aspirações das massas".

4. As condições de intervenção política do movimento sindical na virada dos anos 1950

Na ausência de documentos oficiais do PCB que interpretem o comportamento do Estado nas suas diferentes instituições durante a metade dos anos 1950, optaremos em remontar eventos bastante registrados sobre o comportamento do partido no ano seguinte ao suicídio de Vargas. No início de 1955, o PCB atacou em conjunto os principais candidatos da campanha presidencial, JK (PSD) e Juarez Távora (UDN), como candidatos subservientes ao imperialismo americano. No que havia de específico a JK, o partido criticava a primazia que este candidato dava ao investimento estrangeiro para a industrialização do país. Os comunistas chegaram a formar uma frente anti-imperialista chamada de Movimento Nacional Popular Trabalhista (MNPT) para apoiar candidatos "progressistas", que defendessem a liberdade sindical e o capital nacional público e privado. Um encontro de lideranças da MNPT foi realizado em São Paulo no 1º de maio. Na ocasião, foi construída uma plataforma para o movimento (HARDING, 1973, pp. 291–3).

Diversos autores indicam a existência de negociações entre JK e o PCB nesse mês, quando o candidato teria acenado para a legalização do Partido[85]. O efeito teria sido uma

[84] Retrospectos da atuação do partido feitos por ex-membros do PCB de grande relevância, como Moisés Vinhas (1982) e Jacob Gorender (1987), convergem para o fato de que o suicídio de Getúlio Vargas teve grande impacto para o partido, porém este mesmo impacto não se traduziu na linha política manifestada no IV Congresso. Estudos acadêmicos posteriores apenas corroboraram este argumento. Conferir Loner (LONER, 1985, p. 85–7) e Santana (2001).

[85] Conferir, dentre outros, HARDING, 1973, p. 293.

virada na posição dos comunistas em apoio à candidatura de JK-Jango. Pela posição explícita do partido — em suas publicações no seu jornal *A Voz Operária* — o momento era de recuo na sua intransigência em relação ao capital norte-americano (pela simples perda de destaque desta palavra de ordem) e a defesa da ideia de que uma vitória da aliança PSD-PTB seria uma derrota das forças golpistas representadas pela UDN e alguns segmentos militares. Sem deixar de lado esta discussão, pretendemos evidenciar o fato de que, do ponto de vista do trabalho sindical, a preocupação do partido com um recrudescimento da repressão — o "golpismo" — era real e provavelmente foi um fator importante nas decisões estratégicas dos comunistas.

Como é bem sabido, a presidência provisória de Café Filho deu-se após um período de convulsão social ocasionada pelo suicídio do presidente anterior. Se, em muitos Estados, o movimento sindical não teve capacidade de canalizar esta revolta popular a contento, a greve geral de São Paulo pôde evidenciar toda a potencialidade que o movimento sindical poderia atingir, organizando as massas. Muito provavelmente imbuído desta preocupação, Café Filho entregou a pasta do Trabalho a Napoleão de Alencastro Guimarães com o objetivo de conter o movimento sindical. Isto significou um retorno a uma atuação repressiva do MTIC, sobretudo quanto à intervenção nos sindicatos, similar ao que ocorreu na gestão de Morvan Figueiredo (Governo Dutra). Guimarães instaurou uma comissão de inquérito para investigar atividades "subversivas" nos sindicatos brasileiros. Deste modo, entre janeiro e julho de 1955, passaram por intervenção dezenas de sindicatos[86], sob a forma de impedimento da posse de chapas eleitas que tivessem suspeição de participação de militantes comunistas (HARDING, 1973, pp. 281–2).

O caso de intervenção mais emblemático foi do STIMESP, que teve a posse da chapa dominada pelo PCB suspensa em janeiro de 1955. Apesar da segunda chapa mais votada, a "independente", liderada por Remo Forli, ter-se declarado contra a intervenção, o MTIC manteve a decisão. Em abril, 13 sindicatos de São Paulo assinaram um manifesto exigindo a "liberdade sindical" e o fim das intervenções. Como um indicativo de que as condições não eram as mesmas do governo Dutra, uma novo eleição foi agendada para agosto de 1955, o que permitiu a recomposição dos comunistas com o grupo de Forli, vencendo as eleições (HARDING, 1973, p. 286; LOPES, 1992, p. 57). Não há notícias de que o STIMERJ tenha

[86] Das intervenções que se tem notícia pelo periódico comunista, *A Voz Operária*, a maior parte ocorreu na capital de São Paulo, afetando metalúrgicos, têxteis, moveleiros, borracheiros, ferroviários, marceneiros, vidreiros e químicos; no interior do estado, motoristas de ônibus, trabalhadores das docas, estivadores e enfermeiros da cidade de Santos; e ferroviários de Campinas; no Distrito Federal, sapateiros; no Rio de Janeiro, metalúrgicos de São Gonçalo e de Volta Redonda; em Pernambuco, trabalhadores das usinas de açúcar (HARDING, 1973, p. 285–287).

sido afetado. Como já relatamos, este ano foi o de seu primeiro grande movimento grevista. Porém sindicatos que possuíam papel tão destacado no DF quanto o dos metalúrgicos, como eram os casos dos sindicatos dos bancários e dos ferroviários, sofreram intervenções. No caso dos ferroviários, a chapa "Pau-puro" que, como o nome já dá a entender, representava uma ascensão na combatividade da categoria, teve sua posse revogada, e pôde assumir a gestão apenas em 1957 (MATTOS, 1996, pp. 167–8).

Os ganhos em centralidade que estavam sendo alcançados pelo movimento sindical, sobretudo em São Paulo, também se viram diretamente ameaçados. O Ministro Guimarães, um mês após sua posse, assinou uma portaria reiterando as disposições da CLT e do decreto 23.0646 de 1947, que impediam as possibilidades de centrais horizontais na estrutura sindical — apenas reconhecendo sindicatos por categoria, federações e confederações. Caso essa portaria perdurasse, seria o fim da possibilidade, senão de legalização, pelo menos de anuência do MTIC com estruturas horizontais como a PUI. Esta portaria

> tornava ilegais todas as associações ou grupos que exerçam atividades atribuídas às entidades sindicais legalmente reconhecidas; sendo vedada às entidades sindicais filiarem-se a quaisquer associações ou grupo não autorizados pela legislação sindical vigente, ficando as entidades legalmente reconhecidas que infringirem o disposto sujeitas às sanções previstas no artigo 553 da Consolidação das Leis do Trabalho, ou seja, suas cartas sindicais cassadas (S. A. COSTA, 1981, p. 49).

Se o presente raciocínio estiver correto, ao levar em contar a eminência de um novo período de repressão no movimento sindical, o PCB estava se mostrando coerente com sua linha do IV Congresso em buscar ganhos para os trabalhadores dentro do quadro do regime democrático de 1946. É o que se depreende das resoluções deste congresso que consolidaram as lutas que os trabalhadores já vinham fazendo para implantar a CLT[87], assim como as repercussões da gestão o João Goulart no Ministério do Trabalho. Deste modo, as reuniões

[87] São exemplos as seguintes resoluções:
34 - Democratização da legislação social, sua ampliação e extensão aos trabalhadores das empresas estatais e aos assalariados agrícolas. Os sindicatos fiscalizarão a justa aplicação da legislação social.
35 - Os sindicatos terão o direito de realizar livremente contratos coletivos de trabalho com as empresas privadas e estatais e de fiscalizar sua execução.
36 - Assistência e previdência social por todas as formas, por conta do Estado e dos capitalistas, beneficiando inclusive os desempregados. Aposentadoria e pensão, bem como auxílio aos acidentados no trabalho, de acordo com as necessidades vitais dos trabalhadores e suas famílias. Administração e controle, pelos sindicatos, dos Institutos e Caixas de Aposentadoria e Pensões.
37 - Abolição das formas de trabalho forçado, das leis de militarização do trabalho, e de todos os dispositivos legais que determinem multas, inclusive por motivo de falta ao trabalho (PCB, 1954).

seguintes do MNPT deram continuidade ao apoio da chapa de JK, como a que ocorreu em agosto, quando uma plataforma foi entregue ao deputado Frota Moreira como representante do candidato a vice-presidente João Goulart. Há indicações de que o MNPT chegou a organizar comícios em fábricas. A organização foi desaparecendo gradualmente após as eleições (HARDING, 1973, p. 294).

Apesar do fracasso das negociações de empréstimo com o governo estadunidense e o fim das discussões do CMBEU, o conjunto do debate em torno da industrialização prosseguiu com o Plano de Reaparelhamento Econômico e o Grupo de Estudos CEPAL-BNDE[88]. Se por alguns períodos este debate ficou restrito a círculos governamentais e empresariais, com o lançamento da campanha de Juscelino Kubistchek, ele voltou a ganhar o primeiro plano da opinião pública. A campanha de JK foi baseada não apenas em diagnóstico da "crise" em que a economia brasileira vivia, mas também, na proposição de um conjunto de instrumentos para que o Estado pudesse dar conta da continuidade da industrialização. Para garantir a coerência e facticidade de sua proposta de planejamento econômico, o candidato escalara para sua formulação Lucas Lopes[89], que tinha sido um dos protagonistas tanto do CMBEU, quanto do Grupo de Estudos Cepal-BNDE. Desde as eleições, os cidadãos brasileiros já se encontravam interpelados para a realização de um conjunto de 31 metas de intervenção estatal, distribuídas em cinco setores.

Na presente tese, será salientada a linha de continuidade da política econômica de Vargas e de Kubitschek. Ao fazê-lo, sabemos que estamos tomando uma posição em um debate econômico extenso. No entanto, nosso ponto de vista é relativamente consensual, levando-se em conta o problema comum dos dois governos, de atração e direcionamento de um bloco de investimentos, objetivando promover uma industrialização pesada. Sob esta perspectiva, é notório o reaproveitamento realizado por Kubistchek dos instrumentos de coordenação da economia gestados no início dos anos 1950.

Uma vez eleito, em sua primeira Mensagem ao Congresso, de 15 de março de 1956, o Presidente trouxe uma avaliação das transformações que a economia brasileira passara desde 1930, e quais as novas medidas eram necessárias para dar continuidade ao desenvolvimento. "Antes de 1930 [a produção nacional] era quase que inteiramente representada por produtos primários, diversificou-se de tal sorte que, em 1954, 28,9% correspondem à agricultura,

[88] Como veremos, espécie de continuidade do CMBEU.
[89] Lucas Lopes também havia participado do governo JK do estado de Minas Gerais (1951-55).

21,6% à indústria e os restantes 49,5% aos serviços, considerando-se a produção real" (LAFER, 2002, p. 48). No entanto, por mais que a produção industrial mostrasse pujança, o meio econômico era caracterizado pela "heterogeneidade e descontinuidade" (*Idem*, p. 48). Esse problema só poderia ser resolvido com uma coordenação de medidas estatais precisas em "setores chaves" da economia.

O conceito de "pontos de estrangulamento" sofreu certo grau de sofisticação nos estudos menos conhecidos realizados pelo convênio CEPAL-BNDES, que deu continuidade aos estudos do CMBEU no intervalo dos anos 1953-1955. O relatório final, detectou uma restrição à capacidade de importar a partir do ano de 1953 e definiu este problema como um estrangulamento externo da economia. Então, houve uma articulação de políticas de fomento às indústrias já caracterizadas no CMBEU com metas específicas para a "nacionalização" da produção. Aqui cabe salientar que, desde a crise cambial do final dos anos 1940, iniciou-se a prática de um conjunto de medidas de controle das importações; o segundo governo Vargas começou a orientar as importações para favorecer o "reaparelhamento" das indústrias[90]. Pode-se afirmar então que, com o Plano de Metas, aumentou-se o esforço de concatenação de medidas que ficariam consagradas nas teorizações posteriores da CEPAL como modelo de "substituição de importação".

Munidos destes instrumentos teóricos, formou-se um quadro relativamente extenso de técnicos no âmbito do CMBEU e da Assessoria da Presidência, que vieram a se integrar no Conselho de Desenvolvimento[91]. O novo órgão e a nova formulação das 31 Metas foram apresentados, pelo governo, logo nos seus dois primeiros dias (1 e 2 de fevereiro). Cabia ao Conselho coordenar o planejamento para o conjunto de setores que poderiam ser divididos em quatro grandes áreas: energia, transportes, alimentação e indústria de base. A coordenação dos grupos empresariais nacionais e estrangeiros diretamente afetados pelo Plano ficava por conta da participação de representantes de cada setor econômico em seus respectivos grupos

[90] O que ocorreu, de fato, foi uma crescente centralização da política cambial, monetária e comércio exterior do Estado Novo ao governo JK. Criada no final do Estado Novo, a SUMOC passou crescentemente a interferir na política cambial e de comércio exterior. Em 1947 (governo Dutra), diante da crise da fuga de divisa, a Superintendência passou a atuar em conjunto com o a Carteira de Exportação e Importação do Banco do Brasil (CEXIM, 1941-53) para orientar a criação, por este último, de um sistema de licenças de importação, de modo a orientar este comércio para equipagem industrial sem deteriorar ainda mais a balança de pagamentos. Em 1953, a SUMOC expediu a Instrução 70 para o controle sobre o comércio exterior, criando um sistema de cinco categorias de importação. Estas estabeleciam uma proporção aos produtos importados, de acordo com sua relevância para a industrialização. As licenças de importação de cada Categoria eram emitidas pela Carteira de Comercio Exterior (CACEX), criada em 1954 em substituição ao CEXIM (BAER, 1988, p. 42–4; LAFER, 2002, pp. 99-100).

[91] Uma lista dos membros "posições-chaves" no Conselho de Desenvolvimento ocupado por ex-integrantes da CMBEU, da Assessoria da Presidência da República, pode ser encontrada em (LAFER, 2002, pp. 54–5).

executivos. Desse modo, montou-se um Grupo Executivo para cada área industrial envolvida no projeto: automotiva (GEIA), construção naval (GEICON), mecânica pesada (GEIMAP), dentre outros.

Diante dos dilemas para o financiamento da industrialização, a política do governo foi dar continuidade à constituição de fundos para setores-chave de infraestrutura e indústria de base[92]. O total de recursos provindos destes fundos, Cr$ 61,6 bilhões, garantiam 55% das verbas públicas para o plano; o restante, Cr$ 51,4 bilhões, proviria de recursos orçamentários a serem negociados no Legislativo. Esse montante de recursos foi gerido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico segundo as diretrizes do Plano de Metas. Essa centralização de recursos colocava o BNDE como avalista de empréstimo internacionais obtidos por qualquer empresa pública ou privada. Com isso, o BNDE fazia este controle para que os empréstimos seguissem a orientação setorial do governo (LAFER, 2002, pp. 89–98).

Para atrair o capital externo, o governo utilizou-se de uma medida criada ainda no interregno Café Filho, a famosa Instrução 113 da Sumoc, de janeiro de 1955. Com esta instrução, a CACEX passou a dar licenças de importação sem cobertura cambial, para investidores estrangeiros. Tratava-se de uma grande vantagem para multinacionais transferirem sua produção para o país e praticamente obrigava empresas nacionais a se associarem com estrangeiras caso necessitassem atualizar seu equipamento industrial. De fato, ao atentarmos para a política de câmbio, devemos levar em conta a advertência de Werner Baer: "Em meados de década de 50, mudou o caráter do sistema cambial, deixando de ser considerado como simples instrumento para enfrentar as dificuldades do balanço de pagamentos e passando a ser visto, antes, como um método para promover conscientemente a industrialização" (1988, p. 47). Além da instrução 113, ainda havia a Lei das Tarifas e a Lei dos Similares[93] para favorecerem o ingresso de investimentos externos. Este conjunto de políticas favoreceu um aumento da presença do capital estrangeiro na economia, o que ocasionou pesadas críticas do movimento sindical, como veremos a seguir.

---

[92] Dos fundos já criados desde os últimos anos do Estado Novo, constavam: o Fundo Rodoviário Nacional, 1945; o Fundo Nacional de Pavimentação, de 1953; e o Fundo Federal de Eletrificação, criado em 1954. Também se reorganizou um fundo existente, no caso, o Fundo de Renovação e Melhoramento das Ferrovias, criado em 1945 e alterado em 1955. Por fim, criaram-se novos fundos: o Fundo Aeronáutico, de 1956; de 1958, são os fundos Portuário Nacional e o da Marinha Mercante (LAFER, 2002, pp. 90–1).

[93] Ambas as leis podem ser vistas como complementos da instrução 113 da Sumoc. Elas convergiam para aumentar as tarifas aduaneiras em até 150% em setores de bens de consumo que estavam se expandindo no Brasil, ou seja, protegendo o mercado para as novas indústrias (BAER, 1988, p. 48–52).

.

5. Os congressos sindicais

Uma vez constatados os avanços nas instituições de intervenção econômica, podemos retornar para o movimento sindical metalúrgico e analisar como foi construída uma pauta de cunho industrializante. Como vimos, a sindicalização vinha numa crescente, permitindo que movimentos de comissão de fábrica conseguissem atingir a cúpula sindical. Temas desenvolvimentistas passaram a surgir no mesmo momento em que o movimento estava em tensão com duas limitações da estrutura sindical brasileira que trataremos no presente tópico: a possibilidade de, em uma mesma categoria, formalizar instituições de níveis nacionais; e a possibilidade de formalizar instituições de diversas categorias tanto no nível estadual quanto nacional.

No que concerne à primeira possibilidade, o caminho das lutas formadas pelos metalúrgicos foi o de tentar conquistar, senão integrantes dos sindicatos, pelo menos simpatizantes nas federações de trabalhadores de indústrias metalúrgica, mecânica e material elétrico, e, com isto, tentar unificar as lutas do conjunto dos estados. O caminho para a conquista da federação dos metalúrgicos, como o de qualquer outra categoria, era bastante árduo. No nosso caso de estudo, por várias vezes o STIMESP esteve em embate com sua federação na tentativa de, senão substituir a direção superior, ao menos influir sobre suas políticas[94].

Para entender esta questão, o estudo mais pertinente ainda é o de Albertino Rodrigues (1968). Após atestar que os dirigentes sindicais ligados à estrutura do MTIC[95] vinham perdendo postos nos principais sindicatos do país em meados da década de 1950, Rodrigues observa que eles ainda se encontravam "encastelados" nas entidades de nível superior, ou seja, nas federações e confederações. A explicação se encontrava no fato de que o sistema eleitoral dessas entidades se beneficiava da pluralidade de pequenos sindicatos de mínima representatividade, espalhados por categorias de menor participação econômica e/ou presentes

[94] A Federação dos Metalúrgicos de São Paulo dos anos 1950 consistiu em um interessante estudo de caso sobre as disputas em torno de dois grupos comunistas, trabalhistas com o apoio do vice-presidente Jango e ministerialistas que passaram a apoiar o governado Janio Quadros. Conferir Harding (1973, p. 410–7) e Lopes (1992, p. 51–2) dentre outros. Para o estudo de caso de como a eleição da direção de um pequeno sindicato assumiu importância para as disputas em torno da federação, conferir o estudo de Braz Araújo (1984, p. 30 e 54).

[95] O termo utilizado por Rodrigues é o de "pelegos" (sempre com aspas). Embora corresponde a nossa definição que busca sempre relacioná-los a Ministério do Trabalho, o autor considerava que este grupo "representa um resquício do paternalismo nas relações obreiro-patronais entre nós" (1968, p. 153).

em cidades de pequeno porte[96]. Como, para a eleição da federação, cada sindicato representava um voto, independentemente da representatividade, era quase natural que o grupo dirigente da instância superior se perpetuasse. Além deste dispositivo eleitoral, contava bastante a atuação do MTIC, podendo invalidar a posse de chapas contrárias aos dirigentes de determinada federação. Deste modo, políticas por parte do Ministério mais favoráveis à democracia sindical tinham larga influência sobre o sucesso de dirigentes próximos à base nos níveis superiores do sindicalismo.

Quanto aos níveis inferiores, havia uma tendência para o crescimento do número de entidades e membros, modificando a relação entre cada sindicato individual e o Ministério. Nos anos 1950, o número de sindicatos cresceu 70% e se somaram 18 federações aos 49 existentes no início da mesma década. Tudo isso dificultava cada vez o controle do MTIC, mesmo nos subperíodos mais antidemocráticos[97].

O caminho mais rápido para a unificação de posições de diretorias democraticamente eleitas passava então pela realização de conferências e congressos. Nesses encontros, delegados dos principais sindicatos poderiam ser eleitos e suas posições poderiam prevalecer sobre a de pequenos sindicatos que davam suporte às federações. Seguiremos, portanto, a trajetória dessas reuniões.

Os metalúrgicos paulistanos novamente tomaram a dianteira da categoria. Nos dias 13 a 19 de fevereiro de 1955, realizaram a I Conferência Municipal dos Trabalhadores e Trabalhadoras Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico de São Paulo. Essa conferência foi marcada pelo trabalho que o sindicato vinha desenvolvendo desde o início da década de vigilância do cumprimento da CLT nas empresas, luta esta que ficava atestada nas sucessivas denúncias nos jornais da categoria, assim como no temário do evento em questão[98]. Questões mais amplas como a pauta desenvolvimentista ficaram para a formulação de posições e votação de delegados para a Conferência Nacional (LOPES, 1992, p. 63–4). No ano seguinte, foi a vez dos trabalhadores do Distrito Federal realizarem sua própria Conferência Municipal.

---

[96] "É impressionante o elevado número de sindicatos com irrisória quantidade de sócios que não lhe garante representatividade de fato expressiva. Basta dizer que metade dos sindicatos tem de 300 sócios e 20 por cento têm menos de 100. (...) É evidente que temos nesses e em muitos outros casos uma entidade meramente nominal, cuja vida associativa é quase nula: enfim, é um sindicato artificial" (RODRIGUES, 1968, p. 136).

[97] Neste ponto seguimos o raciocínio de HARDING (1973, p. 318–23).

[98] A pauta continha os seguintes itens: previdência social; salário mínimo; aumento de salário, assiduidade, multa, suspensão, etc.; higiene e segurança do trabalho; imposto sindical e Fundo Social Sindical; direitos em face da CLT e sua divulgação; defesa do poder aquisitivo; estudo da defesa dos trabalhadores siderúrgicos em face de seus direitos assegurados na CLT; reforma estatutária dos sindicatos; o valor da imprensa sindical; elaboração da carta dos direitos dos trabalhadores metalúrgicos de São Paulo para ser apresentada na Conferência Nacional; eleição de delegados para a Conferência Nacional (O METALÚRGICO, 1956b, p. 1).

Na ocasião, também estabeleceram pautas e delegados para a Conferência Nacional que ocorreu no mesmo mês, do dia 27 ao dia 1º de maio (JORDAN, 2000, p. 343).

Foi realizada em Volta Redonda, município que sedia a Companhia Siderúrgica Nacional, a I Conferência Nacional dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas, e de Material Elétrico. O encontro contou com delegados do DF, RJ e SP e pequenas delegações de MG, RS, PE, PB, PR e PA. O principal resultado foi a criação de estruturas regionais que permitiriam a construção de uma série de quatro congressos nacionais bienais, a começar no ano de 1957 (IORIS, 2009, p. 213; JORDAN, 2000, p. 343). Deste modo, nos dias 14 a 17 de novembro, realizou-se o primeiro Congresso na cidade de Porto Alegre-RS. Nesse encontro, consolidou-se o trabalho de organização iniciado na conferência que lhe precedeu, formando-se a Comissão Nacional dos Metalúrgicos presidido por Benedito Cerqueira, o que demonstrou o protagonismo dos cariocas na organização. Segundo Thomas Jordan, esta proeminência se fez sentir até à década seguinte, uma vez que, entre 1961 e 1963, dois dos doze membros da comissão procediam do estado da Guanabara, além da liderança do próprio Cerqueira (JORDAN, 2000, p. 243).

Entre os dois anos que separaram o primeiro do segundo Congresso, os metalúrgicos conseguiram realizar encontros estaduais da categoria, o que, sem dúvida, demonstrou maior amadurecimento organizacional. No estado de São Paulo, o I Congresso Estadual foi realizado em Ribeirão Preto, nos dias 20 a 22 de fevereiro de 1959. No mês seguinte, foi a vez dos trabalhadores do Distrito Federal — em conjunto com os do Rio de Janeiro — realizarem um congresso equivalente (LOPES, 1992, p. 80; TELLES, 1981, p. 77). Esses dois congressos serviram de preparativos para formação de delegações para o II Congresso Nacional, realizado nos dias 7 a 12 de abril em Itanhaém. Participaram delegações de 12 estados da federação, divididos em cinco comissões.

Na tentativa de investigar uma evolução da pauta política da conferência e dos dois congressos nacionais dos metalúrgicos, é possível identificar que a pauta[99] da Conferência Nacional dos Metalúrgicos girou em torno da legislação trabalhista. Isto reforçava o debate salarial — reajustes e manutenção da hierarquia — que sempre teve uma atenção especial nesses encontros. A preocupação era de que, diante de um cenário de industrialização, as novas e velhas indústrias respeitassem os direitos dos trabalhadores.

[99] Melhoria das condições de vida e de trabalho; aplicação e ampliação da assistência e seguros sociais; ampliação das escolas técnicas e profissionais; defesa das liberdades sindicais e democráticas; organização regional e nacional dos metalúrgicos; defesa da indústria metalúrgica e da economia nacional; e proposições de mensagens.

> [...] nesses últimos vinte anos, no Brasil essa indústria [metalúrgica] tem se desenvolvido e se expandido, apesar, de todas as barreiras que lhes são levantadas pelos grupos monopolistas estrangeiros. [...] Entretanto, ao mesmo tempo (...), aqueles que mais contribuíram com seus esforços veem reduzidos muitos dos seus direitos, transformados em letras mortas nas leis sociais (A VOZ DO METALÚRGICO, 1955. p. 1).

No item de maior interesse para o presente capítulo, "Defesa da indústria metalúrgica e da economia nacional", podemos observar uma preocupação incipiente com a presença do capital estrangeiro na estrutura produtiva e com a manutenção de posições conquistados pelas empresas estatais nas indústrias de base:

> DEFESA DA INDÚSTRIA METALÚRGICA E DA ECONOMIA NACIONAL
> Medidas visando impedir a concorrência desigual da indústria estrangeira com a indústria metalúrgica nacional; defender, consolidar e impedir a venda da companhia siderúrgica nacional; apoio ao Congresso de Defesa dos Minérios; defesa da Petrobras e do monopólio estatal do petróleo; criação da Liga de Defesa de Volta Redonda. A conferência autorizou sua Comissão Permanente a entrar em contato com todas as entidades patrióticas, democráticas, de indústrias, etc. tendo em vista o cumprimento dessa resolução (O METALÚRGICO, 1956a, p. 5 e 6).

O I Congresso Nacional dos Metalúrgicos seguiu o mesmo padrão da conferencia, no que pese seu maior alcance organizacional insistindo na pauta referente à legislação[100]. No entanto, já é possível identificar no decorrer daquele ano, 1957, uma das manifestações dos sindicatos em torno de pautas industrializantes.

A questão da origem do capital investido na produção, simbolizada sobretudo na Instrução 113, foi um grande alvo de denúncias do movimento sindical. Nesse caso, a preocupação dava-se pela ameaça de destruição de companhias nacionais consolidadas e sua substituição por empresas cujas tecnologias poupavam mão de obra. Este foi o caso da campanha dos Sindicatos dos Metalúrgicos de São Paulo contra a vinda da empresa *American Can*.

[100] Liberdade e autonomia sindical; melhoria de condição de vida e trabalho; aplicação e ampliação da Previdência e Seguros Sociais; defesa das liberdades democráticas e da soberania nacional; legislação Sindical e Justiça do Trabalha; defesa da Industria Nacional e do Ensino Técnico Profissional; Organização (regional, nacional e internacional) dos delegados representando Federações e Sindicatos de Metalúrgicos; e convênios e recomendações da OIT (LOPES, 1992, p. 82).

> Um truste norte-americano ameaça fechar inúmeras fábricas de latas em São Paulo e lançar ao desemprego perto de 2000 trabalhadores metalúrgicos...
> Pretendem montar em São Paulo uma grande fábrica de latas e, de acordo com a instrução 113 da SUMOC, poderá trazer para o Brasil máquinas modernas (...). Com esta facilidade o truste ianque em pouco tempo liquidará os seus concorrentes nacionais, não hesitando mesmo em vender o produto, por algum tempo, a baixo custo para, depois de liquidada a concorrência, colocar os preços que desejar.
> [...] Portanto, o governo não pode de maneira alguma permitir que o truste aqui penetre prejudicando aos industriais e lançando grande número de operários ao desemprego. (O METALÚRGICO, 1957, p. 7).

A campanha contra a *American Can* contou com a adesão da União Nacional dos Estudantes e da Federação das Sociedades dos Amigos de Bairro. Culminou com um grande comício em 1958 no centro de São Paulo (CHEMP, 1958, p. 4). Três anos antes, no Distrito Federal, os metalúrgicos da *Carresserie Grassi* haviam defendido, junto com os seus patrões, a proibição da importação de chassis, tendo em vista que esse produto já fazia parte da cadeia de produção paulista.

É interessante notar que Eugênio Chemp, dirigente metalúrgico paulista, ao tecer considerações sobre ambas as lutas, ofereceu indícios de que a política de "defesa da indústria nacional" não era consenso entre os operários.

> Surgiram algumas incompreensões, entre outros setores de trabalhadores sobre essa política de defesa da nossa indústria. Isso, motivado por uma política sindical estreita, voltada fundamentalmente contra a indústria nacional e não contra o imperialismo norte-americano, e outro lado, devido a manobras dos divisionistas e inimigos da classe operária, alguns trabalhadores foram induzidos a acreditar que os dirigentes sindicais se tinham vendido aos patrões.
> Mas a ampla discussão nas portas das empresas, os comícios nos refeitórios, dentro dos sindicatos, na rua e, sobretudo através dos alto-falantes instalados nos carros de propaganda contra a American Can, avalanche de cartazes e boletins e o próprio comício, esclareceram grande parte dos trabalhadores e populares (CHEMP, 1958, p. 4).

Outro alvo de denúncias dos metalúrgicos foi a Rede Ferroviária Federal S.A. que estava realizando a importação de vagões e outros materiais ferroviários dos EUA, apesar de estes produtos já serem produzidos no Brasil. Esse tema foi um ponto relevante de discussão nos preparativos para o II Congresso Nacional dos metalúrgicos. É o que podemos observar

em uma das teses preparatórias, *Defesa da Indústria e da Economia Nacional*, elaborado no II Congresso dos Metalúrgicos do Estado de Minas Gerais, de dezembro de 1958. Posicionando-se no eixo de uma disputa característica da década posterior, os metalúrgicos propuseram aliar-se "conjuntamente com as correntes nacionalistas em defesa da indústria e da economia nacional [...] reforçando a frente única nacional capaz de modificar a política e a correlação de forças que ainda são um entrave ao nosso desenvolvimento" (O METALÚRGICO, 1959ª, p. 7). O caso ferroviário então aparecia como um ponto deste embate mais geral:

> Nesse particular, temos a sublinhar a questão por nós levantada em defesa da indústria de material ferroviário nacional.
> Os metalúrgicos e todo o movimento sindical com o apoio da opinião pública fizeram sentir ao governo a política criminosa levada a cabo pelo Sr. Renato Feio, à frente da Rede Ferroviária Federal S. A. Política esta que não somente contraria as metas do governo no setor ferroviário, como está levando a bancarrota a indústria de material ferroviário nacional, devidamente aparelhada para atender as necessidades de nosso parque ferroviário. Com extrema documentação – sindical, parlamentar, jornalística, etc. – ficou provado a participação direta e efetiva, do presidente da Rede em defesa do truste norte-americano "THE BUDD COMPANY", hoje, camuflado sobre o rótulo de uma empresa nacional, a MAFERSA. Apesar das provas que colocam o Sr. Renato Feio como um inimigo declarado e consciente contra os interesses nacionais, nada de positivo foi feito por parte do governo para afastar da direção da Rede este senhor e todos aqueles que no setor de nossas ferrovias seguem a sua orientação entreguista (O METALÚRGICO, 1959ª, p. 7).

Fato interessante era a preocupação em verificar o cumprimento das "metas do governo" e de denunciar a infração delas, o que demonstra um claro interesse do congresso metalúrgico em participar na condução da política industrial. No entanto, esse interesse não encontrava eco no governo de JK.

> Fatos esses poderão ser alinhavados para demonstra que o senhor Juscelino não tem levado em conta a opinião dos trabalhadores, não tem neles se apoiado para levar a bom termo as diretrizes nacionalistas que todos reclamam e sentem com única capaz para impulsionar nosso desenvolvimento econômico e tornar menos angustiante e miserável a vida de nosso povo. Julgamos ser tempo de posições claras. Assim exigem os trabalhadores e o movimento sindical (*Ibidem*, p. 7).

Na edição do jornal *O Metalúrgico* em que se apresentam as resoluções do II Congresso, os metalúrgicos ainda tiveram que protestar contra o projeto de lei da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, que possibilitaria um empréstimo do Banco Exibank a

RFFSA para a importação de material ferroviário. No ano de 1959, trinta e quatro entidades sindicais paulistas entregaram um memorial ao governador de São Paulo, Carvalho Pinto, no qual salientavam que os trabalhadores:

> tomados de inquietação ao saber que se cogitavam medidas que ignoravam as raízes da indústria nacional e a capacidade do trabalhadores brasileiro (...) o Estado estará atuando como agente de desequilíbrio da paz social fator perturbador na economia e instrumento de destruição da indústria brasileira, tão evidentes são as consequências dessa ato: desemprego, desassossego social, aumento do volume de recursos industriais ociosos, queda na procura de matérias-primas nacionais, descrédito ao produto do pais e cessação de atividade em um grande setor de indústria de base na nação (O METALÚRGICO, 1959c, p. 4).

O jornal *A Voz do Metalúrgico*, que tinha no seu diretor Izaltino Pereira um ardoroso defensor da indústria nacional, contribuiu pessoalmente na confecção de dossiês e teses sobre esse ponto. Pereira teve oportunidade de participar da direção de Comissão de Desenvolvimento Econômico Nacional, na II Convenção dos Trabalhadores do Distrito Federal, de agosto de 1958. Nesse relatório de comissão podemos ver uma tentativa de articular a luta pela defesa da indústria nacional de material ferroviário com outras lutas do período:

> Os interesses dos trabalhadores e do movimento sindical estão intimamente ligados à defesa e ao progresso da indústria nacional. Graças à vigilância dos trabalhadores e do povo, pôde-se impedir a instalação em nosso país da *American Can Co*, que pretendia aqui se instalar em condições excepcionais, com o fim de liquidar a indústrias de estamparia e lataria nativa que se encontra perfeitamente aparelhada para atender o nosso consumo interno, e mesmo, se necessário duplicar a sua atual produção.
> Graças, ainda, às lutas dos trabalhadores (...), conseguiu-se manter a Petrobras, a Cia. Siderúrgica Nacional, a Eletrobrás, etc. dentro dos princípios estabelecidos pelo povo; impediu-se, há meses passados, a transferência da "Loched Air Services" que pretendia controlar todo o serviço de manutenção da aviação comercial em nosso país (A VOZ DO METALÚRGICO, 1958, p. 6)

A comissão estabeleceu seis resoluções. Dentre os pontos (de "a" a "f"), cabe destacar a articulação em defesa da indústria de material ferroviário com as condições de vida dos trabalhadores metalúrgicos.

> e) manifestar ao Sr. Ministro do Trabalho medidas no sentido de amparar os trabalhadores dispensados daquelas empresas que se

> encontram em dificuldades por falta de encomendas de material ferroviário;
> f) congratular-se com a comissão indicada pelo conselho nacional da CNTI, no Distrito Federal, pelo seu esforço e trabalho nas investigações e estudos que vem procedendo no sentido de defender o interesse de nossa indústria de material ferroviário e os trabalhadores desse setor, vítimas de desemprego (*Ibidem*, p. 6)

Segundo os diversos artigos do jornal acerca do assunto, o caso das práticas de importação de material ferroviário, que já tinha com "a dispensa de cerca de 500 operários das firmas, Santa Matilde, em Minas Gerais; Fábrica Nacional de Vagões, no Distrito Federal; e COBRASMA, em São Paulo, por falta de serviço" (A VOZ DO METALÚRGICO, 1958, p. 6). Se essa política continuasse, seria um total de 3.000 empregados que estariam ameaçados de demissão.

Como síntese de todas essas movimentações sindicais, o II Congresso Nacional dos Metalúrgicos de 1959 desdobrou o ponto de pauta "defesa da indústria nacional e do ensino profissional" em 10 itens (apresentados no quadro 01, pp. 114-5), ampliando sobremaneira a pauta geral do congresso[101]. Pelas descrições do número de questões abordadas, podemos observar como se construiu uma demanda por maior controle do Estado no processo de industrialização: monopólio estatal em áreas de infraestrutura, proteção da indústria nacional e restrição ou expropriação de indústrias estrangeiras. O que podemos observar, ainda, é que a experiência do processo de industrialização no período JK fez com que os sindicatos, em sucessivos encontros, fossem passando das posições gerais a respeito da industrialização para posições cada vez mais precisas[102].

Segundo a análise de Rafael Ioris (2009, p. 230–1), do mesmo encontro, os metalúrgicos estavam estabelecendo um programa nacionalista de industrialização, que pudesse fazer com que indústrias nacionais pudessem concorrer nas mesmas bases com a indústria estrangeira. O autor ressalta a percepção que a categoria vinha construindo em torno da ideia de autonomia por meios da integração de elos de cadeia industrial com base em indústrias nacionais privadas e estatais. Para o autor, o maior exemplo desta construção foi a tese apresentada no II Congresso Nacional de Metalúrgicos contra a "Desnacionalização da Indústria Automobilística".

---

[101] Previdência e assistência social; relações com todos os povos; aperfeiçoamento do regime democrático; liberdades democráticas e sindicais; defesa e ampliação da indústria nacional e do ensino técnico profissional; e direito a greve. (A VOZ DO METALÚRGICO, 1959b, p. 8 e 3)

[102] Evitamos o termo "específico" pelo fato de no jargão sindical, esse termo ser muitas vezes entendido como questões salariais e de condições de trabalho.

Evitando-nos ater à discriminação da nacionalização de cada elo da cadeia automobilística reivindicadas pelos metalúrgicos, consideramos interessante a tese apresentada no congresso pela sua distinção conceitual (e mesmo de pressuposto analítico) com relação aos documentos governamentais, principalmente aos elaborados na época pelo o Grupo de Estudos da Indústria Automobilística (GEIA). Segundo a tese apresentada no Congresso, os órgãos governamentais confundiam "nacionalização" com "fabricação nacional". Para melhor entender essa distinção, apresentaremos um excerto de um documento do GEIA citado pela tese, porém sem a devida referência:

> À medida que as novas fábricas de peças (...) iniciam sua produção, aumenta o contingente de nacionalização das unidades automotivas fabricadas, reduz-se a necessidade de importação por unidades, podendo ser aumentado o volume de produção, sem que isso venha a redundar em efeitos cambiais excessivamente onerosos para a Balança de Pagamentos. (A VOZ DO METALÚRGICO, 1959a, p. 6)

Em seguida apresentaremos a contraposição da tese do Congresso:

> [...] não é somente o fato das peças e dos automóveis serem fabricados no Brasil que se tornam automaticamente nacionais. Não podemos esquecer-nos do fato que, nas bases em que foi colocada a instalação de fábricas de motores veículos no país, dentro em breve, sofreremos na Balanço de Pagamento, uma grande sangria, não de exportação (sic) de peças, pois estas passaram a ser construídas aqui, mas de remessas de lucros para o exterior. Dessa forma, na medida em que for se desenvolvendo a fabricação de veículos, desenvolver-se-á a remessa de lucros e, consequentemente, teremos sempre um déficit na balança de pagamentos pelo fato de não se ter querido constituir uma verdadeira indústria nacional de veículos (*Ibidem*, p.6).

Por fim, gostaríamos de indicar possíveis relações da constituição das pautas industrializantes dos congressos dos metalúrgicos com os congressos de outras categorias do mesmo período histórico. Em nossa pesquisa, nos periódicos sindicais disponíveis no Arquivo Edgard Leuenroth, podemos identificar o movimento de centralização política em trabalhadores de diversos setores econômicos. Embora não tenhamos investigado a fundo a trajetória política-organizacional desses outros segmentos, apenas pretendemos explicitar que as preocupações são as mesmas já apresentadas do II Congresso Nacional dos Metalúrgicos — monopólio estatal no setor infraestrutura, restrição do capital externo e defesa da indústria nacional — porém com diferentes ênfases.

Quadro 01: pautas industrializantes de congressos sindicais de abrangência nacionais

II Congresso Nacional dos Metalúrgicos	II Congresso Sindical dos Trabalhadores no Estado de São Paulo	I Convenção Nacional dos Bancário relatório da subcomissão de problemas nacionai apresentado na convenção
Defesa e Ampliação da Indústria Nacional e do Ensino Técnico Profissionalizante: ... 1) Material ferroviário 2) Indústria automobilística que seja adotada para a indústria automobilística, uma política de cunho nacionalista, tendo em vista os interesses brasileiros que o processo de sua organização continua sendo realizado no sentido horizontal, a fim de não prejudicar ou liquidar as autopeças existentes em todo o território nacional e que vem abastecendo o parque industrial automobilístico com vantagem. 3) Investimentos estrangeiros. a) solicitar do Congresso Nacional a promulgação de uma lei no sentido de considerar que o investimento das empresas estrangeiras obtidos com os lucros apurados no	Política Interna, Bancária, Desenvolvimento Industrial, Automação. Afirmamos que o êxito na luta contra o subdesenvolvimento e pela industrialização do país, só é possível em bases nacionalistas e progressistas, visando atender, acima de tudo os interesses da nação e as necessidades de todo o povo brasileiro. Como trabalhadores cônscios da responsabilidade que temos, da força daqueles representamos na solução desses problemas declaramo-nos: Quanto à política interna: 1o) Favoráveis ao monopólio estatal do petróleo [...]; 2o) Petroquímica e Dispetrol [...]; 3o) pela criação da indústria nacional de energia elétrica. 4o) Pela nacionalização de frigoríficos estrangeiros...	A subcomissão encarregada de PROBL NACIONAIS, reunida no doa 26-3-60, chegou à s conclusão: 1) Considerando que as soluções, senão da tota pelo menos de grande maioria de problemas soci afligem a classe trabalhadora do País, dep fundamentalmente da solução dos problemas básí Brasil. a) afirmamos que o êxito na luta con subdesenvolvimento só é possível em bases nacion b) monopólio estatal do petróleo [...]; c) Eletrobrás; d) programa de ampliação da indústria nacio construção naval e material ferroviários, automob [...];

país seja considerado como capital nacional; b) dar integral apoio e lutar pelo projeto de lei do deputado Sérgio Magalhães que disciplina a aplicação do capital estrangeiro no país e remessa de dividendos e lucros para o exterior; 4) Política cambial; a) lutar pela modificação da instrução 113 da SUMOC a fim de se conceder favores cambiais a indústria nacional; [...] 5) Indústria siderúrgica; 6) Indústrias básicas; a) desenvolver uma política de encampação para as empresas estrangeiras que exploram os serviços de energia elétrica no pais e que seja instituída a Eletrobrás dentro dos princípios nacionalistas; 8) Energia atômica; 9) Bancos e serviços de comunicações; 10) Ensino técnico profissional (O METALÚRGICO, 1959b, p. 7).	5o) Pela nacionalização efetiva e inclemente da indústria dos transportes aéreos-marítimos; 6o) Pela encampação dos serviços telegráficos, radiotelegráficos e radio –telefônicos [...]; 7o) Pela nacionalização das companhias de seguros 8o) Pela federalização dos portos [...] 12o) Pela nacionalização dos bancos; 13o) Pelo financiamento a longo prazo, através do Banco do Brasil e do Banco Nacional de desenvolvimento econômico, às indústrias genuinamente nacionais; 18o) Pela defesa da indústria ferroviária, metalúrgica, de calçados e outras que se encontram ameaçadas de concorrências e liquidação pela instalação de empresas estrangeiras similares no país, como a "American Can", e ainda pela proibição da importação de artigos e produtos aqui fabricados e já suficientes par a o mercado interno; 19o) Pela ampliação da indústria nacional de construção naval [...]; 20o) Pelo incentivo à indústria nacional de tratores e implementos agrícolas [...] (VOZ DA CONSTRUÇÃO CIVIL, 1960, p. 1-3).	e) somos pela encampação dos serviços telegráfic j) somos pela nacionalização das companhias estra desde que isso atende aos interesses nacionais princípios nacionalistas; k) nacionalização dos frigoríficos (FOLHA BANC 1960, p. 6 e 7).

Quanto às tentativas de centralizar diversas categorias no nível nacional, não houve tentativas bem-sucedidas de construção de centrais ainda nos anos 1950 — pelo menos, não semelhante à tentativa de construção do CTB no final da década anterior. Os sindicatos, neste quesito, ainda estavam restritos às opções da estrutura sindical. A legislação trabalhista, de 1943, previa a constituição de confederações de trabalhadores de cinco grandes setores da economia: indústria (fundada em 1946), comércio (1946), transportes terrestres (1953), empresas de crédito (1958) e transportes marítimos, fluviais e aéreos (1960). Aos trabalhadores metalúrgicos cabia a disputa pela representação na Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria (CNTI).

As mesmas dificuldades para a eleições de chapas desvinculadas do MTIC nas federações, pesavam também nas confederações. A CNTI foi formada no período repressivo do governo Dutra, com membros que haviam se posicionado contrariamente à formação da CTB. Ao longo dos anos 1950 essa Confederação esteve sob a liderança de Diocleciano de Hollanda Cavalcanti e Ari Campista, que podem muito bem ser considerados os principais representantes do sindicalismo ministerialista. A partir da segunda metade da década, foram muito comuns a denúncia de corrupção por parte de sindicatos e da imprensa geral, especificamente de desvio dos recursos do fundo sindical (R. R. IORIS, 2009, p. 220).

O pleno entendimento destas limitações da estrutura sindical nos permite compreender melhor a importância da alternativa que significou a constituição de organismos intersindicais, mesmo que elas tenham se restringido ao âmbito estadual. No caso do PUI, esta entidade constituiu em uma das principais tentativas de centralizar diversas categorias no nível estadual. No âmbito do Pacto, encontravam-se entidades do primeiro e segundo nível da estrutura sindical, com voto igual. Como o número de sindicatos participantes era bem superior ao de federações, grupos de comunistas e seus aliados (o que incluía membros do PTB) poderiam tentar compor com grupos ministerialistas, fazendo valer suas demandas. Essa possibilidade esteve restrita ao período em que Jango esteve na vice-presidência da República, quando tentou negociar com o Pacto. Foi o caso do ano de julho de 1956, em que o vice-presidente, juntamente com o governador de São Paulo e o prefeito da capital — Jânio Quadros e Adhemar de Barros, respectivamente — negociaram com o Pacto o reajuste do salário mínimo. Tal mobilização governamental se dava com o objetivo de obter o cancelamento de uma greve geral convocada para o dia 20 do mesmo mês. Ao realizar a negociação, ficou estabelecido a legitimidade do PUI em contraposição à repressão ocorrida durante a gestão de Café Filho na presidência da República.

Em consonância com este esforço centralização estadual, na década de 1950, o principal esforço nacional foi a constituição de conferências. Os comunistas, como já vimos, no início da década, buscaram desenvolver encontros de organizações intersindicais em torno de pautas específicas: constituição do abono de natal em direito, fim da assiduidade e aumento do salário mínimo. Na segunda metade da década, buscaram também realizar conferências nacionais com pautas cada vez mais amplas. Nesse esforço, interagiram com as tentativas do PTB para constituir uma base sindical, por meio do MTIC e das entidades sindicais de nível superior.

A Conferência que deu início aos trabalhos de centralização nacional foi a I Conferência Nacional dos Trabalhadoras[103], no Rio de Janeiro, nos dias 18,19 e 20 de maio de 1956. É bem provável que, pela ideologia da época, a discussão da organização política das mulheres fosse encarada como uma demanda "específica" em semelhança com os encontros da primeira metade da década. Este seria um caminho importante para a interpretação do jornal que cobriu o encontro, *Voz Operária*. Segundo o jornal, o evento foi "Um passo à frente para a unidade e organização das trabalhadoras", para a luta por "reivindicações e aspirações mais sentidas das trabalhadoras". Corrobora esta interpretação o fato de que o jornal, e talvez o próprio encontro, não esclarecia como as resoluções tiradas alteravam a pauta do movimento sindical como um todo. Uma outra chave de leitura — ainda semelhante a anterior — é da percepção das mulheres como uma categoria a ser incorporada na CLT — como os trabalhadores rurais, por exemplo. Assim a conferência generalizaria para o movimento "inúmeras denúncias — algumas, verdadeiramente estarrecedoras — sobre as condições reais em que viv[iam] e trabalha[va]m as mulheres brasileiras" (grifo nosso) (VOZ OPERÁRIA, 1956c. p. central).

De todo modo, quando observamos a pauta de Reivindicações, podemos ver o processo de ampliação das pautas de reivindicação.

> • Pela efetiva aplicação do princípio "a trabalho igual salário igual", já assegurado Pela Constituição Federal.

[103] O exercício de comparar as conferências dos metalúrgicos com as conferências que envolviam diversas categoriais é feito também pelos historiadores Thomas Jordan, Rafael Ioris e Timothy Harding. Ao inserir a Conferência Nacional de Trabalhadoras como pioneira das conferências intercategoriais da segunda metade da década de 1950, estamos nos inspirando na pesquisa de Thomas Jordan (2000). O autor, no entanto, equivocou-se quanto ao nome do encontro: "First National Workers Conference (I Conferência Nacional de Trabalhadores)" (p. 335). Além disso, em uma pesquisa que, em outros momentos, detém-se sobre as reivindicações das mulheres operárias, Jordan não relaciona essa luta com essa conferência em questão. Para melhor entender este tema, seria útil ter acesso a sua fonte, algo que, até o momento, ainda não obtivemos: o jornal *Gazeta Sindical*, edição de 06 a 30 de junho de 1956. No caso de Ioris e Harding, o pioneirismo é dado a I Conferência Sindical Nacional, de março de 1958.

> • Pelo aumento dos níveis de salário-mínimo, garantia e seu pagamento e pelo reajustamento geral dos salários.
> • Contra a assiduidade (lei nº 605) e contra intensificação do ritmo de trabalho e outras formas de superexploração adotadas nas empresas a pretexto de aumento da produtividade.
> • Pelo pagamento das taxas de insalubridade.
> • Desenvolver uma grande campanha contra a carestia da vida.
> • Pela unidade e liberdade sindical.
> • Pela extinção do fundo sindical e revogação do decreto 9.070.
> • Pelo pagamento da dívida do governo aos Institutos e Caixas. Entrega da direção dos mesmos aos trabalhadores.
> • Pelo respeito às leis de proteção à maternidade.
> • Apoiar o projeto Aurélio Viana que passa garantir a estabilidade à mulher gestante.
> • Pelo pagamento do auxílio-maternidade, à base de um mês de salário mínimo vigente.
> • Aposentadoria integral aos 25 anos de serviço ou 45 anos de idade.
> • Pela instalação de creches e casas maternais nos locais de trabalho e nas grandes concentrações de residência de famílias trabalhadoras.
> • Pela extensão dos direitos trabalhistas às trabalhadoras do campo (VOZ OPERÁRIA, 1956a. p. 12).

Temos aqui um conjunto de pontos que juntavam as reivindicações "mais sentidas pelas trabalhadoras" com as outras mobilizações anteriores que vinham se inserindo no cenário político. O último ponto é curiosamente grande e o apresentaremos em separado:

> • Pela organização de associações e sindicatos para as trabalhadoras a domicílio e às empregadas domésticas. Pela organização de Departamentos Femininos nas organizações profissionais. Pelo lançamento através de organizações sindicais de uma ampla campanha de sindicalização de mulheres. Pel,a participação, cada vez maior das mulheres na direção das organizações sindicais (*Ibidem*, p. 12).

Neste ponto, temos a "incorporação" de uma nova categoria à CLT, a saber, "as trabalhadoras à domicílio". Mas também podemos observar uma modificação geral no movimento sindical. O movimento passaria a ter de corrigir a falta de representatividade feminina por meio de campanhas de sindicalização, constituição de Departamentos Femininos e pela participação das mulheres em outras instâncias sindicais. Deste modo, a conferência vinha incorporando a trajetória de luta das mulheres nas comissões sindicais, sobretudo das trabalhadoras têxteis. Cabe salientar que, das 261 comissões de delegadas que compuseram o encontro, 145 das delegadas identificaram-se como operárias e, destas, 65 como têxteis. Quanto às trabalhadoras metalúrgicas, embora em menor número, elas foram responsáveis

pela organização da I Conferência das Mulheres do Setor Metalúrgico, um mês antes (28 e 29 de abril), a qual serviu, portanto, de preparativo para esta Conferência Nacional.

No seu cargo de vice-presidente da República, João Goulart deu início a uma política de anuência ao processo de centralização do movimento sindical. A postura do MTIC, a cargo de Persifal Barroso, foi de tentar intervir na construção de congressos, buscando competir com os esforços dos sindicatos. Por meio de três confederações de trabalhadores — indústria, comércio e transportes terrestres, todos os três ainda ministerialistas — confeccionou-se a I Conferência Sindical Nacional. O encontro foi realizado no Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Comerciários, nos dias 29 e 30 de março de 1958. Teve uma participação expressiva para época: cerca de 600 sindicatos. Os comunistas decidiram participar desta conferência apesar de terem conhecimento de que o regulamento de votação da plenária de encerramento daria grande peso às federações e confederações[104]. Tudo leva a crer que se sentiam seguros por estarem vivendo um processo forte de aglutinação de forças com a realização de congressos em diversos estados[105]. Ainda segundo a análise de Jordan, as resoluções da Conferência tiveram um tom "moderado". Embora os delegados mais radicais tenham mostrado insatisfação, o PCB estava mais preocupado com a construção de uma agenda comum (JORDAN, 2000, p. 356-6).

No temário da conferência, constavam-se apenas três pontos — salário, direito de greve e previdência social. Estes temas eram aqueles que eram mais caros no projeto legislativo do PTB que, por sua vez, levou, para a abertura da Conferência, deputados federais que haviam apresentado projetos de leis sobre os pontos: Aarão Steinbruch, Aurélio Viana, Batista Ramos e Fernando Ferrari[106]. Dois projetos de lei importantes se encontravam naquele ano aprovados na Câmara dos Deputados e em tramitação no Senado: o projeto de regulamentação do direito à greve, de autoria de Aurélio Viana; e o de reforma da Previdência Social, de autoria de Batista Ramos. Este último deputado esteve presente nas discussões do grupo de trabalho. O jornal *Voz Operária* resumiu as resoluções em 5 pontos:

---

[104] "Cada sindicato presente terá direito a um voto e cada Federação, terá tantos votos quantos forem os sindicatos de seu grupo, ausentes da Conferência. Quanto às confederações terão votos correspondentes aos sindicatos inorganizados em federações e ausentes da Conferência" (VOZ OPERÁRIA, 1958b, p. 12

[105] Em um balanço da organização do movimento sindical do ano de 1958, realizado pelo dirigente comunista Jover Telles, o dirigente ressalta que, no meio da conferência em questão, foram organizados encontros de âmbito estadual: SP, DF, RS, PE, PA, PR, SC, ES e AL. Ao contrário do que é de praxe, Telles não relata o que foi especificamente decidido neste encontro. Preferiu relatar o conjunto de reivindicações tiradas por trabalhadores de todo o Brasil no conjunto (TELLES, 1981, p. 64).

[106] Segundo Timothy Harding, Fernando Ferrari ainda teria aproveitado seu discurso para fazer uma defesa da reforma agrária e a extensão de legislação trabalhista par a o campo (1973, p. 386).

- Reunião das comissões de salário-mínimo dentro de 30 dias
- A luta pela escala móvel de salários
- Aposentadoria integral aos 30 anos de trabalho e 55 de idade
- Regulamentação do direito de greve
- Lei orgânica da Previdência Social (VOZ OPERÁRIA, 1958a, p. central)

O encontro pode ser encarado como um exemplo de como boa parte do PTB — a ala capitaneada por Jango e a capitaneada por Ferrari — concebia a generalização das reivindicações dos sindicatos: base para ação desse partido nas instituições dos poderes Legislativo e Executivo. Já para os comunistas, as pautas ainda estavam limitadas, pois, a essa altura, já haviam consolidado posições de cunho industrializante no IV Congresso do PCB e em congressos de algumas categorias de trabalhadores — pelo menos o dos metalúrgicos. Contudo, se essas resoluções eram restritas, por um lado, elas pareciam aos comunistas como exequíveis, por outro. Eis como eram interpretadas no jornal *Voz Operária*: "as resoluções, finalmente aprovadas revelam que, de fato, predominou o sentimento de unidade e o desejo de propor medidas concretas, de execução viável e capazes-de atender às reivindicações mais imediatas das grandes massas trabalhadoras" (1958a, p. central). Reforçava essa visão a postura de Jango que, na sessão, comprometeu-se com a aprovação para nova lei de aposentadoria para o 1º de maio daquele ano.

No ano seguinte, entre os dias 20 e 22 de novembro de 1959, ocorreu a II Conferência Sindical Nacional, no Palácio dos Metalúrgicos, Distrito Federal. Contou com mais de 1.500 delegados[107], "representando 4 confederações, 60 Federações e, aproximadamente, 1.000 sindicatos" (TELLES, 1981, p. 69). A dinâmica dos trabalhos da Conferência mudou substancialmente em relação ao evento anterior. As resoluções de 1958 foram não apenas reiteradas, porém incluídas em uma seção de "Direito à Greve e Previdência; esta, por sua vez, dividia tempo e espaço com outras seções: "Carestia e abastecimento" e "Problemas Nacionais". A reportagem do jornal *Novos Rumos* deu mais destaque a este último ponto, que iniciou com a leitura de um relatório pelo deputado Roberto Morena. O relatório consistia em uma avaliação das "importantes vitórias" do movimento operário desde a última conferência:

- A aprovação dos novos níveis de salário mínimo;
- O reajustamento dos salários de várias categorias profissionais;

[107] Esse número diverge com os do jornal *Novos Rumos*: "participarão direta das 4 confederações nacionais de trabalhadores de 75 federações, e de 495 sindicatos reunindo mais de 2 mil delegados de todos os lados do Brasil" (NOVOS RUMOS, 1959a, p. 5)

> • O reajustamento automático das aposentadorias e pensões, sempre que houver aumento para os trabalhadores ativos; e
> • O aceleramento das discussões, no Legislativo do projeto de Lei Orgânica da Previdência Social e do que regulamenta o Direito de Greve.
> (Adaptado de Novos Rumos, 1959b. p. 5).

Após esse relato, o documento passou a falar dos "êxitos na luta pelo progresso econômico e político do país, que continua no processo de industrialização". Cabia ao movimento perseguir "vencendo inúmeras dificuldades" impostas pelos monopólios estrangeiros. Com isto, ressaltou-se a importância das empresas estatais como a CSN, a Petrobras e os planos para o "impulso da indústria brasileira de energia elétrica". Em consonância com o relatório, as resoluções dessa seção rumaram no sentido de incentivar a ampliação da intervenção produtiva do Estado. Contudo, evitavam precisar uma posição do movimento sindical, setor a setor, como já vinha ocorrendo nos congressos de categorias como as dos metalúrgicos, bancários e trabalhadores da construção civil.

> b) Sustentar com firmeza a bandeira nacionalista e lutar unidos pela defesa do monopólio estatal do petróleo, contra as manobras que tiram da Petrobras a gradual nacionalização de venda de seus produtos: criação da indústria nacional de energia elétrica, com a encampação dos trustes e monopólios estrangeiros que operam no país e a imediata aprovação e execução da Eletrobrás; ampliação da indústria de construção naval e material ferroviário; incremento da indústria de caminhões, tratores e máquina agrícolas; defesa da indústria têxtil; criar as companhias nacionais de transporte aéreo e incrementar as de transporta marítimo; limitar a remessa de lucros de companhias estrangeiras para o exterior; nacionalização dos bancos de depósito, nacionalização efetiva das companhias de transportes aéreos [parte ilegível]; exploração exclusiva pelo Estado dos serviços telegráficos, radiotelegráficos e radiotelefônicos; continuar a expansão do nosso intercâmbio comercial com todos os países do mundo, sem nenhuma restrição[...] (NOVOS RUMOS, 1959b, p. 5).

6. Considerações finais

A luta pelo aumento salarial e pela implantação da CLT nos aspectos de melhoria da condição de trabalho ganhou maior vigor, uma vez que chapas vinculadas ao trabalho de base conseguiram ser democraticamente eleitas, como vimos no caso emblemático dos

metalúrgicos. Essa luta, por sua vez, deu legitimidade para que esses sindicatos tomassem a frente da discussão dos rumos econômicos do país. Ou seja, o conjunto dos congressos apresentado no tópico anterior nos permite constatar como a luta por direitos trabalhistas seguiu seu curso, ao longo da década de 1950, de forma persistente e atingindo novas frentes.

Acompanhando a categoria dos metalúrgicos, pudemos ver como, no âmbito estadual e nacional, ela buscou unificar sua luta por meio da realização de conferências e congressos. Os congressos nacionais dos metalúrgicos permitiram que os trabalhadores começassem a avaliar os novos instrumentos de intervenção econômica do Estado que estavam sendo criados na década, assim como o conjunto do processo de industrialização que ocorria no país. Ainda pode ser considerado um trabalho incipiente se comparado a toda formulação do planejamento que acompanhou a consolidação do Plano de Metas do governo JK. No entanto, podemos perceber como os metalúrgicos já buscavam se posicionar no debate político sobre a internalização da cadeia produtiva — vide as pautas que estabeleciam setorialmente as indústrias desejadas — e também buscavam combater a presença do capital estrangeiro nos elos de cadeia cuja propriedade nacional já se fazia presente.

Se compararmos estes avanços da pauta metalúrgica com os posicionamentos da direção do PCB, é possível observar que se trata de um considerável "espaço de ação da militância comunista" — segundo os termos de Marco Santana —, ou seja, um caso em que um grupo específico de militantes comunistas e seus aliados elaboraram a linha particular do partido para um setor da economia. Embora não tenhamos realizado um estudo sistemático de outras categorias, o fato de termos encontrado outras pautas industrializantes, nos leva a crer que era uma prática comum do partido, o que permite abrir um novo campo de estudos para o período em consideração. Não obstante, as dificuldades na teorização do partido — seja na ausência de congressos durante décadas, seja na forma excessivamente esquemática da teoria da Revolução Brasileira — sem dúvida, se traduziram na dificuldade para a elaboração das pautas industriais, o que ajuda explicar, em parte, o seu caráter incipiente das pautas.

Outra dificuldade pode ser identificada nos empecilhos para que chapas democraticamente eleitas alcançassem níveis cada vez mais altos da estrutura sindical. Por mais que a realização de conferências e congressos tenha se apresentado como uma alternativa possível, quando comparamos os congressos da categoria metalúrgica com os encontros nacionais que congregavam diversas categorias, percebemos que as demandas destas últimas se perderam em termos de precisão. As resoluções dos congressos que envolviam diversas categorias parecem ter se resumido ao apelo para um maior

direcionamento estatal dos investimentos, de modo que ainda não se distinguiam das proposições de Vargas, por exemplo. É possível que a limitação na pauta dos congressos intercategoriais tenha sido um reflexo do poder que ainda detinham as entidades de segundo e terceiro níveis, ainda dominadas por representantes do MTIC. Se isso se confirmar com futuras investigações, seremos capazes de entender melhor de que forma comunistas e aliados buscavam “dosar” suas posições na busca de unificação das pautas do movimento sindical.

CAPÍTULO 3
DA CARESTIA À REFORMA AGRÁRIA

Não há dúvidas na literatura sobre as classes populares de que o principal problema social vivenciado no pós-guerra era a inflação. Muito embora a principal "arma" utilizada pelos sindicatos tenha sido o reajuste dos salários de suas respectivas categorias e o reajuste geral salário mínimo, de modo crescente o movimento vinha construindo demandas para a realização de políticas que combatessem as causas da inflação. Esse movimento que acompanhou as reivindicações salariais no período ficou conhecido como a *luta contra a carestia da vida*. Essa luta é de grande importância para a história sindical, não apenas por ter sido uma das principais formas de integração dos sindicatos com amplas camadas populares, mas também, enquanto tema fértil para o posicionamento dos sindicatos diante das questões da revolução burguesa. A despeito desta importância, o tema não recebeu a devida atenção nos estudos sociológicos. Essa falta, nos últimos anos, tem sido remediada pela profusão de estudos da historiografia social do trabalho dos últimos 20 anos.

Tomando por base os estudos mais recentes, no presente capítulo, buscaremos entender como a luta contra carestia foi uma das possíveis vias de integração de uma pauta operária de combate à elevação do custo de vida com a construção de uma pauta mais geral de transformação estrutural da economia brasileira. Normalmente, a inflação é tratada como alvo privilegiado de políticas monetárias. Contudo, ao longo de sua constituição, o Estado brasileiro promoveu um conjunto de políticas centrado nos produtos que possuíam um peso maior na cesta de consumo das camadas populares: os gêneros alimentícios. Consequentemente, será pelo ponto de vista da alimentação que o debate sobre a inflação predominou nos segmentos populares, dentre eles, os assalariados urbanos. Para entender a trajetória de construção de pautas sindicais, necessitaremos, portanto, analisar o modo pelo qual os sindicatos lidavam com as políticas de abastecimento que foram construídas desde o período do Estado Novo.

Tendo em vista que, neste percurso, os sindicatos entraram também em pontos sobre a produção de alimentos, analisaremos como a questão agrária foi formulada pelo movimento. Ao analisarmos no capítulo precedente como os sindicatos tematizavam a intervenção estatal em prol da industrialização, deixamos propositadamente de lado o setor agrário. Neste capítulo, poderemos analisar como o movimento sindical pensava este setor diante da transição estrutural que vinha ocorrendo no país. No processo de formação do Estado

Capitalista brasileiro, analisada aqui do ponto de vista da montagem de aparelhos econômicos, a agricultura vinha recebendo um lugar secundário desde os anos 1940. Nas sucessivas formulações de políticas econômicas, ela era vista mais como uma fonte geradora de divisas (no caso da agricultura voltada para exportação) do que um alvo de investimento estatal. De modo semelhante, o mundo rural também foi deixado de lado enquanto objeto de regulação por parte do Estado. Neste ponto, daremos destaque à uma relativa carência de uma legislação trabalhista no campo se comparada aos desenvolvimentos institucionais realizados nas cidades.

Levando em conta esses fatores, o movimento sindical enxergou a questão agrária como uma das grandes "fronteiras" para a expansão de direitos. Assim como na construção de pautas industrializantes, na construção de uma pauta agrária, o movimento sindical encontrou novas formas de ampliar e implantar direitos. Ao apresentarmos também as mudanças na elaboração desta pauta, buscaremos compreender como as propostas de reforma feitas pelos sindicatos constituíram um momento decisivo na construção de uma vertente ou projeto alternativo especificamente sindical do desenvolvimento.

Explicitar a ligação construída entre a questão da carestia e a questão agrária significa, de certo modo, retroceder em termos de formulação política e teórica de problemas sociais. Expliquemo-nos melhor: na literatura acadêmica (pós-1960) — seja a de história econômica, seja a de história do movimento sindical — as duas questões recebem tratamentos dissociados. Há diversos estudos monográficos tratando de cada um dos temas em separado, porém raramente em conjunto. Isso ficará bastante claro quando recorrermos, ao longo do capítulo, aos historiadores do movimento sindical, os quais podem ser perfeitamente divididos entre historiadores do sindicalismo urbano e historiadores do mundo rural. É bem certo que os dois conjuntos de pesquisadores se citam mutuamente, porém os elos entre o campo e a cidade raramente chegam a constituir o centro de análise. Buscar a interseção entre as pesquisas apresentou-se como um desafio de monta, nos levando a recorrer muitas vezes aos jornais da época para melhor explicitar o fenômeno que será abordado[108]. Dado o desafio, ao decorrer da pesquisa, optamos pela prioridade da narração do movimento sindical do estado de São Paulo, deixando para futuras pesquisas a comparação com outras unidades federativas da nação.

[108] Nos referimos aqui às reportagens acerca do problema da carestia encontrados nos jornais sindicais, disponíveis no Arquivo Edgar Leuenroth, e ao registro das Conferências nacionais de trabalhadores rurais registrados no jornal Terra Livre, disponíveis no acervo digital da Biblioteca Nacional.

1. As políticas de alimentação no Brasil

Por mais antigas que fossem as iniciativas estatais voltadas para o controle do abastecimento urbano, as políticas elaboradas pelo Estado Novo constituirão nosso marco inicial de análise, uma vez que se constituíram no primeiro esforço de planejamento global[109]. Retornaremos, portanto, a profusão de órgãos regulatórios dos anos 1930-40 — analisada na Introdução da presente tese. Em 1939, foi criada a Comissão de Abastecimento e Produção que, três anos depois, já no ritmo da economia de guerra, passou ser alvo da centralização administrativa resultante da formação da Coordenação de Mobilização de Econômica (CME). Durante o conflito mundial, a CME realizou um grande esforço de controle do abastecimento, racionando produtos e fixando preços.

No estudo de Maria H. T. Almeida (1978) sobre o regime do Estado Novo, a autora transcreve uma lista de 10 atribuições da Coordenação, tomando por base seu decreto de instalação[110]. Reproduziremos aqui as atribuições que contribuíam para o acesso popular aos gêneros alimentícios:

> 1. Orientar a produção da agricultura, pecuária e indústria em função das prioridades nacionais;
> 2. Controlar todo movimento de importação e exportação;
> 4. Planejar, dirigir e fiscalizar o racionamento de combustíveis e energia;
> 6. Controlar os preços do todas as mercadorias, proibindo sua venda fora dos limites fixados; e
> 7. Fixar ou limitar as quantidades de qualquer mercadoria a ser vendida e de qualquer serviço prestado ao público (ALMEIDA, 1978, p. 121).

Dois meses após a criação do órgão, seu chefe, o Ministro João Alberto, estabeleceu uma nova "política de preços". Apesar de ter sido uma proposta abrangente com o intuito de cercar todas as atribuições do órgão, na prática, o plano se restringiu ao reajuste do salário mínimo de 1943, assim como ao congelamento de preços de gêneros de primeira necessidade, como carne, açúcar e trigo (LINHARES; SILVA, 1979, p. 116). Segundo Almeida, o órgão

[109] Para as políticas de abastecimento no período da República Velha, conferir o estudo de Maria Y. Linhares e Francisco C. T. da Silva (1979, pt. Primeira).
[110] Decreto-lei n° 4.750, de setembro de 1942, transcrito em Almeida (1978, p. 121).

mostrou maior efetividade no controle dos preços dos alimentos, procurando poupar a indústria de qualquer intervenção diretamente prejudicial (1978, p. 130).

A política de controle de preços deixou marcas importantes na memória dos trabalhadores, pois possibilitou a crença de que uma intervenção enérgica fiscalizadora resolveria o problema da inflação, mesmo que as tentativas dos órgãos do Estado Novo não tivessem atingido seus objetivos. A prova dessa memória está na incorporação do congelamento de preços nas manifestações políticas dos trabalhadores; preços que se irromperam tão logo se abriram as primeiras oportunidades de manifestação política. Se, no segundo capítulo desta tese, tivemos a oportunidade de analisar as demandas por direitos, neste, poderemos indicar o sentimento de indignação contra aumento do custo de vida e a expectativa de governo de transição continuar e aprimorar seus instrumentos de controle sobre a economia.

Na análise de Maria C. Paoli (1988) dos veículos de imprensa de diversos matizes políticos dos 1940, a autora identificou que, a partir de 1945, à medida que os órgãos de repressão relaxavam a censura aos jornais, surgiam diversas denúncias de práticas de sonegação de alimentos no mercado oficial, assim como a estruturação de um mercado paralelo. Da parte da população, disseminava-se uma série de conflitos envolvendo lojistas e consumidores por conta da alta dos preços. Igualmente comum era a tentativa de denunciar os lojistas aos órgãos responsáveis pelo controle dos preços. A partir de 1946, começou a haver saques de mercado. Cabe também ressaltar, que uma grande área de conflito, naquela época, dizia respeito a outros aspectos do custo de vida, como o preço e a qualidade dos transportes. Isso, por sua vez, ocasionava incidentes de destruição de bondes e trens (PAOLI, 1988, pp. 361–8).

É possível afirmar que esse clima de confronto teve, dentre suas origens, o tom punitivo com o qual a questão foi tratada durante o período ditatorial. Em 1938, um Decreto-lei estabeleceu “crimes contra a economia popular”, que visava combater práticas de especulação no comércio. Essas medidas tiveram alguma repercussão dentre a população, uma vez que pequenos lojistas praticantes de especulações passaram a ser perseguidos e até mesmo aprisionados (PAOLI, 1988, pp. 346–7). Em outra frente, a lei que instituiu a Comissão de Abastecimento e Produção, de 1939, submetia os descumpridores de suas resoluções aos julgamentos do Tribunal de Segurança Nacional (JORDAN, 2000, p. 84).

Outras medidas visavam relacionar o aumento do custo de vida com o aumento do lucro das empresas. Em 1942, na exposição de motivos de criação do CME, o DASP indicou uma condenação aos lucros obtidos no período:

> Após a eclosão do conflito armado, como que pela sua trepidação, partiram-se, por atrito, os grilhões que prendiam a ambição desenfreada de certas classes. A alta dos preços dos próprios gêneros de primeira necessidade fez-se notar timidamente, a princípio, para adquirir, já agora, proporções alarmantes" (Coordenação da Mobilização Econômica, "Economia de Guerra no Brasil" *apud* Almeida, 1978, pp. 122–3).

No mesmo sentido, para combater tal lucratividade e ainda mitigar o crescente déficit público, em 1944, decretou-se um imposto sobre o "lucro extraordinário". Consideravam-se lucros extraordinários, tudo que excedesse em mais de 100% a média de lucros, em dois anos, de um determinado setor (ALMEIDA, 1978, p. 127).

Esse enquadramento punitivo do problema do abastecimento sobreviveu quando governo do Estado Novo, em crise, teve que responder aos primeiros reclames da opinião pública. Ainda seguindo os achados empíricos de Paoli, a defesa dos órgãos governamentais limitava-se à denúncia da ganância dos industriais e aos seus "lucros extraordinários". Como consequência, a bonança registrada nos balanços das empresas — amplamente divulgados na imprensa — era um tópico importante do debate público no imediato pós-guerra. Os operários eram os mais interessados nesse debate e era quase que natural chegarem a esta constatação, uma vez que viam as industrias trabalhando em todos os turnos diante da guerra, sem que pudessem reivindicar qualquer direito por conta das "leis de emergência", que anulavam a CLT. Nesse momento, os comerciantes tomavam sua parte nos lucros extraordinários, angariando a antipatia popular. Como é sabido, é nesta conjuntura que o PCB, em processo de reconstituição, estabeleceu a formação dos Comitês Populares de Bairro e, dentre suas funções, constava a aferição local da tabela governamental de preços (PAOLI, 1988, p. 370-2). Sem a pretensão de avaliar o sucesso dos comitês, apenas gostaríamos de salientar a difusão do questionamento do custo de vida no período.

Em janeiro de 1946, no governo provisório de José Linhares, a CME foi extinta. A questão da alimentação só constou dentre as políticas estatais no governo Dutra, com sua tímida tentativa de planejamento econômico consubstanciada no Plano Salte (decreto nº 28.255, 12 de junho de 1950). No que interessa especificamente a este capítulo, no tópico de alimentação disponível no Plano, os principais problemas identificados eram a ausência de

crédito para a modernização da produção agrícola e a falta de infraestrutura de transportes para o escoamento da produção. Quanto ao levantamento dos problemas de infraestrutura, o Plano Salte ficou famoso pela insuficiência de mecanismos administrativos de intervenção na economia, além da falta de previsão clara de investimentos públicos ou privados. Portanto, resumiu-se a um levantamento de dados e ao estabelecimento de diretrizes para uma futura política econômica[111].

Foi durante o segundo governo Vargas que se criou a estrutura política para a intervenção no problema da alimentação tal qual se tornou objeto das reivindicações populares nos anos 1950 e 1960. Por encomenda do Ministério da Fazenda e do Conselho de Desenvolvimento Industrial, foi realizada a Missão Klein & Sacks, concluindo um relatório sobre *O Problema Alimentar no Brasil*, em fins de 1951. Por meio desse relatório, tornaram-se públicos os diversos problemas sobre a intermediação entre produção e consumo de alimentos no país. Segundo o relatório, tão ou mais importante que os problemas de produção e de transportes, era a falta de concorrência no comércio de alimentos.

Os alimentos eram sobrecarregados por despesas desnecessárias, as quais muitas vezes excediam o custo de produção. Excessivas margens de lucro e múltiplos impostos oneravam sobremodo os alimentos, desde a colheita até a venda nos consumidores. Encontram-se nas fontes de produção, privando o agricultor de parte ou de todo o lucro que poderia obter, os "maquinistas", os "atravessadores", os "aviadores" e outros intermediários (cujas denominações variam de acordo com a região. Estes emprestavam dinheiro ao agricultor a fim viabilizar a compra das sementes e fazer face às folhas de pagamento durante as épocas de plantio e de colheita, obtendo as safras em pagamento e fornecendo o armazenamento. Frequentemente, faziam a compra imediata das safras, durante ou antes da colheita (COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL, 1954, p. 45). Uma vez feito este diagnóstico, as orientações do relatório eram a formação de medidas, sobretudo de regulação, com vistas à formação de concorrência nas redes atacadistas e varejistas, permitindo diminuir a discrepância de preços de um produto ao ser vendido por um agricultor e ao ser comprado pelo consumidor final.

Com o mesmo diagnóstico sobre o problema da alimentação, no final do ano de 1952, foi constituído o principal órgão responsável pela questão do abastecimento das duas décadas seguintes, a Comissão Federal de Abastecimentos e Preços (COFAP). Segundo a avaliação do

[111] Para uma análise do plano Salte, assim como da conjuntura política de sua elaboração, conferir Draibe (1985, cap. 2).

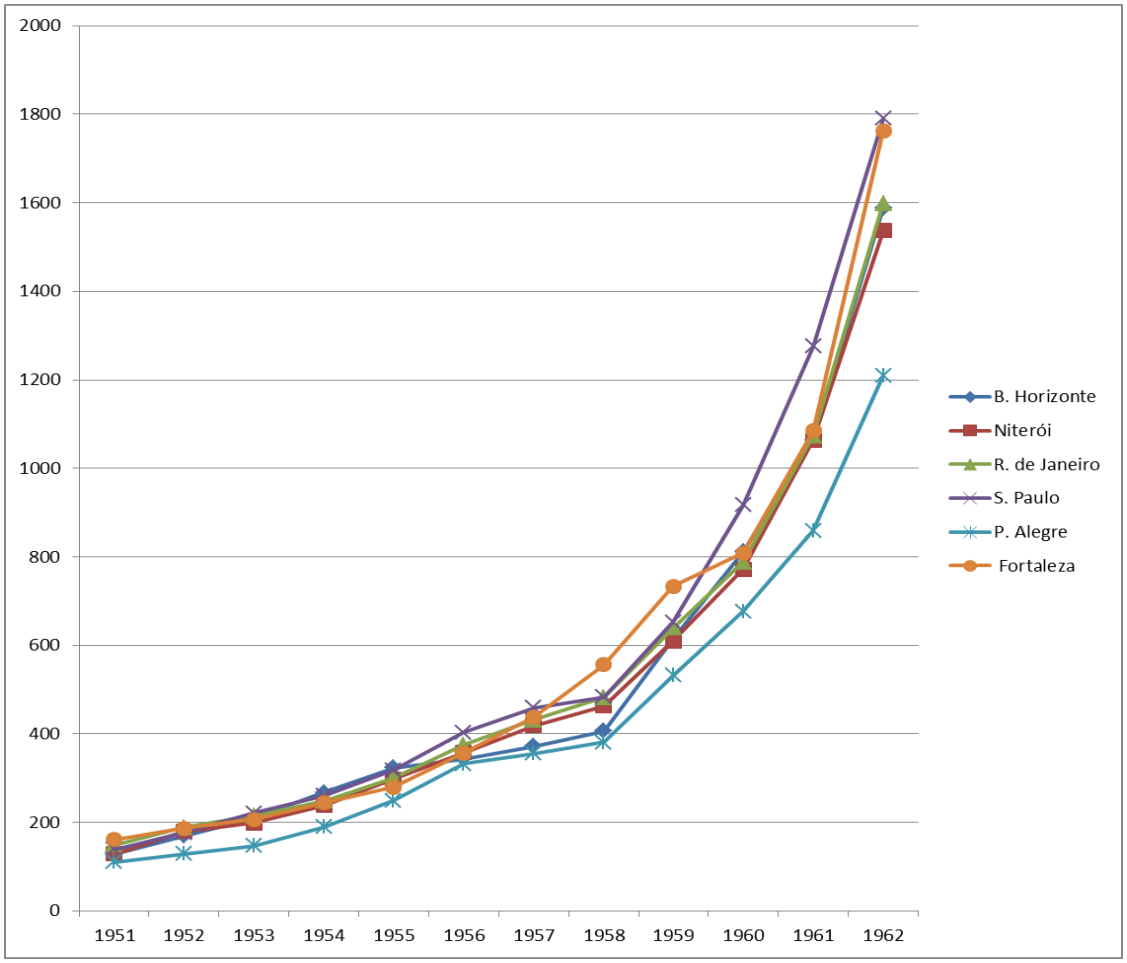
governo, à época, a elevação do custo dos alimentos era determinada pela especulação de intermediários entre a produção e o consumo; logo, estabeleceu-se legitimidade da intervenção pública na comercialização dos produtos. A COFAP era uma autarquia do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, organizada por uma plenária, uma presidência e por órgãos técnicos e administrativos. A presidência do órgão era nomeada pelo Presidente da República. A plenária era composta por representantes da produção, do comércio e dos consumidores. Em cada unidade da federação, formaram-se Comissões de Abastecimento e Preços (COAPs), subordinados ao órgão federal[112].

A princípio, é possível afirmar que a COFAP seguia estritamente o princípio corporativista de organização política na forma de uma plenária tripartite — Estado, comerciantes-produtores e consumidores. É possível notar igualmente herança da mobilização militar, uma vez constatada a considerável presença de militares nos cargos de chefia da autarquia[113]. A particularidade do órgão estaria no fato de que os trabalhadores teriam sua participação não enquanto trabalhadores, porém na forma mais difusa de consumidores. A atuação sindical seria apenas na forma de cooperativas de consumo previstas na CLT. Porém, na medida em que crescia o movimento sindical, os trabalhadores buscaram construir um controle mais direto sobre o órgão.

Para finalizar o presente tópico, exporemos brevemente a dramaticidade do problema do abastecimento das cidades, nesse que é um dos períodos de mais intensa urbanização do país. Na década de 1950, a cidade do Rio de Janeiro passou de mais de 2,3 milhões de habitantes para mais de 3,3 milhões; São Paulo, por sua vez, passou de mais de 2,1 milhões para mais de 3,8 milhões (LANNA JR., 1992, p. 35). Logo, não é de se estranhar que a questão do abastecimento, popularmente conhecida como a carestia do custo de vida e, até mesmo, a escassez de alimentos fossem uns dos principais problemas vividos pela população metropolitana. No gráfico abaixo é possível observar a escalada de preços dos alimentos ao longo da década em questão.

[112] Para uma análise da estrutura desses órgãos e de seu quadro político, conferir Lanna Jr. (1992, pp. 102–9)
[113] Dos dez presidentes da COFAP, seis foram militares (LANNA JR., 1992, p. 103).

<u>Gráfico 01</u>: Evolução dos Índices do Custo da Alimentação Observado nas Capitais – (Média do Brasil em 1948 = 100)



Notas: Em 1962, o cálculo foi apenas para o primeiro semestre.
Fonte: IBGE. Elaboração: (LANNA JR., 1992, p. 97)

Por meio do gráfico, podemos observar uma nítida diferença entra a primeira metade da década de 1950. Foi justamente na segunda metade que houve uma escalada do processo inflacionário, atingindo em cheio o preço dos alimentos. É importante ter este dado em vista, pois, a seguir, veremos que a escalada teve bastante influência para que o movimento sindical e demais movimentos populares perdessem as expectativas de que o Estado poderia controlar os preços da economia, assim dedicado a defender mudanças estruturais para a solução do problema alimentar.

2. A luta contra a carestia

Em sua investigação sobre a atuação política dos sindicatos dos metalúrgicos e dos têxteis de São Paulo na virada dos anos 1950-60, a pesquisa do historiador Murilo Leal (2011) oferece bases para o entendimento das formas com que os sindicatos tentaram controlar a COFAP e as COAPs. A primeira constituiu na entrega de memoriais, petições e telegramas exigindo do estado a efetivação da fiscalização dos preços. Os sindicatos até mesmo propuseram tabelas com índices de "preços justos" para os itens de primeira necessidade. O autor constatou casos desse tipo de intervenção política até à metade da década de 1950 e relacionou à memória de que os operários tinham do congelamento realizado por Vargas durante a II Guerra (LEAL, 2011, p. 195). A partir de meados da década de 1950, os sindicatos constituíram uma segunda forma de intervenção: tentaram influir na composição dos órgãos, ora destituindo os membros que não realizavam a fiscalização conforme o desejado pelos sindicatos, ora tentando nomear sindicalistas para a direção. Foi o caso da ameaça de uma greve geral contra a carestia marcada pelo Pacto de Unidade Intersindical para 20 de julho de 1956 (FOLHA BANCÁRIA,1956, p.1).

Bastante identificado com a linha de investigação aberta por Edward Thompson (1998), Murilo Leal chega a utilizar o conceito de "economia moral" popular para o entendimento de um padrão de justiça peculiar entre os operários ao refletirem sobre o "preço justo" dos alimentos. Apesar de nossa pesquisa não mobilizar conceitos thompsonianos, consideramos importante a contribuição de Leal, para nosso estudo, por contextualizar a atuação política sindical em uma "atmosfera" de revolta popular que se traduziu em diversos motins. No entanto, consideramos o mais importante, para a presente pesquisa, suas demonstrações de como os sindicatos, ao tentar dar uma conformação institucional a esta revolta, "reinventavam" o discurso Varguista de intervenção estatal, oferecendo uma base maior de legitimidade para o controle dos preços[114]. Consequentemente, buscaremos demonstrar que tal intento avançava mais do que a forma difusa de um sentimento de justiça que o conceito de economia moral explicita, à primeira vista. Nossa hipótese é de que a luta contra carestia permitiu aos trabalhadores contribuir para a construção de um projeto de

[114] "Temos, portanto, nos anos 1950, um complexo de ideias das classes populares – sustentadas por suas próprias experiências com a escassez ou alto custo de alimentos, por "tradições inventadas" e por reinterpretações de ações e gestos dos agentes do poder público - que definia, na contramão da economia de mercado, parâmetros de uma "economia moral" popular. O valor básico deste complexo de ideias se referia à prioridade do abastecimento das famílias e à imoralidade dos "lucros escorchantes", da sonegação de gêneros, do enriquecimento a todo custo" (LEAL, 2011, p. 194).

desenvolvimento alternativo aos que vinham sendo construídos pelos órgãos estatais até então.

Em maior consonância com o presente trabalho está a tese de Rafael Ioris. Na busca por identificar a diversidade dos significados (*meanings*) do desenvolvimentismo no período JK, Ioris analisa a atuação sindical do período, concentrando-se sua investigação em documentos produzidos pelo sindicalismo metalúrgico do Rio de Janeiro e São Paulo. No que tange ao problema da carestia, foi possível ao autor dividir em duas categorias gerais as soluções apontadas pelos sindicatos: imediatas e estruturais. As soluções imediatas correspondem à luta pelo aumento salarial que ocorreu ao longo do interregno democrático de 1945-64, assim como o congelamento dos preços. Quanto às soluções estruturais, o autor identifica a construção de uma visão de desenvolvimento alternativa à implantada pelo governo JK, na forma de um Estado que intervisse na estrutura agrária do país (IORIS, R., 2009, p. 210).

Em junho de 1956, 60 sindicatos da capital paulista realizaram uma assembleia intersindical, na sede do STIMESP (centro da cidade). O objetivo era de "refundar" as atividades do PUI que se encontravam em baixa desde a campanha pelo aumento do salário mínimo de 1954[115]. Em semelhança ao ano do suicídio de Vargas, a grande preocupação do movimento sindical era de não apenas garantir a revisão periódica do salário mínimo prevista pela CLT (1951, 1954...), mas também, adiantá-la, devido à escalada inflacionária. Nacionalmente, a conjuntura era favorável para essa luta. O próprio presidente da República eleito havia se comprometido com essa reivindicação durante sua campanha. Aproveitando-se desse contexto, os dirigentes sindicais de diferentes estados aproveitaram a posse presidencial, no final de janeiro, para iniciar a campanha. Em fevereiro, o ministro do trabalho, Persifal Barroso, anunciou o início dos estudos do SEPT, porém em uma retórica de preocupação de que o reajuste pudesse alimentar a inflação; isso ocasionou diversas críticas por parte dos sindicatos.

Na pauta sindical construída na refundação do PUI, em 1956, fica claro a ênfase nas questões envolvidas no aumento do poder de compra dos trabalhadores:

- Salário mínimo;

[115] Até o momento não foram encontradas notícias de atividades do PUI para o ano de 1955. A pesquisa de Murilo Leal encontrou declarações de dirigente sindicais, no ano de 1956, nas quais constavam termos como "formação" e "repetição" de uma intersindical. O autor levanta a hipótese de que a frustração de uma negociação conjunta de diversas categorias, em 1954, e a repressão aos sindicatos no governo Café Filho levaram ao arrefecimento temporário do Pacto.

- Congelamento de preços;
- Baixa das tarifas da CMTC;
- Readmissão dos empregados demitidos em virtude das greves realizadas;
- Abolição do decreto lei 9.070...;
- Baixa para 5% da contribuição para os IAP's; e
- Aumento de salários. (Adaptado de Folha Bancária, 1956, p. 1)

Em julho, o presidente da República anunciou que os novos valores apenas seriam decretados em setembro. Nas duas capitais onde os trabalhadores encontravam-se mais mobilizados em torno da campanha, São Paulo e Porto Alegre, anunciou-se uma greve geral para as datas de 26 de julho e 1 de agosto, respectivamente. Como preparativo, os sindicatos paulistas realizaram um ato pelo aumento do salário e do congelamento dos preços em frente à Assembleia Legislativa, na tarde do dia 20 de junho. Segundo o jornal *Voz Operária*, dezenas de fábricas tiveram seu funcionamento interrompido devido à participação de seus funcionários na manifestação. O ato público se transformou em passeata em direção à Câmara Municipal. É provável que a passeata tenha sido uma proposta dos estudantes que, na época, encontravam-se empenhados na luta pela redução dos preços dos transportes. No dia 26 de junho, o PUI promoveu uma reunião com o movimento estudantil, também em frente da assembleia Legislativa, quando foi selada a unidade de pauta entre os dois movimentos (VOZ OPERÁRIA, 1956b, p. 8). Ainda houve uma terceira manifestação no dia 05 de julho, já como preparativo da greve geral (FOLHA BANCÁRIA, 1956, p. 1).

Apesar do ritmo intenso de mobilizações, tão logo iniciaram as negociações entre o PUI e as autoridades do Executivo dos três níveis federativos — o ministro do trabalho Persifal Barroso e o Vice-Presidente João Goulart; o prefeito Adhemar de Barros; e o governador Jânio Quadros —, a greve foi cancelada. Sem dúvida, independente de seus resultados, essa negociação foi o ápice de legitimidade estatal dada a uma intersindical nos anos 1950. Como resultados: decretou-se o aumento do salário mínimo em 15 de julho e o congelamento por 90 dias dos gêneros de primeira necessidade[116]. Ainda como saldo deste movimento, em agosto, mais 103 sindicatos e outras formas de movimento social do estado de São Paulo aderiram ao PUI (LEAL, 2011, p. 357).

[116] Constava também na pauta de reivindicações da PUI para as negociações: solicitar ao líder da maioria que intercedesse na Câmara de Deputados para a votação, em regime de urgência, dos projetos que regulamentavam o direito de greve; a nomeação de fiscais indicados pelos sindicatos e federações para a observância dos preços; a nomeação de três dirigentes sindicais que integrariam o plenário da COAP; a possibilidade de nomeação de um dirigente sindical de São Paulo para a delegacia do IAPI; a baixa de 5% da contribuição para os IAPs; a solicitação junto ao prefeito para a readmissão dos companheiros da CMTC (FOLHA BANCÁRIA, 1956, p. 1).

É possível observar, no início do ano de ano de 1957, um esforço de sistematizar o conjunto de iniciativas dos sindicatos e dos movimentos sociais. Da parte dos sindicatos, o PUI organizou, no dia 17 de janeiro, uma Assembleia Sindical Pública, no Teatro Colombo. Com a participação de mais de cem sindicatos, a reunião formulou um "programa para ação" a ser implantado ao longo do ano. O programa era constituído por cinco pontos, representando os desdobramentos da pauta de refundação do Pacto já abordada:

- Conquistar ampla liberdade e autonomia sindical;
- Lutar contra a carestia e por aumento de salários;
- Defender um a previdência social que atendesse às suas "verdadeiras finalidades";
- Obter o respeito às liberdades democráticas e à Constituição; e
- Aperfeiçoar e fazer cumprir a legislação trabalhista[117].

Já no mês de fevereiro, o trabalho do PUI juntamente com estudantes, entidades femininas e sociedades de amigos de bairro teve a oportunidade de se consolidar por meio da realização da Convenção Popular de Combate à Carestia. No encontro, participaram também parlamentares de níveis estadual e municipal, além do próprio prefeito Wladimir de Toledo Piza. Foi estabelecido então um Programa de Combate à Carestia, divulgado na forma de manifesto. Os pontos do programa foram divididos em medidas de duas naturezas. As medidas foram as medidas imediatas:

- Estímulo à produção agrícola;
- Melhoria no sistema de armazenamento e distribuição; com um a participação estatal mais efetiva; e
- Maior presença popular nos órgãos responsáveis pelo controle de preços e abastecimento;

Enquanto as seguintes foram as medidas de longo prazo:

- Reforma agrária,
- Livre comércio internacional com todos os países do mundo; e
- Estímulo ao mercado interno[118]

Podemos observar que esta Convenção provavelmente constituiu uma das primeiras manifestações coletivas de defesa da reforma agrária para a solução do problema do abastecimento de alimentos. Mesmo assim, ainda figurava como uma solução de longo prazo,

[117]"Dia 27 de janeiro no Teatro Colombo; provaram os trabalhadores a nossa força sindical". *O Metalúrgico*, nº 2 1 6 1, fev., 19 57 , p. 1. Citado em Leal (LEAL, 2011, p. 216–7).
[118] *Programa de Combate à Carestia*, parcialmente citado em (LEAL, 2011, p. 217).

portanto, ainda sem centralidade nas lutas que se desenvolveram naquele ano. É o que veremos com a onda grevista paulista do ano de 1957.

A chamada greve dos 400 mil foi iniciada pelas categorias mais envolvidas no esforço de unificação do movimento sindical paulista: metalúrgicos, gráficos e têxteis. Apesar do movimento sindical ter sido relativamente bem-sucedido na conquista da revisão do salário mínimo, muitos segmentos de trabalhadores que recebiam acima desse patamar estavam com os salários congelados, em geral, desde 1955 (FONTES, 1999, p. 152). O início do movimento grevista pode ser datado pela reunião convocada pelo PUI em 3 de outubro, com o objetivo de articular as campanhas salariais das categorias em questão. Na reunião, formou-se um comando de greve com o nome de Aliança Intersindical por aumento de Salários e Contra a Carestia. Em manifesto, a Aliança denunciava a intransigência patronal de negociar o aumento de salários. Até então, havia ocorrido várias tentativas, por parte dos sindicatos e da Delegacia Regional do Trabalho, para estabelecer mesas de negociação, e apenas o empresariado do setor metalúrgico havia apresentado uma proposta – ainda assim, 10% de reajuste. O índice reivindicado pelo conjunto das categorias era de 45%, sem teto, além de "medidas concretas" contra a carestia (*Ibidem*, p. 152-3).

Até a data prevista para greve, 15 de outubro, as assembleias realizadas por categorias resultaram no engrossamento do movimento: vidreiros, trabalhadores da indústria de papel e papelão e de curtumes. Na véspera da data marcada para a greve, o Ministro do Trabalho, Parsifal Barroso, visitou a capital paulista. O pesquisador Murilo Leal nota, nessa negociação, um elo entre esta greve e a ameaça de greve geral do ano anterior (LEAL, 2011, p. 268). Tratava-se de uma tentativa do ministro em repetir a façanha de impedir um movimento grevista. No entanto, a experiência frustrada de congelamento de preços de 1956 havia conduzido o movimento sindical à conclusão de que o governo federal merecia pouca credibilidade para controlar a inflação. No ano de 1957, portanto, o PUI optou pela demonstração da força de sua mobilização.

No primeiro dia de greve[119], cerca 80% dos trabalhadores dos setores atingidos aderiram ao movimento. No segundo dia, chegou-se quase à totalidade dos trabalhadores. Essa greve ficou famosa pelos piquetes realizados, alguns contando com mais de mil trabalhadores. Confrontos com seguranças de empresas levaram ao ferimento de mais de 50 trabalhadores. No entanto, de início, não houve confronto com o aparato repressivo estatal.

[119] Para o dia a dia da greve, contamos com a análise de Fontes (1999, p. 154–66).

Tanto o Ministério do Trabalho quanto o Governo de São Paulo — sob a gestão Jânio Quadros — relutaram em declarar a greve ilegal. Uma análise pioneira desta greve, realizada por Fábio Munhoz (1977), dedicou-se a demonstrar que as sucessivas eleições das décadas de 1940 e 1950 vinham demonstrando a força eleitoral do operariado paulista e que as forças políticas sentiam necessidade de conquistar a fidelidade desse segmento popular. Decepcionados com a atitude das autoridades públicas, a Fiesp chegou a cogitar a confecção de um pedido formal de intervenção do II Exército.

Jânio Quadros mudou de posição no terceiro dia de greve, dando início à repressão do movimento, particularmente aos piquetes. Entretanto, sua decisão não conseguiu diminuir o vigor do movimento. Além de São Paulo, a greve se espraiou para os municípios ABC, além de Sorocaba e Jundiaí. Apenas com uma semana de manifestações que se iniciaram as negociações com os sindicatos. Nesse período, duas usinas de açúcar do interior do estado ingressaram no movimento. A DRT apresentou uma proposta de 25% de aumento. Já a FIESP, em discussão com o Presidente JK, apresentou uma proposta de 20%. Numa assembleia com cerca de 50 mil pessoas no Hipódromo do Mooca, a Aliança rejeitou as propostas e promoveu uma passeata com cerca de 25 mil em direção do fábrica Alpergatas, paralisando as atividades da empresa. É interessante observar outro elo entre anos anteriores de manifestações paulistas, dessa vez com a "greve dos 300 mil", de 1953: a fábrica em questão era considerada um símbolo de resistência patronal por não ter participado de nenhuma greve de maior envergadura.

No dia 24 de outubro, o TRT concedeu os 25% de reajuste, sem tetos, para os têxteis, metalúrgicos, gráficos, trabalhadores em curtumes e papeleiros. Em nova assembleia da Aliança, na Praça Roosevelt, os trabalhadores consideraram a decisão do tribunal uma vitória dando fim à greve. Os trabalhadores de diversas categorias ainda tiveram que lutar até o fim do ano para implantar esta decisão nos seus locais de trabalho. Em semelhança às greves de 1953 e 1954, os empresários recorreram ao TST — muitos se recusavam a efetivar qualquer alteração salarial antes da decisão da instância superior. Em 17 de janeiro, o TST reduziu o aumento de 25 para 18% e estipulou diferentes tetos para as categorias. Ainda assim, os trabalhadores consideraram o movimento vitorioso e não decidiram pela convocação de uma nova greve.

Segundo outra análise pioneira do tema, a do historiador Timothy Harding, a greve foi responsável pela transformação do PUI, de um grupo de líderes sindicais que articulavam o aumento do salário mínimo em 1956, para uma "organização de massa" (HARDING, 1973, p.

285). Em nossa avaliação, essa constatação apenas capta um momento de uma dinâmica mais longa. A PUI já nascera como uma organização de massa, se levarmos em conta a sua primeira construção na greve dos 300 mil de 1953. Em outros momentos, os debates ficaram mais restritos aos dirigentes, contudo nada impediu que antigas e novas ligações[120] com as "massas" fossem acionadas para novas companhas conjuntas. Além do mais, não podemos esquecer que os anos de seu quase sumiço corresponderam exatamente aos anos em que a intersindical esteve na mira da repressão policial e do MTIC, especialmente no interregno do governo Café Filho em 1955.

Se a greve dos 400 mil significou um enfrentamento dos trabalhadores em defesa do seu poder de compra, na medida em que garantiu o aumento dos salários, ainda pouco havia sido feito no que tange ao congelamento dos preços. No manifesto do de encerramento da greve, a Aliança encerrava suas atividades "transferindo" ao PUI o conjunto da pauta de reivindicações que não foram atendidas:

> Com a vitória hoje alcançada não ficaram esgotadas todas nossas reivindicações. Muitas ficaram pendentes. Mas a partir sets instante, os sindicatos as transferem ao Pacto de Unidade, para delas cuidar e encaminhar, com nosso apoio e comprovada disposição de luta. As demais reivindicações, ora transferências, mas que contam com nosso apoio incondicional, cifram-se nas seguintes:
> • Solidariedade eficiente e completa aos demais setores em luta;
> • Combate à carestia
> • Reatamento das relações comerciais com todos os povos e países;
> • Defesa da indústria nacional
> • Preservação das liberdades democráticas
> • Revogação do decreto lei nº 9.070;
> • Luta contra o substitutivo apresentado pelo deputado Joaquim Duval, como regulamentador do direito de greve; e
> • Apoio ao projeto [de lei de direito à greve] de Aurélio Viana (O TRABALHADOR GRÁFICO, 1958, p. 1)

As reivindicações contra a carestia ainda sem solução satisfatória seguiram no ano de 1958. Cabe aqui recordar do gráfico anteriormente apresentado que indica uma inflexão nos preços (p. 132), deteriorando drasticamente as condições de vida dos trabalhadores. A

[120] A afirmação de Harding tem por base um interessante depoimento de Salvador Lossaco: "With the victory of the strike, everyone began to participate in the Pacto de Unidade: students, elements from the independent left of São Paulo, the Brazilian Communist Party, the women's Federation, the Association of Communities and Neighborhoods, and leftist congressmen. These also demanded the right to vote. The Pacto was then divided into two chambers, one representing unions and the other 'providing representation for other groups. Letters, telegrams, and persons poured into the Pacto pledging support. Daily meetings were held from 8 p.m. to 2 or 3 a.m. The meetings were constantly interrupted by delegations, messages, requests for backing and financial support [...]" (1973, p. 385).

insatisfação ficou bem evidente no final daquele ano com um motim urbano, no dia 30 de outubro de 1958. A indignação popular direcionou-se imediatamente contra o aumento das tarifas de ônibus (42%) e dos bondes (100%) na capital paulista. O tumulto resultou na morte de quatro pessoas e no ferimento de cinquenta. No mesmo dia, à noite, a União Estadual dos Estudantes (UEE) e o PUI promoveram um comício, seguido de uma assembleia. Foi organizado um manifesto conjunto protestando contra o aumento do custo de vida (LEAL, 2011, p. 173). Nove dias depois, ocorreu outra assembleia, onde foi deliberada a realização da "marcha da fome" para a capital federal, no dia 28 de novembro de 1959. A organização da passeata obteve grande adesão popular com realização de assembleias, comícios, abaixo-assinados, em diversos sindicatos, grêmios estudantis e sociedades femininas e de bairro.

Estava prevista a participação de 300 líderes sindicais, 300 representantes de associações de bairro e 50 representantes da Federação de Mulheres. Para impedir a realização de tal evento, o presidente JK, convocou Samuel Wainer, diretor-proprietário do Jornal *Última Hora*, para conversar com a liderança do PUI. A missão de Wainer era comunicar que: o movimento poderia "estar estimulando uma crise que talvez resultasse na queda de Juscelino"; o exército usaria da força para impedir a marcha; e o jornal *Última Hora* iniciaria uma campanha contra o movimento, denunciando os sindicalistas como "agentes provocadores" e como responsáveis por qualquer morte que ocorresse. Em abril, a marcha foi adiada pela PUI, para posteriormente ser cancelada. A decisão resultou em diversas críticas por parte da UEE e da FESAB e é possível que tenha sido uma das causas da própria dissolução da PUI que ocorreu no mesmo ano (*Ibidem*, p. 182). Finalizamos a narração com a análise de Leal:

> A ameaça à ordem — social e simbólica — representada pela Marcha da Fome pode ser mais bem compreendida se refletirmos sobre a natureza dos movimentos contra a carestia. Um sindicato ou mesmo uma comissão de fábrica poderia obter um reajuste salarial. Uma associação de moradores poderia obter aprovação de construção de um pontilhão junto à Prefeitura. Mas como reduzir os preços dos transportes, gêneros alimentícios e roupas? Seria possível deixar de consumir, boicotar algum comerciante ou organizar uma cooperativa. Mas medidas para melhorar as condições gerais de abastecimento e consumo estavam fora do alcance de ações pontuais e imediatas (LEAL, 2011, p. 232).

O Cancelamento da Marcha da Fome, do mesmo modo que demonstrou o poder da luta da carestia em colocar em cheque a política econômica vigente, demonstrou também a

fragilidade política e ideológica do movimento sindical de se colocar contra o governo. A pauta do congelamento dos preços foi atendida de modo limitado[121], porém, para que fosse contemplada de modo efetivo, era preciso intervir mais profundamente nas condições econômicas e políticas do Brasil. Para isso, teria sido necessário um movimento mais amplo do ponto de vista das massas mobilizadas e do escopo político. Do ponto de vista das massas, um passo importante foi dado com a integração do movimento sindical com outros movimentos. Do ponto de vista do escopo da luta, daremos continuidade a investigações dos periódicos sindicais.

No final da década de 1950, já havia avaliações da política econômica dos Governos e sua relação com a inflação, o que pode ser observado na pauta elaborada em uma coluna assinada por de Eugênio Chemp, no jornal *O Metalúrgico*:

> Relações com todos os países, limitação da exportação de lucros, medidas de reforma agrária, participação nos organismos deliberativos de preços (COAPs, COFAPs e COMAPs) dos representantes de diversas camadas populares, inclusive dos trabalhadores, e acompanhado de medidas internas, como substituição dos elementos entreguistas como Lucas Lopes, Garrido Torres e Roberto Campos, revogando a e denunciando ao mesmo tempo leis, portarias e acordos lesivos aos interesses nacionais e ao desenvolvimento econômico do país.
> Estas medidas acompanhadas, no plano interno, de meios no sentido de solucionar os problemas de transporte, abastecimento, financiamento e a defesa da lavoura e da indústria nacional, contra a concorrência desleal dos grandes trustes e monopólios principalmente Norte-Americanos, permitiria um desabafo e a possibilidade de minorar a carestia, hoje flagelo número um do povo brasileiro (CHEMP, 1959. p. 3).

O Ministro da Fazenda Lucas Lopes, do Gabinete de JK, foi bastante citado nos jornais pesquisados. Isto se deve a sua política de contenção salarial e à política de desvalorização cambial — cujo lema era "exportar a todo custo" — como forma de contrabalançar a crise na Balança de Pagamentos, que se agudizava no final do período do Plano de Metas. As avaliações dos sindicatos sobre o efeito inflacionário já revelavam a influência das análises de caráter estruturalista do Departamento Intersindical e de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).

> Mas o custo de vida não se eleva nem se elevará apenas através do aumento dos preços dos artigos importados. Também o será através de

[121] 21 de novembro de 1958, governo assumiu o compromisso de incluir trinta itens no congelamento; em dezembro, diminuir para doze; e, em janeiro do ano seguinte, restaram oito (LEAL, 2011, p. 202).

> artigos a serem exportados. Com efeito, é certo que se exportarão artigos essenciais ao consumo interno...
> [...] Os mencionados aumentos dos preços [...] forçarão uma redução das quantidades consumidas, sendo que a maioria deles já apresentam reduzidos índices de consumo "per capita" [...] medidas dessa ordem são tomadas com deliberação e se ligam diretamente à concepção que tem da inflação os mencionados economistas ortodoxos, que consideram a inflação como decorrente de um excesso da procura [...]
> [...] Com efeito, elas [as medidas] não levam em conta as condições da estrutura da nossa economia e, paradoxalmente, ao pretender estabilizar os preços provocarão seu brusco incremento. (...) faltam pelo menos até agora, medidas complementares que deem à política econômica do governo, um plano harmônico de conjunto e com objetivos a longo prazo de sanar nossas falhas institucionais (O METALÚRGICO, 1961, p. 3).

Em um discurso na Câmara Municipal do vereador e dirigente sindical João Louzada, transcrito na *Voz da Construção Civil*, é possível ver que avançava a interpretação de que a inflação deveria ir além da questão conjuntural de congelamento dos preços. Deveria ser enquadrada em um projeto econômico alternativo, pois, de outro modo, o desenvolvimento se daria "às custas das massas trabalhadoras".

> Não se pense, porém, que a omissão diante da fúria de congelamento de preços e da elevação do custo de vida, em geral, seja simples falha do Governo. Trata-se, ao contrário, de uma política contra o povo, preconizada pelos que promovem o desenvolvimento econômico do país às custas das massas trabalhadoras. Esta tese de que os recursos para os investimentos devem resultar de uma exploração crescente das massas acha-se exposta com toda clareza no número último da revista *Desenvolvimento e Conjuntura* da Confederação Nacional da Indústria, em comentário sobre o Plano de Estabilização Monetário do Senhor Lucas Lopes [...]
> Diz a mencionada revista que, como toda poupança é oriunda das classes superiores, capitalistas, é preciso aumentar os rendimentos destas, o que se consegue através da inflação, que faz subir os preços, baixar os salários reais, aumentando assim os lucros.
> Aos recursos assim conseguidos chama de "poupança monetária forçada", referindo-se ao caminho fácil escolhido para o desenvolvimento da nossa economia [...] (VOZ DA CONSTRUÇÃO CIVIL, 1959b, p. 6)

O enquadramento da luta contra a carestia dentro da dinâmica brasileira fez com que o movimento sindical reivindicasse uma intervenção do Estado cada vez maior na produção de alimentos. A reivindicação por congelamento de preços ainda se manteve ao longo da década

seguinte, porém a novidade do final da década de 1950 foi a articulação da luta contra a carestia com a luta pela reforma agrária[122].

O que estamos considerando articulação entre a luta contra a carestia com a luta pela reforma agrária consiste em pensar esta última como meio de resolução da primeira. Isto pode ser observado, por exemplo, na construção de pautas de congressos sindicais, no II Congresso Nacional dos Metalúrgicos, ocasião em que a reforma agrária encontrava-se inserida dentro do ponto:

> 8) Contenção e barateamento e estabilização do custo de vida
> a) - Reforma agrária:
> - que se desenvolvam esforços, no sentido de obter a aprovação pelo Parlamento Nacional, dos projetos de lei sobra a reforma agrária, como um dos meios de luta contra o aumento do custo de vida, eis que a distribuição da terra contribuirá para o aumento da produção, principalmente da agricultura de subsistência.
> (...)
> c) - Cultivo de Terras:
> - que se lute por uma lei obrigando as grandes empresas industriais a plantar gêneros de primeira necessidade nas terras de sua propriedade até que venha a reforma agrária. (O METALÚRGICO, 1959d. p. 5)

O mesmo ocorreu no I Congresso Brasileiro de Trabalhadores nas Indústrias de Construção Civil e do Mobiliário. A reforma agrária estava embutida no subtópico "barateamento do custo de vida" que, por sua vez, estava dentro de "Dos problemas do trabalho e da previdência social" (VOZ DA CONSTRUÇÃO CIVIL, 1959a, p.3).

Em todo o período considerado, a questão agrária esteve presente nas pautas sindicais urbanas nas formas de combate ao atraso/feudalismo, de solidariedade ao trabalhador camponês e/ou de extensão da CLT ao campo. Isso fazia da reforma uma intervenção em um setor da economia sem grandes distinções entre os setores sociais que, como vimos no capítulo, estavam sendo alvos de precisões da pauta industrializante. Agora, para os sindicatos urbanos, não era mais uma questão de solidariedade entre trabalhadores de diferentes

[122] O estudo de Timothy Harding observa fenômeno semelhante de articulação de pautas sindicais que estamos analisando neste tópico. No entanto, ele atribui como uma característica da década de 1960, portanto, posterior ao momento que estamos aqui analisando. Prova disso é seu exemplo de articulação, a Conferência de Nacional de Estivadores, de março de 1962, categoria cujos periódicos não tivemos oportunidade de estudar: "Resolutions on these subjects were not new for Brazilian labor conferences, but in the past, reform recommendations were usually separate from salary and cost of living resolutions, although there was always an implicit relationship. Now a labor group was clearly identifying the solution to workers' economic problems as a thorough restructuring of the political and economic system. This was to become a recurring demand on the part of radical labor leaders in the succeeding months" (1973, p. 549–50).

categorias, mas sim, uma reivindicação essencial para resolver um problema da estrutura da economia brasileira, urbana e rural. Ainda assim, essa luta dependia da organização dos trabalhadores rurais que apresentava avanços, porém em ritmo mais lento que nas cidades.

3. A organização política dos trabalhadores agrícolas

Ao articular o tema da carestia com a reforma agrária, o movimento sindical traduzia, no nível do discurso, uma articulação que já vinha sendo construída desde longa data no nível organizativo. Em 5 de julho de 1954, quando a primeira versão do Pacto de Unidade Intersindical realizava uma de suas assembleias para a luta pelo reajuste do salário mínimo, esteve presente um ilustre do movimento dos trabalhadores rurais de São Paulo, José Alves Portela. Tratava-se de um companheiro conhecido da luta pela formação de sindicatos rurais nos municípios de São João da Boa Vista, Monte Aprazível e Capivari, organizador da Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas (CNTA), de 1953.

Naquela época, Portela estava interessado em angariar apoio para a realização de uma "II Conferência" e aproveitou a oportunidade de para ler o manifesto de convocação elaborado pela a Comissão Permanente da CNTA, da qual era membro. O manifesto era, na verdade, um relato das degradantes condições de trabalho no campo brasileiro e as pequenas, porém importantes, conquistas com respeito ao direito de organização. Desde a CNTA de 1953, "Sindicatos rurais e associações foram criados em muitos lugares para lutar pelo cumprimento daquilo que nós resolvemos em São Paulo". No entanto, as condições eram difíceis, pois era grande a lista dos direitos pelos quais os trabalhadores do campo eram privados: "O salário mínimo ainda não está sendo pago. Muitos patrões exigem mais de 10 horas de trabalho. [...], e nas usinas [de açúcar] é adotado o sistema de pagamento por tarefa...". Deste modo, além de buscar organizar-se pelas suas próprias forças, era necessário o "apoio amigo" dos operários urbanos, na condição de melhor favorecidos. Em discurso, Portela ressaltou que a leitura da carta também simbolizaria um comprometimento dos trabalhadores rurais de São Paulo com a luta de revisão salarial. Na assembleia da PUI, foi decidido pelo apoio material para a realização da II Conferencia, dali a dois meses, e pela divulgação do manifesto. Isso contribuiu para que texto obtivesse a assinatura de mais de 500 entidades do país (WELCH, 2010, p. 233 e 246). Para os fins da presente pesquisa, o

manifesto pode ser considerado um bom exemplo de solidariedade dos sindicatos urbanos com os sindicatos rurais no estado de São Paulo.

A regulação das formas de trabalho no campo possui uma história bem antiga e de lentas modificações se comparadas às formas de trabalho urbanas. Sem a preocupação de traçar detalhes desta história[123], basta apontar para o fato de que o processo de regulação acompanhou o desenvolvimento do trabalho livre no segmento mais dinâmico da economia (a produção cafeeira) no século XIX e no início do século XX. Nos anos de 1830 e 1837, surgiram as primeiras leis de "locação de serviços", resultante da preocupação dos cafeicultores em criar formas de fixar uma mão de obra, que não pudesse ser coagida ao trabalho tal qual um escravo. Na segunda metade do século XIX, com o lento declínio da mão de obra escrava, surgiram as primeiras iniciativas de subvenção à imigração feitas por fazendeiros. Neste contexto, em 1979, promulgou-se uma nova lei que tratava de problemas advindos do regime de colonato: retribuição pelo imigrante dos custos de sua instalação no país; possibilidade de dispensa por "justa causa"; e problemas de "insubordinação do colono".

Desde o período Imperial, já podemos apontar o principal problema para a reivindicação de direitos por parte dos trabalhadores do campo: o poder privado dos fazendeiros. Os primeiros avanços na intervenção do estado na mediação de conflitos trabalhistas foram constituídos no período republicano, especificamente entre os anos de 1904 e 1912, quando se desenvolveu o dispositivo jurídico da "caderneta agrícola", abrindo espaço para a definição das responsabilidades de "operários agrícolas", "empreiteiros" e "patrões". Não custa frisar o fato de que estas leis eram restritas à cafeicultura. Outra zona relativamente dinâmica da economia agrária brasileira, a canavieira do Nordeste, só teve contratos legalmente previstos pelo Estatuto da Lavoura Canavieira, de 1941. Ainda assim, ao que se sabe, este estatuto permaneceu como letra morta na região (MEDEIROS, 1995, p. 55).

O período de grande impulso para legislação trabalhista, nos anos 1930 e 1940, não deixou de surtir efeitos para a regulação do trabalho agrícola. Em 1939, surgiu um Decreto-lei que regulava a organização rural de forma distinta do trabalhador urbano. O pressuposto dessa legislação era de que, no meio rural, as atividades profissionais, familiares e religiosas eram confusas, o que impedia a diferenciação de interesses entre patrão e trabalhador, quanto mais o surgimento de qualquer antagonismo. Em decorrência, sindicatos deveriam ser mistos, unindo patrões e empregados, e o enquadramento das profissões deveria seguir critérios

[123] Apoiamo-nos, nesse ponto, nos estudos de Leonilde Medeiros (1995, cap. 2) e Fátima Barros (1986, cap. 2).

distintos das profissões urbanas. No que diz respeito aos direitos garantidos aos trabalhadores agrícolas, a CLT de 1943 previa apenas alguns direitos: descanso semanal, férias anuais remuneradas e aviso prévio de demissão. Já a Constituição de 1946 generalizava o salário-mínimo para os assalariados do campo.

A decisão governamental pelo sindicato misto no período do Estado Novo deu margem a conflitos, mesmo num ambiente político restrito de uma ditadura. O Ministério do Trabalho deu a orientação para o estabelecimento de um novo decreto-lei de sindicalização rural (Decreto lei 7038/44), que estabelecia representação distinta entre empregadores e empregados rurais. Com isto contribuiu para a definição da divisão entre classes. Apesar do avanço regulatório, a Portaria 14 do MTIC, lançada naquele mesmo ano, criou obstáculos quase intransponíveis para a sindicalização dos empregados. De outro lado, por influência da Sociedade Nacional da Agricultura, o Ministério de Agricultura orientou o estabelecimento de outro decreto-lei (Decreto lei 7.449 de 30/05/1945). Este, sem revogar o decreto anterior, insistiu na definição dos sindicatos como organizações mistas, porém estabelecendo novos parâmetros de vinculação ao Estado: jurisdição municipal; ausência de enquadramento profissional e tutela do próprio Ministério da Agricultura.

Passando da legislação para a organização das lutas populares na redemocratização pós-Estado Novo, é possível afirmar que, durante esse período, a inserção de militantes comunistas obteve alguma sistematicidade. Surgiram, no cenário, formas organizativas de diferentes nomes, de acordo com a localidade: "células rurais" e "ligas camponesas", "associações", "irmandades", etc. Na virada dos anos 1940-50, também no trabalho rural, a organização os dirigentes comunistas oscilou entre a luta pela construção de um sindicalismo oficial e pela reivindicação da aplicação da legislação existente, de um lado; e o recurso a táticas de cunho “insurrecional”, de outro. Nesse último caso, a luta no campo teve a particularidade de ter uma experiência concreta de luta armada com a apropriação de terras: o conflito em Porecatu-PR[124]. Contudo, terminado esse caso particular na linha política, consolidou-se como uma luta pela passagem de “associações” para o reconhecimento de sindicatos, tendo a II Conferência Nacional de Trabalhadores Agrícolas (1954) como marco histórico (FALEIROS, 1989, cap. 5).

No capítulo anterior, tivemos a oportunidade de analisar o papel desempenhado pelas conferências e congressos de categorias de trabalhadores urbanos. Para tanto, assinalamos o

[124] Para os acontecimentos de Porecatu, conferir o trabalho de Ângelo Priori (2000), dentre outros.

fato de que se tratava de uma alternativa possível para militantes dos sindicatos não alinhados com o MTIC contornarem as dificuldades de acesso ao topo da estrutura sindical. No presente tópico, abordaremos congressos e conferências nacionais de trabalhadores rurais e, desde já, apontamos para fato de que estes encontros tinham por papel contornar a rejeição por parte do Estado a qualquer estrutura sindical de nível estadual ou nacional para esta categoria de trabalhadores.

Já nos primeiros anos da década de 1950 ocorreram diversas conferências de caráter mesorregional ou estadual, nos mais diferentes pontos do país. Contudo, neste tópico, faremos relatos dos congressos nacionais para dar alguma noção do desafio de realizar uma pauta nacional para os trabalhadores agrícolas. Este desafio foi assumido logo em 1953, momento em que tal esforço era raro, mesmo entre as categorias de trabalhadores urbanos. Como indicamos anteriormente, nos dias 5 e 6 de setembro daquele ano, realizou-se a Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas, na cidade de São Paulo. Há poucos registros desta conferência, seja na imprensa na ocasião de sua realização, seja na memória construída pelos militantes. Isto nos leva à hipótese de que o mais relevante tenha sido o esforço de centralização do movimento, a despeito de qualquer resultado de angariação de militante ou definições de pauta[125].

Já no que tange à II Conferência Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, realizada no ano de 1954, esse encontro teve um papel considerável de generalização das lutas do mundo rural brasileiro. Do ponto de vista organizativo, é preciso salientar a dificuldade na construção de delegações. Para conseguir gerar delegados, realizaram-se conferências regionais em diversos cidades, com atenção especial para o Nordeste, pois a preocupação da época era não tornar o movimento predominantemente paulista. Neste estado em questão, o movimento estava em ascensão, a ponto de chamar a atenção de políticos preocupados em angariar o apoio da massa do interior do estado para as eleições do executivo. É deste modo que se explica a escolha da sede do evento, o Palácio das Indústrias, no Ibirapuera — uma concessão do Governador, em exercício, Lucas Garcez. Outros políticos locais, como o prefeito Jânio Quadros, ofereceram outras formas de apoio logístico (WELCH, 2010, p. 246).

[125] Segundo a pesquisa de Medeiros, esse conclave ainda estava sob influência da linha política comunista do Manifesto de 1948, apresentando na sua pauta a necessidade de realizar a reforma agrária por meio do confisco de terras dos "latifundiários e das "companhias estrangeiras", além de proibição de formas de trabalhos como o regime de "meia" e de "terça" (1995, p. 104). Já no estudo de Welch, fica evidente o interesse do PCB em realizar o encontro para a formação de delegados para participarem na II Conferência Internacional da União Internacional Sindical dos Trabalhadores Agrícolas e Florestais, a ser realizada na Áustria. O mesmo autor também indica a tirada de posições direcionadas a desapropriações imediatas de terras, sob influência da experiência de Porecatu (WELCH, 2010, p. 229–30).

O objetivo inicial dos organizadores era trazer 700 delegados para São Paulo, porém não conseguiu nem a metade — as indicações foram de 303, atingindo 16 dos 24 estados brasileiros. Do total de delegados, 255 delegados foram registrados como provenientes do campo brasileiro; 119 foram identificados na categoria de trabalhadores assalariados; e 156 eram provenientes do estado de São Paulo (*Idem*, p. 247-8). Tal viés na formação de delegados teve fortes relações com a pauta do encontro, que analisaremos a seguir.

A preocupação dos comunistas da época era traçar um panorama das condições de vida do campo brasileiro para inseri-lo como um problema geral da nação. No evento, foi elaborada a "Carta dos Direitos e Reivindicações dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas". Esta, já no seu preâmbulo, descrevia a situação da grande maioria da população brasileira — 70%, segundo o texto — que vivia em situação de privação de direitos: "Os trabalhadores agrícolas encontram-se em situação de inferioridade [em relação aos trabalhadores urbanos] no que se refere aos salários e à aplicação das leis sociais, etc". Tal situação ocorria pela ação conjunta de dois personagens históricos: "Os mais elementares direitos democráticos são negados e violados pelos latifundiários, pelos seus propostos e pelas autoridades"; "mas também pelas companhias imperialistas que monopolizam o comércio dos principais produtos agrícolas" (Preâmbulo da "Carta dos Direitos e Reivindicações", 1954).

A definição dos tópicos do programa representava áreas de maior atuação dos comunistas no Nordeste e no Sudeste:

- Direitos civis e democráticos;
- Previdência e seguro social;
- Programa de reivindicações dos trabalhadores das usinas de açúcar e da lavoura canavieira;
- Programa de reivindicações dos assalariados agrícolas, empreiteiros e contratistas;
- Programa de reivindicações dos trabalhadores das fazendas de café;
- Programa de reivindicações dos trabalhadores agrícolas e dos lavradores da zona sul da Bahia;
- Programa de reivindicações dos posseiros, colonos de terras proprietários;
- Programa de reivindicações das mulheres lavradoras e trabalhadoras agrícolas;
- Programa de reivindicações da juventude rural.

(TERRA LIVRE, 1954)

Cada ponto foi desdobrado em listas de reivindicações, de modo até um tanto redundante, sempre insistindo na necessidade de estender a legislação social dos trabalhadores

urbanos para os agrícolas. Também se ressaltava a necessidade de direitos como saúde e educação para o campo brasileiro. Em alguns casos, como dos trabalhadores do café e das usinas de açúcar, clamava-se pela aplicação de legislações setoriais já existentes.

Apesar de ser possível depreender do encontro diversos elementos do esforço para regulação das relações de trabalho no campo, ele ficou para história por seus avanços na pauta da Reforma Agrária. Os comunistas já vinham insistindo no potencial unificador desta reivindicação, e a conferência foi uma boa oportunidade para inseri-la como uma luta nacional. À primeira vista, partindo-se apenas da leitura da Carta, a reforma surgia apenas como um tópico dentre os já citados (o segundo, para ser mais exato). Como a definição é curta, transcrevemo-la na íntegra.

> Reforma Agrária – medida de justiça social
> Realização de uma Reforma Agrária democrática, através da distribuição das terras dos latifundiários aos trabalhadores agrícolas o aos lavradores sem-terra ou possuidores de terra insuficiente.
> Entrega de título de propriedade plena aos posseiros, ocupantes e colonos de terras, bem como a todos os lavradores que forem beneficiados com a Reforma Agrária.
> Ajuda do Estado aos beneficiados pela Reforma Agrária, através de medidas que estimulem a produção; com ajuda técnica; crédito fácil, barato e a longo prazo; fornecimento de maquinarias e ferramentas; adubos e sementes; facilidade para a organização; estímulo ao cooperativismo; garantia de preços compensadores para os produtos da lavoura; etc.
> Proibição de todas as formas de exploração semifeudal como o trabalho gratuito, o pagamento em espécie, a "meia" e a "terça" e outras formas de parceria.
> Garantia aos indígenas das terras por eles ocupadas (*Ibidem*).

A "Reforma Agrária democrática" estabelecia, para um movimento em vias de unificação, uma pauta de direitos e política públicas para todos aqueles trabalhadores agrícolas que não tinham o assalariamento como recurso principal. Apresentado como "justiça social," podemos inferir que tinha como fim acabar com toda a brutalidade das formas de exploração caracterizadas como "feudais" ou "semifeudais" e abrir caminho para a "democracia" no campo. Esta interpretação condiz com outros pontos que visavam também reparar as más condições de vida no campo e trazer alguma segurança jurídica da posse da terra.

> Programa de reivindicações dos arrendatários, meeiros e parceiros
> [...]

> 4- Arrendamento da terra a preço nunca superior a vinte por cento do valor da produção, sobre o produto principal, ficando livres para os arrendatários, meeiros e parceiros as demais culturas feitas. Pagamento do arrendamento no final das colheitas.
> [...]
> 7- Suspensão de todos os despejos de arrendatários, meeiros e parceiros.
> 17 – Abolição do sistema de "meia", "terça" ou "quarta" e do dia de trabalho gratuito.
> Programa de reivindicações dos posseiros, colonos de terras proprietários
> [...]
> 1- Imediata concessão dos títulos de propriedade plena aos posseiros de terras ocupantes e moradores.
> 2- Cumprimento por parte do governo, do Decreto-lei 3.059 de 14 de fevereiro de 1941 que estabelece os direitos de colonos de terras nas colônias agrícolas nacionais.
> [...]
> 20- Medidas que efetivamente garantam os posseiros, colonos de terras e proprietários contra a ação criminosa dos "grileiros" e "caxixeiros" (*Ibidem*).

Como é bem sabido, foi na II Conferência que se criou a União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil (ULTAB). Diferente de outras iniciativas de intersindicais, esta estava aberta para todo tipo de organização de trabalhadores agrícolas, oficial ou não. Uma vez que a reforma agrária estava definida como uma maneira de acabar com formas arcaicas de exploração e trazer a democracia para o campo, decorreu-se a posição de angariar apoio de todas as forças políticas do país para promover uma mudança de tal monta. A primeira tarefa da ULTAB foi coordenar uma "Campanha Nacional pela Reforma Agrária".

O principal instrumento de mobilização foi um abaixo-assinado para ser entregue ao Presidente da República, com uma meta inicial de 5 milhões de assinaturas. O lançamento da Campanha foi feito no Teatro Colombo, em São Paulo, em março de 1955. O Evento teve boa repercussão e contou com a presença de diversos representantes do Legislativo e do Executivo do estado de São Paulo e de seus municípios. Daí em diante, a leitura do abaixo-assinado passou a ser uma orientação para os militantes sindicais urbanos e rurais (é preciso ter em vista que, na época, grande parte dos trabalhadores eram analfabetos). A cópia do abaixo-assinado pode ser encontrada em diferentes tipos de materiais de imprensa a que tivemos acesso nesta pesquisa (comunistas e de sindicatos urbanos). Isso permite concluir ter sido nesta época que a reforma agrária passou a ser um tema comum dentro do meio sindical. Dois anos depois da II Conferência, em junho 1956, atingiram-se pouco mais de 100 mil

assinaturas, sendo grande parte delas, 40 mil, provenientes do estado de São Paulo (WELCH, 2010, p. 251). Estes números são característicos do desafio da coordenação nacional que ainda levaria anos para ser enfrentado a contento.

Apesar de o movimento dos trabalhadores rurais ter avançado em termos de organização, em meados dos anos 1957 e 1958, é possível identificar um arrefecimento dos trabalhos da ULTAB, assim como dos conflitos agrários. A principal hipótese da historiografia é de que, uma organização que dependia fortemente da iniciativa dos comunistas, ressentia bastante quando o partido se dedicava aos seus conflitos internos (FALEIROS, 1989, cap. 5). Em 1956, o movimento comunista encontrava-se em choque com as denúncias dos "crimes de Stalin" e com as mudanças políticas advindas do XX Congresso do PCUS[126]. No Brasil, apenas em 1958, o partido sairia com sua estrutura renovada e com uma clara definição política, como veremos no capítulo seguinte. Por ora, apenas indicamos essas questões para explicar o salto histórico que daremos para a I Conferência da ULTAB, realizada nos dias 18 e 19 de setembro de 1959, na capital paulista.

A Conferência contou com delegados de 122 "associações" e "sindicatos em formação" de trabalhadores agrícolas de lavradores, representando trabalhadores de 17 estados. O jornal *Terra Livre* limitou-se a registrar a "Carta Sobre a Reforma Agrária" — ao que tudo indica, a síntese dos trabalhos da Conferência. Na Carta, a reforma agrária avançou consideravelmente em termos de precisão, se comparada com as conferências da primeira metade da década 1950. A primeira constatação é o caráter desenvolvimentista da Reforma, que atendia às questões da industrialização em curso.

> A reforma agrária tornou-se indispensável para que o desenvolvimento da economia nacional, particularmente a industrialização, continue no mesmo ritmo alcançado nos últimos anos.
> [...] A industrialização necessita de um mercado interno, no qual os milhões de camponeses são a maioria da população, tenham a capacidade de compra fortemente elevada (TERRA LIVRE, 1960).

Encontramos aqui uma necessidade da reforma agrária para permitir a continuidade da industrialização como forma de gerar renda para uma massa de pequenos agricultores, tornando-se, assim, um mercado consumidor para os produtos industriais. Esse arrazoado se tornaria bastante popular na década de 1960, quando a crise que ocorreu imediatamente após

[126] Conferir Santana (2001, pp. 89–100).

o Plano de Metas foi interpretada por muitos intelectuais como uma crise de subconsumo[127]. Para o presente capítulo, mais relevante é a articulação da reforma agrária com o problema da carestia em consonância com o movimento sindical urbano. A produtividade necessária para o abastecimento da terra necessitava da modificação da estrutura agrária.

> Com a industrialização cresce a população das cidades, aumenta, em consequência, a exigência de maior produção dos gêneros alimentícios. A velha agricultura brasileira, baseada no latifúndio, não é capaz de atender às novas necessidades que vão se criando. Esta é uma das razões da carestia de vida, flagelo de todos os que vivem de salários e rendimentos fixos.
> O desenvolvimento da economia nacional exige que a agricultura brasileira seja construída em novas bases. A reforma agrária deverá atender a esta necessidade econômica e sanar uma grave injustiça (*Ibidem*, 1960).

Em terceiro, faz-se necessário diferenciar a reforma agrária que tem por objetivos global a alteração da estrutura agrária de qualquer medida parcial, por mais relevante que tal medida seja.

> A reforma agraria não deve ser confundida, como fazem propositalmente certas pessoas, com medidas parciais relacionadas à agricultura, mas que não tocam na raiz do problema agrário, que é o monopólio da propriedade da terra.
> Consideramos que a reforma agrária deve ser um conjunto de medidas governamentais baseadas, antes de tudo, numa profunda modificação da maneira como está distribuída a terra no Brasil. A reforma agrária necessária ao nosso país deve levar à democratização da propriedade da terra, acabando com os privilégios da minoria de latifundiários e transformando em proprietários de uma gleba os milhões de camponeses sem terra (*Ibidem*, 1960).

Passando para a questão da implantação da reforma agrária com as características anteriormente expostas, o documento oferece indicações de que os delegados levaram em consideração projetos de leis agrárias que vinham sendo formulados no país[128]. As experiências legislativas aparecem no documento da Conferência da ULTAB, tanto com

[127] Conferir Bielschowsky (2000, cap. 11).
[128] "Nos últimos 12 anos de regime constitucional, muitos projetos de leis agrárias foram apresentados no Congresso Nacional. Entretanto, pela falta de um movimento de pressão da opinião pública, todos os projetos de lei que propunham medidas de reforma agrária ou a ampliação da legislação social para os trabalhadores rurais foram derrotados ou barrados pela oposição dos latifundiários e seus representantes" ("Carta Sobre a Reforma Agrária", *In*: *Jornal Terra Livre*, Edição 87, janeiro de 1960).

respeito à reforma agrária quanto à extensão da legislação trabalhista ao campo. A Carta Sobre a Reforma Agrária termina com a proposição de 9 pontos[129] do qual exporemos aqui, na íntegra, os dois mais pertinentes:

> 2 – Ao se legislar sobre a desapropriação de terras por interesse social, de acordo com o parágrafo 16 do artigo 141 da Constituição Federal, a indenização aos latifundiários desapropriados deve ser estabelecida numa base nunca superior ao valor da propriedade declarado para fins fiscais (pagamento do imposto territorial, etc.), acrescido do valor das benfeitorias realizadas. É inadmissível que a realização da reforma agrária se transforme em prêmio à especulação e ao parasitismo e que somas vultuosíssimas sejam desviadas das aplicações indispensáveis ao progresso da economia nacional.
> 8 – Proteção jurídica a todos os trabalhadores rurais, permanentes e temporários, através de um único estatuto legal, bastante flexível para que as particularidades regionais a ele se adaptem. A sua elaboração deve, porém, garantir os direitos já estabelecidos nas leis vigentes, incluir novos direitos que lhes concedem a Constituição Federal de 1946 e as convenções, recomendações e resoluções da Organização Internacional do Trabalho (*Ibidem*, 1960).

A promulgação da Constituição de 1946 abriu a possibilidade da realização de reforma agrária no país em seu artigo 147[130], que condicionava o uso da propriedade ao bem-estar social. No entanto, o mesmo processo constituinte incluiu um dispositivo constitucional que praticamente impossibilitava a distribuição de terras. Trata-se do famoso parágrafo 16 do

[129] Resumidamente, os nove pontos são: 1) todas as medidas devem levar em conta, as particularidades de cada região do país; 2) a indenização aos latifundiários desapropriados deve ser estabelecida numa base nunca superior ao valor da propriedade declarado para fins fiscais, acrescida do valor das benfeitorias realizadas[...]; 3) obrigatoriedade do aforamento de grandes propriedades inaproveitadas ou com baixo nível de aproveitamento; 4) os estados e municípios deverão promover o aproveitamento das terras de sua propriedade; 5) entrega de títulos de propriedade aos posseiros; 6) ampla ajuda financeira, ajuda técnica eficiente e outras políticas agrícolas; 7) regulamentação jurídica dos contratos agrários, sejam de meeiros, parceiros, arrendatários, foreiros ou empreiteiros, que correspondam às diferentes reivindicações desta grande massa de camponeses sem terra e que assegure a sua estabilidade na gleba em que trabalha; 8) proteção jurídica a todos os trabalhadores rurais, permanentes e temporários, através de um único estatuto legal, bastante flexível para que as particularidades regionais a ele se adaptem. A sua elaboração deve, porém, garantir os direitos já estabelecidos nas leis vigentes, incluir novos direitos que lhes concedem a Constituição Federal de 1946 e as convenções, recomendações e resoluções da Organização Internacional do Trabalho; e 9) Defesa intransigente do direito constitucional da livre organização dos assalariados agrícolas em seus sindicatos rural e dos camponeses em suas associações. (*Ibidem*, 1960). Adaptado de *Terra Livre*.

[130] "Art 147 - O uso da propriedade será condicionado ao bem-estar social. A lei poderá, com observância do disposto no art. 141, § 16, promover a justa distribuição da propriedade, com igual oportunidade para todos" (BRASIL. Constituição de 1946).

artigo 141[131] que, por sua vez, condicionava a "desapropriação social" a uma indenização em dinheiro. Desde então, surgiram diversas propostas de leis agrárias por parte do Executivo e do Legislativo, todas tentando ultrapassar essa contradição (CAMARGO, 2007, p. 173).

Das diversas iniciativas legislativas, assumiam um papel cada vez mais destacado as iniciativas provindas do PTB. No que tange às propostas de alteração da estrutura agrária, em janeiro de 1952, sob os auspícios da Assessoria da Presidência da República, criou-se a Comissão Nacional de Política Agrária para tratar da questão. O resultado da comissão, aprovado pelo presidente, foi o documento *Diretrizes para uma Reforma Agrária no Brasil*. A importância de tal documento consistiu em dar início a um debate sobre propostas legislativas que pudessem desde, num primeiro caso, conciliar o artigo 141 ao erário público, até, em um caso mais extremo, vir a elaborar uma emenda constitucional. No segundo governo Vargas, a proposta mais substantiva cabia ao primeiro caso; a comissão propunha legislações que dessem um entendimento de "justa valor", como o valor de compra da propriedade, acrescido de benfeitorias realizadas e corrigido a inflação, o que impediria qualquer forma de especulação por parte dos proprietários. Para elaboração de uma emenda à Constituição, a proposta da época era que o valor monetário da propriedade fosse o "valor histórico".

Com respeito à extensão da legislação social aos trabalhadores rurais, em 1954, por ocasião da demissão do Ministro do Trabalho João Goulart, este apresentou ao presidente um projeto de lei estendendo a legislação social aos trabalhadores rurais. Mesmo aceitando a demissão do ministro, Vargas submeteu a lei ao Congresso[132]. O projeto apesar de ser rejeitado, passou a fazer parte do programa do PTB depois de sua VIII Convenção, em 1955 (CAMARGO, 2007, p. 178 e 182). Condizente com o programa do partido, o Deputado Federal Fernando Ferrari apresentou o Projeto de Lei 1.938/56 e o Código do Trabalhador Rural, em fevereiro de 1956. Em uma das tentativas de compatibilizar a visão das três maiores bancadas do Congresso — em ordem decrescente, PSB, UDN e PTB — o deputado Afonso Arinos (UDN) propôs um substutivo ao projeto, que passou a denominar-se Estatuto do

[131] "Art 141 - A Constituição assegura aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade dos direitos concernentes à vida, à liberdade, a segurança individual e à propriedade, nos termos seguintes: (...) § § 16 - É garantido o direito de propriedade, salvo o caso de desapropriação por necessidade ou utilidade pública, ou por interesse social, mediante prévia e justa indenização em dinheiro. Em caso de perigo iminente, como guerra ou comoção intestina, as autoridades competentes poderão usar da propriedade particular, se assim o exigir o bem público, ficando, todavia, assegurado o direito a indenização ulterior" (BRASIL. Constituição de 1946).

[132] Trata-se do Projeto de lei nº 4.264 de 1954 que previa garantia de direitos como estabilidade, Carteira do Trabalhador Rural, limitação da jornada de trabalho, proteção à mulher e ao menor e filiação ao Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários (CAMARGO, 2007, p. 178).

Trabalhador Rural, como se tornou mais conhecido a partir de então. Apesar de sucessivas tentativas de compatibilização de pontos de vista, o projeto terminou por ser rejeitado (106 votos contra 62) em 28 de junho de 1957. No final desse ano, no dia 4 de dezembro, Ferrari ainda enviou ao congresso um novo projeto de lei que, no entanto, só encontrou conjuntura favorável para ser debatido nos anos 1960.

4. Considerações finais

É relativamente consensual no debate econômico atual que não houve, nos anos 1950, exatamente uma rigidez da oferta agrícola, embora tenha havido sim um descompasso entre indústria e agricultura, que se acentuou na década seguinte. A taxa de crescimento da agricultura foi ligeiramente superior à taxa de crescimento da população durante os anos 1950, ambos em torno dos 3%, porém inferior ao aumento da população urbana (5,4%). A escassez de alimentos pode ter se restringido à pecuária, segmento que puxou a média da taxa de crescimento da produção de alimentos para baixo. O crescimento geral agricultura se deu pela ampla "disponibilidade" de terras cultiváveis no Brasil, ou seja, pelo prolongamento da fronteira agrícola. Não tendo havido uma rigidez, o avanço da fronteira agrícola não deixou de conectar a perpetuação da estrutura fundiária ao problema da inflação, uma vez que uma produção de alimentos cada vez mais distante dos centros de consumo urbano implicava maiores gastos com transporte e o favorecimento de segmentos monopolistas de distribuição de alimentos.

Constitui um ponto polêmico, até os dias atuais, se é possível correlacionar ou não, a concentração fundiária com a baixa produtividade da agricultura. Ao vincular a luta contra a carestia com a luta pela reforma agrária, o movimento sindical estava assumindo no debate público mais geral, uma posição bastante controversa no pensamento econômico em sentido mais estrito[133]. Aqueles que defendiam que não havia correlação tendiam para a defesa de planos de modernização agrícola para a resolução do problema do abastecimento em moldes similares aos formulados — mas não implantados — pelo Plano SALTE. Seria o caso de

[133] Tomando por base um levantamento da discussão sobre o problema do abastecimento na década de 1950, realizado por Linhares e Silva (1979, p. 144-55), foi possível identificar uma aproximação dos textos sindicais com o pensamento econômico de Alberto Passos Guimarães, célebre membro do PCB, com a revista Desenvolvimento e Conjuntura e, com a Confederação Nacional da Indústria. No entanto, outras fontes apontavam para o progressivo aumento da produtividade agrícola, o que contribuía para retirar a produção agrícola dentre as causas da inflação em prol da política monetária. Era o caso da revista *Observatório Econômico Financeiro*; da revista *Conjuntura Econômica*, da Fundação Getúlio Vargas, e da CMBEU.

realizar apenas “medidas parciais” de reforma agrária, alternativa definitivamente rejeitada na Conferência da ULTAB.

Para os fins da presente pesquisa, mais importante que a discussão sobre a viabilidade econômica da reforma agrária e de suas consequências econômicas efetivas, é ter demonstrado que a ideia de reforma defendida pelos sindicatos conjugava as modificações no campo com diferentes aspectos da expansão de direitos no país: aumento de poder de compra dos assalariados, extensão dos direitos trabalhistas aos assalariados do campo; regulação de formas não-salariais; incentivo à continuidade da industrialização pela ampliação do mercado consumidor (e o consequente, aumento na oferta de emprego) — para ficarmos nos temas mais comentados nesse capítulo. Se juntarmos os achados empíricos deste capítulo aos dos capítulos precedentes, podemos observar que, em fins dos anos 1950, o movimento sindical estava rumando para articulações cada vez mais gerais e complexas. Isso incorria no desafio de, na década seguinte, promover um verdadeiro rearranjo das questões da Revolução Burguesa no país.

CAPÍTULO 4
A CONSTRUÇÃO SOCIAL DA LUTA PELAS REFORMAS DE BASE

A crise econômica dos 1960, com todas as suas consequências para as condições de vida da classe trabalhadora, representou uma dupla convergência no movimento sindical. De um lado, os temas da mobilização política mostraram uma confluência para as tentativas de construção de um projeto sindical alternativo para o desenvolvimento brasileiro. De outro, as organizações sindicais que despontaram na década anterior evidenciaram um esforço ainda maior de centralização organizativa. No presente capítulo, buscaremos mostrar de que modo a luta pela Reforma de Base pode ser entendida como uma possibilidade de consolidação dessa dupla convergência.

Categoria à categoria, localidade à localidade, é, em qualquer formação social, uma tarefa de grande dificuldade coordenar trabalhadores com trajetórias de mobilização que possuem temporalidades díspares. Essa dificuldade acontece mesmo quando os problemas das categorias tomam a aparência de problemas homogêneos. Aqui, daremos dois exemplos. A defasagem salarial, para além do reajuste dos salários mínimos, por uma negociação salarial conjunta, foi sempre árdua e com pequenos ganhos, por mais que os trabalhadores da capital de São Paulo (cidade onde esse processo se mostrava mais avançado) se mostrassem tenazes na sustentação dessa política. Outra evidência é a repressão às greves que incidiam sobre qualquer categoria, porém com avanços organizacionais por parte das forças políticas que na maioria das vezes antecipavam-se aos avanços na confecção de "dispositivos" grevistas.

Mesmo com todas as dificuldades, o movimento sindical rumou para a construção de uma intersindical, o Comando Geral de Trabalhadores (CGT). Acompanharemos esse processo levando em conta a eficácia política dos dirigentes sindicais. Diferentemente do momento da redemocratização, agora, há grandes sindicados cujos os dirigentes são relativamente experientes na condução de diferentes tipos de campanhas, enfrentando todos os tipos de adversidades patronais e estatais. A questão da eficácia passou por novo problema. Diante da precisão de inúmeras demandas, como equacioná-la? Também podemos fazer uma diferenciação de ritmo. Comparados aos anos 1960, a articulação entre as lutas se dava em um processo lento, os trabalhadores testavam a capacidade de cada direito a ser implantado, resistiam aos efeitos danosos de cada política e construíam novas proposições. Já na década em questão, tentar construir uma intersindical envolvia coordenar em um só golpe sindicatos, federações, confederações, intersindicais nacionais horizontais de número restrito de

categorias e intersindicais horizontais de nível estadual. As tentativas de organização de encontros sindicais nacionais e de greves gerais seriam indicadores de como e em que medida esse esforço foi bem-sucedido.

Feitas estas questões, consideramos oportuno destrinchar uma citação de Albertino Rodrigues feita no início da tese, pois o autor foi o primeiro a salientar essa trajetória:

> Da convergência de questões de ordem estrutural para questões de caráter conjuntural, que se pode notar no decorrer da década passada, surgiram – ou se agravaram – problemas de novo tipo que o movimento sindical teve que enfrentar, ampliando-se desmedidamente a área de atuação extratrabalhista.
> [...]
> Como se vê, os temas de mobilização política das organizações de classe abrangiam um universo de questões as mais complexas e com implicações de natureza diversa, exigindo uma coordenação grandemente dificultada pela atomização do movimento sindical. Ressentia-se a ausência de órgãos de coordenação horizontal, ainda mais que a estrutura sindical vigente só proporcionava formas restritas de coordenação vertical (RODRIGUES, 1968, p. 161).

O tópico que se segue abordará as mudanças nas formulações dos dirigentes comunistas que foram realizadas a partir do ano de 1958, porém cujas consequências apenas ficaram nítidas na década seguinte. O partido passava a avançar suas formulações para a compreensão de novas possibilidades que o Regime Político abriu para realizações de reformas que permitiram atingir uma nova etapa da "revolução brasileira". Essas possibilidades estavam conjugadas à avaliação de atuação de parlamentares de outro partido, o PTB. Consequentemente, ofereceremos um pequeno histórico das formulações programáticas petebistas. A concepção das Reformas de Base feitas por esse partido quase coincide cronologicamente com as mudanças do partido comunista.

1. Um processo de democratização em curso

De modo semelhante ao ano de 1948, dez anos depois, a direção do PCB lançava um Manifesto com o título de *Declaração sobre a Política do Partido Comunista Brasileiro* – ou, simplesmente, Manifesto de 1958 . O texto começa com o relato do XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética. A importância desse congresso é fundamental na história do comunismo mundial pela formalização de uma avaliação de uma inflexão da conjuntura da Guerra Fria, a qual possibilitava uma "coexistência pacífica" entre países socialistas e

capitalistas, assim como abria a possibilidade de uma "transição pacífica" para o Socialismo tanto em países desenvolvidos como em subdesenvolvidos. O documento do PCB constituiu em uma tentativa de avaliar as possibilidades de uma transição pacífica no Brasil. Daremos aqui continuidade à exposição da evolução das teorizações comunistas da formação brasileira apontando as mudanças de avalições segundo os dois critérios para o estabelecimento da "aliança" entre a burguesia nacional e o proletariado: 1) o avanço da industrialização e a implantação de políticas que a favorecessem; e 2) abertura do regime à atuação operária organizada, especificamente do partido comunista.

No que diz respeito ao primeiro quesito, a industrialização ou o "desenvolvimento das forças produtivas" é apontado como uma evidência estatística: "A indústria de meios de produção elevou a sua participação de 20 a 33% no conjunto da produção industrial, entre os anos 1939 a 1956. Num prazo relativamente breve, de 1944 a 1956, o volume físico da produção industrial total foi duplicado" (PCB, 1958, p. 4). Este "desenvolvimento capitalista" fez aumentar a presença do proletariado industrial no conjunto da população, aumentando "sete vezes no mesmo período, passando de 275.000 a cerca de dois milhões" (*Ibidem*, p.4).

Como vimos anteriormente, segundo a conceituação de revolução brasileira, a industrialização do país tinha como opositores os capitais americanos e os latifundiários (os setores "entreguistas"). Não há avanços teóricos nesta questão em relação aos aspectos mais estruturais da formação social. O que há é a avaliação da mudança de correlação de forças a favor da burguesia nacional e do proletariado (setor progressista). Por exemplo: nada é informado sobre a participação dos capitais estrangeiros na composição das indústrias. Afora o reconhecimento do processo de industrialização em curso ("incremento das forças produtivas"), a linha do partido não teve grandes alterações nas suas definições de como o Estado deveria intervir para a continuidade da industrialização (monopólio da produção de recursos naturais, aumento da participação do capital nacional em todos os setores, reforma agrária, etc.). Mesmo as Resoluções do V Congresso, ocorrido dois anos depois, contribuíram somente no sentido de precisar uma extensa gama de metas econômicas semelhantes àquelas apontadas nos Congressos Sindicais — as quais tratamos no capítulo 3. Voltando para o texto da Declaração de 1958, a ausência de cumprimento das medidas industrializantes propostas pelos comunistas só fazia com que se aguçassem as contradições com o imperialismo (*Ibidem*, p. 6).

A grande novidade do texto, portanto, é que o aumento da presença do setor progressista faz parte do "desenvolvimento político" em curso no país, e parte essencial do "desenvolvimento capitalista" no seu conjunto.

> As forças novas que crescem no seio da sociedade brasileira, principalmente o proletariado e a burguesia, vêm impondo um novo curso ao desenvolvimento político do país, com o declínio da tradicional influência conservadora dos latifundiários. Este novo curso se realiza no sentido da democratização, da extensão dos direitos políticos a camadas cada vez mais amplas (PCB, 1958, p. 8).

Segundo o documento, a democratização do regime político do país foi um processo que se iniciou em 1930, e avançou de forma "permanente", apesar de ter por "certos momentos", sofrido "retrocessos" devido à ação de "forças entreguistas". A própria Constituição de 1946, foi uma etapa crucial rompendo, em parte, com o regime ditatorial que a precedeu.

> A Constituição promulgada em 1946 encerra traços reacionários que resultaram da correlação de forças existente na época de sua elaboração e expressam aspectos retrógrados da estrutura econômico-social brasileira. Ao mesmo tempo, a Constituição consagra as liberdades democráticas e os direitos sociais das massas(...).As massas trabalhadoras das cidades têm obtido vitórias na justa luta pela concretização de seus direitos já consolidados em lei, como a liberdade sindical, a previdência social e outros (PCB, 1958, p. 9).

Os "reflexos" da democratização que mais interessavam aos comunistas, no momento da publicação da Declaração, era o aumento do número de "parlamentares nacionalistas democráticos" no Congresso Nacional. Para os comunistas, "setores reacionários e entreguistas ainda possu[íam] poderosas posições naquela instituição e consegu[iam] impor decisões opostas aos interesses nacionais, a exemplo da [...] cassação do direito de representação parlamentar para o Partido Comunista" (grifo nosso). No entanto, como reflexo do movimento de massas, despontava um "setor nacionalista do governo [que] t[inha] influído para importantes decisões positivas. Disto são exemplos expressivos a defesa do monopólio estatal do petróleo e a manutenção de um clima de legalidade constitucional na vida política" (*Ibidem*, p.9).

Desta avaliação, concluía-se que já havia condições para que o PCB — por mais que ainda fosse ilegal — pudesse fazer parte da construção de um "governo nacionalista e democrático". Isso seria possível contanto que o partido contribuísse para o fortalecimento de

uma “frente única nacionalista” que agrupasse elementos das massas trabalhadoras do campo e da cidade, partidos legais, elementos das forças armadas e de outras instituições do governo.

> Um governo nacionalista e democrático pode ser conquistado pela frente única nos quadros do regime vigente e aplicar uma política externa de independência e de paz, assegurar o desenvolvimento independente e progressista da economia nacional, tomar medidas em favor do bem-estar das massas, garantir as liberdades democráticas.
> [...]
> Ainda que dispostos a participar dos governos de caráter nacionalista e democrático, os comunistas os apoiarão de modo resoluto, mesmo que não venham a fazer parte de sua composição. (PCB, 1958, p. 21-2)

A análise da democratização também englobava a avaliação das organizações políticas dos trabalhadores. O “ascenso de massa” que ocorria ao longo da década de 1950, dava os sinais de como os militantes comunistas deveriam atuar na cidade e no campo. No que se refere aos trabalhadores urbanos:

> As organizações intersindicais têm contribuído para a unidade da classe operária, mas a experiência vem demonstrando que o movimento sindical tem avançado igualmente à medida que se fortalece a unidade de ação dos trabalhadores nos sindicatos, federações e confederações, isto é, nos quadros da organização sindical existente no país. O movimento sindical tem avançado igualmente à medida em que os trabalhadores aprendem a utilizar as conquistas da legislação social vigente e procuram concretizá-la e aperfeiçoá-la, influindo no Parlamento, com a pressão de massas, para a aprovação de novas leis. (*Ibidem*, p. 18)

Podemos constatar que muito do que a direção do PCB avaliava das organizações sindicais tendia a apenas consolidar aquilo que o partido já realizava nos últimos anos. Eram posições tiradas a partir do que a “experiência vinha demonstrando”. A linha política de atuação da militância comunista em diferentes níveis da estrutura sindical e a “concretização” e “aperfeiçoamento da lei” já eram posições há muito estabelecidas no partido[134]. Neste ponto, seguimos a análise de Marco Santana, segundo a qual, “a grosso modo, (...) a linha geral de orientação dos comunistas no movimento sindical brasileiro não vai se distanciar muito daquela consolidada após a Resolução de 1952” (SANTANA, 2001, p. 89). Portanto, o que queremos propor com esta citação é que a luta que os militantes sindicais já vinham construindo desde o fim do Estado Novo passou a ser enquadrada pela direção do PCB como

[134] Na Conferência Nacional do PCB de 1959, foi aprovada uma resolução denominada de *O movimento operário e a política sindical dos comunistas* (publicado na integra em Telles, data, apêndice V). O documento, de fato, é um balanço da Resolução de 1952, com algumas resoluções para melhor implementá-la.

parte de uma democratização do Brasil. O mesmo se passou com a luta dos trabalhadores rurais também definidas em "formas legais":

> Para impulsionar o movimento camponês, é preciso partir do seu nível atual, tomando por base as reivindicações mais imediatas e viáveis, como o salário mínimo, a baixa de arrendamento, a garantia contra os despejos e evitando, no trabalho prático, as palavras de ordem radicais que ainda não encontram condições maduras para a sua realização. Também no campo, a experiência demonstra que a atuação através de formas legais de luta e de organização é aquela que permite alcançar êxitos para as massas. Assim é que tem progredido, além das associações rurais e cooperativas, a organização dos assalariados e semi-assalariados em sindicatos, que já obtiveram vitórias em contendas com fazendeiros. Tem grande importância a defesa jurídica dos direitos já assegurados aos camponeses. A ação de massas se mostra indispensável para vencer a resistência dos latifundiários no Parlamento e conquistar a aprovação de leis que correspondam aos interesses dos trabalhadores agrícolas, inclusive a elaboração de uma legislação trabalhista adequada ao campo (*Ibidem*, p. 18).

O V Congresso do PCB ficou conhecido na história do partido pelo detalhamento das posições anunciadas na Declaração de 1958, compatibilizando-as com a teoria da Revolução Brasileira exposta no congresso anterior. Iremos nos restringir a indicar dois pontos nos quais as diferentes reformas legais são postas juntas dentro de uma mesma visão de como se construiria a ação política dos comunistas.

> 16. (...) A atual legislação trabalhista precisa ser efetivamente aplicada e aperfeiçoada, com a eliminação dos dispositivos de caráter reacionário da Consolidação das Leis do Trabalho, e sua adaptação, no que se refere à estrutura do movimento sindical, aos dispositivos constitucionais e às conquistas práticas do movimento operário.
> Constitui, por fim, dever inadiável do movimento operário a luta pela garantia dos direitos já estabelecidos para os trabalhadores rurais, mas, em geral, não aplicados, pela extensão ao campo de outros direitos já conquistados pelos trabalhadores das cidades e por uma legislação trabalhista adequada ao campo, assim como pelo reconhecimento legal dos sindicatos de assalariados agrícolas.
> 17. Os comunistas chamam todos os cidadãos a defender, firmemente, cada liberdade política, cada direito democrático inscrito na Constituição, e denunciar quaisquer tentativas reacionárias de violação da legalidade.
> Ao mesmo tempo, consideram necessárias reformas na Carta Magna, com o objetivo de ampliar os direitos democráticos e possibilitar medidas mais consequentes em defesa da economia nacional e a realização de uma reforma agrária em grande escala (PCB, 1980, p. 56–7).

Podemos concluir, então, que a linha do PCB permitia a conjugação de várias frentes de luta que se desenvolveram a partir da redemocratização. Para nossa pesquisa, interessa-nos especialmente a articulação da luta pela efetivação da legislação existente e da luta por reformas legislativas — na citação acima, legislação "efetivamente aplicada" e a legislação "aperfeiçoada". Neste segundo aspecto, os comunistas ainda tinham a sua participação limitada por um regime político que colocava o partido na ilegalidade e dificultava a integração de seus membros, os obrigando a realizar acordos com outros partidos. Logo, a vanguarda do processo de produção de reformas legislativas não podia ser tomada pelo PCB e a aposta ficava para os "parlamentares nacionalistas" e para interessados na composição de um "governo democrático nacionalista" que o partido já reconhecia que poderia não "participar" de forma oficial.

Pela importância da questão das reformas propostas no Legislativo, apresentaremos um breve histórico da atuação dos membros do PTB que exerceram liderança neste tipo de ação política no período. Desde o segundo governo de Vargas, do início da década de 1950, essa agremiação vinha passando por um processo de consolidação de um programa partidário de expansão de direitos sociais existentes na Constituição de 1946. Estudos monográficos dedicados ao partido, de autoras como Lucilia Delgado (1989) e Maria Celina d'Araújo (1996), concordam em remontar este processo ao início dos anos 1950, época da defesa "doutrinária" de Alberto Pasqualani de que o partido não se aglutinasse em torno de "personalidades", mas sim, em torno de um programa.

A primeira grande manifestação programática do partido foi a aliança do João Goulart com Juscelino Kubistchek para a eleição de 1955. Seguindo as determinações da VIII Convenção do PTB de abril daquele ano, o partido baseava sua aliança em um programa mínimo de defesa dos seguintes pontos:

> 1) a defesa das liberdades, a garantia ao trabalho e ao combate aos trustes;
> 2) a realização da reforma agraria, com extensão da legislação trabalhista e previdenciária ao campo;
> 3) a reforma eleitoral, visando anular a influência do poder econômico nas eleições;
> 4) ao estimulo a educação e a cultura, tornando realidade o ensino primário gratuito;
> 5) a defesa da saúde e da medicina publica, através da unificação e uniformização de medicamentos pelo Estado;
> 6) ao combate à inflação;
> 7) a construção de uma rede viária e de obras contra a seca - amparo e proteção à indústria nacional. O Estado deveria expandir a rede viária

> nacional e também estabelecer incentivos à produção industrial nativa.[135]

Da vitória dos dois candidatos nas eleições ficaram atribuídas ao partido de João Goulart as pastas do Trabalho e da Agricultura. Porém, do que podemos apresentar das lutas sindicais dos anos 1950, que vinham ao encontro do programa mínimo, a gestão do PTB no executivo não resultou em nenhum avanço decisivo. No Legislativo, no entanto, podemos encontrar alguns ecos das reivindicações populares. À medida que cresceu o número a bancada de parlamentares petebistas, estes conseguiram atrair membros de outros partidos em torno de suas propostas e elaborar projetos de leis dando maior precisão à ideia da necessidade de reformar a atuação do Estado Brasileiro. Na segunda metade dos anos 1950, esta bancada ainda era pouco expressiva — chegou até a 20% (66 deputados) na década — e os parlamentares tentaram contornar esse fato tentando reunir membros da Câmara Nacional com ideias afins em torno de uma Frente Parlamentar Nacionalista, criada em 1956[136]. É deste período também que data uma contradição nas alianças do PSD no Executivo e no Legislativo. Se, para as eleições para presidente, o PSD necessitava no apoio do PTB, na Câmara e no Senado uma maioria conservadora do partido aliava-se com a UDN para bloquear reformas. Isso fez com que projetos reformistas — para áreas como redistribuição de terras e educação — tendessem a ser arquivados[137].

Com a evolução das Convenções, parlamentares do partido pressionaram para que o partido definisse um programa mais amplos. O papel destacado é de Fernando Ferrari, mais conhecido pela sua proposta de Estatuto do Trabalhador Rural, que na X Convenção, de 1957, pressionou ainda sem sucesso o partido em prol de uma definição doutrinária. Como um passo nesse sentido, o partido formou uma comissão de estudos e propostas para a formulação das reformas de base, em 1958 (D'ARAÚJO, 1996, p. 114)(1989, p. 186).

As Reformas de Base apenas se consolidariam como base da atuação do PTB ou pelo menos do grupo que deteria hegemonia do partido na Convenção de maio de 1959. Segundo o estudo de D'Araújo, o tom da convenção foi de crítica à timidez reformista do Governo Kubistchek e de crítica à política de estabilização que esse governo implementava a partir de 1958. Nessa convenção, aprovou-se a resolução de aprovação do Plano de Ação Política,

---

[135] *Programa mínimo do PTB* citado parcialmente em Delgado (1989, p. 163).
[136] Sobre a criação da Frente Parlamentar Nacionalista, conferir Delgado (1989, p. 209–210).
[137137] Fenômeno denominado por Maria Victória Benevides de "vigilância conservadora" do Congresso (BENEVIDES, 1976, p. 137–8).

elaborado por Fernando Ferrari[138], de 11 pontos[139], que orientaria as alianças que o partido formaria na eleição de 1960.

Para o presente estudo, o mais importante destas modificações na natureza da atuação política é que, a partir da Convenção de 1959 as alianças do partido — seja para as eleições presidenciais imediatas, seja para atuação no governo que se seguiu — teria que ter por base não somente princípios programáticos, mas o apoio ao esforço legislativo conduzido pelo partido ao longo da década de 1950. Na própria convenção, eram relacionadas leis prioritárias: Lei Orgânica da Previdência Social, lei de greve, lei de remessa de lucros, nacionalização de depósitos bancários e reclassificação do funcionalismo público (DELGADO, 1989, p. 229). No entanto, há indícios de que os políticos do partido buscavam a articulação do conjunto de projetos formulados. Pesquisando, o acervo de cartas e notas de João Goulart, o historiador Moniz Bandeira identificou uma carta do ano de 1959 ao senador Benedito Valadares, do PSD. A carta tratava do futuro da aliança dos dois partidos e pedia apoio da bancada peessedista para a aprovação das seguintes medidas legislativas:

> 1. Projeto 3.563/53 - Reorganiza a Administração Federal;
> 2. Projeto 2.119/56 — Dispõe sobre a estrutura político-administrativa da Previdência Social;
> 3. Projeto 1.471/49 - Regula o exercício do direito de greve;
> 4. Projeto 3.563/57 - Institui o regime jurídico do trabalhador rural e cria o abono da família rural;
> 5. Projeto 3.276/57 - Dispõe sobre a locação de imóveis destinados à produção agropecuária;
> 6. Projeto 3.406/D /53 - Define os casos de desapropriação por interesse social;
> 7. Projeto 4.072/58 - Institui o salário mínimo familiar;
> 8. Projeto - Lei de diretrizes e bases da educação nacional, com emendas que permitam a racionalização e modernização do ensino e o acesso do maior número de brasileiros aos seus benefícios;
> 9. Projeto 104/50 - Dispõe sobre a reforma bancária;
> 10. Projeto 1/59 - Dispõe sobre a remessa de lucros e retorno de capital estrangeiro;
> 11. Projeto 1.853/56 - Estabelece o Plano de Classificação de Cargos e Funções do Funcionalismo Civil;
> 12. Projeto 3.730/58 - Disciplina o ingresso de capitais estrangeiros no país;

[138] Embora tenha tido este sucesso, Ferrari não teve a mesma sorte em assumir a liderança do partido, que permanecia nas mãos de João Goulart desde o suicídio de Vargas. Na Convenção, Ferrari iniciou uma fase política de saída do PTB, que culminou em sua expulsão em 1961. Um grupo de ex-petebistas acompanhou suas críticas ao partido e se organizou como Movimento Renovador Trabalhista, que veio a se registrar com um partido político no final daquele mesmo ano.

[139] Os pontos encontram-se transcritos em d'Araújo (D'ARAÚJO, 1996, p. 126–7).

> 13. Projeto - Reorganiza as Delegacias Regionais do Ministério do Trabalho;
> 14. Projeto 4.280 - G/54 - Autoriza a União a constituir a Empresa Centrais Elétricas S/A — Eletrobrás (BANDEIRA, 2010, p. 141–2).

A obrigatoriedade do apoio dos parlamentares do partido a uma boa parte destas medidas veio a ser aprovada na XIII Convenção de 1961, portanto, já no governo Jânio Quadros[140]. Naquela altura, o partido já possuía 20% das cadeiras da Câmara Nacional. Após as eleições de 1962, o partido passou a ter 28,4% das cadeiras, tornando-se o segundo partido em representatividade na casa. Isto dava maiores condições para estabelecer sua agenda legislativa. Do esforço legislativo do PTB e da pressão do movimento sindical, apenas a Lei Orgânica da Previdência Social foi aprovada ainda no governo JK e sancionada em agosto de 1960. Desde a primeira proposta de lei da reforma previdenciária apresentada pelo deputado Aluizio Alves (UDN-RN), em 1947, foram 13 anos de debate legislativo que se disseminou e, aos poucos, se incorporou ao movimento sindical. A grande expectativa da época, feita pelos defensores da reforma, era que uma administração tripartite dos institutos de previdência pudesse abrir uma arena política para que os sindicalistas combatessem as irregularidades destes órgãos[141]. Sem a pretensão de investigar o quanto esta expectativa poderia ser cumprida nos anos de vigência da lei[142], gostaríamos apenas de assinalar que ela igualmente trouxe a expectativa de ver uma luta sindical alterar a estrutura legal, abrindo-se uma fase para que outras reformas pudessem ocorrer.

2. A unidade no movimento sindical

Nos capítulos anteriores, observamos um processo de formação de dirigentes sindicais que, partindo de uma ascensão mobilizatória, aos poucos foram conquistando posições sindicais por meio de comissões e chapas eleitorais. Neste processo, grupos de sindicalistas

[140] Para uma listagem dos pontos tirados na XIII Convenção, conferir d'Araújo (1996, p. 136–7).

[141] Um apanhado das denúncias de irregularidades e da falta de abrangência dos institutos de previdência social pode ser encontrado em Harding (1973, p. 474–80). Sobre a falta de recursos para seu conjunto de atribuições, conferir Erickson (1979, cap. 4).

[142] Para ficarmos com um exemplo de correspondência entre expectativa e realidade, apresentaremos um achado empírico de Erickson: o "poder político que esta lei trouxe aos líderes trabalhistas aparece na bem-sucedida tentativa de Dante Pelacani, dirigente da CNTI e do CGT e diretor geral do Departamento Nacional de Previdência Social do Ministério, de aumentar a alocação de fundos para seu departamento nas audiências do congresso para discussão do orçamento no final de 1963. Solicitou e obteve um aumento que triplicou seu orçamento, elevando-o de vinte para sessenta bilhões de cruzeiros para o ano fiscal seguinte. De um modo mais geral, o aumento do orçamento do ministério em 1961, seguido pela subida bastante acentuada de 1962, refletiu esse poder" (ERICKSON, 1979, p. 109).

diretamente ligados à estrutura do Ministério do Trabalho — que, a partir de julho de 1960, passou a se chamar Ministério do Trabalho e da Previdência Social[143] (MTPS) — ficaram cada vez mais restritos aos sindicatos de pouca expressão numérica e política e ao sindicalismo de cúpula. Particularmente no capítulo 2, observamos que a realização de congressos de diferentes âmbitos (municipais, estaduais e nacionais) constituiu-se na principal alternativa para tentar, ao mesmo tempo, coordenar os diferentes locais da mobilização política, e a generalização das pautas de reivindicações. No presente tópico, apontaremos os marcos principais para a constituição de um sindicalismo de cúpula, como exacerbação das tendências da década de 1950.

Uma das consequências da atuação dos militantes comunistas na conformação de chapas e comissões de sindicatos foi a aproximação de lideranças locais ou de outros partidos com interesses políticos afins. No segundo capítulo, tivemos oportunidade estudar dois exemplos importantes de integração dos comunistas em chapas presididas por não-comunistas: no STIMERJ, as chapas presididas por Benedito Cerqueira (PTB-RJ); e no STIMESP, as chapas presididas por Remo Forli (PSB-SP). Essa aproximação passou a constituir uma linha política da direção do PCB, o que pode ser deduzido da linha política da Declaração de 1958, que colocava os partidos, com os quais os comunistas já dialogavam no movimento sindical, no rol das forças progressistas.

Na literatura que aborda o período, o processo mais estudado foi a aproximação dos militantes comunistas com militantes e parlamentares trabalhistas, processo que ficou conhecido como a formação de uma "aliança" entre o PTB e PCB. Pela circunstância do caráter ilegal deste segundo partido, nenhuma coalizão pôde encontrar um grau elevado de formalização. Não obstante, a partir de segunda metade de 1950, foi bastante comum encontrar a presença de militantes comunistas em campanhas eleitorais de candidatos filiados a partidos trabalhistas e socialistas não só para sindicatos como para os mais diversos cargos do Executivo e do Legislativo.

A construção de um III Congresso Sindical Nacional promovido pelo Ministério de Trabalho com amplo apoio da militância do PCB foi o ponto de culminância com oposição de dirigentes sindicais rivais das três confederações acima mencionadas. O evento foi realizado nos dias 11 a 14 de agosto de 1960 e contou com mais de 2 mil delegados sindicais (a sessão de encerramento contou com 2.500 participantes). O Congresso foi promovido como uma

[143] A mudança de nomenclatura teve em vista a adequação a Lei Orgânica de Previdência Social.

sequência do congresso realizado em 1946 — evento abordado no primeiro capítulo. Uma das possíveis explicações para a retomada do interesse do MTPS na sua constituição talvez seja a expectativa de João Goulart de que a reunião das mais diversas tendências do sindicalismo pudesse constituir uma ampla base de apoio nas eleições presidenciais do final daquele ano (HARDING, 1973, p. 425). Já para os comunistas, no modo geral, o principal era lutar pela ampliação da "liberdade" e "autonomia" sindical por meio de modificações da CLT. Concretamente, isto se traduzia na inserção da possibilidade de conformação de uma intersindical, preservando de resto as outras características da estrutura sindical.

O III Congresso pode ser encarado como a maior oportunidade na República de 1946 de observar, em um mesmo evento, a pluralidade de grupos e concepções de sindicalismo. Do ponto de vista desta tese, a importância do conclave estava no estabelecimento da "questão sindical" como um tópico do debate público[144]. Isso porque, no final dos anos 1950, à medida que aumentava a competição pela representação das categorias de maior contingente de trabalhadores, ampliaram-se também os questionamentos sobre a natureza desta representação. É possível ver este debate no cotidiano de denúncias de casos de corrupção no Ministério do Trabalho e nas entidades sindicais de nível superior; na denúncia de caso de fraudes eleitorais; ou mesmo, no questionamento da condução dos dirigentes nos diversos tipos de campanha, em especial, nas campanhas salariais. Estas críticas poderiam ser tomadas como um estímulo para que os novos dirigentes assumissem cargos de comandos em detrimento de antigos. É principalmente desta forma que os comunistas preferiam encarar o problema a partir da Resolução Sindical de 1952. No entanto, o III Congresso Sindical Nacional consolidou termos mais amplos para o debate: colocou em questão a própria natureza da estrutura sindical tal qual estabelecida pela CLT.

Neste modo mais amplo de colocar a questão, os comunistas agiam com maior timidez. O principal questionamento dos comunistas à estrutura sindical era quanto à ausência de uma intersindical que abrangesse o conjunto dos trabalhadores, objetivo este almejado desde a "edição anterior" do Congresso, em 1946. Logo, para este grupo político, já não era sem tempo de ver conquistada essa demanda. Ao que tudo indica, pela lógica da atuação política de Jango durante os anos de sua vice-presidência, interessava a este político uma atuação unitária do movimento sindical desde que fosse uma base de apoio para as gestões

[144] Seguimos aqui as sugestões de considerações de Harding que considerou os acontecimentos do Congresso como "revitalization of public discussion among labor activists and a strong criticism of the Communists from the left. Theory and labor practice became living issues and workers had revolutionary positions toward which to gravitate" (1973, p. 338).

política do PTB. No entanto, essa estratégia não deixou de alimentar profundos conflitos internos. Segmentos petebistas que, mesmo antes da constituição do partido, sempre se beneficiaram da repressão aos comunistas e do controle do MTPS sobre a formação de direções sindicais, temiam perder o apoio do Ministério. No início do governo JK, o vice-presidente Jango indicou um político de sua confiança para a pasta do trabalho, Percival Barroso (PTB-CE). Temendo que isto significasse a volta de uma abertura do MTPS para diferentes linhas políticas, alguns sindicalistas petebistas[145], dos níveis superiores da estrutura sindical, viram-se na necessidade de atuar em conjunto para intervir no debate público como "oposição", quando necessário (HARDING, 1973, p. 326). Diferentes estudiosos utilizaram-se de jargões sindicais para delimitar estes dirigentes como grupo político. É o caso do uso de termos como "ministerialistas", "pelegos", "pelegos amarelos" e "democratas"[146]. Sua expressão institucional eram as intervenções das seguintes confederações: CNTTT, CNTC e CNTI. Esta última, no final dos anos 1950, concentrava em si o conflito, abrigando também dirigentes favoráveis à atuação em conjunto com os comunistas, como foi o caso de Clodesmidt Riani[147].

Contudo, além do debate de como deveria se organizar a cúpula sindical, havia grupos que desejavam colocar a estrutura sindical como um todo em questão. O termo que marcava o posicionamento neste sentido era o de "renovação". Esse termo se tornou comum em um debate que precedeu a discussão estritamente sindical. Aqui, cabe retomar a existência da Corrente Renovadora do Movimento Marxista Brasileiro, criada após a expulsão de Agildo Barata e outros militantes do PCB. No momento deste racha no partido, o termo "renovador" designava qualquer grupo que criticava a linha do PCB de forma pública, fora da estrutura partidária, porém ainda "dentro da esquerda". Com o passar dos anos, a associação do termo ao racha do partido se perdeu e o que ficou foi a ideia de uma crítica de esquerda. No meio sindical, para um grupo se intitular como renovador bastava travar uma crítica aberta à linha sindical dos comunistas ainda "dentro da esquerda", independentemente de o grupo ter mantido uma atuação comunista nas suas origens.

[145] Os nomes mais conhecidos são: Deocleciano de Holanda Cavalcanti, Ari Campista, Syndulfo de Azevedo Pequeno.
[146] Uma pequena nota crítica ao uso destes termos por pesquisadores pode ser encontrada em Delgado (1989, p. 267).
[147] Um breve histórico de cada uma das confederações pode ser encontrado em Costa (1973, p. 498–9)

O grupo renovador[148] relativamente bem-sucedido em divulgar posições alternativas na questão sindical foi o Movimento Renovador Sindical, formado em 1957. Tratava-se de um grupo de dirigentes ligado aos esforços de Jânio Quadros em construir uma base sindical desde que fora governador de São Paulo (1955-59). Devido à ligação deste grupo com o carisma de Jânio Quadros, partilharam do desprestígio deste candidato na circunstância de renúncia. No entanto, por meio do periódico *Correio Sindical*, este grupo conseguiu estabelecer alguns pontos para o debate público. Foi deste processo que surgiu a ideia de "sindicalismo de base", principal categoria nativa para colocar o problema das possiblidades de representação de uma direção sindical[149]. O Correio Sindical, teceu duras críticas à atuação dos comunistas nos principais sindicatos de São Paulo. Para este grupo de renovadores, os comunistas se preocupavam com problemas da "base" — entendidos como problemas de condições de trabalho e salários — enquanto não atingiam o sindicalismo de cúpula. Após atingir altos cargos, por meio de eleições ou circunstancial apoio do MTPS, se comportavam como "pelegos vermelhos"; ou seja, de modo semelhante aos antigos "amarelos"[150]. Foi igualmente por meio das denúncias do Correio Sindical que começou a difundir-se a ideia de que uma das causas (talvez a principal) para o afastamento das direções comunistas da "base" constituísse na manutenção do imposto sindical. Consequentemente, os renovadores defendiam a extinção de tal dispositivo.

Outro grupo renovador surgiu de experiências do sindicalismo católico, a Frente Nacional do Trabalho (FNT), formada em 1958, sob a liderança do advogado sindical Mário Carvalho de Jesus. A FNT tinha como principal orientação a conquista de "contratos coletivos de trabalho", em que os benefícios trabalhistas seriam adquiridos pela disseminação da atuação política fábrica-à-fábrica. Deste modo, o grupo tinha uma concepção bastante distinta do restante do movimento de sindical e da tradição jurídica brasileira como um todo a respeito de como os direitos eram formulados e aplicados no Brasil. No entanto, não era uma concepção distinta o bastante para que o movimento abrisse mão de defender a aplicação dos direitos que já se encontravam legislados. O MRS também estabeleceu uma defesa do contrato de trabalho. No entanto, a particularidade da FNT estava no fato de estabelecer uma

[148] A apresentação de grupos renovadores que será feita a seguir toma por base a tese de Harding (HARDING, 1973, p. 341–50).

[149] "This demand for complete reorganization of union from the bottom up was symbolized by the renovador slogan "sindicalismo de base". The renovador had in common a strong opposition to manipulation of labor from above, a desire to separate labor from the Lebor Ministry, a horror of the corruption of the *pelegos*, and simultaneous mistrust of the Communists and the pro-U.S. anti-Communists, both of which they accused of manipulating unions against workers' real interests" (HARDING, 1973, p. 338–9).

[150] Esta tipologia de pelegos ficou consagrada por um artigo de Theotônio Júnior (1962).

experiência concreta de ativismo sindical ao contrário do MRS que parecia mais propenso a reivindicar uma mudança da orientação do Estado nesta questão. O maior exemplo foi a greve na fábrica Perus (pioneira na produção de cimento no país) em outubro 1958, processo que deu marcou o início de formalização do grupo político. Esta greve terminou pela formação de um contrato coletivo de trabalho no qual, dentre os benefícios conquistados, incluía-se o salário família, antiga reivindicação do movimento sindical. Desta forma, os trabalhadores de um fábrica mostravam para as demais como não era necessário dar mais ênfase em uma reivindicação por mudança legislativa para usufruir de um direito, segundo as concepções do grupo. Depois dessa experiência inicial o movimento continuou conduzindo greves bem-sucedidas em diferentes fábricas nos anos seguintes, chegando a espraiar-se para além da capital paulista[151].

Voltando ao III Congresso, este foi dividido em 5 comissões:

> 1) Situação econômica dos trabalhadores, custo de vida e a luta nacional, regional e local por melhores condições de vida;
> 2) Reforma e melhoria da atual legislação social, adaptação às novas conquistas dos trabalhadores, fundamentalmente da Previdência Social e do direito universal de greve;
> 3) Reforma do atual sistema e estrutura sindical dentro do espírito do artigo 159 da Constituição, conquista de plena autonomia e liberdade sindical, relações do movimento sindical nacional com outros países do mundo e criação e constituição de um organismo nacional que coordene, aglutine e dirija as forças dos trabalhadores de todo o pais;
> 4) Situação dos trabalhadores do campo e a luta por suas reivindicações e direitos, principalmente por sua organização sindical;
> 5) Os problemas nacionais e a posição do movimento operário e sindical (NOVOS RUMOS, 1960, p. 2).

Os comunistas obtiveram a maioria das credenciais, o que permitiu que eles controlassem o conjunto das discussões do congresso. De longe, o ponto mais polêmico era o discutido pela 3ª comissão. Como o controle da comissão ficou na mão dos renovadores, percebendo o descuido, os comunistas rapidamente reverteram a situação. Por esse motivo, os renovadores abandonaram o Congresso e só retornaram no último dia. O controle comunista sobre a discussão da estrutura sindical também veio a irritar os democratas. No final do penúltimo dia, protestando contra o controle dos comunistas sobre o congresso, o "democrata" Oswaldo Veloso (Federação dos Trabalhadores da Indústria do estado de

[151] Harding dedica um ensaio sobre a experiência da greve da Perus como apêndice de sua Tese (1973). O autor também registra a atividade grevista do grupo até o ano de 1960 sem dar detalhes do que aconteceu com o grupo nos anos posteriores (*Ibidem*, p. 349).

Alagoas) anunciou sua saída do congresso e convocou para o seguirem todos os delegados que "fossem brasileiros". Isto simbolizou o momento de saída da bancada democrata — um pouco mais de 40 delegados. Este episódio, acrescido da reavaliação feita pelos renovadores, elevou a capacidade de intervenção dos comunistas no congresso, levando à aprovação da maior parte dos pontos por unanimidade (HARDING, 1973, p. 433). Segundo o periódico *Novos Rumos*, a resolução tirada na questão de construção de uma intersindical foi:

> O que se discutiu e que foi aprovado por unanimidade foi a criação da Comissão Executiva do IV Congresso Nacional Sindical dos Trabalhadores. Essa Comissão, que se comporá dos presidentes das Confederações, Federações e Sindicatos Nacionais não Confederados e de 11 suplentes, terá um Plenário Deliberativo, composto de três representantes de cada Estado, eleitos pelas organizações sindicais. Esse plenário reunir-se-á de seis e seis meses. A função da Comissão e do seu Plenário Deliberativo é a de zelar pelo cumprimento das resoluções do III Congresso Sindical, convocar a III Conferência Sindical Nacional para novembro de 1961 e o IV Congresso para agosto de 1962 (NOVOS RUMOS, 1960, p.2).

Embora seja um congresso largamente noticiado e estudado na literatura acadêmica, apenas identificamos na presente pesquisa relatos detalhados do trabalho de sua 3ª comissão. Uma das exceções ficou para o periódico *O Metalúrgico* que deu centralidade à questão salarial, afirmando que foi a comissão "mais importante". Segundo o mesmo jornal, "os trabalhos dessas comissões tiveram sentido absolutamente prático, para que se possa alcançar resultados concretos no espaço de tempo menor possível, beneficiando 10 milhões de trabalhadores" (O METALÚRGICO, 1960, p. 4). No mês de setembro, líderes sindicais participantes do Congresso tiveram a oportunidade de se reunir com o presidente JK para discutir os diversos temas que envolviam a discussão salarial da época: salário-família, 13º salário, escala móvel, etc. Ao noticiar esta reunião, o jornal *Novos Rumos* (1960, p. 2) pôde descrever as resoluções do congresso sobre a questão.

Por fim, os diferentes registros do encontro preferiram divulgar a *Declaração de Princípios* aprovada no encerramento do Congresso. Através deste documento, podemos observar que o caráter do III Congresso é a síntese dos temas discutidos ao longo dos anos 1950. Ao que tudo parece, a reunião de diversas tendências do movimento sindical foi interpretada pelos comunistas — os que tinham maiores condições de "pautar" o congresso — como uma oportunidade para precisar prioritariamente a questão da construção de uma intersindical. O avanço em termos de incluir outros temas do debate sindical ficaria então para conclaves posteriores.

Os trabalhadores do Brasil, reunidos no III Congresso Sindical Nacional, após discutir as questões mais candentes da situação econômica e política de nossa Pátria, aprovaram a seguinte declaração, pela qual lutam e lutarão unidos com todo o povo brasileiro:

1- Defendemos intransigente e incansavelmente as liberdades democráticas expressas em nossa Constituição, não admitindo retrocessos no desenvolvimento da democracia Brasileira, porque, na experiência brasileira própria sabemos que os trabalhadores e suas organizações sindicais são os primeiros a serem atingidos por quaisquer medidas anti-democráticas.

2- Em defesa da liberdade nos pleitos eleitorais, somos pela revogação do artigo 58 da Lei Eleitoral que fere frontalmente o texto constitucional e os sagrados interesses do nosso povo. Reclamamos o amplo direito de greve e a revogação da lei 9070.

3- Somos pela unidade de todo o povo brasileiro na luta contra os interesses internacionais, pelo progresso do Brasil, bem-estar do povo e democracia, contra qualquer discriminação política, ideológica, religiosa ou filosófica. Lutamos pelo desenvolvimento independente da economia nacional, somos favoráveis ao monopólio estatal do petróleo e lutaremos por ele, como vem sendo realizado pela Petrobrás, empresa a qual consideramos intocável; pela extensão do monopólio estatal à importação e distribuição do petróleo e seus derivados; pela nacionalização das empresas estrangeiras de energia elétrica e pela constituição da Eletrobrás para a produção da borracha natural, sintética e da compra e venda de trigo; somos pela nacionalização dos frigoríficos estrangeiros, dos bancos de depósitos e contra o retomo indisciplinado dos lucros do capital estrangeiro.

4- Lutamos por uma política nacionalista e independente de defesa dos interesses nacionais e pugnamos pelo estabelecimento e ampliação das relações comerciais e diplomáticas e culturais com todos os países, independentemente do regime vigente nos mesmos e levando em conta, somente, o benefício mútuo, principalmente os interesses do Brasil. Somos também: contrários à alienação, a quem quer que seja, de qualquer parte do território nacional; pelo reforçamento (*sic*) da solidariedade dos povos e dos trabalhadores dos países da América Latina, na luta contra os monopólios dos Estados Unidos e pela defesa da soberania nacional de cada país; contrários à intervenção econômica ou militar contra o glorioso povo cubano, com cuja luta nos solidarizamos; favoráveis à unidade e à luta de todos os povos do mundo pela paz e pelo desarmamento universal. Reclamamos e lutaremos pela reforma do atual sistema sindical, de acordo com o espírito do artigo 159 da Constituição Federal, pela completa existência da liberdade e autonomia sindical, contra qualquer interferência governamental no movimento sindical e somos pela aprovação do projeto de regulamentação do sagrado direito de greve.

5- Somos pela completa liberdade, para manter relações com as organizações internacionais, cuja decisão deve ser um direito exclusivo das entidades sindicais e não do governo ou do parlamento

> nacional. Quanto a filiação, somos pela autonomia em relação as organizações internacionais e favoráveis à luta pelo rápido restabelecimento da unidade internacional dos trabalhadores.
> 6- Manifestamo-nos, também, pela modificação da atual estrutura econômica e social existente no campo brasileiro e lutamos por: uma reforma agrária que liquide os latifúndios e de terra aos que a trabalham; pela extensão dos direitos consignados na CLT aos trabalhadores do campo; somos pela defesa da pecuária nacional e dos consumidores no mercado da carne e somos contra a carestia de vida contra os sonegadores de alimentos necessários à alimentação do povo; somos pelos rápido reconhecimento das associações de assalariados agrícolas e dos camponeses; lutaremos contra o projeto de Diretrizes e Bases e pela defesa e aplicação da escola pública." (NOVOS RUMOS, 1960, p.2)

A dissidência que ocorreu no III Congresso levou os sindicalistas comunistas a reavaliar a forma com que buscavam construir uma intersindical. Perdida a esperança de compor com os antigos dirigentes do topo da estrutura sindical, buscaram precisar seu posicionamento, continuando as discussões por meio de "Encontros" de dirigentes, inicialmente pequenos, porém, com grande potencial de crescimento. A primeira reunião deste tipo, o Encontro Nacional de Dirigentes Sindicais, foi realizada em São Paulo nos dias 18 e 19 fevereiro de 1961. O Encontro foi organizado pelo CST de São Paulo, contando com Dante Pelacani como presidente. Os dissidentes do III Congresso ainda faziam parte desta organização, porém não se sabe qual foi a participação deles no evento. Segundo a reportagem de Roberto Morena (1961), o Encontro contou com a presença de "dezenas de sindicalistas", oriundos de 17 estados e do Distrito Federal. No entanto, ele só oferece o número de delegados do estado da Guanabara, 44. Assim como nos eventos nacionais, este é sempre o segundo estado em número de delegações, portanto, podemos inferir um quórum baixo. Nossa estimativa é de que participaram aproximadamente 250 sindicalistas[152].

O CST já havia enviado, um mês antes, uma carta à Presidência da República, exigindo medidas de controle dos preços dos alimentos (HARDING, 1973, p. 489). A resposta do governo veio na presença do Ministro do Trabalho Castro Neves, membro do PDC, rompendo, portanto com uma década de gestões do PTB. Ao que parece, a preocupação desta reunião girava em torno do controle dos preços dos gêneros de primeira necessidade. No final do encontro foi aprovado um memorial ser enviado a Jânio Quadros. No que tange à questão da carestia, reiterava a campanha salarial formulada no III Congresso Sindical

[152] Conferir Roberto Morena (1961, p.3). No Encontro Nacional seguinte, os realizadores vangloriar-se-iam de ter "quase duplicado" o número de participantes com 464 delegados (NOVOS RUMOS, 1961a, p. 2).

Nacional, desta vez acrescentando as demanda de controle do preços dos gêneros de primeira necessidade, construídas ao longo dos anos 1950: participação dos trabalhadores nos órgãos de controle dos preço; apoio à produção de pequenos produtores; intervenção estatal no combate aos monopólios na produção e distribuição de alimentos; e melhoria nas vias de escoamento da produção (NOVOS RUMOS, 1961b, p. 3).

Diante das demandas dos sindicalistas, Castro Neves pediu um voto de confiança para que o governo pudesse cumprir metas de controle de inflação. Esse pedido viria a ser refeito por todos os ministros que sucederiam na pasta no início dos anos 1960. O Ministro defendeu, no encontro, a abolição gradual do imposto sindical, muito embora a maioria dos participantes do encontro defendesse sua manutenção. É possível interpretar, nesta ação, um compartilhamento com os planos de Jânio Quadros de formar uma base de apoio com os sindicalistas renovadores, por mais que estes constituíssem um segmento limitado de militantes (HARDING, 1973, p. 490).

Para os sindicalistas em geral, o governo Jânio Quadros era de difícil avaliação. Assim com o período final do Governo JK, Quadros apresentava diferentes ensejos de um programa de estabilização. A medida mais polêmica foi a Instrução 204 da SUMOC. A medida era uma desvalorização do cruzeiro no que se referia à importação de petróleo e trigo, o que atendia a uma antiga de demanda do FMI de acabar com os subsídios destes itens da pauta importadora. Embora fosse uma medida de combate à inflação em geral, agravava seus efeitos sobre os trabalhadores aumentando os custos de um gênero alimentício essencial. Ao aumentar também o custo do transporte, indiretamente encarecida o custo de outros alimentos. Como afirma o historiador Thomas Skidmore (1982), tratou-se de uma mudança na causa da deterioração salarial: da inflação para a austeridade[153].

Embora seja difícil traçar tendências dentro de um governo que durou sete meses, a contenção da inflação veio acompanhada de um primeiro impulso para a implementação de medidas reformistas que ressonavam as defendidas pelo movimento sindical e pela frente Parlamentar Nacionalista. O presidente de certo modo tenta traduzir um pouco do espírito dos fins dos anos 1950 sobre a necessidade de reformas no país. Em sua visão, manifesta na Mensagem Presidencial de 15 março de 1961, haveria um "profundo desajustamento entre a ordenação vigente das instituições e as exigências superiores de progresso, bem-estar e segurança"[154]. Para tentar dar conta deste "desajustamento", antes mesmo deste discurso, o

[153] Para uma visão conjunta das medidas, Conferir Skidmore (1982, p. 238–43).
[154] Citado em Camargo (CAMARGO, 2007, p. 207).

presidente havia decretado a criação um Serviço de Reformas dos Códigos (Decreto nº 51.005, setembro de 1961), com o intuito de realizar um levantamento do conjunto de projetos de reforma legal, elaborados nos governos anteriores. Porém essa medida, como veremos, só teve efeitos posteriores a sua renúncia, quando João Goulart aproveitou esta iniciativa para tentar reformar o direito do trabalho.

Por outro lado, eram algumas reformas legislativas que poderiam combater o "desajustamento" que tiveram efeitos ainda no mandato de Quadros. Quanto à questão da disciplina ao capital estrangeiro, durante seu governo foi encomendada uma Lei de Remessa de Lucros à Assessoria da Presidência da República. Com relação à questão agrária, Quadros apresentou-se como favorável a políticas agrícolas populares ainda em sua campanha eleitoral, defendendo a extensão da legislação trabalhista para campo e o incentivo à pequena produção para resolver problemas de abastecimento das massas (CAMARGO, 2007, p. 207). Nesta época, no entanto, ainda não tocava no problema da questão fundiária. Uma vez presidente, retomou a questão da legislação trabalhista no campo, assumindo publicamente apoio ao projeto de lei de autoria de Fernando Ferrari, na Mensagem Presidencial ao Congresso de 15 de março. Desta declaração resultou a constituição de um "Grupo de Trabalho sobre o Estatuto da Terra", presidido pelo Senador Milton Campos, para dar continuidade ao trâmite da lei no Legislativo.

Em maio, com a política de estabilização do governo Jânio Quadros mais definida, o movimento sindical pode se posicionar melhor sobre a situação de deterioração salarial — o que foi possível pela falta de participação de qualquer sindicalista que apoiasse diretamente o governo[155]. Nos dias 20 e 21, na cidade de Belo Horizonte, os dirigentes sindicais realizram um segundo conclave, já estabilizando a nomenclatura para II Encontro Nacional Sindical. O evento contou com exatos 464 delegados, de 14 estados e Distrito Federal. Foi uma ocasião

[155] A trajetória dos sindicalistas que romperam com o III Congresso Sindical Nacional é de experimentos na busca de apoio direto com a Presidência de Jânio Quadro e/ou das alas da UDN mais abertamente anticomunistas. Na Guanabara, com apoio do Governador Carlos Lacerda (UDN-GB), alguns sindicalistas tentaram construir um encontro chamado de Resistência Democrática dos Trabalhadores Livres no estádio do Maracanãzinho, com presença irrisória de trabalhadores (NOVOS RUMOS, 1961c. p.3). Em São Paulo, após o Encontro Nacional de Dirigente Sindicais, houve um racha no CST. O grupo dissidente formou o Movimento dos Trabalhadores Verdadeiros e Democráticos, de duração efêmera. Em julho de 1961, realizaram o I Encontro Interestadual do Sindicalismo Democrático, resultado de somatório de esforços do movimento com os udenistas Lacerda (GB) e Carvalho Pinto (SP). Segundo a pesquisa de Harding, em termos de pauta, a principal divergência com os Encontros Nacionais Sindicais foi a ausência de discussão da política de estabilização de Jânio Quadros e o desestímulo à ação grevista em prol do recurso trabalhista ao judiciário. Foi neste último encontro que se consolidou o Movimento Democrático Sindical, cuja principal "base" era a Federação de Metalúrgicos de São Paulo (GRIECO, 1979, p. 232; HARDING, 1973, p. 494–53).

para afinar as críticas ao Plano de Estabilização do Jânio Quadros. Dado ao teor das críticas dos comunistas, este encontro sofreu boicote dos renovadores que apoiavam o governo. Segundo as resoluções do encontro, a revisão geral dos salários deveria ser imediata para mitigar os efeitos danosos da Instrução 204 da SUMOC. Buscava-se enquadrar as campanhas salariais de diversas categorias prevendo o estabelecimento do salário profissional, o que permitiria, por decreto, manter a hierarquia salarial, corrigindo o salário das diversas categorias em conformidade com a revisão do salário mínimo. Da mesma forma, pleiteava-se o salário por rezoneamento para poder melhorar o reajuste de regiões com índices menores, como a Região Norte. Este encontro detalhou algumas proposições em relação à Reforma Agrária, dada a presença de representantes da ULTAB e das Ligas Camponesas. No entanto, mais do que qualquer resolução específica sobre a questão, a principal decisão foi a de realizar, na mesma cidade, o Congresso Nacional de Trabalhadores Agrícolas no ano seguinte (abordaremos este congresso mais adiante).

A sessão de encerramento contou com a presença de cerca de 3 mil trabalhadores, no auditório da Secretaria de Saúde de Minas Gerais Estado. Estiveram presentes personalidades como o governador do estado, Magalhães Pinto; o Ministro do Trabalho, Castro Neves; e o vice-Presidente da República, João Goulart. Segundo a imprensa comunista consultada, todos evitaram tocar na política de estabilização em curso, preferindo saudar o esforço dos sindicalistas na construção de sua unidade[156].

3. Ciclo grevista do início dos anos 1960

Nossa narrativa do ciclo de greves inicia-se em 8 de novembro de 1960, com a Greve da Paridade que envolveu trabalhadores ferroviários, portuários e marítimos do país[157]. O termo paridade decorreu da demanda pelo cumprimento de uma promessa do governo de JK de que as categorias tivessem um reajuste em paridade com o efetivado nos salários dos

[156] Timothy Harding esteve presente na reunião na posição de pesquisador e também confirma o tom conciliador das personalidades, assim como de alguns sindicalistas ligados ao PTB, com destaque para Clodmidt Rhiani (1973, p. 498–9).

[157] Antes de iniciarmos nossa narrativa, cabe explicitarmos uma dificuldade de cunho metodológico. Nos temas do "campo de mobilização política" que evoluíram desde a redemocratização foi nossa forma de lidar com o problema de seleção de fatos históricos para um encadeamento narrativo em uma década tão turbulenta. Isso será bastante aparente na nossa exposição: nossa opção foi de selecionar fatos que encontram maior conexão com os processos que vínhamos analisando nos capítulos precedentes. No entanto, esse procedimento teve que sofrer algumas adaptações. Tivemos que incluir no registro das mobilizações dos anos 1960 a atuação na cena política de grupo de trabalhadores provenientes de categorias e/ou regiões que até então não haviam recebido a devida atenção nos capítulos precedentes.

militares. Iniciamos com esta greve por ela já conter em si diversos elementos que estarão permeados no conjunto do ciclo. Primeiramente, na sua organização, podemos observar a conjunção do esforço de horizontalização dos sindicatos e de integração das categorias, além da coordenação nacional do movimento. O comando da greve ficou a cargo de uma nova intersindical, o Pacto de Unidade e Ação (PUA). Baseado na Guanabara, o Pacto se tornou bastante relevante para as greves, nos anos 1960, pelo seu poder de paralisação da vida das cidades onde tinha penetração, uma vez que coordenava os transportes urbanos. Em segundo lugar, a greve se apresentou de forma mais ou menos explícita, como um protesto contra a política de estabilização do governo que visava restringir os aumentos salariais. Devido ao peso das autarquias do Estado nestes setores, elas se tornavam mais sensíveis às políticas de controle do gasto público. Igualmente relevante era a defasagem salarial entre empregados de empresas públicas e privadas para a construção da mobilização destes últimos.

Ignorando suas promessas, JK declarou a greve ilegal, acusando-a de ter sido baseada em interesses políticos, particularmente interesses comunistas. No entanto, o então Ministro do Trabalho, Batista Ramos, opôs-se à supressão da greve, fato este que lhe custou o cargo. A repressão à greve contou com uma mobilização inédita dos três segmentos das forças armadas, além de um contingente de 12 mil policiais, resultando no aprisionamento de centenas de grevistas. Em carta, o presidente ameaçou abrir fogo contra os trabalhadores que continuassem em greve, o que gerou críticas por parte do Congresso e da imprensa. A greve durou três dias e terminou com uma reunião de dirigentes no Palácio dos Metalúrgicos, na Guanabara, completamente rodeada pela polícia. Na ocasião, os líderes aceitaram uma proposta de paridade elaborada pelo Congresso, que teve aprovação no dia 25 de novembro. Os ferroviários, no entanto, voltaram a entrar em greve no mês seguinte, por mais três dias, para então conseguir a readmissão dos trabalhadores demitidos e o pagamento dos dias parados (HARDING, 1973, p. 467–70).

Ainda no final do mesmo ano, esta greve nacional serviu de inspiração para os aeroviários, que entraram em greve em dezembro. Os 20 mil trabalhadores que compunham os movimentos demandavam 50% de aumento. A greve foi considerada também ilegal e diversos trabalhadores foram demitidos. Contudo, os aeroviários obtiveram 37% de reajuste e, por meio de manifestações públicas, conseguiram a readmissão dos colegas.

A greve da legalidade realizada após a renúncia de Jânio foi uma oportunidade crucial para que o movimento operário ampliasse a compreensão da luta de direitos para a questão da representação política. Esta articulação de demandas deve-se ao fato de que os grupos de

trabalhadores agrupados por empresa ou setor, envolvidos na luta, engajaram-se sob a desconfiança de que estaria ocorrendo uma conspiração militar no país. Na Guanabara a organização que tomou a frente do movimento foi o Conselho Permanente das Organizações Sindicais da Guanabara (CPOS), que realizou uma reunião de sindicatos na sede dos bancários, onde uma greve foi convocada em defesa da Constituição. As categorias que tomaram a dianteira do processo foram os ferroviários da Leopoldina, seguidos pelos bancários (DELGADO, 1986, p. 123). Já na cidade de São Paulo, reuniões equivalentes foram realizadas na sede do STIMESP, nos dias 26 e 27. Neste último dia, foi assinado pelos dirigentes presentes um manifesto no qual ainda se denunciava o golpismo que levou à renúncia do Presidente[158]. Houve manifestações puxadas por janistas, estudantes e trabalhadores (sem aparente liderança sindical), cujas palavras de ordem variavam entre a defesa da restituição de Jânio e a denúncia contra golpismo e o imperialismo. No entanto, há indícios de que os sindicatos tiveram orientações de desmobilizar a tentativa de greve geral diante do quadro repressivo que estava sendo montado nos dois estados com maior peso econômico do país.

Durante a crise da renúncia, o MTPS ficou a cargo do ex-petebista José Segadas Vianna, que já havia sido chefe da pasta entre 1951 e 1952. Sob a alegação de que as manifestações públicas do período eram fomentadas por comunistas, Vianna declarou como ilegais, indiscriminadamente, todas as greves sob seu mandato. No entanto, a partir desta greve o que marcaria a repressão do período, era ação repressiva de nível estadual. Na Guanabara ocorreu o aprisionamento em massa de lideranças sindicais, sem distinção de grupos políticos, inclusive de líderes do MSD — que manifestavam-se com contrários a qualquer paralisação (HARDING, 1973, p. 511–2). Já em São Paulo, a polícia ocupou as estações de rádio, o aeroporto de Congonhas e sede de diversos sindicatos. Neste estado, o exército participou das ações, ajudando a prender diversos líderes, a ponto de deixar o movimento "acéfalo", segundo a pesquisa de Márcia Leite (1983, p. 112). Na capital, houve apenas greves dos estudantes. Apenas no litoral foi registrado atividade grevista em empresas.

---

[158] "Jânio renunciou à Presidência como Getúlio fora levado ao suicídio, em 54. O povo conhece, porém, as causas dessa situação como as conhecemos todos os trabalhadores. Foram as forças reacionárias ligadas aos monopólios financeiros internacionais que forçaram a renúncia. Seu agente é o mesmo: o provocador Lacerda.
"Essas forças e grupos, que exploram o povo brasileiro e o levam à miséria com a insuportável carestia de vida, são contra a independência do Brasil, o anseio de libertação de nossa Pátria, nosso desenvolvimento econômico, a autodeterminação dos povos, as relações com todos os países e são contra a paz" (*Última Hora-SP*, São Paulo, 1961, *apud* (LEITE, 1983, p. 120–1).

As lideranças sindicais comunistas e trabalhistas, que escaparam da repressão, reorientaram o movimento para apoiar a posse de Jango como presidente, apoio este que poderia ser a mobilização de greve onde houvesse "condições"[159]. Logo, ao invés da declaração de uma greve geral (convocada e, no dia seguinte, cancelada), o que ocorreu foi uma difusão de greves pelo país que encontraram como tema comum a defesa da legalidade, agora entendida para além de direitos sociais trabalhistas. Ou seja, incorporava-se a defesa dos direitos políticos em um sentido de estrito: a defesa da representatividade no Executivo[160]. Na Guanabara, foi instituído um Comando da Greve da Legalidade para coordenar as greves realizadas pelos ferroviários e bancários. No estado do Rio, somaram-se à luta cerca de 3 mil operários navais, 3,5 mil vidreiros; e 1,5 mil trabalhadores da construção civil, ferroviários e metalúrgicos da Mimetal. A marinha mercante parou em todo o país, e o líder sindical da categoria Ferroni Fernandez alertou que apenas retornaria após a posse de Jango. A historiografia desta greve também dá notícia de mobilizações em Santos, Recife e Salvador. Neste último caso, o Governador da Bahia, Juracy Magalhães (UDN) teve a oportunidade de iniciar sua guinada repressiva, decretando as greves subversivas e aprisionando lideranças sindicais (HARDING, 1973, p. 515–6; LEITE, 1983, p. 120–1).

Após o Congresso apontar para a solução parlamentarista, o CPOS lançou um manifesto defendendo o ponto de vista segundo o qual "a crise política que eclodiu [...] só não levou o País a uma ditadura face à ação corajosa e patriótica da classe operária, da maioria democrática das Forças Armadas, da brava juventude estudantil e da imprensa em geral"[161]. Embora a memória do período tenha ressaltado muito mais o peso das divisões nas forças armadas para a solução parcial da crise, para a presente discussão, importa o compromisso que as organizações sindicais estavam assumindo com a defesa da representatividade no Executivo. Entretanto, não se pode esquecer que a luta operária passava pelo reajuste do salário mínimo e que estas manifestações foram cruciais para estabelecer a agenda. O reajuste

---

[159] *Ultima Hora*-SP citado em Harding (1973, p. 514).

[160] Vide como o manifesto dos dirigentes de São Paulo construía suas palavras de ordem:
"Trabalhadores:
Que unidos defendamos a legislação constitucional e as garantias democráticas individuais.
Que o parlamento se mantenha firme e coeso e não permita que a Constituição seja rasgada e desrespeitada.
Estamos em luta por novo salário-mínimo.
Estamos em luta pela conquista do abono de Natal.
Estamos em luta contra a carestia.
Que em cada fábrica, navio, escritório, porto, em todos os locais de trabalho, se forme um firme baluarte em defesa da Constituição e dos direitos democráticos e sindicais de todo o povo. " (*Última Hora-SP*, São Paulo, 1961, em LEITE (LEITE, 1983, p. 121).

[161] *Jornal do Brasil*, 10/09/1961, referência encontrada em Harding (1973, p. 521).

foi alcançado por determinação do já presidente João Goulart, um mês após as manifestações. A ordem da variação foi de 40%, o que foi rapidamente engolido pela inflação. Daí se pode interpretar que, se de um lado, o movimento sindical já poderia observar resultados de sua mobilização nacional, muito ainda tinha que ser ganho em peso político para que os resultados modificassem sensivelmente as condições de vida dos trabalhadores (HARDING, 1973, p. 546; LEITE, 1983, p. 124; GRIECO, 1979, p. 301).

Ainda no que concerne às reivindicações salariais, em um quadro de coordenação nacional no movimento sindical, seria de se estranhar que o ano terminasse sem o reforço da demanda pelo abono de natal. Ao longo dos anos 1950, as reivindicações pelo benefício só aumentaram, culminando com o projeto de lei nº 440/59, de autoria do deputado Aarão Steinbruch (PTB-RJ), que determinava o pagamento anual de um 13º salário. Tendo em vista a existência desse projeto, constava, entre as resoluções do III Congresso Sindical Nacional, a mudança de patamar da luta, ou seja, a passagem de um benefício dado por empresas a um direito a ser garantido para todos os trabalhadores. Com a vitória dos segmentos mais ativos do III Congresso na CNTI, a nova diretoria passou a organizar a mobilização dessa luta em articulação com as centrais estaduais CPOS, do estado da Guanabara; e CST, de São Paulo.

Nos primeiros indícios de que esta luta seria uma ocasião para os trabalhadores realizarem uma nova tentativa de greve geral, o Ministro do Trabalho fez um apelo à classe empresarial pela aprovação de um bônus aos trabalhadores de 30% de um salário anual. Não obstante, o ministro procurou desmobilizar a tentativa de paralisação, ameaçando declará-la ilegal. No mesmo sentido, em pronunciamento do dia 14 de novembro, o ministro da justiça Alfredo Nasser assegurou a impossibilidade de qualquer ato grevista em prol do 13º. O prazo dado em assembleias de diferentes sindicatos paulistas era de que o Legislativo aprovasse o projeto de lei até o final daquele mês. Uma vez que não foi aprovado, ocorreu uma assembleia intersindical em 3 de dezembro que decidiu pela decretação da greve para o dia 13 de dezembro.

No dia 10 de dezembro, a Câmara aprovou o projeto, porém ainda faltava a votação no Senado. Isto não foi bastante para evitar a pressão de um movimento que se encontrava em disputa por este direito desde, pelo menos, o início da redemocratização em 1945. Os sindicatos paulistanos que haviam decidido pela greve foram os das seguintes categorias: metalúrgicos, têxteis, químicos e farmacêuticos, gráficos, padeiros, hoteleiros, trabalhadores da construção civil, dentre outros. No dia da greve, todas essas categorias foram alvos de uma máquina de repressão montada pelo governador Carvalho Pinto. A ação policial foi

organizada pelo DOPS do estado e contou com os efetivos completos das seguintes instituições: Rádio Patrulha, Polícia Civil, Guarda Civil, Força Pública. O total de prisões realizadas foi acima de 5.000 trabalhadores, por meio de ações de repressão aos dirigentes dos sindicatos e militantes envolvidos na tentativa de construção de piquetes. Isto fez com que o Comando de Greve suspendesse a greve antes que completasse seu prazo de 24 horas. Como podemos ver, ao contrário do movimento pela legalidade, desta vez a força dos trabalhadores despontou no estado de São Paulo. Entretanto, como veremos mais adiante, a magnitude do aparato repressivo veio a ser fortemente impeditiva para a realização de futuras greves, sobretudo na região metropolitana da capital.

Retornando às mudanças pelas quais vinha passando o regime político brasileiro, a solução parlamentarista revelou-se rapidamente como uma solução provisória, que não daria conta do impasse criado desde a renúncia de Jânio Quadros. Seu principal articulador, Tancredo Neves, foi bem-sucedido inicialmente criando uma unidade de parlamentares de diferentes correntes políticas ao montar o primeiro gabinete, o qual estaria sobre sua própria liderança. No entanto, ao renunciar ao cargo de Primeiro Ministro em 12 de junho de 1962, para poder participar das eleições do final do mesmo ano, reabriu-se a disputa pela liderança do executivo. Para os comunistas, garantir o restabelecimento de plenos poderes à presidência de Jango significaria abrir as possibilidades de ter um defensor das reformas na chefia do Executivo — um "governo e nacionalista e democrático"[162]. Se não fosse possível reestabelecer de imediato o presidencialismo, ao menos era necessário que o gabinete que substituísse o de Tancredo Neves fosse comprometido com a realização de reformas de base. No mês de junho de 1962, Jango articulou para que o petebista e ex-ministro das Relações Exteriores San Tiago Dantas chefiasse o gabinete, nome bem recebido pelo movimento sindical. À medida em que os jornais anunciavam manobras por parte de parlamentares do PSD e da UDN para vetarem qualquer gabinete proposto por Jango, o movimento sindical se movimentou para articular uma nova greve.

Os preparativos para a greve começaram com mais de um mês de antecedência. No final de maio a CNTI e a CONTEC lançaram uma mensagem aos trabalhadores conclamando para que "as entidades sindicais e suas filiadas [...] mantenham alertas, a fim de que, unidas, assumam clara e energicamente posição contrária aos interessados em impedir, sub-

[162] Para posição dos comunistas conferir o periódico *Novos Rumos* (1962c, p. 1).

repticiamente, o progresso do país". Tal ameaça é explicada pelas possibilidades de os trabalhadores obterem ganhos reais caso se achem representados pelo Executivo.

> Essa advertência [...] se impõe porque os trabalhadores acham estranhamente significativo que essa rearticulação das forças reacionárias se faça no justo momento em que a opinião pública reclama imediatas e inadiáveis reformas de base, com as quais concordam todas as camadas da sociedade, e se acham em fase final a conquista do salário-família e do 13º mês de salário, que propiciarão aos trabalhadores o as suas famílias condições de vida mais humanas minorando-lhes a situação de penúria em que se debatem (NOVOS RUMOS, 1962a. p. 8).

Gostaríamos ainda de salientar que, na definição do progresso do país, ocorreu uma autoavaliação do movimento que chamamos de ciclo grevista, ligando as mobilizações de meados de 1962 às greves descritas anteriormente com suas demandas, como a revisão do salário mínimo e a aprovação da lei do 13º salário. No dia 4 de junho, realizou-se também uma solenidade no sindicato dos metalúrgicos da Guanabara com a presença de San Tiago Dantas (MELO, 2013, p. 162). Nesta ocasião, o presidente da CNTI, Dante Pellacani, leu um manifesto em defesa de um gabinete capaz de realizar as Reformas de Base. No manifesto em questão, há um histórico das ameaças ao regime democrático no país:

> Quando caminhávamos para a reconstitucionalização, veio o golpe reacionário, veio o golpe reacionário de 29 de outubro de 1945, com a participação de agentes das forças econômicas estrangeiras. Em 24 de agosto de 1954, os mesmos golpistas e entreguistas levaram a Nação a tal crise que forçou o suicídio do presidente Vargas. Os orientadores e organizadores desse atentado foram os mesmos de 29 de outubro de 1945. Na posse do presidente Juscelino Kubitschek pretenderam criar e incentivar as condições para impedir o cumprimento dos resultados eleitorais de 3 de outubro de 1955. Os mesmos conspiradores voltaram à carga com as aventuras de Jacareacanga e Aragarças. Em 25 de agosto de 1961, de novo quiseram implantar a ditadura fascista-militar, forçando a renúncia do presidente Jânio Quadros, após uma campanha de calunias, intrigas e enganos (CNTI, "À nação, ao povo, aos trabalhadores", 05/06/1962. Citado em Telles (1981, p. 151–2).

E, assim, se incitava para a greve geral

> Os trabalhadores de todo o país, os patriotas e democratas que em 25 de agosto de 1961 se ergueram em defesa da Constituição e da legalidade, enfrentando todos os sacrifícios, o fizeram para ver solucionados os problemas básicos do Brasil...
> Assim como fizemos em 25 de agosto de 1961 [quando da "greve da legalidade"], faremos agora a greve geral, com maior experiência,

> com mais unidade, com mais firmeza e com mais organização (*Ibidem*, p. 152).

O mesmo evento foi realizado três dias depois, com a presença dos dois políticos mencionados acima, na sede dos Metalúrgicos de São Paulo (LEITE, 1983, p. 131). E há indicações que o mesmo evento foi replicado em outras capitais. São também desse período as diversas reuniões sindicais realizadas nas cidades nordestinas com o intuito de montar o que na época se chamava de "dispositivo grevista" e que depois se consolidaria como um Comando Geral de Greve. Algumas dessas reuniões contaram inclusive com a presença de Pellacani (MELO, 2013, p. 185).

De volta à Guanabara, o mesmo manifesto pôde ser lido em um ato público nas escadarias do Palácio Tiradentes, no dia 22, já contando com a assinatura de 1.300 entidades sindicais de todo o país. Nessa data também foi divulgado o programa de 18 pontos de reivindicações que estavam sendo elaborados em diversos sindicatos — daremos mais à frente um tratamento particular a esse programa (TELLES, 1981, p. 151–3). Nos dias 25 e 26, ocorreram grandes atos públicos nas capitais da Guanabara e de São Paulo, respectivamente. Nesta última cidade, 10 mil pessoas tomaram a Praça da Sé. Nesse mesmo período, centenas de sindicalistas foram a Brasília no intuito de pressionar pela aprovação, no Senado, do 13º salário e do salário família (NOVOS RUMOS, 1962b).

No dia 14 de junho, a CNTI realizou uma reunião com líderes sindicais para discutir as reais possibilidades da rejeição do nome de San Tiago Dantas pela Câmara dos Deputados. Foi nessa reunião que se conformou o Comando Geral de Greve. Cabe destacar que a reunião contou com a participação de centrais e confederações. Estas, mais do que qualquer legitimidade oficial ou oficiosa, participavam do movimento pela sua força organizativa nas greves dos dois anos anteriores: CNTI que, por meio de seus braços estaduais, CPOS-GB e CST, organizou greves da legalidade e do 13º salário, respectivamente; CONTEC, que organizou a greve nacional dos bancários; e o PUA que, somado às também presentes federações dos marítimos, portuários e estivadores, organizara a da greve da paridade; e, por fim, o sindicatos nacionais dos aeroviários e dos aeronautas, que organizaram a greve nacional destas categorias. Desta reunião, tirou-se o encaminhamento de mais de mil líderes sindicais para irem a Brasília assistir à sessão da Câmara que deliberaria sobre a composição do Gabinete (LEITE, 1983, p. 131).

Rejeitado o nome de San Tiago Dantas, no dia 28 de junho, os dirigentes sindicais da Guanabara e representantes de diversos sindicatos do país realizaram uma reunião, em que o agora Comando Nacional de Greve elaborou um "Manifesto à Nação", convocando a greve para dia 5 de julho. Sem maiores novidades em relação aos manifestos anteriores, nos limitaremos a citar as palavras de ordem construídas:

> Reafirmando a autenticidade da nossa posição, estamos demonstrando que a classe dos trabalhadores adquire, ao passar das horas, mais e mais profundamente, a exata consciência dos seus deveres para com sua classe e a pátria.
> Esta é nossa reiterada posição tomada em congressos, conferencias, assembleias sindicais e na praça pública:
> Por um gabinete democrático e nacionalista!
> Pelo programa aprovado pelos trabalhadores e pelo povo!
> Contra o golpe, parta de onde partir!
> Pelas liberdades democráticas e sindicais!
> Contra o congelamento de salários, contra a carestia e qualquer retrocesso nas conquistas sociais, políticas e econômicas dos trabalhadores![163].

A greve teve duração de 24h e foi bem mais difundida que a greve da legalidade do final do ano anterior. Na Guanabara, novamente os ferroviários da Leopoldina tomaram a dianteira do processo entrando em greve ainda no dia 4 de julho. Seguindo um esquema traçado pelo Comando Geral de Greve, os transportes urbanos foram totalmente paralisados, de modo que, no amanhecer do dia 5, já não havia mais transporte coletivo em funcionamento. A indústria do petróleo e a rede bancária foram totalmente paralisadas. Por meio de uma difusão de piquetes, os serviços industriais dos mais diversos setores foram paralisados, apesar dos conflitos violentos com o esquema de repressão constantemente aprimorado pelo governador Carlos Lacerda em cada greve, que resultou em dezenas de aprisionamentos e ferimentos[164]. Ficou na memória dos trabalhadores a imagem do governador armado com uma metralhadora ao sair às ruas, rasgando cartazes e reprimindo os piquetes. Um funcionário da Federação dos Bancários do Rio de Janeiro e Espírito Santos entrando em confronto direto com o governador completou o ar caricatural do episódio (MELO, 2013, p. 180–1).

---

[163] Comando Nacional de Greve, "Manifesto à Nação", 27/06/1962. Citado em Telles (1981, p. 158).

[164] A reunião de dirigente sindicais que se decidiu pelo final da greve, na Guanabara, registrava que ainda havia 21 presos dentre operários e estudantes. Eles haviam sido enquadrados na lei anti-greve 9.070 de 1948 e nos artigos 197 e 201 do código penal 1940. Este fato leva o pesquisador Demian Melo a indicar a evolução da penalização das manifestações grevistas desde o Estado Novo (MELO, 2013, p. 185).

Nos bairros pelos quais passa a Av. Brasil, na Baixada Fluminense e em Niterói, a participação dos trabalhadores se deu por uma onda de saques a mercados de comércio de alimentos. O clamor popular chegou ao ponto de realizar "justiçamento" em relação a comerciantes suspeitos de ter sonegado alimentos. Interessante notar que uma comissão do Conselho sindical do Estado do Rio informou ao comando do I Exército que "a greve não tinha nada a ver com essa onda de saques"[165]. De fato, saques não faziam parte do cronograma do CGG, inclusive foram registrados confrontos com a polícia três dias antes. Porém, a vinculação da luta pelas reformas de base com o problema da inflação e do abastecimento já se encontrava bastante difundida no imaginário popular. Sem adentrarmos de novo nesta questão, podemos ver a força deste imaginário nos eventos ocorridos no município de Caxias-GB. Os trabalhadores que se viram impossibilitados de ir ao trabalho por conta das greves nos transportes, se aglomeraram na Praça Pacificador. A mera suspeita de que casas comerciais do entorno estavam sonegando feijão foi o estopim para a onda de saques. No entanto, curiosamente, os comerciantes que hasteavam a bandeira do Brasil e exibiam letreiros defendendo a legalidade democrática foram poupados (MELO, 2013, p. 180-1)

No restante da região Sudeste, a greve teve uma difusão limitada. A greve dos ferroviários da Leopoldina teve efeitos até no estado de Minas Gerais. Na capital mineira, empresas da cidade industrial foram paralisadas. Caminhando para o estado de São Paulo, foram observadas poucas manifestações na capital. Márcia Leite, em seus estudos, estima que nem mil trabalhadores pararam. Houve certa difusão da greve em São Bernardo, com paralisações em firmas relevantes como Martini Rossi, Cestas Amaral, Termomecânica e Scânia Vabis. Uma exceção especial nesse estado foi a cidade de Santos, cuja trajetória de lutas de marítimos, portuários e ferroviários favoreceu que a greve fosse total. Só foram poupados, por decisão das lideranças, os serviços de utilidade pública — exceto transportes cujo grau de organização incluiu até os taxistas (LEITE, 1983, p. 136–7). A coordenação do movimento ficou a cargo do Fórum Sindical de Debate, central que congregava a totalidade dos sindicatos da Baixada Santista. Porém, cabe destacar o esforço de integração dessa entidade com outras, tais como CNTI, a PUA e a União dos Sindicatos da Orla Marítima de Santos (USOMS). Em reunião do dia 04 de julho, as centrais elaboraram um manifesto

[165] Jornal do Brasil, 06/07/1962. Citado em Melo (2013, p.178).

conjunto com princípios semelhantes aos manifestos anteriores, porém com maior ênfase na denúncia do golpismo (MELO, 2013, p. 200.

No Rio Grande do Sul o movimento paredista coincidiu com os preparativos do IV Congresso Estadual dos Trabalhadores, a ser realizado no dia 8 de julho, em Pelotas. No entanto, por motivo de atraso do envio das "senhas" de início da greve por parte do Comando Geral de Greve (sediado na Guanabara), a greve ocorreu com um dia de atraso em relação ao resto do país. Foi organizada pelo Comando Sindical Gaúcho que, semelhante ao movimento de Santos, procurou poupar os serviços de utilidade pública, chegando a construir um sistema de taxis para os casos de emergência hospitalar[166]. A greve atingiu ainda as cidades de Pelotas, Rio Grande, Passo Fundo e Santa Maria.

No Caso de Santa Catarina e do Paraná, o movimento grevista se restringiu ao litoral. Na cidade de Paranaguá-PR, a tradição possuía maiores vínculos com a baixada santista do que com a região Sul. É o que se depreende do nome da central local, Fórum Sindical de Debates do Litoral Paranaense, fundado por iniciativa dos portuários, inspirados no Fórum dos companheiros santistas (MELO, 2013, p. 202). A greve no estado ficou restrita à iniciativa desta categoria. Com o relato desse estado, abrimos a descrição para as unidades federativas que ficaram a depender da mobilização de categorias organizadas nacionalmente, como foi o exemplo dos portuários. Quando analisamos as cidades mais emblemáticas para o movimento, a saber, a cidade do Rio de Janeiro, Santos e Porto Alegre — como faz maior parte da literatura acadêmica — fica difícil destacar a importância de uma categoria ou outra de trabalhadores diante do movimento grevista geral. No entanto, quando abordamos a repercussão da greve do gabinete nas regiões Norte e Nordeste do país, podemos ver sua importância na coordenação nacional que algumas categorias estavam realizando desde o início dos anos 1960[167]. Foi o caso dos portuários e trabalhadores da Petrobrás, nos casos de

[166] Interessante observar uma nota do Comando de Greve que mostra a preocupação com a garantia dos serviços à população: "[...] Nossa luta não parará com esta greve, continuará até atingir estes objetivos. A nossa greve é total, porém, não é uma greve contra o povo. É UMA GREVE DO POVO. Por isto, tomamos as medidas no sentido de que, sem prejuízo do nosso movimento grevista, permitir o funcionamento de alguns serviços essenciais como luz para hospitais, quartéis, serviços de água e esgoto, residências particulares e iluminação pública ". Citada em Melo (2013).

[167] Seguimos aqui à risca uma indicação de Demian Melo: "[...] algumas categorias já haviam realizado greves nacionais, como os bancários, na histórica greve de 1946, e portuários, marítimos e ferroviários na chamada "Greve da Paridade" em 1960. Nesta última, seria fundado o Pacto de Unidade e Ação (PUA), a primeira intersindical que ultrapassava as barreiras regionais. E, acreditamos, justamente por serem estas as categorias com maior experiência histórica de organização nacional, foram as principais categorias a paralisar o trabalho em todas as regiões do Brasil em julho de 1962"(MELO, 2013, p. 177)

Alagoas e do Pará; dos trabalhadores da linha férrea que conectava os estados do Piauí e do Maranhão.

Em Pernambuco, a Conselho Sindical dos Trabalhadores (Consintra), já vinha articulando há um mês o movimento e, consequentemente, assumindo a coordenação da greve. No entanto, a experiência do PUA mostrou-se decisiva, paralisando por completo a orla marítima e a Rede Ferroviária do Nordeste —que abrange PE, AL, PB e RN. O mesmo se pode dizer da Federação Norte e Nordeste dos Bancários, que determinou a greve em toda sua jurisdição[168]. Com a dianteira tomada por essas categorias, piquetes foram instalados parando as zonas industriais e, às 15 horas, os transportes públicos foram interrompidos, difundindo o movimento até que a cidade de Recife fosse toda paralisada.

No Ceará podemos observar um movimento semelhante ao de Pernambuco. A Coordenação do movimento ficava a cargo da Comissão Permanente das Entidades Sindicais e Similares do Estado do Ceará, mais conhecida como "Pacto Sindical". Os Bancários realizaram um movimento que conseguiu a adesão até dos gerentes, incluindo o próprio presidente Caixa Econômica do Ceará. O comando de greve foi instalado em frente à agência do Banco do Brasil, no centro de Fortaleza. A orla marítima também parou por completo, apesar de ter sido foco de conflitos por tentativas de alguns segmentos de furar a greve. Os trabalhadores da orla realizaram uma passeata e um comício relâmpago no centro da cidade. Fortaleza também parou, porém com certas peculiaridades em relação a outras capitais inviabilizadas economicamente. Os comerciantes que tentaram abrir suas lojas encontraram cadeados novos vedando as portas. Os transportes públicos foram recolhidos pelas próprias empresas. Diversas categorias pararam por decisão própria, mesmo algumas sem papel destacado na história sindical, como garçons e músicos.

Para encaixar o estado da Bahia, especificamente sua capital, neste quadro geral de lutas, teríamos que recuar um pouco em relação à greve nacional. Quando noticiada a recusa de San Tiago Dantas por parte da Câmara de Deputados, no dia 27 de junho, a capital baiana estava em luta contra a carestia de vida. Conjugando as duas lutas, a principal intersindical do estado, a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS-BA), realizou uma manifestação no dia seguinte. O governador udenista Juracy Magalhães determinou uma ação policial que transcorreu na forma de um espancamento de vários trabalhadores e do próprio presidente da intersindical, o bancário Raimundo Reis. Em protesto, foi decretada uma greve

[168] No entanto, não possuímos ainda informação de que foi exitosa em todos os estados de abrangência.

geral de 24 horas a partir do meio-dia paralisando principalmente marítimos, portuários, bancários e operários. A greve terminou com um comício no fim da tarde na praça Castro Alves. Assim, se considerarmos estes acontecimentos como ações precursoras da greve do gabinete, podemos traçar um paralelo com o movimento da baixada fluminense em que a luta por um gabinete nacionalista contava com a vinculação da luta contra a carestia por necessidade de reformas estruturais. De forma semelhante também à Guanabara, ocorreu uma truculenta repressão ao movimento. Semelhantemente à greve nacional que ocorreu dias depois, o papel de destaque foi das categorias mobilizadas nacionalmente: marítimos, portuários, bancários e operários do petróleo, organizados pela Comissão Permanente de Organizações Sociais do Estado da Bahia. O presidente desta central foi inclusive espancado durante o protesto do dia 27 (MELO, 2013, p. 187).

No entanto, se pensarmos no que aconteceu na participação dos trabalhadores soteropolitanos, especificamente no dia 5 de julho, os termos da comparação alteram-se. Diante do quadro de repressão montado por Magalhães, havia pouco estímulo para a participação no movimento nacional. O movimento restringiu-se aos funcionários da Petrobrás e aos portuários. Desse modo, pelo fato de que uma escalada de repressão ter desestimulado a participação no movimento nacional, é possível tratar o caso de Salvador como análogo ao de São Paulo capital. Nesta última cidade, ocorreu uma espécie de estado de sítio "de fato" pelo esquema montado por Carvalho Pinto. Desde a madrugada do dia 05 de julho, o governador colocou de prontidão todos os recursos da Secretaria de Segurança Pública: mil homens da Força Pública e da Guarda Civil guarneciam as ferrovias, empresas de transporte coletivo e de fornecimento de agua, luz e telefone; viaturas foram posicionadas em pontos estratégicos da cidade e das regiões periféricas. Havia polícia também nas principais fábricas do ABC Paulista[169] (MELO, 2013, p. 197).

[169] Resta investigar a possibilidade de que, em se tratando de uma cidade de maior diversificação produtiva, poderia ter sido realizado um movimento de solidariedade; traduzindo-se em uma onda de piquetes; e, assim, sobrepujar a repressão. No caso de São Paulo, temos bastante conhecimento para saber que essa solidariedade realmente existia, a ver-se nos exemplos históricos das greves de 300 e 400 mil (1953 e 1957, respectivamente). A hipótese explicativa mais corrente para a falta de participação dos trabalhadores paulistanos na greve nacional de 1962 ainda é a dos defensores da existência de um "sindicalismo populista". Segundo esta corrente, a cidade de São Paulo abrigaria uma classe operária de perfil mais "moderno", mais interessada em reivindicações "econômicas" (estritamente salariais) do que "políticas". Julio Grieco (1979) é o autor que levou este argumento às últimas consequências. Sem possuir ainda condições de contestar definitivamente esta hipótese, apenas indicamos que a trajetória do movimento sindical paulista apresentada neste capítulo e no anteriores não apresentou linhas políticas consideravelmente divergentes de outros estados; por mais que haja realmente particularidades no perfil da classe operária paulistana.

Levando em conta os exageros retóricos tão comuns aos manifestos políticos, não é nenhum absurdo a declaração de fim de greve, que afirmou que "A classe trabalhadora alcançou grandiosa vitória ao realizar pela primeira vez na história do movimento sindical brasileiro, uma greve geral em todo o território nacional". Efetivamente o movimento sindical estabeleceu uma "primeira vez" que oferecia condições para planejar segundas vezes. Por outro lado, as declarações do documento que falam de uma "formidável demonstração de unidade e combatividade dada pelos trabalhadores" têm que ser lidas com mais reservas. Tais reservas são necessárias não tanto com respeito à "combatividade", mas sobretudo à "unidade" que ainda estava encerrada no plano dos desejos dos dirigentes sindicais preocupados como estavam com a integração nacional do movimento. Neste sentido, bem mais interessante é constatar a proposta que consta mais para o fim do texto: "Impõe-se, portanto, que todas as organizações procedam ao imediato exame de sua atuação na presente greve, corrijam as possíveis falhas constatadas, reforcem o comando e a mobilização e permaneçam atentas ao desenvolvimento político do país". Por fim, merece uma citação mais a compreensão de que o programa proposto ao movimento sindical implicava numa mobilização constante e que não haveria uma conquista formal — no sentido em que comumente se fala sobre "a forma de um Regime Político" — que asseguraria qualquer ponto do programa.

> [...] forçoso é reconhecer que a nossa greve de 24 horas constituiu firme e serena advertência aos quadros dirigentes do país, do amadurecimento político e progressiva tomada de consciência da classe trabalhadora. [...]
> Demonstramos, na prática, que a classe trabalhadora é hoje uma força organizada independente, disposta a lutar com todas as camadas sociais do nosso povo para tornar efetivas as reformas de base, consolidar as liberdades democráticas e sindicais, defender e ampliar a política externa que vem sendo executada.
> Não discutimos agora, a forma de governo – parlamentarismo ou presidencialismo. Num ou noutro, o que exige o povo brasileiro – e os trabalhadores como sua combativa parcela é um governo que seja capaz de realizar as reformas indispensáveis ao país e, de imediato, adotar medidas práticas e eficazes contra os sonegadores de gêneros alimentícios e a fome que atinge os lares brasileiros. (Comando Geral da Greve, *Manifesto à Nação*, 05/06/1962. Transcrito integralmente em Grieco 1979, p. 710–1).

4. Definindo um programa de lutas

O conjunto de manifestações ocorridos em 1962 foi a demonstração de um movimento sindical vigoroso capaz de influir em diversos aspectos da política brasileira. Como buscamos sempre salientar, foi um resultado do acúmulo de lutas das décadas anteriores. No entanto, tal acúmulo, trouxe consigo o desafio de síntese e de hierarquização da pauta de lutas, que, por sua vez, contribuiria para a coordenação do movimento. A renúncia de Jânio Quadros, sucedida pela posse de Jango sob um regime parlamentarista, abriu a possibilidade de que a pauta dos trabalhadores tivesse influência sobre o Executivo. No entanto, conseguir formar um "governo democrático nacionalista" não era simples: era tentar encontrar elos entre o discurso do novo Presidente com aquilo que já vinha sendo discutido e reivindicado pelo movimento sindical. Os trabalhadores atuavam nas mais diversas frentes que, por seu turno, poderiam entrar em interlocução com várias instituições estatais. Como articular essas frentes para forçar discussões que nem sempre eram de interesse do Executivo? É desse esforço de articulação que trataremos neste tópico. Para tanto, recuaremos nossa narrativa para o mês de novembro de 1961, quando no calor das ações grevistas, realizava-se o III Encontro Sindical dos Trabalhadores, na Guanabara.

O local escolhido para abertura do evento, a Assembleia Legislativa da Guanabara (Palácio Tiradentes), já pode ser considerado como símbolo do crescente reconhecimento institucional. O Presidente João Goulart foi quem deu início aos trabalhos. Para uma plateia de cerca de 10 mil trabalhadores, Jango teve a oportunidade de colocar, em discurso, a unidade dos trabalhadores, assim como do retorno ao regime presidencialista, como condições essenciais para a realização das Reformas de Base; mais essencial inclusive com maioria do Congresso, na sua opinião. O presidente comprometia-se com a instituição do salário-família, medida igualmente defendida pelo também presente Ministro do Trabalho, Franco Montoro (PDC-SP). Na mesma plenária de abertura, os sindicalistas criticaram o Gabinete de Tancredo Neves como um gabinete de conciliação desprovido de um programa consistente de reformas. (HARDING, 1973, p. 539–40). O tom das críticas refletia as mudanças de orientação que viviam os sindicalistas comunistas que já se sentiam mais seguros para dar relevo a pontos que diziam respeito ao desenvolvimento econômico em termos mais gerais. A continuidade dos trabalhos do conclave ocorreu no Palácio dos Metalúrgicos, com a participação de cerca de mil delegados. Sobre a discussão apenas conseguimos extrair um panorama geral dado pelo jornal *Novos Rumos*.

> Rompendo completamente o cerco estreito da luta pelas reivindicações estritamente salariais e profissionais os líderes sindicais, nesse III Encontro, afirmaram-se senhores da convicção de que a solução dos problemas específicos dos trabalhadores está na dependência da solução dos problemas de ordem, política e econômica e social do país. Afirmando como força independente o movimento sindicai examinou a situação política, econômica e social nacional, tirou suas próprias conclusões e atualizou o seu programa de lutas (NOVOS RUMOS, 1961d, p. 2).

Segundo a reportagem, as resoluções do encontro foram dividas nestas três "ordens de problemas". Por situação política, entendia-se o perigo do rompimento do regime democrático e, em geral, da Constituição de 1946. A avaliação do encontro é que a greve da legalidade junto com a articulação de Brizola com as forças amaradas foi crucial para que se evitasse o golpe de Estado. Já a situação econômica representava um quadro de estagnação e inflação que não seriam superadas "enquanto não forem removidas suas verdadeiras causas, que estão na estrutura arcaica e feudal em que se assenta nossa economia". A situação social era identificada pelos efeitos do processo inflacionário sobre os trabalhadores, descrito por um estudo trazido pela bancada de São Paulo — provavelmente em colaboração com DIEESE. Porém, o problema do custo de vida de modo algum poderia ficar restrito a soluções advindas da revisão salarial. A ênfase do encontro era de incorporar à pauta sindical as reformas de base apontadas nos discursos de Jango[170].

> [...] a resolução conclui que não se deve enfrentar a quesito combatendo somente as suas consequências. Ao Invés do combater os efeitos, cita a resolução, devem-se atacar as causas básicas. Dentre estas, que estão a exigir um ataque Imediato, pronto e decidido, pode-se apontar, justamente, as deficiências estruturais da economia nacional, que se localizam em setores fundamentais, quais sejam: estrutura agrária, estrutura tributária e estrutura do comércio exterior (*Ibidem*, p. 2).

Apesar de termos poucos dados sobre o III Encontro, podemos supor que as reformas propostas pelo PTB que tomam forma das Reformas de Base — a partir da convenção desse partido em 1959 — facilitaram o estabelecimento de uma contrapartida que o movimento sindical poderia pleitear em troca da restituição do regime presidencialista. Como vimos no tópico anterior, este processo político passava pela luta de formação de um "gabinete

[170] Um apanhado dos discursos que permite identificar o modo como o Presidente compreendia o tema das Reformas de Base pode ser encontrado em GOULART, João. "Desenvolvimento e Independência". *Discursos 1961 e 1962*. Brasília, 1962-1963.

nacionalista" que culminou na greve geral de julho de 1962. O IV Encontro Nacional Sindical, que ocorreu no mês seguinte, não se restringiu a cobrar um alinhamento programático, mas a estabelecer arenas em que os debates de diversos seriam tratados. Como é bem sabido, foi neste encontro que se criou o CGT. Interpretamos a formação desta intersindical como uma etapa importante na articulação de arenas de debates que teriam prosseguimento nos meses posteriores.

O IV Encontro foi realizado na cidade de São Paulo, no Cine São José, e contou com cerca 2.500 delegados. As sínteses de suas discussões podem ser encontradas em dois documentos. O primeiro documento era o "Programa de 18 pontos":

1. Luta concreta e eficaz contra a carestia, mobilizando todos os meios de transporte para a condução de gêneros essenciais dos centros produtores para os consumidores, chegando-se, se necessário, até o confisco dos estoques existentes;
2. Reforma agrária radical e imediato reconhecimento dos sindicatos dos trabalhadores rurais;
3. Reforma urbana como única solução para o problema da casa própria.
4. Reforma bancaria com a nacionalização dos depósitos
5. Reforma eleitoral, com direito de voto aos analfabetos, aos cabos e soldados das forças armadas e a instituição da cédula única para as eleições de 7 de outubro
6. Reforma universitária e a participação de 1/3 de estudantes nas Congregações, Conselhos Departamentais e Conselhos Universitários;
7. Ampliação da atual política externa do Brasil pela conquista de novos mercados, em defesa do desarmamento total e autodeterminação dos povos;
8. Repúdio e desmascaramento da política financeira do Fundo Monetário Internacional;
9. A aprovação da lei que assegure o direito de greve, nos termos do projeto aprovado pelos trabalhadores em suas conferencias e congressos;
10. Encampação com tombamento de todas as empresas estrangeiras que exploram os serviços públicos;
11. Controle da inversão de capitais estrangeiros no país e limitação da remessa de lucro;
12. Participação dos trabalhadores nos lucros das empresas;
13. Revogação de todo e qualquer acordo lesivo aos interesses nacionais;
14. Fortalecimento da Petrobras com o monopólio estatal da importação de óleo bruto, da distribuição de derivados a granel, da indústria petroquímica e a encampação das refinarias particulares;
15. Medidas concretas e eficazes para o funcionamento da Eletrobrás;

16. Criação da Aerobras instituindo o monopólio estatal na aviação comercial;
17. Manutenção das atuais autarquias que exploram o transporte marítimo;
18. Aprovação da lei que institui o 13º salário.[171]

O segundo documento constituía o "Manifesto à Nação", um texto que introduziu esses 18 pontos para a população. O tom do documento era de desconfiança das possibilidades de o Executiva implantar os pontos, mesmo se conquistada a volta do regime presidencialista.

> [...] reafirmamos mais uma vez que não haverá solução favorável ao povo pela forma como procedem as cúpulas partidárias e o Governo, com conciliações que atendem aos trustes e monopólios, seus agentes, inimigos da Nossa Pátria.
> Só com a participação dos trabalhadores, dos patriotas civis e militares derrotaremos nossos inimigos.[172]

Não é difícil identificar ecos da linha política do PCB. Os dirigentes sindicais comunistas que lideravam o Encontro e as composições feitas de Jango para formar seus gabinetes ministeriais eram expressões de "vacilações" da burguesia nacional que, por sua vez, costumava "conciliar" com o "latifúndio" e o "imperialismo".

> Examinando profundamente e coletivamente a situação econômica, política e social do nosso país, concluí-mos que não houve, que não se tomou nenhuma medida eficiente para enfrentar as causas do atraso e da miséria em que vive o nosso povo. Por isso estamos convencidos de que se não lutarmos com energia, essa situação se agravará muito mais (*Ibidem*).

É interessante ressaltar que o documento também deixa transparecer certo sentimento de que mesmo direitos já conquistados não seriam implantados sem a pressão popular.

> Reclamamos medidas imediatas e eficientes do Governo contra a insuportável alta constante do custo de vida e contra os exploradores do povo. Lutaremos pela aplicação integral de todas as conquistas das leis sociais e trabalhistas e da Lei Orgânica da Previdência Social. (*Ibidem*).

Um mês após o IV Encontro, ocorreu a renúncia do Primeiro Ministro Brochado da Rocha. O Congresso, em seguida, aprovou uma emenda ao ato adicional, antecipando o

[171] IV Encontro Nacional Sindical, "Programa de 18 pontos", Reproduzido integralmente em Leite (1983, p. 88).
[172] IV Encontro Nacional Sindical, "Manifesto à Nação", Reproduzido integralmente em Telles (1981, p. 171–3).

plebiscito para janeiro e permitindo a Jango formar um novo Gabinete, chefiado por Hermes Lima. O processo de sucessão de ministérios deste mês foi tenso, envolvendo a participação do movimento sindical no que ficou conhecido como a Greve do Plebiscito. Esta greve ocorreu nos dias 14 e 15 de setembro (sexta-feira e sábado) e contou com uma adesão menor que a greve nacional anterior, embora replicasse seu modelo: maior mobilização na cidade do Rio de Janeiro e em Santos; maior incidência nos setores de transportes urbanos e trabalhadores da orla marítima e forte esquema repressivo por parte das forças policiais de nível estadual. Como foi decretado greve geral na aviação comercial, os parlamentares "presos" em Brasília puderam votar na antecipação do Plebiscito para 06 de janeiro. As cidades afetadas foram, além das duas já citadas, Belo Horizonte, Porto Alegre, Brasília, São Paulo e Santos[173].

O novo Ministro do Trabalho João Pinheiro Neto assumiu o cargo com a tarefa imediata de garantir a soltura dos sindicalistas presos. O novo ministro era um político bastante alinhado a Jango e, com sua nomeação, abriu-se novamente a oportunidade de ter um Ministério do Trabalho com relações abertas às demandas de sindicatos democraticamente eleitos. Do mesmo modo, significou uma nova esperança em ver um ministério comprometido com a fiscalização das leis trabalhistas. A diferença básica desta oportunidade com a anterior é que — a saber, a da gestão do João Goulart no ministério, em 1953 — doravante o movimento sindical tinha avançado consideravelmente em torno de unificação e de um programa de reivindicações e de coordenação de intervenções públicas.

Preocupado em dar respostas às reivindicações feitas nas greves gerais, Pinheiro Neto assumiu como prioridade duas questões: a revisão do salário mínimo e o sindicalismo rural. Deixaremos para abordar a segunda questão mais adiante. No que diz respeito à primeira, o Ministro contou com o apoio de Jango que convocou uma delegação do CGT composta por quatro líderes sindicais: Pellacani, Pacheco, Correia e Bastos. O resultado da reunião foi a obtenção por parte do Gabinete de um crédito de confiança da intersindical de 30 dias para só então garantir três itens: revisão do salário mínimo, controle do preço dos gêneros de primeira necessidade e a participação do CGT na discussão do futuro gabinete caso o presidencialismo fosse restituído.

A afinidade de João Pinheiro com o programa do CGT ia além das atribuições possíveis para a sua pasta. Logo no início do mês de dezembro, o ministro fez declarações

[173] A análise mais completa da greve é de Melo (2013, p. 225–8). Para a (pequena) repercussão da greve na cidade de São Paulo, conferir Grieco (1979, p. 296).

contrárias ao envio por parte de Jango de uma comissão para negociar com o FMI para a renegociação da dívida externa[174]. Esta comissão precedeu a visita do presidente John Kennedy ao país. Pelo fato de o ministro ter feito denúncias de que haveria uma "ditadura financeira", o Presidente optou pela exoneração de Pinheiro Neto com receio de que as relações diplomáticas dos dois países viessem a ser comprometidas. Por mais que, como veremos, o CGT manifestasse críticas à atuação do ex-ministro na condução da política salarial do governo, a entidade se viu obrigada a defender a restituição de seu cargo. Em substituição na gestão do ministério, assumiu Almino Afonso, que deu continuidade à política do predecessor e, em alguns pontos, a aprofundou. Nas três próximas seções teremos a oportunidade de verificar a relação do Ministério do Trabalho com um movimento sindical provido de instrumentos de pressão e um programa de reivindicações abrangente.

1. A ampliação dos direitos

Dentre os direitos conquistados a serem implantados e ampliados, começaremos pelos que se referem à regularização do regime salarial. Além da revisão do salário mínimo que, segundo as resoluções do IV Encontro Sindical Nacional, deveria ser imediata, os trabalhadores ainda lutariam para que essa revisão fosse semestral, um pouco mais condizente com a velocidade do processo inflacionário. No mesmo intervalo, deveriam estar abertos para a renegociação os acordos salariais dos trabalhadores que recebiam acima deste piso. Era necessário instituir o 13º salário; uma vez instituído, seria necessário forçar as empresas a pagar. Por fim, ainda havia a necessidade de estender o direito aos aposentados e trabalhadores rurais.

Apesar do crédito de confiança, os sindicatos abrangidos pelo Comando se mobilizaram para reivindicar um reajuste de 100% do salário mínimo para o mês seguinte. Esta proposta viria chocar-se com a do presidente e do MTPS que previa o respeito ao calendário de preparação de estudos do SEPT que demorava 90 dias. Também entrava em choque com o Ministério da Fazenda que considerava que o reajuste, somado com a instituição do 13º salário, resultaria em um encargo demasiadamente pesado para as empresas (GRIECO, 1979, p. 299–301).

[174] A comissão era composta pelos seguintes nomes: o embaixador estadunidense, Lincoln Gordon, o embaixador brasileiro em Washington, Roberto Campos, e o diretor da Sumoc, Octavio Gouvea de Bulhões.

Com o passar dos meses, ficava cada vez mais claro para os sindicalistas que os estudos do SEPT não estavam sendo direcionados para o patamar salarial exigido na campanha puxada pelo CGT. No início do mês de novembro, um encontro de dirigentes sindicais no Rio representou uma ocasião para que se tirasse um posicionamento do Comando de reforço à luta de implantação do 13º salário (aprovado pelo Legislativo logo após da Greve do Gabinete) e à luta pelo reajuste de 100% do salário mínimo (acordado com o governo federal para dar fim à Greve o Plebiscito). Pinheiro Neto propôs no dia 7 um reajuste de cerca de 56%, a ser implementado no dia 1º de janeiro do ano seguinte. Como iniciativa de negociação, os dirigentes reduziram sua demanda por 80%, a ser implantado no dia 1º de dezembro, com o 13º salário calculado pelo mês de novembro. (GRIECO, 1979, p. 303–4). Apesar de ameaças de realização de uma nova greve geral, o movimento acabou por ter de que aceitar a determinação do governo provavelmente esperando o atendimento de outras reivindicações.

O 13º salário foi finalmente decretado em 14 de dezembro de 1962, em uma conjuntura política marcada pela campanha pelo plebiscito. O governo abriu uma linha de crédito do Banco do Brasil para que as empresas pudessem pagar o encargo. Cabe assinalar o fato de isto ter significado uma onda de emissão monetária, o que viria pôr em dúvida as metas de controle que eram anunciadas na mesma quinzena pelo Ministro das Fazenda San Tiago Dantas. A inflação, naquela altura, já havia ultrapassado o valor anual de 50%. Apesar desta linha de financiamento, diversas empresas resistiram à implantação deste direito. É o que podemos notar pela luta dos trabalhadores de bancos e de transporte rodoviário na Guanabara, além de uma greve nacional dos trabalhadores de empresas de comunicação estrangeiras (GRIECO, 1979, p. 381–2).

Outro ponto legislativo presente no 4º Encontro Nacional Sindical era o direito à greve que, embora presente na Constituição de 1946, ainda não tinha sido alvo de legislação específica. Os maiores "avanços" neste ponto eram o Decreto-lei 9.070 e a legislação de Segurança Nacional aprovada em 1953, os quais legitimaram a repressão às greves pelos órgãos de segurança pública estaduais ao longo dos anos 1950 e no início dos anos 1960[175]. Na época do 4º Encontro Sindical Nacional, tramitava no Senado um projeto de lei do deputado Jefferson Aguiar, desfavorável aos trabalhadores[176]. Tal projeto veio a ser aprovado

[175] Ambas as legislações abordadas no capítulo 2 da presente tese.

[176] Segundo Julio Grieco, eram cinco os pontos do projeto que causavam resistência aos trabalhadores: "(l) stricte observation des dates des accords et des conditions fixées par la loi; (2) interdiction par la Justice Du

naquela Casa, porém não chegou a ser sancionado durante o regime democrático. Após o golpe Civil-Militar, o projeto foi a base para a legislação de greve do novo regime. Em contraposição ao projeto de lei, a esperança do movimento sindical do ano 1962 estava depositada em um projeto alternativo, proposto pelo Senador Aurélio Viana.

Como dito anteriormente, a volta do poder executivo para as mãos de João Goulart, no início de 1963, significava para o movimento sindical a esperança de maior fiscalização das leis trabalhistas. O tema da fiscalização era a forma com que os sindicalistas legitimavam sua demanda por inserção de quadros da cúpula sindical nos órgãos de previdência social. Em janeiro, Dante Pelacani inseriu-se como diretor do DNPS; Osmildo Stafford, diretor da CONTEC, entrou no conselho fiscal do IAPB; e Roberto Morena integrou o conselho administrativo do IAPI[177].

Em 24 de janeiro, Almino Affonso assumiu a pasta do trabalho, com o objetivo de moralizar a instituição e acabar com focos de ineficiência e de empreguismo. No início de sua gestão houve um confronto com a ala do PTB que, por décadas, controlava os postos do ministério, especialmente a ala representada por Ivete Vargas (São Paulo). Quase a totalidade dos representantes dos IAP's foi substituída, assim como as Comissões de Imposto Sindical (CIS), de Técnica de Orientação Sindical (CTOS). O furor reformador atingiu também representantes ligados ao CGT, como foi o caso de Dante Pelacani. De todo modo, em 16 de fevereiro, em reunião com Roberto Morena, o ministro estabeleceu um acordo com o CGT de manter a participação de dirigentes sindicais nos IAP’s pelo sistema tripartite e nas comissões acima citadas, assim como no SEPT. Ao que tudo indica, o temor do Comando na época era de que o esforço de moralização pudesse impedir, além da participação de determinados nomes, também a participação geral dos sindicatos na fiscalização dos órgãos (GRIECO, 1979, p. 390). O entendimento comum do conjunto dos congressos analisados neste capítulo sobre essa participação é que era também uma conquista da classe trabalhadora.

Travail des greves pendant au moins 12 mois après la signature de l'accord; (3) interdiction des greves politiques et de solidarité; (4) interdiction des greves visant a altérer les accords salariaux pendant leur periode de validité; (5) décision normative du Tribunal Supérieur du Travail déterminant la fin de la greve” (1979, p. 360, nota 100).

[177] É possível colocar em dúvida a intenção do governo Jango ao realizar estas nomeações. Poderia representar mera intenção de conseguir o apoio da CGT para a construção de um plano econômico desfavorável para os trabalhadores. Deste modo, ele só estaria retirando quadros ministeriais antigos do PTB para inserir novos, sem que isso significasse qualquer alteração da política previdenciária. Autores como Kenneth Erickson (1979) e Julio Grieco (1979) argumentam nesse sentido. Consideramos esta hipótese válida, porém preferimos ressaltar o fato que os dirigentes assumiram cargos públicos em uma fase de ascensão do movimento, e que o presidente sentia a pressão dos trabalhadores organizados.

Para o presente tópico a ação mais importante da gestão de Almino Affonso foi a convocação de um fórum de debate para o estudo de reforma das CLT. Com o mote da celebração dos 20 anos da legislação, a reunião recebeu o nome de um de seus formuladores: Fórum Lindolfo Collor. O ministro do trabalho aproveitou-se do fato de que no ano anterior - — ainda na Presidência de Jânio Quadros —, fora convocado um grupo de juristas para o estudo de reformas nos diversos códigos do Direito Brasileiro. Na CLT, nosso "código do trabalho", o nome escolhido fora o do respeitado jurista Evaristo de Moraes Filho[178]. O anteprojeto de reforma que seria proposto por Moraes Filho teria a chance de ser alçado ao debate público com a presença de diversos segmentos sociais. A expectativa dos dirigentes sindicais era de que as deliberações do Fórum fossem incorporadas ao anteprojeto.

Dentre as expectativas do CGT, a maior era a de se oficializar como Central. Em março, Jango já havia apresentado a intenção de formar uma central com o nome de Confederação Geral dos Trabalhadores do Brasil, porém sem esclarecer como seria dada a representação das entidades dos diversos níveis já prevista na legislação. Em consonância com o presidente, no mês seguinte, Almino Affonso decretou uma portaria que desobstruía a formação de órgãos intersindicais — por meio da anulação de uma portaria precedente da década de 1940. Com a nova portaria, o CGT deixava de ser ilegal, mas ainda tinha que lutar pela reformulação da CLT se quisesse passar a ser legal, sendo o Fórum uma boa oportunidade para tal apresentação. Outro momento desta luta era a formação de um 4º Congresso Nacional Sindical como o previsto para outubro de 1963, na cidade de Recife, cujos preparativos já tinham sido iniciados. Em abril, o CGT enumerou pontos de uma pauta de reivindicações cujo foco estava nas questões da legislação trabalhista que seriam discutidas no mês seguinte.

> 1. Semana de cinco dias de trabalho:
> 2. Período de trinta dias de férias;
> 3. Estabilidade aos cinco anos de serviço;
> 4. Licença-prêmio de seis meses aos dez anos de trabalho;
> 5. Direito à família do trabalhador que morrer, a metade da indenização a que teria em direito em vida;
> 6. Aposentadoria por velhice, aos 55 anos para os homens e aos 50 para as mulheres;

[178] Em novembro de 1962, o Ministro da Justiça, João Mangabeira baixou uma portaria convocando juristas para elaborar a reforma de onze códigos. Além do código do trabalho estavam incluídos: Código Penal, Ministro Nelson Hungria; Código de Execuções Penais, Professor Roberto Lyra; Processo Penal, Hélio Tornaghi; Civil, Orlando Gomes; Obrigações, Castro Rebelo; Introdução ao Código Civil, Alfredo Bazaid; Código do Trabalho, Evaristo de Moraes Filho; Processual Trabalhista, Victor Russomano; Menores, Noé Azevedo; e Contabilidade Pública, Assis Ribeiro (*Último Hora*, 09/11/1962 Citado em Marco Aurelio Rodrigues, (2014, p. 18)

> 7. Inclusão, entre os dependentes do trabalhador, da companheira ou concubina;
> 8 Aposentadoria para as mulheres nos 25 anos de serviço;
> 9. Concessão de auxílio-doença para os desempregados;
> 10. Salário-família, inclusive para os aposentados (NOVOS RUMOS¸ 1963, p. 7).

Os trabalhos do Fórum Lindolfo Collor foram inaugurados no 1º de maio de 1963 — exato dia em que a CLT completava duas décadas —, no Palácio Tiradentes, na Guanabara. O esquema de representação iniciou-se tripartite, composto pelo governo, sindicatos de empregadores e de empregados. No entanto, no terceiro dia, os sindicatos patronais resolveram abandonar o Fórum — com a exceção da CNI que permaneceu na posição de entidade observadora. Em nota elaborada pelos sindicatos dos empregadores, estes apresentaram uma série de razões para saída. Em geral, colocaram em questão a sobre-representação dos trabalhadores: tanto em membros votantes quanto em eixos temáticos, o que feria o equilíbrio corporativo. Contudo, salta aos olhos a menção de uma proposta proveniente dos representantes dos empregados e do governo que concernia à criação de grupos ministeriais encarregados de fiscalização nas empresas para aplicação das normas da CLT, especialmente no que se referia às contribuições previdenciárias. Estes grupos seriam compostos de médicos e técnicos em segurança do trabalho e de fiscais do MTPS, todos convocados por um sindicato de uma determinada categoria. Acreditamos que não foi nenhuma coincidência que justamente neste ponto da discussão se cristalizou a discórdia no Fórum que resultou na saída dos segmentos dos empregadores (GRIECO, 1979, p. 416–7; RODRIGUES, M. A. S., 2014, p. 22–5).

Após essa cisão, o encontro pôde construir resoluções a respeito das demandas pelo desenvolvimento da legislação salarial (revisão do salário mínimo, salário família, 13º salário para aposentados, etc.), pela estabilidade dos delegados sindicais de empresa, pela estabilidade do emprego e pelo direito a greve. Faz-se necessário ressaltar que a tendência era pela a reforma da CLT, mas não de sua negação. Questões-chave como o sindicalismo único, mediação do estado nos acordos salariais e imposto sindical não foram significativamente alterados, por mais que na versão do anteprojeto apresentado por Evaristo de Moraes Filho contivesse propostas para alterar os dois últimos pontos. Sem a expressão de grupos que questionavam esses pontos no meio sindical — como era o caso dos renovadores — a novidade na estrutura sindical foi principalmente a abertura para a possibilidade de formação

de três centrais, quais sejam, empregados, empregadores e profissionais liberais (GRIECO, 1979, p. 418–9).

O Fórum Lindolfo Collor pode ser considerado a principal inserção de reformas da CLT dentro do quadro mais geral que estava sendo defendido pelo movimento sindical. Acreditava-se na época que, com oficialização da CGT que as resoluções apontavam, permitiriam a implantação de outros pontos levando para um novo patamar as discussões sobre as regulações das relações de trabalho no Brasil. No entanto, apesar da conjuntura favorável de negociações entre os sindicatos e o Ministério do Trabalho sob a gestão Almino Afonso, as alterações legislativas defendidas no Fórum encontravam-se na dependência de um apoio destituído de restrições ao Plano Trienal proposto pelo governo. Como as restrições foram grandes, no mesmo mês de maio, Jango deixou de ter interesse nas resoluções, sobretudo no que diz respeito à oficialização de uma central sindical.

2. A política econômica

No capítulo 2 da presente tese, pudemos analisar como o avanço dos aparelhos econômico dos anos 1950 foi um estímulo para que os trabalhadores precisassem suas demandas por uma industrialização dirigida pelo Estado e que permitisse a completude das cadeias de produção. Em um cenário de crise econômica, o início da década de 1960 não conheceu um esforço de canalização de investimento semelhante à década anterior. No entanto, o movimento sindical fez esforços consideráveis para não ser novamente posto de lado de qualquer forma de planejamento econômico advinda do governo federal. Examinaremos, portanto, a atuação do CGT diante da principal iniciativa de política econômica do governo Jango, o Plano Trienal.

O Plano Trienal começou a ser elaborado em setembro de 1962 por Celso Furtado. Em dezembro, foi exposto pela primeira vez como uma forma de programa para endossar a defesa do presidencialismo na campanha de Jango para o plebiscito que decidira sobre a mudança ou manutenção do regime político no dia 06 de janeiro. Seguindo uma terminologia mais contemporânea, o plano pode ser encarado como uma política de austeridade, pois tinha como metas imediatas o refinanciamento da dívida externa e o controle da inflação. Segundo a avaliação do Plano, a inflação de 1962 era da ordem de 52%, e a ambição do governo era de reduzir para 10%, em 3 anos. Para isto, teria que realizar um severo controle do gasto público

e aumentar impostos. Apesar das medidas de austeridade, o Plano previa um índice de crescimento econômico elevado, de 7% ao ano. Para isso, estabelecia formas de investimento estatal que seguissem padrões mais rígidos do que o plano de metas — evitando-se emissões monetárias, por exemplo. O governo ainda daria continuidade à medida promulgada pelo governo Jânio Quadros, o que incitou diversas críticas do movimento sindical acerca da eliminação dos subsídios ao trigo e à gasolina (Instrução 204), que, em abril de 1963, o governo ainda iria mais longe, desvalorizando o câmbio e aproximando-o ao câmbio de mercado. Cabe lembrar que, se essa medida combatia a inflação no médio prazo e aumentava imediatamente os custos de transporte e de alimentos.

Para conseguir restabelecer a taxa de investimento da economia, o Plano Trienal levantaria novamente o problema do financiamento externo, já conhecido dos planos anteriores. Bem antes da elaboração do Plano Trienal, no mês de abril de 1962, Jango já havia feito uma viagem a Washington para assegurar sua adesão a princípios democráticos (na época, isso se entendia como rejeição ao comunismo) e do apoio ao financiamento para o desenvolvimento brasileiro. Um tema delicado das conversas com o Governo de Kennedy era a desapropriação de empresas prestadoras de serviços públicos. Em fevereiro de 1962, o Governo do Rio Grande do Sul, de Leoneal Brizola (PTB) expropriou uma subsidiaria da *International Telephone and Telegraph Co.* de forma "não compensatória" segundo a legislação americana[179]. Essa medida — amplamente apoiada pelo movimento sindical — abriu precedente para outras expropriações. Mesmo políticos que seguramente não poderiam ser considerados "nacionalistas", como o governado da Guanabara, Carlos Lacerda (UDN), tinham planos de expropriação. Em março de 1963, foi a vez de o então Ministro da Fazenda San Tiago Dantas ir a Washington. Tendo o Plano Trienal como base para as negociações, conseguiu obter um acordo de empréstimo de aproximadamente U$ 400 milhões, porém apenas U$ 84 milhões seriam disponibilizados imediatamente; o restante ficaria a depender das medidas anti-inflacionárias.

O posicionamento do CGT em relação ao plano iniciou-se logo após o plebiscito. Ao lançar uma nota pública de congratulação à vitória do presidencialismo, o Comando não perdeu a oportunidade de recordar as greves realizadas no ano anterior, e percebeu a necessidade de consultar os trabalhadores para a formação do novo governo. Segundo a entidade, da consulta aos trabalhadores também dependia o sucesso do Plano Trienal. Em uma

[179] Naquele ano, o Congresso estadunidense reformou sua legislação de ajuda exterior de modo a impedir ajuda externa a países que tenham confiscado empresas americanas sem justa compensação (emenda Hickenlooper).

demonstração de que o governo se mostrava inicialmente consciente desse alerta e, assim, cumprindo parcialmente uma promessa realizada em outubro do ano anterior de "consultar" sobre o Plano, Jango enviou Celso Furtado para realizar uma conferência na CNTI no dia 18 de janeiro de 1963[180] (GRIECO, 1979, p. 382–3).

Nos dias 2 e 3 de fevereiro de 1963, foi realizada uma reunião do CGT na sede do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil de São Paulo — cujo presidente era Dante Pelacani. A preocupação da intersindical era de que as reformas de base não fossem menosprezadas em prol de uma política de estabilização. Partindo desse princípio, decidiu-se por um prazo de 90 dias para que o congresso colocasse em pauta as reformas mais urgentes, em especial as que exigiam modificação na Constituição (GRIECO, 1979, p. 387). No manifesto resultante desta reunião, enviado ao Presidente da República, os sindicalistas rejeitavam o Plano Trienal e qualquer "sugestão de trégua" da "luta reivindicatória". O entendimento era de que o Plano sacrificava os interesses dos trabalhadores sem tocar nos interesses dos capitalistas nacionais e estrangeiros e dos "latifundiários".

> A carestia de vida só pode ser efetivamente combatida através de reformas profundas na estrutura econômica do país que elimine as causas da inflação por isto os trabalhadores lutam contra a carestia exigindo não apenas aumento de salário, mas também a realização das reformas de base (COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES, 1963, p. 7).

Apesar da condenação geral ao plano, três pontos serão destacados por terem sido eixos dos conflitos da intersindical com o governo até o mês de junho, quando o Plano perdeu seu poder de coordenação da ação estatal.

1) Reajuste dos salários:

> Os novos níveis de salário mínimo estabelecidos em dezembro para vigorar em janeiro, já insuficientes, perderam grande parte de seu valor em face da carestia desenfreada que presenciamos e dentro de alguns meses estarão completamente anulados. Ao mesmo tempo os salários dos profissionais estão sendo nivelados ao mínimo.
> Estendemos nossa mão solidária aos companheiros funcionários públicos (...). O aumento de 40% em abril, fixado arbitrariamente no plano trienal, é um verdadeiro escárnio e pode constituir precedente ameaçador para as lutas salariais dos trabalhadores (*Ibidem*, p.7).

[180] A promessa feita em 22 de outubro de 1962 (um mês depois do início dos estudos coordenados por Celso Furtado), foi de "consultar" os trabalhadores antes da apresentação do Plano (GRIECO, 1979, p. 301).

2) Controle do capital estrangeiro

> É hora de aplicar rigorosamente a Lei que regulamenta a remessa de lucros das empresas estrangeiras, cuja execução depende apenas do Poder Executivo.
> É hora de nacionalizar empresas estrangeiras que ocupam posição chave em nossa economia, indenizando-as apenas pelo custo histórico (*Ibidem*, p.7).

3) Controle dos preços e a reforma agrária.

> Com a supressão dos subsídios ao trigo e aos combustíveis e outras medidas, generalizam-se as altas de preços e campeia a especulação.
> É hora de fazer uma reforma agrária profunda, de entregar as terras dos latifundiários aos camponeses, assistindo-os por todos os meios (*Ibidem*, p.7).

Em resposta ao manifesto, Jango convocou uma delegação de sindicalistas para uma reunião em Brasília. Neste encontro, foram discutidos diversos temas e, no geral, o presidente procurou mostrar-se aberto para a discussão, comprometendo-se a solicitar a Celso Furtado para retornar à CNTI quantas vezes fosse necessário. Apontou para o fato de que as reformas de bases não seriam instituídas por uma greve geral de um dia ou de 48 horas, ou seja, seria um processo de médio prazo de conquistas. Ainda no mês de fevereiro, a CNTI organizou um encontro do qual participou o Ministro do Trabalho, Almino Affonso. O ministro pediu um voto de confiança na política econômica elaborada por Furtado e Dantas, evitando-se a realização de greves. Não obstante, assumindo como suas as demandas elaboradas no manifesto do CGT, o ministro garantiu que não declararia as greves ilegais e que lutaria para fiscalizar a aplicação patronal das normas da CLT (GRIECO, 1979, p. 391).

Como parte do planejamento construído por Furtado, um estudo do DASP estabeleceu que o aumento previsto pelo governo seria da ordem de 40%, a ser aplicado no mês de abril[181]. Essa determinação provocou reação das associações de servidores públicos civis, que organizaram um ato público no Rio de Janeiro. O CGT passou a apoiar o funcionalismo público, uma vez que já vinha construindo relações com a categoria em outra frente, que dizia respeito ao estabelecimento do direito de sindicalização. Este movimento dos servidores públicos civis desembocou na criação do Comando dos Funcionários Públicos, no fim do mês de abril. Dirigido por Carlos Taylor, visava à unificação das lutas das associações na pressão

[181] Para dar uma dimensão dos inconvenientes de se reajustar o salário do funcionalismo público, citaremos diretamente Thomas Skidmore neste ponto: "Determinar o aumento de vencimentos para os funcionários civis e militares era politicamente mais embaraçoso do que aumentar o salário-mínimo, uma vez que o primeiro teria que ser aprovado pelo Congresso, enquanto que o salário-mínimo dos trabalhadores não-governamentais era fixado por decreto do Ministério do Trabalho" (1982, p. 295–6).

do Congresso pela aprovação do reajuste de 70% para servidores civis e militares (GRIECO, 1979, p. 384–5).

Quanto aos militares, as manifestações do Clube Militar nos permitem concluir que, salvo casos específicos, os círculos superiores não reconheciam a legalidade do CGT, rejeitando veemente o apoio da entidade. Os militares consideravam que a reivindicação pelo aumento do reajuste salarial deveria ser conduzida pelo topo da hierarquia, sob o risco de ver ameaçada a instituição das forças armadas. Trataremos desta última questão quando abordarmos a relação dos aparatos repressivos com o movimento sindical. Por ora, basta mencionar o fato de que, neste período, houve crescimento das manifestações dos oficiais contra a reivindicações dos praças por aumento salarial, por considerar, na época, como uma fonte de "desordem" e "quebra de hierarquia". A tensão entre praças e oficiais, assim como as insinuações de intervenções políticas por parte destes últimos (leia-se: golpe), foram um forte estímulo para a efetivação por parte do governo de um reajuste de 60%, no início do mês de maio.

O desdobramento final da disputa salarial do funcionalismo público constituiu um forte sinal de que o governo fracassava na sua política de austeridade, uma vez que o nível do reajuste impediria a contenção do déficit público preconizado pelo plano. Em meados de maio, chegava no país uma missão do FMI, para avaliar o sucesso da contenção da inflação. A constatação do organismo era de que a inflação dos cinco primeiros meses de 1963 era de 25%, o que era precisamente a taxa que o plano previra para o ano todo. Como empréstimos estadunidenses, assim como empréstimos europeus, dependiam desta avalição, ficava minado um dos principais, senão o principal, fundamento do programa de investimentos, o que levou a descrença do plano por parte dos investidores privados residentes no país.

No início de maio, o CGT realizou uma consulta às intersindicais de nível estadual e a PUA sobre a viabilidade de realizar no final do mesmo mês uma greve geral de 24 horas. No dia 16 a intersindical lançou um manifesto em que divulgou a resposta favorável das organizações estaduais e a pauta construída: reforma agrária com emenda na Constituição; Salário-Família; Salário mínimo como piso para o auxílio enfermidade e para a aposentadoria; reajuste de 70% dos salários do funcionalismo público civil e militar; aplicação da lei de remessa de lucros COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES, 1963b, p. 4). No dia 16, o Comando lançou um manifesto divulgando uma resposta favorável das intersindicais. A greve não veio a ocorrer, contudo, esta manifestação teve por efeito o esgarçamento das negociações com o Governo Federal.

No final do mês de maio, o Presidente dava sinais de aproximação com um outro projeto de intersindical de pouca expressão até então, a União Sindical dos Trabalhadores (UST). O contato com a organização se fez na pessoa de Crockett de Sá, "assessor sindical" de Jango de longa data. Criado, em setembro de 1962, na cidade de São Paulo, sua composição era basicamente de sindicalistas, que haviam apoiado Jânio Quadros, e de dirigente sindicais, de alas do PTB, que perderam participação nas instituições previdenciárias depois da nomeação de Almino Afonso para o MTPS (GRIECO, 1979, p. 422–6; HARDING, 1973, p. 572–3). É importante notar que esse movimento em direção da UST foi realizado no mesmo mês do Fórum Lindolfo Collor, o que demonstra um curto período de reais possibilidades de oficialização do CGT. Para o presidente, portanto, tal formalização estava estritamente condicionada ao apoio de seu projeto econômico de curto prazo.

Diante das características do Plano Trienal e da natureza das críticas dos sindicalistas, cabe aqui adiantar algumas conclusões. Primeiramente, é um fato digno de nota o ineditismo do esforço governamental — nas vozes de Almino Affonso, Celso Furtado e do próprio João Goulart — em buscar diálogo com o movimento sindical. Em outras palavras, o governo federal tentava, pela primeira vez, convencer os sindicatos a apoiarem um plano econômico. Por outro lado, é preciso entender o limite do convencimento. O governo não acatava nenhuma proposta sindical no que dizia respeito aos âmbitos que tocavam o plano. Neste tópico, vimos que uma questão essencial para os sindicatos, a saber: a política salarial era francamente oposta à linha sindical. O controle dos preços dos gêneros de primeira necessidade estava comprometido pelo fim dos subsídios ao trigo e à gasolina. A nacionalização de serviços públicos era considerada pelo governo como uma ameaça nas negociações com os EUA. Isto sem falar de medidas para dar continuidade à industrialização que o movimento sindical defendia — como vimos no capítulo 2 — as quais foram adiadas para o "longo prazo". Nestas condições, apenas a reforma agrária poderia aparecer como um sinal de aproximação com a pauta da CGT e, por conta disso, abordaremos com mais detalhe do tópico seguinte.

3. A questão agrária

Embora o 3º e o 4º Encontro Nacional Sindical tenham estabelecido pontos de um programa sindical para o campo, eles não fizeram mais do que incluir uma discussão realizada

em uma reunião específica sobre esse tema, ocorrida em novembro de 1961. Organizada pela ULTAB, a reunião teve o nome de Congresso Nacional de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas (mais conhecido como Congresso de Belo Horizonte). À semelhança do III Congresso Nacional Sindical, o conclave significou, para o campo, a consolidação dos temários do sindicalismo rural — assim como de outras formas associativas do campo — e a cristalização de distintas linhas políticas para além da disputa interna do PCB. A retórica sindical sobre a reforma agrária, a esta altura, já era plenamente desenvolvimentista, seguindo as tendências analisadas no capítulo anterior. A primeira frase da convocatória já mostra o tom dos documentos que se seguiriam ao Congresso: "O desenvolvimento econômico e social do Brasil exige a solução de sua questão agrária" (COMISSÃO NACIONAL DA I CNLA, 2010, p. 36). Igualmente era clara a articulação dos problemas do mercado interno tanto do ponto de vista do abastecimento de produtos agrícolas quanto do consumo dos produtos industriais:

> [A] grande massa de trabalhadores [rurais e urbanos] quase não pode comprar os gêneros mais essenciais à vida de suas famílias. Dado este estado de coisas, a produção de artigos para a alimentação do povo, nas cidades e nos campos, não corresponde as necessidades, contribuindo decisivamente, para a terrível carestia que assola o país, de norte a sul. Por sua vez, as pessoas que vivem e labutam nas lavouras, representando a maioria da população brasileira, pouco podem consumir dos produtos industriais, constituindo assim, um dos sérios obstáculos ao progresso da indústria nacional (COMISSÃO NACIONAL DA I CNLA, 2010, p. 36).

O evento foi realizado no prédio da Secretaria de Saúde do estado de Minas Gerais — como cortesia do governador José de Magalhães Pinto (UDN) —, contando com a presença de cerca de 1.600 pessoas[182] (Novos Rumos24 a 30 de novembro de 1961- nº 146, p. 8). Como fato inédito em conclaves da categoria ainda em definição de trabalhadores agrícolas, o encontro contou com representantes do Estado brasileiro. Além do governador do estado, estiveram presentes o já presidente João Goulart e o Primeiro-ministro Tancredo Neves. Quanto à pluralidade de grupos políticos que atuavam no campo brasileiro, a pesquisa não identificou um levantamento sistemático do evento.

A memória construída pelos periódicos de esquerda, depoimentos de lideranças e trabalhos acadêmicos tende a reduzir a complexidade das organizações políticas à polarização entre os comunistas e os membros das ligas camponesas. Os comunistas detinham o controle

[182]Segundo o periódico *Terra Livre*, o número foi estimado em 1.800 (1961, p. 1).

da ULTAB e, desde a segunda metade da década de 1950, tendiam a capitanear diferentes formas de associações que pretendiam se conformar em sindicatos rurais, o grupo mais forte na parte rural dos estados de São Paulo e Paraná. O termo "ligas camponesas", na época, englobava grupos que lutavam pela posse imediata da terra, podendo conquistá-la por vias jurídicas; no entanto, não descartavam modos conflituosos de atingir seus objetivos. A experiência mais famosa foi a expropriação do Engenho da Galileia em Pernambuco, promovida pela liga camponesa de Pernambuco[183], sob a liderança do advogado Francisco Julião. A repercussão deste movimento de Pernambuco fez com que os posicionamentos de Julião servissem de inspiração para a construção política e simbólica de outros conflitos de terras que eclodiram nos estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Goiás, assim como em estados de maior domínio da ULTAB. Nos anos que precederam ao congresso, Julião se tornou um crítico da linha comunista explicitada no Manifesto de 1958.

Quando analisamos o congresso sob o ponto de vista da garantia de leis trabalhistas para o campo, ou seja, quando observamos temas como sindicalização, regularização dos contratos de trabalho e garantia de direitos sociais, o "Caminho Pacífico da Revolução" não era questionado internamente no PCB tampouco pelos outros grupos. Desse modo, em comparação ao III Congresso Nacional Sindical, não identificamos a disputa entre formas de reformismo legal e contratual em voga no sindicalismo urbano paulista. O que podemos salientar foi a precisão de formas de fiscalização da aplicação das leis — existentes ou vindouras —, como é possível observar nas seguintes propostas:

> Comissão – Assalariados e semi-assalariadas rurais:
> C – Fiscalização pelo Ministério do Trabalho da aplicação da legislação trabalhista, através de "comissões de patrulhamento" na zona rural, com participação de representantes dos sindicatos e das associações de empregados;
> Comissão – Reivindicações sociais
> F – Moralização administrativa do Serviço Social Rural. Modificação da Lei nº 2.613 de 1955, garantindo a representação paritária dos lavradores e assalariados na administração do S. S. R.;
> M – Fiscalização rigorosa da aplicação da quota do imposto de renda atribuída aos municípios;
> N – Participação das entidades de trabalhadores na fiscalização dos autos de infração cometida pelas empresas (COSTA, 2010, p. 47–8).

[183] Apesar de ficarem conhecidos como ligas camponesas, os participantes da ocupação do Engenho da Galileia reconheciam-se como membros da Sociedade Agrícola e Pecuária dos Plantadores de Pernambuco. A Bibliografia sobre as ligas camponesas é extensíssima. Para nos orientarmos na relação deste movimento com o conjunto de movimentos sociais do país, tomamos como base os estudos de Medeiros (1989).

No entanto, levando em conta que, no tocante ao problema do acesso à terra, o "caminho pacífico", para a direção do PCB, implicava a luta por reformas "parciais" e "imediatas para o campo", a ascensão das ligas camponesas alimentava opositores de qualquer luta gradual. Tal fato pode ser observado mesmo em dirigentes comunistas que se sentiam representados pelo líder Nestor Veras (São Paulo). Mais especificamente, essa divergência transpareceu nas discussões da 3ª Comissão, sobre as "Formas de arrendamento e parceria". Desde a II Conferência Nacional dos Trabalhadores Agrícolas[184], de 1954, os comunistas defendiam uma regularização do arrendamento que definisse valores não espoliativos para os lavradores. Condizente com esta linha, a própria convocação do Congresso de 1961 clamava pela "Baixa do arrendamento". Porém, na referida comissão, houve um giro na posição:

> 3ª comissão - Formas de arrendamento e parceria
> Conclusões: não se devem e nem se deverão recomendar ou propor medidas paliativas de novas formas de contratos de arrendamento, porque quaisquer que elas sejam, dentro da estrutura atual de predomínio do latifúndio, seriam uma imoralidade".
> Proposta: propõe-se a pura e simples extinção, por lei do Congresso Nacional, de todas as fórmulas de arrendamento ou de parceria, com a anulação dos contratos existentes e a distribuição das terras arrendadas aos arrendatários[...] (COSTA, 2010, p. 46).

Contudo, este ponto não foi capaz de representar qualquer tipo de cisão do movimento. Seguindo-se a análise de Leonilde Medeiros, a da linha do PCB era de preservar os pontos de consenso — que efetivamente constituíam a grande maioria — e tentar evitar no debate público os pontos de dissenso (1995, p. 112). Em um dos grandes pontos de discordância, a mencionada regularização do arrendamento, a solução encontrada pelos comunistas foi de simplesmente ocultar a polêmica. Assim, o registro histórico das conclusões e propostas de cada comissão só foi estabelecido mais de 30 anos depois (1994) — sendo que as conclusões e propostas das duas primeiras discussões permanecem desconhecidas (COSTA, 2010, p. 46–51).

Como todos estavam interessados na "completa liquidação do monopólio da terra", além da defesa de "soluções que p[udessem] melhorar as atuais condições de vida e de trabalho" (grifo nosso), cabia a cada grupo político perseguir o programa a seu modo. Os

[184] Abordado no capítulo anterior.

comunistas apostavam no fato de que, graças a seu histórico organizacional e sua disseminação pelos diferentes estados brasileiros, teriam grandes possibilidades de influir no governo de Jango e poderiam evitar os conflitos no campo. Já movimentos sociais, como as Ligas Camponesas, acreditavam que a ocupação de terras seria a forma mais eficaz de pressionar pela reforma agrária. A partir da Declaração do final do evento, lida por Lyndolpho Silva, estava estabelecida a pauta do que era consensualmente "radical" para ser defendida nas lutas dos anos imediatos:

> a) Imediata modificação pelo Congresso Nacional do artigo 141 da Constituição Federal, em seu parágrafo 16, que estabelece a exigência de "indenização prévia, justa e em dinheiro" para os casos de desapropriação de terras por interesse social. Esse dispositivo deverá ser eliminado e reformulado, determinando que as indenizações por interesse social sejam feitas mediante títulos do poder público, resgatáveis a prazo longo e a juros baixos.
> b) Urgente e completo levantamento cadastral de todas as propriedades de área superior a 500 hectares e de seu aproveitamento.
> c) Desapropriação, pelo governo federal, das terras não aproveitadas das propriedades com área superior a 500 hectares, a partir das regiões mais populosas, das proximidades dos grandes centros urbanos, das principais vias de comunicação e reservas de água.
> d) Adoção de um plano para regulamentar a indenização em títulos federais da dívida pública, a longo prazo, e a juros baixos, das terras, desapropriadas, avaliadas à base do preço da terra registrado para fins fiscais,
> e) Levantamento cadastral completo, pelos governos federal, estaduais e municipais, de todas as terras devolutas.
> f) Retombamento e atualização de todos os títulos de posse da terra. Anulação dos títulos ilegais ou precários de posse, cujas terras devem reverter à propriedade pública.
> g) O imposto territorial rural deverá ser progressivo, através de uma legislação tributária que estabeleça: 1.°) forte aumento de sua incidência sobre a grande propriedade agrícola; 2.°) isenção fiscal para a pequena propriedade agrícola.
> h) Regulamentação da venda, concessão em usufruto ou arrendamento das terras desapropriadas aos latifundiários, levando em conta que em nenhum caso poderão ser feitas concessões cuja área seja superior a 500 hectares, nem inferior ao mínimo vital às necessidades da pequena economia camponesa.
> i). As terras devolutas, quer sejam de propriedade da União, dos Estados ou Municípios, devem ser concedidas gratuitamente, salvo exceções de interesse nacional aos que nelas queiram efetivamente trabalhar.
> j) Proibição da entrega de terras públicas àqueles que as possam utilizar para fins especulativos.

> k) Outorga de títulos de propriedade aos atuais posseiros que efetivamente trabalham a terra, bem como defesa intransigente de seus direitos contra a grilagem.
> l) Que seja planificada, facilitada e estimulada a formação de núcleos de economia camponesa, através da produção cooperativa (COSTA, 2010, p. 63–5).

Em semelhança à questão da legislação trabalhista para o campo, estes pontos representam uma precisão de congressos anteriores, pois como vimos no capítulo anterior, o Congresso da ULTAB, de 1959, já havia deliberado pela necessidade de alteração do princípio constitucional. A única reserva a ser feita é o recuo, em termos de generalização da pauta política, da luta pela regularização do regime de arrendamento e parceria.

Dadas as determinações do congresso, podemos nos dedicar aos seus desdobramentos. Iniciaremos pela questão da legislação trabalhista. Pelas dificuldades já apresentadas no capítulo anterior para a oficialização de sindicatos rurais, não há muitos registros do grau de associativismo nos anos 1950. Pelos poucos balanços realizados pela ULTAB, sabemos que, no ano de 1956, havia 108 organizações sendo construídas em 17 estados; em 1959, mais 14. Em sua maioria eram "associações" ou "sindicatos em formação" que aguardavam autorização do MTPS para serem denominados como "sindicatos", pela lei de 1944. No ano do Congresso de Belo Horizonte, 1961, havia somente 11 sindicatos oficialmente registrados, sendo que apenas seis durante a vigência da ULTAB (BARROS, 1986, p. 59–70).

A primeira ação governamental por parte do MTPS, após o Congresso de Belo Horizonte, foi de lançar portarias para regulamentar a lei de sindicalização rural de nº 7.038 de 1944. O então Ministro do Trabalho, André Franco Montoro, era Líder do Partido Democrata Cristão, principal partido Católico da República de 1946. A ideia de Montoro, tal qual expressa em um conselho de ministros realizado em 11 de maio, era de que o Estado assumisse a sindicalização para evitar que militantes comunistas e as ligas camponesas o fizessem (WELCH, 2010, p. 332). Para dinamizar o processo, o ministro contava com um processo associativista promovido pela Igreja Católica.

A Igreja contava com uma antiga entidade leiga, a Federação dos Círculos Operários (FECOESP), fundada em 1938. Esta entidade caracterizava-se por uma ideologia de cunho anticomunista, pregava a necessidade de garantia de leis trabalhistas, porém era contra ações políticas que ferissem o princípio de "harmonia social" de patrões e empregados. Portanto, era bastante crítica das ações empreendidas pela ULTAB. Seu proselitismo tinha por base a

ligação de pequenos agricultores com as atividades paroquiais em diversas localidades do interior de São Paulo. No entanto, havia pouca atividade da FECOESP em lutas de trabalhadores assalariados, uma vez que, dada a intransigência patronal, rapidamente esta luta escalava para práticas consideradas conflituosas pela entidade. Suas principais regiões de atuação eram as regiões da Sorocabana, Araraquarense, Alta Paulista, Noroeste, Central e Mogiana[185].

A Igreja se constituiu no principal rival do PCB no processo de sindicalização rural, uma vez que as Ligas Camponesas não se dedicaram sistematicamente à forma de institucionalização. Em 20 de junho, foi baixada a portaria do MTPS de nº 209-A, a qual detalhava os procedimentos de reconhecimento dos sindicatos rurais. Os Círculos Operários Católicos que haviam se concentrado no estabelecimento de "sindicatos de formação", ao invés de "associações", obtiveram larga vantagem na corrida de formalização. Até 12 de julho, quando teve fim a gestão de Franco Montoro, foram reconhecidos 11 sindicatos rurais, todos no estado de São Paulo sob a liderança da FECOESP. No resto do ano, o mesmo grupo passou a contar com mais quatro sindicatos. Tal número de sindicatos formados explica a facilidade com que esse grupo logrou para formar a primeira federação de trabalhadores rurais, a Federação de Trabalhadores Agrícolas do Estado de São Paulo (FETAESP), em 29 de julho de 1962 (BARROS, 1986, p. 120) (WELCH, 2010, p. 337–8).

Contudo, como viemos afirmando, a gestão de João Pinheiro Neto no MTPS abriu possibilidade de implantação dos programas definidos pelos congressos sindicais organizados pelos comunistas e seus aliados. Com respeito ao tema que agora tratamos, a sindicalização rural, o ministério de Pinheiro Neto tem como marca a absorção de críticas da ULTAB ao processo de sindicalização, tornando-o mais equânime. No mês de novembro de 1962, o ministro baixou duas portarias de nº355-A e 356-A. Em uma clara tentativa de democratizar o processo, a segunda portaria ofereceu um passo a passo de como formar um sindicato, da primeira reunião até o reconhecimento do MTPS. Em janeiro do ano seguinte, a ULTAB promoveu uma assembleia em São Paulo, com representantes de organizações rurais de 9 Estados. O objetivo era orientar a "luta pela aplicação" da Declaração de Belo Horizonte. Das diretrizes tiradas, em cada estado, os militantes deveriam utilizar o instrumental fornecido pelas novas portarias do MTPS (TERRA LIVRE, 1963a, p. 8). A portaria 356-A era tão didática, que em sua edição de fevereiro o periódico *Terra Livre* aproveitou o documento em

[185] Esta caracterização toma por base a dissertação de Fátima Barros (1986, p. 125–8).

um suplemento especial que disponibilizava inclusive formulários a serem destacados do jornal e preenchidos por militantes imbuídos no processo de formalização (TERRA LIVRE, 1963d, p. 1-4).

O Estatuto do Trabalhador Rural foi aprovado na Câmara dos Deputados em fevereiro de 1963 e entrou em vigor em 18 de junho. Esta lei foi objeto de um debate acadêmico e militante relativamente extenso, o qual não temos pretensões de adentrar neste trabalho. Nosso modesto objetivo é o de apenas salientar o avanço dessa lei no sentido de aumentar a participação política dos trabalhadores rurais até o golpe civil-militar. O Estatuto facilitava ainda mais o processo em que associações previstas em legislações e portarias anteriores se tornassem sindicatos, dando um impulso maior à sindicalização[186]. Inseria os sindicatos rurais no imposto sindical, o que poderia significar um alívio para a dificuldade de levantar financiamento para as antigas associações e facilitar locomoção dos sindicalistas nas grandes distâncias do meio rural brasileiro. As mudanças institucionais, de 1963, fizeram com que o país contasse com 270 sindicatos de trabalhadores rurais no final desse ano e 555 aguardando reconhecimento. No final de abril de 1964, estes valores aumentaram para 1.604 organizações sindicais reconhecidas (WELCH, 2010, p. 370).

No entanto, uma das inovações mais importantes do Estatuto do Trabalhador Rural estava no leque de direitos que os sindicatos poderiam fiscalizar e ampliar. Após o Estatuto, passaram a ser direitos do empregado formal no campo: férias remuneradas, aviso prévio, descanso semanal, contratos individuais e coletivos, etc. Para evitar que houvesse limitações de direitos em casos levados o judiciário, o artigo 179 do Estatuto estendia para os trabalhadores rurais direitos da CLT que por alguma razão não se encontravam detalhados na nova lei. Para incentivar a formalização dos contratos, o Estado se comprometia com a distribuição gratuita de carteiras de trabalho, juntamente com o conjunto de direitos previstos, semelhante às antigas cadernetas agrícolas. Um dos pontos mais conflituosos no que tange ao assalariamento rural foi a dedução de benefícios dos salários. Uma vez que o trabalhador deveria receber ao menos o salário mínimo regional, o empregador em tese poderia deduzir despesas como alimentação e moradia. O Estatuto limitou as deduções para até 20% do salário mínimo, independentemente do salário percebido pelo trabalhador; além disso, regulou as condições de salubridade da moradia.

[186] A diferença básica entre as portarias baixadas por Pinheiro Neto quando detinha a pasta do Trabalho e os novos regulamentos do Estatuto do Trabalhador Rural era o fato de que este último dava mais ênfase na localização do que na distinção de categorias ocupacionais; isso permitia juntar todos os tipos de ocupação de uma mesma fazenda, por exemplo. Era mais uma barreira legal à sindicalização que estava sendo transposta.

Da mesma forma que a ULTAB divulgou ativamente as portarias da gestão do Pinheiro Neto no MTPS, os sindicalistas rapidamente trataram de transmitir para seus militantes a nova legislação de modo a ganhar ainda mais espaço na corrida pela sindicalização. Na edição de outubro, outro suplemento especial do periódico *Terra Livre* ensinava como formar e manter sindicatos rurais (TERRA LIVRE, 1963c. p. 3-14). A tenacidade da organização decorria da visão dos comunistas que, como mostramos no capítulo anterior, articulava ganhos de direitos com a mudança da estrutura fundiária como dois elementos que se retroalimentavam. Assim, já no mês de vigência do Estatuto, na coluna "Conheça seus direitos" do jornal *Terra Livre,* o título do artigo chamava a atenção para ganho legislativo, que estava no fato de facilitar a mobilização no mundo rural: "Sem Sindicatos a lei está morta" (*Idem*, 1963b p. 2). No referido artigo, após saudar que o Estatuto "Veio por assegurar, por força de Lei expressa, inúmeros direitos até então inexistentes e que os senhores da terra faziam questão de negar", o autor remonta um longo período de lutas com o fim de provar que "o ESTATUTO não é presente de ninguém e não caiu do céu por descuido ou por bondade". Por fim, conclui que

> O ESTATUTO DO TRABLHADOR RURAL, por si só, não vai resolver coisa nenhuma para os 45 milhões de brasileiros que trabalham no campo (...). Se as massas camponesas não se organizarem firmemente nos Sindicatos Rurais, a Lei será letra morta na maior parte do território brasileiro, onde os patrões terão todos os meios para burlar os direitos de seus empregados, senhores que são do poderio econômico e, até certo ponto, da Justiça.
> Assim, conquistado o ESTATUTO, é necessário agora lutar firmemente pela sua aplicação correta e verdadeira [...] (TERRA LIVRE, 1963b, p. 2).

Um dos principais entusiastas da nova lei foi o teórico comunista Caio Prado Jr, que imediatamente elaborou um estudo sobre o Estatuto, publicado originalmente na *Revista Brasiliense*, na edição de maio-junho de 1963. Este chamou atenção para diversos problemas de adequação das leis trabalhistas, o que daria brechas para que o patronato contornasse a aplicação. Segundo o autor, esses problemas poderiam ter sido evitados ou atenuados caso não houvesse tanto "desinteresse" por parte de grupos progressistas e de esquerda. Como isso o autor evidencia a ausência de notícias, na imprensa em geral, e na imprensa de esquerda em particular, sobre a elaboração da lei (PRADO JR, 1979, p. 148).

A leitura do artigo de Caio Prado mostra-se útil para entender a questão da articulação das lutas do período. Se seguirmos as diversas frentes de luta do PCB no sindicalismo,

veremos que havia uma tendência geral de pensar que a legislação trabalhista poderia alimentar o poder organizatório dos segmentos populares do campo e da cidade que, consequentemente, lutariam pela reforma agrária, minando o poder político e judicial dos latifundiários. É o que entendemos com citação acima de Cícero Viana: "os patrões terão todos os meios para burlar os direitos de seus empregados, senhores que são do poderio econômico e, até certo ponto, da Justiça". Em contraposição, Prado Junior acreditava na época que uma lei bem elaborada poderia ter a força de gerar um processo "autodinâmico" que levaria ao conjunto da reforma agrária[187]. No entanto, o autor vai de encontro ao partido no sentido de que, uma vez promulgada a lei, a mobilização dos sindicatos era "essencial" para "provocar, no país, o impacto necessário à efetiva aplicação da legislação rural-trabalhista". O que ele reivindicava ao partido era, em suma, maior empenho em influenciar a elaboração das leis e estudos mais avançados do mundo agrário.

Apresentado o avanço na regularização das relações de trabalho no campo, passamos para o segundo desdobramento do Congresso de Belo Horizonte, a questão fundiária. Durante o período que durou o gabinete Tancredo Neves, dois projetos de lei tocantes à reforma agrária avançavam paralelamente. O primeiro, que ficou conhecido como Estatuto da Terra, advinha de um grupo de trabalho, instituído pelo governo Jânio Quadros em abril de 1961, presidido pelo Senador Milton Campos. O projeto foi encaminhado ao Congresso em 17 de janeiro de 1962 (Gabinete Tancredo Neves) e estabelecia dois problemas para da estrutura agrária para o desenvolvimento país: a produtividade da terra e a acessibilidade da terra (CAMARGO, 2007, p. 236).

O anteprojeto de Milton Campos pode ser considerado como uma "ótica conservadora" que tentava enquadrar o problema da acessibilidade da terra sem modificar a Constituição vigente. O texto tentava encampar algumas demandas do conjunto dos movimentos sociais, como a extensão da legislação social para o campo, e demandas dos movimentos de liderança comunista, como a regulação do regime de arrendamento e parceria. No entanto, questões mais delicadas, como a desapropriação por interesse social, estavam

[187] Como curiosidade, apresentaremos o argumento de forma bem mais concisa e esquemática que Prado Jr. Sua hipótese é de que a questão agrária é, no geral, um problema de regularização de empregados rurais; ocorrendo a regularização, o custo da mão de obra aumentaria; com isto, os empregados teriam que aumentar a produtividade; isto, por sua vez, incorreria na falência de proprietários pouco produtivos; estas terras pouco produtivas estariam mais vulneráveis à distribuição por reformas de caráter mais simples, como um imposto progressivo sobre a propriedade fundiária. Por fim, a maior disponibilidade de terra seria uma alternativa ao emprego rural, aumentando ainda mais o custo do trabalhador. "O efeito se terá feito em causa, e vice-versa; o que significa a continuidade do processo por força de seu próprio autodinamismo" (PRADO JR, 1979, p. 149–157).

limitadas às "terras inexploradas ou mal exploradas, e às beneficiadas por investimentos públicos ou àquelas que fossem indispensáveis ao abastecimento dos centros de consumo próximos". Terras com essas características estariam sujeitas a uma tributação especial (que variaria segundo tamanho da terra, grau de improdutividade) e, deste modo, esperava-se equacionar o problema dado o financiamento da distribuição de terras. Ainda segundo Camargo, a lei trazia consigo a necessidade se realizar uma emenda constitucional, porém a mudança diria respeito ao regime de tributação, o que era considerado na época menos conflituoso do que alterar o regime de propriedade. A medida de maior polêmica com setores proprietários de terras era a "arrecadação dos bens vagos", ou seja, tornar-se-iam parte do bem público propriedades inexploradas por mais de dez anos. A proposta de alcance mais imediato do Grupo de Trabalho foi o anteprojeto de lei para a criação da Superintendência de Reforma Agrária (SUPRA), órgão de planejamento para reforma agrária com *status* de Ministério, em fevereiro de 1962. Na concepção do Grupo de Trabalho, a principal missão do SUPRA seria a fiscalização da produtividade das propriedades de modo a coordenar a tributação e a distribuição das terras de domínio público (CAMARGO, 2007, p. 236–9).

Uma defesa firme em prol de desapropriação por interesse social para fins de reforma agrária viria do PTB que, na sua XIII Convenção Nacional, dos dias 1 e 2 de julho de 1961, aprovou uma comissão partidária para uma proposta de reforma constitucional (D'ARAÚJO, 1996, p. 136). Após a renúncia de Jânio Quadros, no dia 19 de setembro, a postura de Jango sobre a questão levou meses para ser explicitada. Em seu primeiro discurso como presidente, afetado pela a crise institucional que redundou na instauração do parlamentarismo, o presidente aproveitou as comemorações dos 15 anos da Carta Constitucional para apontar a "dimensão mais ampla das conquistas sociais" e cobrar do congresso a instauração de leis que garantissem a reforma agrária, o que poderia ser interpretado ainda como uma esperança de ver tal reforma instaurada por lei ordinária[188]. Dois meses depois, no encerramento do Congresso de Belo Horizonte, perante uma plateia de 7 mil pessoas, agitadas por discursos inflamados pela a "reforma agrária radical", Jango se viu constrangido a dar uma resposta favorável a alteração constitucional, porém ainda tímida[189].

---

[188] O discurso encontra-se em "Discurso do Presidente João Goulart por ocasião do 15º. aniversário da constituição de 1946". *Jornal do Brasil*, 19 de setembro de 1961. Tomamos por base as análises de Welch (WELCH, 2010, p. 305–6) e Skidmore (1982, p. 300–200–2).

[189] Vale reproduzir o discurso lido por Jango e o adendo feito na circunstância de sua leitura, a melhor compreensão da instabilidade destes meses: "A nossa Constituição de 1946, se reconhece por um lado a função social da propriedade, ao admitir a desapropriação por interesse social, por outro impossibilita a aplicação prática desse princípio, ao estabelecer que toda e qualquer desapropriação se faça pela prévia e justa indenização em

O gabinete Brochado da Rocha que iniciava em agosto de 1962, após a movimentação sindical de julho pareceu um período mais propício para o encaminhamento das reformas defendidas por Jango, com o devido destaque à reforma agrária. No dia 10 de agosto, o primeiro ministro enviou ao Congresso uma solicitação para legislar sobre as Reformas de Base na forma de um Ato Adicional à Constituição da República. Com esta solicitação o Executivo tomava a iniciativa de propor leis para a votação no Congresso em determinadas áreas consideradas que, a despeito de sua relevância para a sociedade, não vinham recebendo as devidas contribuições legais por parte do Legislativo. Dentre as áreas abarcadas pela iniciativa reformista de Brochado Da Rocha incluíam-se a ampliação da produção agrícola e do abastecimento e uma revisão agrária[190] que, por sua vez, continha: (1) os arrendamentos rurais; (2) a desapropriação por interesse social; e (3) a criação de um órgão executor da política de Reforma Agrária; e (4) o Estatuto do Trabalhador Rural.

No final de março de 1963, o governo circulou um anteprojeto de reforma agrária prevendo a desapropriação com títulos da dívida pública — elaborado pela Assessoria Técnica do Presidente — para as lideranças partidárias. O temor era de que, se anteprojeto seguisse os trâmites normais do legislativo, sendo apresentado diretamente à Comissão de Constituição e Justiça, correria o risco de ser imediatamente barrado. Apresentando, portanto, aos partidos, abria-se mais espaço de negociação e adesão de possíveis aliados centristas. No dia 15 de abril, o líder petebista da Câmara Federal, Bocaiúva Cunha entrou com uma emenda constitucional que determinava que a indenização por interesse social seria por meio de títulos da dívida pública, além de remeter para lei ordinária a regularização desta forma de pagamento. Como isto o PTB facilitaria uma discussão tão controversa quanto a desapropriação, retirando o peso de uma modificação constitucional. O período foi intenso em debates políticos e movimentações de parlamentares no espectro político. Sem a pretensão de abordar debate parlamentar sobre a questão, cabe-nos apenas sinalizar que foi a oportunidade para o PSD-UDN reiterar sua unidade em barrar reformas, tal qual se formou na segunda

dinheiro. (Trecho taquigrafado) Para uma reforma agrária que atenda realmente aos interesses nacionais, que atenda aos camponeses brasileiros, temos de considerar seriamente, como disse há pouco o deputado Julião, a reforma de nossa Constituição, a instituição de princípios constitucionais que permitam que essa reforma agrária se faça em termos de realidade, especialmente em termos que atendam aos agricultores brasileiros" (Discurso de encerramento de Goulart. Transcrito integralmente em Costa (2010, p. 88).

[190] As medias ainda incluíam: repressão ao abuso do poder econômico; controle da remessa de lucros; monopólio à importação de petróleo; controle da exportação de minerais atômicos; promulgação de um código de telecomunicações; reformas administrativas; reforma tributária; medidas monetárias e cambiais; e regulamentação do direito de greve (CAMARGO, 2007, p. 245).

metade dos anos 1950. Assim, a Comissão Especial responsável para dar o parecer da Emenda Bocaiúva Cunha deliberou pela sua rejeição pelos votos de 7 membros contra 4, no dia 13 de maio. No dia 07 outubro, foi a vez da emenda ser rejeitada no plenário da Câmara, por 176 votos contra 121 (SKIDMORE, 1982, p. 300–1).

A derrota na tramitação da reforma agrária no legislativo, gerou uma reversão nas expectativas de que as reformas de base seriam atingidas no governo de João Goulart, uma vez que, qualquer definição da lista de reformas almejada, tinha a questão agrária como ponto central. A estratégia para a qual se encaminhou o movimento sindical passava a ser o foco nas conquistas organizativas, instituídas pelo Estatuto do Trabalhador Rural e pelo apoio institucional oferecido pelo Supra. O início da década de 1960, tomava a forma de uma sindicalização em massa que, se somada ao associativismo camponês, dava garantias da manutenção da questão agrária na cena política.

4. Considerações finais

A partir do mês de setembro/outubro, a narrativa de qualquer processo político já devia ter como elemento central a consolidação de uma conspiração civil e militar contra o regime político. O histórico dessa conspiração — que pode ser remontada, pelo menos, desde meados da década de 1950 — e o grau de conhecimento que os não participantes tinham de sua existência ultrapassam o limite desta tese. Desse modo, mesmo, mantendo-se nosso recorte analítico, seria necessário um trabalho de contextualização que incorreria em um estudo específico.

Por ora, nos contentaremos em afirmar que o grau de conhecimento da conspiração, somado à repressão realizada pelas forças policiais de nível estadual, eram fatores relevantes o bastante para que o movimento sindical reorientasse suas práticas. De setembro de 1963 até abril de 1964, ocorreram greves importantes envolvendo categorias como marítimos, bancários e outras; além da chamada greve dos 700 mil em São Paulo. Como resultado das pressões do movimento sindical, o governo decretou o aumento do salário mínimo de 100% em fevereiro de 1964 e o controle de preços de alimentos.

Depois de ver frustradas diferentes tentativas de formar uma coalizão de governo, Jango optou por implantar medidas condizentes com a reforma de base, tendo em vista a legislação existente. São desta fase medidas como a regulamentação da lei de remessa de

lucros e a instituição do monopólio de importação de petróleo e gasolina (DELGADO, 1986, p. 283). A reforma agrária prosseguiu como um dos principais pontos da retórica do presidente que tinha por compromisso ampliar de 2 para 8 milhões o número de proprietários rurais. No histórico comício de 13 de maio de 1964, Jango anunciou um decreto do SUPRA que enquadrava propriedades rurais de mais de 500 hectares, situados nas margens de rodovias, açudes e ferrovias, como territórios de interesse sociais, portanto passíveis de distribuição (CAMARGO, 2007, p. 268–9). Com essas demonstrações, o presidente conseguiu realizar uma ampla mobilização popular reformista durantes os primeiros meses de 1964.

No presente capítulo, pudemos analisar o programa político que estava se formando no conjunto do movimento sindical do início da década de 1960. Seu entendimento passou por dois caminhos de teorização. O primeiro caminho foram as mudanças no programa político dos comunistas que viam, na conjuntura do capitalismo mundial e nas aberturas do regime político, a construção de um processo de democratização em que os trabalhadores poderiam reivindicar reformas que oferecessem um "caminho pacífico" para uma nova etapa da revolução brasileira. De outra parte, o fim do governo JK foi um momento de mudança no PTB, pois viu frustrado seu o esforço legislativo, por conta da resistência de parlamentares das outras duas principais bancadas (PTB-UDN). Essa frustração fez com que o partido apostasse cada vez mais na elaboração de um programa próprio que sistematizasse as diferentes leis que ampliassem a legislação social e promovessem mudanças na estrutura produtiva. Ambas as formulações ofereciam formas discursivas para que o movimento sindical pudesse conjugar as pautas que já se encontravam em graus cada vez mais elevados de generalização em fins dos anos 1950.

Com a crise que sucedeu a arrancada industrializante do Plano de Metas, os trabalhadores sentiram aguçar todas as mazelas de suas condições de vida. Assim, as greves despontaram em diferentes pontos do país, caracterizando não um, mas diversos surtos grevistas. Em contraste com outros momentos históricos, a classe de trabalhadores possuía muitos sindicatos capazes de canalizar suas lutas em pautas gerais. A questão da eficácia política concentrava-se agora em coordenar diferentes categorias com diferentes trajetórias e de articular essas pautas definindo uma ordem hierárquica de temas, um programa. O III Congresso Sindical Nacional e, depois, os sucessivos Encontros Sindicais foram a demonstração de que os sindicatos estavam à altura de colocar uma "questão sindical" no debate público, questão essa que envolvia as duas convergências assinaladas nesse capítulo.

As greves nacionais mostraram que a coordenação de diversas categorias era possível, porém dependia de um contínuo aprendizado. As categorias organizadas pelo PUA, os bancários e os trabalhadores da Petrobrás, mostraram-se muito mais à frente que as demais em termos de coordenação nacional, tendo em vista que conseguiram certa sincronia em suas mobilizações. O mesmo pode ser dito dos trabalhadores do estado da Guanabara, de Santos e Porto Alegre. Por outro lado, categorias de trabalhadores industriais de larga trajetória de mobilização como têxteis e metalúrgicos continuaram o ativismo dos anos 1960, evoluíram na generalização de suas pautas; porém, não conseguiram coordenar suas lutas nacionalmente. Aqui, o exemplo mais claro foi o movimento sindical da cidade de São Paulo. As grandes mobilizações da cidade — dentre elas, a "greve do 13º salário" e "greve dos 700" — encontravam-se de acordo com as pautas dos encontros sindicais, no entanto possuíam uma temporalidade própria.

A renúncia de Jânio Quadros e a campanha para que João Goulart, não apenas assumisse a presidência, mas com todos os poderes atribuídos ao cargo, criou entre os trabalhadores a expectativa de poder negociar as reivindicações mais gerais do movimento com o Executivo Federal. O Congresso de Belo Horizonte e o IV Encontro Nacional Sindical podem ser considerados o ponto culminante de sistematização das reformas que interessavam ao movimento sindical. Na ausência de uma clara hierarquização dos pontos, podemos ensaiar uma distinção quando analisamos os respectivos desdobramentos políticos. Os pontos foram assumindo prioridade segundo dois condicionantes: 1) o peso conferido na trajetória do movimento sindical; e 2) a viabilidade de constituírem em objetos de atenção no Legislativo e no Executivo.

Pontos que diziam respeito a reformas na CLT já haviam conquistado grande peso na pauta grevista dos trabalhadores desde a redemocratização. É muito possível que essa trajetória fizesse com que os mesmos pontos tivessem maior repercussão no Estado com a instauração de leis e medidas após as principais greves do período. Pensamos aqui no 13º salário, na decretação do reajuste do salário mínimo e no início da sindicalização rural. Da mesma forma, o movimento sindical aproveitou bem o ideário reformista que já havia começado no governo Jânio Quadros para sistematizar uma reforma geral da CLT no Fórum Lindolpho Collor.

No que diz respeito à continuidade da industrialização e da ampliação da intervenção econômica do Estado, as reivindicações sindicais encontravam uma grande barreira no Plano Trienal proposto pelo governo Jango. No que pese a importância política de o plano ter sido

apresentado para o CGT — na sede da CNTI —, o governo parecia almejar um apoio irrestrito à sua proposta de planejamento econômico. No entanto, se tratava — ao menos no curto prazo — de um plano de estabilização, desprovido de qualquer meta redistributiva. Além do mais, o financiamento do financiamento externo, incorria em exigências por parte do governo estadunidense na interrupção ou mesmo no retrocesso de investimentos produtivos por parte do Estado. Destarte, tão logo o CGT demonstrou que seria contundente nas denúncias contra o projeto governamental, o presidente abandonou iniciativas de formalizar a intersindical.

A políticas de Jango em relação à questão agrária tiveram por característica a repercussão popular imediata — como ficou evidente na velocidade da criação de sindicatos rurais. Isto muito se deve ao trabalho de articulação do movimento sindical na construção de um entendimento da reforma agrária como solução para os diversos problemas do mercado interno brasileiro. Essa repercussão popular, sem dúvida, causou bastante temor a diferentes segmentos das classes possuidoras. O Estatuto do Trabalhador Rural, tal qual foi originalmente aprovado, mostrou um dos maiores ganhos do movimento sindical. Criava-se a expectativa de que os anos 1960 seriam um período em que a extensão da legislação social aos trabalhadores agrícolas coincidiria com um movimento pujante lutando por sua implantação. Este mesmo movimento poderia ter a capacidade de manter a questão fundiária como um item permanente da agenda política.

Nestes primeiros três anos da década de 1960, podemos afirmar que para o programa elaborado pela CGT, o principal condicionante foi a viabilidade dos pontos a serem objetos de políticas estatais. Ainda faltava ao movimento sindical a capacidade de hierarquização de suas pautas e a coordenação de sua mobilização a ponto de forçar as prioridades do debate público. É muito possível que a aprendizagem das lutas levasse o movimento a conquistar essa maturidade. Contudo, o golpe veio de imediato a romper com esse processo.

Segundo as declarações do General Castello Branco — por muitos, considerado líder da conspiração golpista — as duas principais ameaças pelas quais se justificava o golpe ("a Revolução") constituíam o "poder ilegal do CGT" e a possibilidade de que se convocasse uma Assembleia Constituinte que alterasse substantivamente o sistema político (HARDING, 1973, p. 597). Embora não faça parte do objetivo deste capítulo comparar as causas do golpe com suas justificativas, podemos apenas apontar que estas últimas revelam, ao menos, as pretensões dos militares. Seguindo uma periodização de Argelina Figueiredo (1978, p. 136), a política sindical dos militares se deu em dois momentos: primeiramente, a meta era "corrigir"

a estrutura sindical existente, afastando dirigentes considerados subversivos ou corruptos; em um segundo momento, "cooptando" dirigentes que apoiassem ou simplesmente não confrontassem os sucessivos governos. O caminho jurídico seria o inverso ao dos trabalhadores: acionar os dispositivos repressivos disponíveis pela lei de segurança nacional de 1953 e na própria CLT e suspender os direitos sociais e políticos[191].

Em 31 de março de 1964, deu-se início ao aprisionamento de centenas de líderes sindicais em dependências militares. Nomes importantes do CGT como Hércules Corrêa, Oswaldo Pacheco e Rafael Martinelli encontravam-se em uma reunião com cerca de 20 sindicalistas, na sede do sindicato de estivadores da Guanabara, quando foram aprisionados (HARDING, 1973, p. 597). O mesmo concorreu com todas as outras intersindicais que possuíam ligações com o Comando. Apesar do grande volume de aprisionamentos, apenas poderemos apresentar em termos numéricos as intervenções nos sindicatos e a cassação de direitos políticos. Seguindo os registros do Diário Oficial, a pesquisa de Argelina Figueiredo contabilizou 433 intervenções em entidades sindicais de níveis superior e inferior, entre 1964 e 1965. Até o ano de 1970, a soma chegou em 536 ocorrências. Neste mesmo ano, 108 lideranças sindicais já haviam tido seus direitos políticos suspensos. No caso dos sindicatos rurais, a meta da ditadura civil-militar era reverter a profusão de novos sindicatos: 2.381 sindicatos e 23 federações foram fechados ao longo do ano de 1964 — restando, respectivamente 490 e 10 entidades. Os próprios escritórios do SUPRA foram invadidos, fechados, e seu o material foi confiscado. Todos os agentes foram processados por subversão e enquadrados na lei de segurança nacional (WELCH, 2010, p. 410–2).

[191] Concordamos neste ponto com Figueiredo: "não seria necessário lançar mão da legislação de exceção, então instituída, para restaurar o controle sobre as entidades sindicais. Para tanto foi suficiente utilizar, de maneira efetiva e ampla, a legislação existente" (1978, p. 135). Apenas faríamos uma ressalva ao adjetivo "ampla", pois, como a própria autora demonstra, realizou-se interpretações bastante restritas da legislação no que diz respeito a representatividade política dos sindicatos.

CONCLUSÃO

Há, no fim de cada capítulo, um tópico de "considerações finais" em que foram apresentados os respectivos achados teóricos e empíricos. Consideramos, portanto, inoportuna uma apresentação geral na forma de uma evolução cronológica dos temas da mobilização política, ou mesmo de uma evolução da eficácia política do movimento sindical. Privilegiaremos neste espaço a reflexão sobre o que as referidas evoluções nos ensinaram em termos de um equacionamento possível das questões da Revolução Burguesa. O trabalho de pesquisa exposto ao longo dos capítulos permitiu a reunião de elementos para formular teoricamente um padrão de expansão de direitos reivindicados pelos trabalhadores. Adequemos as terminologias utilizadas na tese: o movimento sindical apontou para uma forma de equacionar as questões da Revolução Burguesa e subordiná-las à expansão de direitos.

No início do presente trabalho, a emergência do Estado Novo foi abordada como um momento de criação e transformação de diversos aparelhos econômicos que, por sua vez, contribuíram para a formação de um novo padrão de acumulação. Foi nessa fase que se avançou na regulação das relações de trabalho, abrindo a possibilidade – ainda formal – de reconhecimento dos trabalhadores enquanto sujeitos de direitos. A abertura política que teve início no ano 1945 possibilitava aos trabalhadores não apenas reivindicarem a efetivação da legislação social como demandarem a intervenção em condicionamentos econômicos, que limitavam a abrangência dessa legislação. Esboçado o problema, apenas levantamos hipoteticamente algumas possíveis articulações entre a legislação social e a intervenção sobre os condicionamentos econômicos. Agora, podemos traçar alguns marcos mais gerais de como, nos quase 20 anos de democracia, o movimento sindical pode construir os vínculos entre essas diferentes questões.

As condições de promulgação da Consolidação das Leis Trabalhistas, diretamente relacionadas ao período de guerra, trouxeram consigo uma perigosa ideia de que elas poderiam ser sacrificadas em prol de um interesse nacional, formulado de tal modo que as condições de trabalho não seriam a prioridade. Os trabalhadores mostram uma impressionante velocidade de mobilização nos primeiros anos da redemocratização, dispostos a lutar para que as leis de emergência não se tornassem dispositivos permanentes de suspensão da CLT. No início da década de 1950, eles passaram a reivindicar, por exemplo, a criação de leis que vedassem novos dispositivos legais destinados a favorecer a classe patronal, como a lei da

assiduidade integral. Contudo, a ideia de que políticas industrializantes – vistas como de interesse nacional – poderiam exigir o sacrifício dos trabalhadores parece ter sempre permanecido no ideário das elites burocráticas, cujos esforços de intervenção econômica não encontravam na implantação da legislação trabalhista uma das suas principais prioridades. Permaneceria, desse modo, implícito que sempre que fosse construído um discurso em benefícios aos trabalhadores, estes seriam obtidos em um "segundo momento" de uma industrialização almejada ou em curso.

Na década de 1950, avançou-se na centralização dos aparelhos de Estado. O governo eleito de Vargas apresentou propostas de uma ação coordenada dos aparelhos econômicos tendo em vista eliminar os "pontos de estrangulamento" que impediam a industrialização. Naquele momento, adensou-se, ademais, um debate econômico das condições da participação do capital estrangeiro. Os mais diferentes segmentos da burocracia estatal concordavam com a ideia de que o capital privado não se interessaria por si só em internalizar os mais diversos elos da cadeia produtiva. A visão predominante atribuía ao Estado a responsabilidade por direcionar e canalizar os investimentos, de modo a garantir uma industrialização continuada. Seguindo esta ideia, avançou-se na construção de grandes empresas estatais nos setores de infraestrutura e indústrias de base.

Muito foi realizado, além disso, no sentido da montagem de um sistema financeiro capaz de sustentar projetos de grande porte e longo prazo. No governo Vargas, o principal feito foi a constituição do BNDE, porém houve pouco sucesso na negociação do ingresso do capital estrangeiro. O passo dado no governo JK foi bem mais ousado, criando facilidades para o ingresso do capital externo por meio de investimento direto no departamento de bens de consumo duráveis, o qual exige não só uma grande concentração de capital, como também um domínio tecnológico avançado.

Analisando o mesmo período histórico do ponto de vista da constituição de um padrão de acumulação, Luciano Coutinho e Luiz Belluzo (1980) diferenciam a atuação do capital financeiro no Brasil do caso dos países capitalistas que haviam consolidado uma industrialização pesada em décadas anteriores. No caso brasileiro, o "Estado constitui formas superiores de organização capitalista (...) cumprindo o papel desempenhado pelo capital financeiro nas industrializações avançadas" (Idem, p.17). Isto faz com que os autores elaborem a seguinte pergunta: "por que o Estado, tendo avançado tanto na constituição de formas superiores do capital, não é, também, capaz de romper as limitações à autonomia tecnológica, acima mencionadas" (*Idem*, p.17). No artigo em questão, a pergunta é meramente

retórica, pois rapidamente é apontada a sua contradição com os pressupostos da teoria marxista do Estado que embasa os autores[192].

Consideramos que essa pergunta – por menos marxista que seja – nos coloca no centro do debate dos anos 1950. E mais: apesar de não ter chegado nem perto de uma solução, o movimento sindical buscava uma resposta pelo fato de que dela dependia a expansão dos direitos sociais no país. Vemos aqui a construção de um projeto conjunto em que o movimento sindical reivindicou uma intervenção cada vez mais forte do Estado no processo de acumulação, não apenas restrito à regulação de trabalho, mas presente em todos os âmbitos que permitiriam a continuidade da industrialização.

No estudo de caso dos metalúrgicos pudemos observar como uma categoria de trabalhadores, ao construir suas campanhas salariais e incorporar campanhas de outras categorias, testou as possibilidades de efetivação da legislação social. Ao mesmo tempo, tais trabalhadores defenderam a necessidade de se completar as cadeias de produção no país e, consequentemente, exigiram um controle estatal sobre pontos chaves da industrialização: indústria de base e da infraestrutura. No que diz respeito a outros setores econômicos, os metalúrgicos tenderam para a construção de propostas favoráveis de estímulo ao capital privado nacional, uma vez que identificavam na política industrial do governo JK uma crescente ameaça de desnacionalização da economia. A partir desse momento histórico, desnacionalização constituiu um conceito com grande potencial difusão, pois identificamos uma tendência insipiente de articulação discursiva entre defesa da indústria nacional e a geração de empregos. Com todos esses fatores, pode-se afirmar que o movimento sindical abraçou a ideia de que apenas o Estado seria capaz de direcionar recursos para a industrialização, mostrando-se desejoso de discutir tal direcionamento.

O aumento do número de trabalhadores assalariados sem dúvida era um vetor importante de incorporação da população pela legislação social. No entanto, a ampliação do escopo do direito poderia ocorrer pela elevação do número de categorias reconhecidas pelo Estado, para além dos trabalhadores industriais. Nesse sentido, os sindicatos tinham plena consciência do avanço social e político que representaria o reconhecimento dos trabalhadores agrícolas pela CLT, de modo que lutaram continuamente por essa reivindicação. A articulação entre a expansão de direitos e a industrialização foi, todavia, muito além do fato de um regime

[192] "Essa tarefa requereria do Estado um grau de autonomia inteiramente inconcebível no capitalismo. (...) Pedir isso seria propor ao Estado capitalista que se transforme em seu contrário" (COUTINHO; BELLUZZO, 1980, p. 17).

de assalariamento (industrial) servir de modelo para a regularização das formas de trabalho no campo. A própria agricultura passou a ser vista como um "ponto de estrangulamento" da continuidade da industrialização. Tanto pelo fato de não ter conseguido atender ao consumo dos trabalhadores urbanos, quanto por ter impedido a constituição de trabalhadores rurais como consumidores de produtos industriais. Aqui se articularam problemas sociais relacionamos à CLT – a saber, o poder de compra dos salários e o número de categorias abrangidas pela legislação – com questões que ultrapassavam os limites trabalhistas, como o caso do acesso à terra. Deste modo, estamos diante de um fenômeno ainda mais complexo, porém que mantêm o mesmo padrão: para que se expandissem direitos, fazia-se necessário mudar a estrutura da economia.

À despeito das pautas de reivindicação construídas, a perda do poder aquisitivo dos trabalhadores, no final da década de 1950, pode ser vista como uma evidência forte da continuidade da ideia de sacrifício de direitos por parte dos diferentes governos. Na década seguinte, com a incorporação dos trabalhadores à luta pelas reformas de base, o movimento consolidou sua plena rejeição à ideia de sacrifício. A intervenção do Estado deveria ser orientada pelo padrão de expansão de direitos, qualquer seja o âmbito da economia por ele afetado. As articulações realizadas na década posterior, com destaque para a formulação da reforma agrária, agora seriam parâmetros para sistematização de novos temas, dando início a formação de um programa político para o movimento sindical. Nossa tese tem como desdobramento, nesse sentido, a construção de um olhar alternativo sobre o início da década de 1960, pois agora é possível enquadrar a década como a realização de uma mudança de patamar nas intervenções sindicais: não se tratava mais de inserir as demandas sociais em um projeto governamental, mas de exigir que as reivindicações sociais assumissem o caráter de condição necessária para a intervenção econômica do Estatal.

O último capítulo deixou no ar – ao menos para quem o escreveu – especulações orientadas pela seguinte pergunta: se não houvesse o golpe, teria o movimento sindical continuando a elaboração de um programa de lutas? Como ele seria? A principal forma de sair dessa armadilha será investigar, no movimento sindical de outros momentos históricos, formas de articulação de temas concernentes à mobilização política que seguiram ao padrão aqui estabelecido. Perseguir a continuidade dos temas seria então um importante campo de

estudos para aqueles que argumentam pela existência de uma continuidade no movimento sindical brasileiro ao longo da segunda metade do século XX[193].

No entanto, muito ainda deve ser feito no nosso próprio período de análise. Os aspectos que abordamos em cada capítulo da presente tese necessitam ser complexificados à luz de estudos sistemáticos sobre regiões pouco abordadas na tese. O mesmo pode ser dito acerca de categorias por nós pouco analisadas. No segundo capítulo, ensejamos uma comparação de resoluções de congressos de diferentes segmentos, caminho empírico este que deu mostras de ser bastante profícuo – ainda mais se tivermos a oportunidade de relacionar o material em questão com os estudos monográficos sobre a trajetória sindical de cada grupo. O mesmo pode ser dito a respeito de categorias que se destacaram na luta pelas Reformas de Base nos anos 1960, como apontado no último capítulo.

Afirmar que a expansão de direitos subordinava outras questões da Revolução Burguesa nos obriga também à pesquisa de distintos itens da pauta sindical. Pensamos aqui, especialmente, em questões como a urbana, a regional, a previdenciária e a educacional. Observe-se com isso que, em semelhança com o tema da carestia, estar-se-ia investigando a relação do sindicalismo com outros movimentos sociais, o que sugeriria elos com diversos campos de estudo.

[193] Para os desdobramentos dos estudos da história social do trabalho no sentido de questionar a existência de descontinuidades no movimento sindical (a oposição entre "velho" e "novo sindicalismo"), conferir (SANTANA, M. A., 1999).

REFERÊNCIAS

A VOZ DO METALÚRGICO. Conferência nacional dos metalúrgicos. *A Voz do Metalúrgico*, p. 1. Rio de Janeiro, dez. 1955.

_____. Defesa da indústria de material ferroviário. *A Voz do Metalúrgico*, p. 1 e 6. Rio de Janeiro, set. 1958.

_____. Desnacionalização e indústria automobilística. *A Voz do Metalúrgico*, p. 6. Rio de Janeiro, abr. 1959a.

_____. II Congresso Nacional dos Metalúrgicos. *A Voz do Metalúrgico*, p. 8 e 3. Rio de Janeiro, fev. 1959b.

ALEM, Sílvio Frank. *Os trabalhadores e a redemocratização*: estudo sobre o Estado, partidos e a participação dos trabalhadores na conjuntura da guerra e do pós-guerra imediato: 1942-1948. Campinas, 1981. 1981. Tese de Mestrado – IFCH-Unicamp, Campinas, 1981.

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. *Estado e classes trabalhadoras no Brasil (1930-1945)*. 1978. Tese de Doutorado – UNICAMP, Campinas, 1978.

ARAÚJO, JOSÉ DE, Braz. *Contribuições ao estudo de unia Instituição Sindical*: Os Metalúrgicos da Baixada Santista STINIMMES (1933-1983). 1984. Tese de Doutorado – USP, São Paulo, 1984.

BAER, Werner. *A industrialização e o desenvolvimento econômico do Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 1988.

_____; VILLELA, Aníbal. *Crescimento industrial e industrialização*: revisões nos estágios do desenvolvimento econômico do Brasil. *Dados*, v. 9, p. 114–134, 1972.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *O governo João Goulart*: as lutas sociais no Brasil (1961-1964). 8. ed. São Paulo: UNESP, 2010.

BARROS, Fátima Regina. *A organização sindical dos trabalhadores rurais*: contribuição do estudo do caso do estado de São Paulo, entre 1954-1964. 1986. Dissertação de Mestrado – UNICAMP, Campinas, 1986.

BARSTED, Dennis Linhares. *Medição de forças*: o movimento grevista de 1953 e a época dos operários navais. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Pensamento econômico brasileiro*: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo. Rio de Janeiro: Contraponto, 2000.

BRANDÃO, Gildo Marçal. *A esquerda positiva*: as duas almas do Partido Comunista, 1920-1964. São Paulo: Editora Hucitec, 1997. v. 32.

BUONICORE, A Cesar. *Os comunistas e a estrutura sindical corporativa (1948-1952)*: entre a reforma e a ruptura. 1996. Dissertação de Mestrado – Unicamp, Campinas, 1996.

CAMARGO, Aspásia Alcântara. *A questão agrária: crise de poder e reformas de base*. In: GOMES, Ângela M. de C. [et al.]. História geral da civilização brasileira. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. v. 10. .

CARDOSO, Adalberto Moreira. *A construção da sociedade do trabalho no Brasil*. Rio de Janeiro: FGV, 2010.

CHEMP, Eugênio. Luta em defesa da indústria nacional. *O Metalúrgico*, p. 4. São Paulo, set. 1958.

CHEMP, Eugênio. A luta contra a carestia. *O Metalúrgico*. São Paulo, mar. 1959. p. 3.

CHILCOTE, Ronald H. *PCB*: conflito e Integração. Rio de Janeiro: Graal, 1982.

COHN, Gabriel. *Petróleo e nacionalismo*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1968. v. 26.

COLISTETE, Renato. *Labour relations and industrial performance in Brazil*: Greater São Paulo, 1945-1960. Houndmills: Palgrave, 2001.

COMANDO GERAL DOS TRABALHADORES. À nação aos trabalhadores, ao povo. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, 8-14 fev. 1963a. p. 7.

_____. Aos Trabalhadores e ao Povo Brasileiro. *Novos Rumos*. Rio de Janeiro, mai. 1963b. p. 4.

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO INDUSTRIAL. *O problema da alimentação no Brasil*. Relatório Klein & Sacks. Rio de Janeiro: [s.n.], 1954.

COMISSÃO NACIONAL DA I CNLA. Manifesto de Convocação. In: COSTA, L. F. C. *O congresso nacional camponês*: trabalhador rural no processo político brasileiro. Seropédica, n. Edur, 2010.

COSTA, Hélio Da. *Em busca da memória*: comissão de fábrica, partido e sindicato no pós-guerra. São Paulo: Scritta, 1995.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *O congresso nacional camponês–trabalhador rural no processo político brasileiro*. Seropédica: Edur, 2010.

COSTA, Sérgio Amad. *O CGT e as lutas sindicais brasileiras (1960-64)*. São Paulo: Grêmio Politécnico, 1981.

COUTINHO, Luciano; BELLUZZO, Luiz Gonzaga Melo. O desenvolvimento do capitalismo avançado e a reorganização da economia mundial no pós-guerra. *Estudos Cebrap*, v. 23, p. 6–21, 1980.

D'ARAÚJO, Maria Celina. *Sindicatos, carisma & poder*: o PTB de 1945-65. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

DE AQUINO, Maria Aparecida; DE MATTOS, Marco Aurélio Vannucchi Leme; SWENSSON, Walter Cruz. *No coração das trevas*: o DEOPS/SP visto por dentro. São Paulo: Arquivo de Estado, Imprensa Oficial, 2001.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. *O Comando Geral dos Trabalhadores no Brasil, 1961-1964*. Petrópolis: Vozes, 1986.

_____. *PTB*: do getulismo ao reformismo [1945-l964]. São Paulo: Marco Zero, 1989.

DE MELLO, João Manuel Cardoso. *O capitalismo tardio*: contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira. São Paulo: Brasiliense, 1982.

DINIZ, Eli. *Empresário, Estado, e capitalismo no Brasil*, 1930-1945. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978. v. 27.

DRAIBE, Sônia. *Rumos e metamorfoses*: um estudo sobre a constituição do Estado e as alternativas da industrialização no Brasil. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

ERICKSON, Kenneth. *Sindicalismo no Processo Político do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1979.

FALEIROS, Maria Isabel. *Percursos e percalços do PCB no campo* (1922-1964). 1989. Tese de Doutorado – FFLCH/USP, 1989.

FERREIRA, Jorge. O ministro que conversava: João Goulart no Ministério do Trabalho. In: _____. *O imaginário trabalhista*: getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a. p. 97–162.

_____. Quando os trabalhadores "querem": política e cidadania na transição democrática. In: _____. *O imaginário trabalhista*: getulismo, PTB e cultura política popular, 1945-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005b. p. 19–96.

FIGUEIREDO, Argelina Cheibub. Intervenções Sindicais e o "Novo Sindicalismo". *Dados*, n. 17, p. 135–155, 1978.

FOLHA BANCÁRIA. Todo apoio ao Pacto de Unidade Intersindical. *Folha Bancária*, p.1. São Paulo, jul. 1956.

_____. I Convenção Nacional dos Bancários: consolidação da nossa unidade. *Folha Bancária*, p. 6 e 7. São Paulo, abr. 1960.

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas*: o capitalismo em construção, 1906-1954. São Paulo: Brasiliense, 1989.

FONTES, Paulo. Centenas de estopins acessos ao mesmo tempo: a greve dos 400 mil, piquetes e a organização dos trabalhadores em São Paulo–1957. FORTES, Alexandre [et al.] *Na luta por direitos*: estudos recentes em História Social do Trabalho. Campinas: Ed. Unicamp. Campinas: UNICAMP, 1999.

FRENCH, John D. *O ABC dos operários*: conflitos e alianças de classe em São Paulo, 1900-1950. São Paulo: Editora Hucitec, 1995.

GOMES, Ângela de Castro. *A invenção do trabalhismo*. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*: a esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987.

GRIECO, Julio César. *L'Union fait la faiblesse*: le commandement général des travailleurs et la politique brésilienne. 1979.

HARDING, Timothy F. *The political history of organized labor in Brazil*. Michigan: Stanford University, 1973.

HILTON, Stanley E. *O Brasil e a crise internacional*: 1930-1945. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1977.

IANNI, Octávio. Estado e planejamento no Brasil (1930-1970). Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1971.

IORIS, Rafael Rossotto. *Industrial promotion and political instability*: 'Fifty years in five' and the meanings of national development in 1950s Brazil. 2009.

JORDAN, Thomas Marshall. *Contesting the terms of incorporation*: labor and the state in Rio de Janeiro, 1930-1964. 2000a. Tese de Doutorado – University of Illinois, Urbana-Champaign, 2000.

JÚNIOR, Theotônio. O movimento operário no Brasil. *Revista Brasiliense*, v. 39, p. 105, 1962.

KOCHER, Bernardo. A tentativa de democratização e a gêneses do corporativismo societário (1945-1950). In: Lobo, E. M. L. (org.) *Rio de Janeiro Operário*, Access Editora, Rio de Janeiro, 1992.

LAFER, Celso. *JK e o programa de metas, 1956-1961*: processo de planejamento e sistema político no Brasil. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2002.

LANNA JR., Mario C. M. *Abastecimento e Instabilidade política no Brasil*, 1952-1962. 1992. Dissertação de Mestrado – UFF, Niterói, 1992.

LEAL, Murilo. *A reinvenção da classe trabalhadora (1953-1964)*. Campinas: Editora UNICAMP, 2011.

LEITE LOPES, José Sergio. *A tecelagem dos conflitos de classe na cidade das chaminés*: São Paulo. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1988.

LEITE, Márcia de Paula. *Sindicato e trabalhadores na crise do populismo*. 1983. Dissertação de Mestrado – UNICAMP: IFCH, Campinas, 1983.

LINHARES, Maria Yedda Leite; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História política do abastecimento (1918-1974). Brasília: Binagri Edições, 1979.

LOBO, Valéria. Os Elos e os Nós: movimento sindical, (des)mercantilização e os excluídos do mercado formal de trabalho no Brasil. 2005. Tese de Doutorado – UCAM, Rio de Janeiro, 2005.

LONER, Beatriz Ana. O PCB e a linha do "Manifesto de agosto": um estudo. 1985. Tese de Doutorado – UNICAMP, Campinas, 1985.

LOPES, Carmen Lúcia E. A Organização Sindical dos Metalúrgicos de São Paulo. 1992. Tese de Doutorado – USP, São Paulo, 1992.

MAIA, João M. A história de um conceito: o populismo no Brasil. 2001. 2001. Dissertação de Mestrado – Iuperj/UCAM, Rio de Janeiro, 2001.

MANTEGA, Guido. A economia política brasileira. Petrópolis: Vozes, 1991.

MARANHÃO, Ricardo. Sindicatos e Democratização (Brasil 1945/1950). São Paulo: Brasiliense, 1979.

SANTANA, Marco Aurelio. Homens partidos: comunistas e sindicatos no Brasil. Rio de Janeiro: Universidade do Rio de Janeiro, 2001.

MARTINS, Luciano. Pouvoir et développement économique: formation et évolution des structures politiques ao Brésili. Paris: Anthropos, 1976.

MATTOS, Marcelo Badaró. Novos e velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988). 1996. Tese de Doutorado – UFF, Niteroi, 1996.

MEDEIROS, Leonilde Sérvolo De. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

_____. Lavradores, trabalhadores agrícolas, camponeses. Os comunistas e a constituição de classes no campo. 1995. 1995. Tese de Doutorado – UNICAMP: IFCH, Campinas, 1995.

MELO, Demian Bezerra de. Crise orgânica e ação política da classe trabalhadora brasileira: a primeira greve geral nacional (5 de julho de 1962). 2013. Tese de Doutorado – UFF, Niteroi, 2013.

MOISÉS, José Álvaro. Greve de massa e crise política: estudo da greve dos 300 mil em São Paulo, 1953/54. São Paulo: Livraria Editora Polis, 1978.

MORENA, Roberto. Líderes sindicais exigem de Jânio: Combater a Carestia e Assegurar a Liberdade. Novos Rumos, p. 2. Rio de Janeiro, 24 fev-02 mar 1961.

MUNHOZ, Fábio Antônio. Sindicalismo e democracia populista: a greve de 1957. Cadernos CEDEC, p. 21–27, 1977.

NEGRO, Antonio Luigi. Linhas de montagem. São Paulo: Boitempo Editorial, 2004.

NOVOS RUMOS. Problemas Nacionais. Novos Rumos, p. 5. Rio de Janeiro, 27 nov.-03 dez 1959a.

_____. Resoluções. Novos Rumos, p. 5. Rio de Janeiro, 27 nov.-03 dez 1959b.

_____. Dois mil delegados de todo o país discutem no III Congresso. Novos Rumos, p. 2. Rio de Janeiro, 12-18 ago. 1960.

_____. Declaração de Princípios. Novos Rumos, p. 2. Rio de Janeiro, 1961a.

_____. Os trabalhadores reivindicam. Novos Rumos, p. 3. Rio de Janeiro, 24 fev.-02 mar. 1961b.

_____. Palavras ocas para arquibancadas vazias. Novos Rumos, p.3. Rio de Janeiro, 19-25 mai. 1961c.

_____. Encontro Sindical Proclama: Não Basta Aumentar Salários é Preciso Mudar a Política. Novos Rumos, p. 2. Rio de Janeiro, 27 out.-02 nov. 1961d.

_____. Alerta operário para impedir golpe e exigir reformas de base. Novos Rumos, p. 8. Rio de Janeiro, 1-7 jun. 1962a.

_____. Clamor popular em todo Brasil: Povo quer Gabinete Nacionalista. Novos Rumos. Rio de Janeiro, 1962b.

_____. Esmagar os golpistas e formar ganinete que faça as reformas. Novos Rumos, p. 1. Rio de Janeiro, 1-7 jun 1962c.

_____. CGT de fato e de direito! Novos Rumos, p. 7. Rio de Janeiro, 1963.

O METALÚRGICO. Conferência nacional dos trabalhadores Metalúrgicos, em Volta Redonda, forjou a unidade da classe e ergueu a sua bandeira de luta. O Metalúrgico, p. 5 e 6. São Paulo, mai. 1956a.

_____. I Conferência Municipal dos Trabalhadores e Trabalhadoras Metalúrgicos, Mecânicos e de Material Elétrico de São Paulo. O Metalúrgico, p. 1. São Paulo, jan. 1956b.

_____. Em defesa da indústria nacional protestamos. O Metalúrgico, p. 7. São Paulo, jul. 1957.

_____. Defesa da indústria e da economia nacional. O Metalúrgico, p. 9 e 7. São Paulo, abr. 1959a.

_____. II Congresso de trabalhadores das indústrias metalúrgicos, mecânicos e de material elétrico de São Paulo. O Metalúrgico, p. 7. São Paulo, mai. 1959b.

_____. Memorial sindical em defesa da indústria nacional. O Metalúrgico, p. 4. São Paulo, ago. 1959c.

_____. Pontos do II Congresso. O Metalúrgico, p. 5. São Paulo, mai. 1959d.

_____. Entusiasmo durante o III Congresso Sindical. O Metalúrgico, p. 4. São Paulo, set.-out. 1960.

_____. Colaboração com o Dieese. O Metalúrgico, p. 3. São Paulo, abr.-mai. 1961.

O TRABALHADOR GRÁFICO. Realizada com êxito absoluto a passeata contra a carestia. O Trabalhador Gráfico, p. 1. São Paulo, jun. 1958.

OLIVEIRA, A; LOBO, EML. O Estado Novo e o sindicato corporativista, 1937-1945 In: LOBO, E. (org.). Rio de Janeiro Operário: Natureza do Estado, a Conjuntura Econômica, Condições de Vida e Consciência de Classe, 1930-1970, n. Rio de Janeiro: Access Editora, p. 102–127, 1992.

PAOLI, Maria Célia. Os trabalhadores urbanos na fala dos outros: tempo, espaço e classe na história operária brasileira. In: LOPES, J. S. L. (org.). Cultura e Identidade Operária. Rio de Janeiro: UFRJ/Marco Zero, p. 53, 1987.

_____. Labour, law and the state in Brazil: 1930-1950. 1988. Tese de Doutorado – University of London, Birkbeck, 1988.

PCB. Ampliar a organização e a unidade da classe operária – (Resolução do Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil sobre organização e unidade da classe operaria, adotada na reunião de julho de 1952 do C. N. do PCB). n. 42, p. 10–21, set.-out 1952.

PCB. Declaração sobre a política do Partido Comunista do Brasil. PCB: Vinte anos de política, v. 1979, 1958.

PCB. IV Congresso do P.C.B. (dezembro de 1954 a fevereiro de 1955). In. CARONE, E. O PCB: 1943-1964. São Paulo: Difel, 1982a. .

PCB. Manifesto de Janeiro (janeiro de 1948). In. CARONE, E. O PCB: 1943-1964. São Paulo: Difel, 1982b. v. 2. .

PCB. Programa do Partido Comunista do Brasil [Aprovado no IV Congresso 7 a 11 de Novembro de 1954]. n. 64, dezembro a fevereiro de 1955 1954. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/programa.htm>. Acesso em: 4 ago. 2015.

PCB. Resolução Política Do V Congresso Do Partido Comunista Brasileiro. Nogueira, M. A. (org.) PCB: VINTE ANOS DE POOL´TICA - 1958-1979. São Paulo: LECH, 1980.

PRADO JR, Caio. O Estatuto do Trabalhador Rural. In: A Questão Agrária no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1979. p. 142–160.

PRESTES, Luiz Carlos. Forjar a mais Ampla Frente Nacional em Defesa da Paz, da Liberdade e Contra o Imperialismo. Problemas - Revista Mensal de Cultura Política, v. 19, p. 11–79, jul. 1949.

PRIORI, Angelo Aparecido. A revolta camponesa de Porecatu. A luta pela defesa da terra, 2000.

REZNIK, Luís. Democracia e segurança nacional: a polícia política no pós-guerra. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2004.

RODRIGUES, José Albertino. Sindicato e desenvolvimento no Brasil. São Paulo: Difel, 1968.

RODRIGUES, Marcos Aurelio Rodrigues Santana. Reforma da legislação trabalhista no Brasil (1961-1969) e governamentalidade: notas de um problema a partir do pensamento de Michel Foucault. In: XVI ENCONTRO REGIONAL DE HISTÓRIA DA ANPUH-RIO, 28 jul. 2014, Rio de Janeiro. Anais... Rio de Janeiro: [s.n.], 28 jul. 2014. Disponível em: <http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1400278858_ARQUIVO_ReformadalegislacaotrabalhistanoBrasil,artigoMarcosSantanaMAIO2014versaofinal.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2015.

SAES, Alexandre Macchione; DE CAMPOS, Fábio Antônio. Origem e ascensão do debate sobre o capital internacional na formação econômica brasileira (1889-1964). Estudos de Sociologia, v. 11, n. 20, 2007.

SANTANA, Marco Aurélio. Partido e militância sindical. 1992. Dissertação de Mestrado – UFRJ, Rio de Janeiro, 1992.

SANTANA, Marco Aurélio. Entre a Ruptura e a Continuidade: Visões da Histórica do Movimento Sindical Brasileiro. Revista Brasileira de Ciências Sociais, v. 14, n. 41, p. 103–20, 1999.

SANTOS, Wanderley Guilherme Dos. Cidadania e Justiça: a política social na ordem brasileira. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SILVA, Fernando; COSTA, Hélio Da. Trabalhadores urbanos e populismo: um balanço de estudos recentes. Ferreira, Jorge (org.). O populismo e sua história. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio a Castelo. 7ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

STEIN, Stanley J. Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850-1950. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

STOTZ, Eduardo. A União dos Trabalhadores Metalúrgicos do RJ na Construção do Sindicato Corporativista. 1986. Dissertação de Mestrado – UFF, Niterói, 1986.

STOTZ, Eduardo. Nacionalismo, intervencionismo estatal e expansão do movimento operário (1950-1955) –. In: Lobo, E. M. L. Rio de Janeiro Operário (org.), n. Access Editora, Rio de Janeiro, 1992.

TAVARES, Maria da Conceição. Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil. 1975. 1975. Tese de Livre Docência – UFRJ: Faculdade de Economia e Administração, Rio de Janeiro, 1975.

TELLES, Jover. O movimento sindical no Brasil. São Paulo: Livraria Editora, 1981.

TERRA LIVRE, 1.800 delegados camponeses exigiram em Belo Horizonte a reforma agrária. Terra Livre, p. 1. São Paulo, nov. 1961.

_____. Assembleia da ULTAB: Intensificar a luta pela reforma agrária e pela sindicalização rural. Terra Livre, p. 8. São Paulo, fev. 1963a.

_____. Sem Sindicatos a lei está morta. Terra Livre, p. 2. São Paulo, jul. 1963b.

_____. Suplemento Especial: como fazer eleição no sindicato rural. Terra Livre, p. 3-14. São Paulo, out. 1963c.

_____. Suplemento Especial: instruções para a organização de sindicatos rurais. Terra Livre, p. 1-4. São Paulo, fev. 1963d.

THOMPSON, Edward Palmer. Costumes em comum. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

VARGAS, Getúlio. Getúlio Vargas / organização, Maria Celina D'Araujo. Brasília: Edições Câmara, 2011. (Perfis Parlamentares).

VIANNA, Luiz Werneck. Liberalismo e sindicato no Brasil. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Ed. Paz e Terra, 1978.

_____. Questão nacional e democracia: o ocidente incompleto do PCB. In: A transição: da Constituinte à sucessão presidencial. Rio de Janeiro: Revan, 1989.

VILLELA, Annibal V; SUZIGAN, Wilson. Política do governo e crescimento da economia brasileira, 1889-1945. 3ª. ed. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 2001.

VINHAS, Moisés. O partidão. São Paulo: Hucitec, 1982.

VOZ DA CONSTRUÇÃO CIVIL. Primeiro congresso brasileiro dos trabalhadores nas indústrias da construção civil e do mobiliário. Voz da Construção Civil, p. 3. São Paulo, jul. 1959a.

_____. Quais são as razões do agravamento da vida de nosso povo. Voz da Construção Civil, p. 3 e 6. São Paulo, mar. 1959b.

VOZ DA CONSTRUÇÃO CIVIL. II Congresso Sindical dos Trabalhadores no Estado de São Paulo. Voz da Construção Civil, p. 1, 3 e6. São Paulo, jun. 1960.

VOZ OPERÁRIA. Abono, tradição de combate. Voz Operária, p. 10. Rio de Janeiro, 20 dez. 1952.

_____. Resolução. Voz Operária, p. 12. Rio de Janeiro, 29 mai. 1956a.

_____. São Paulo dá exemplo de luta contra a carestia. Voz Operária, p. 8. Rio de Janeiro, 30 jun. 1956b.

_____. Um passo à frente para a unidade e a organização das trabalhadoras. Voz Operária, p. central. Rio de Janeiro, 26 mai. 1956c.

_____. I Conferência Nacional Sindical: grandiosa festa dos trabalhadores brasileiros. Voz Operária, p. central. Rio de Janeiro, 5 abr. 1958a.

_____. I Conferência Nacional Sindical: novo e importante passo para a unidade e ação. Voz Operária, p. 12. Rio de Janeiro, 29 mai. 1958b.

WEFFORT, Francisco. Origens do sindicalismo populista no Brasil (A Conjuntura do após-guerra). Estudos Cebrap, v. 4, p. 65–105, 1973.

WELCH, Cliff. A semente foi plantada: as raízes paulistas do movimento sindical camponês no Brasil, 1924-1964. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

WOLFE, Joel. Working women, working men: São Paulo and the rise of Brazil's industrial working class, 1900-1955. Durham: Duke University Press, 1993.